

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)

THIAGO CAVALIERE MOURELLE

Orientador: Profa. Dra. Ângela de
Castro Gomes.

Niterói

Março 2015

GUERRA PELO PODER: A CÂMARA DOS DEPUTADOS CONFRONTA VARGAS
(1934-1935)

Thiago Cavaliere Mourelle

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Doutor.

Orientação: Prof. Dra. Ângela de Castro Gomes.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M931 Mourelle, Thiago Cavaliere.
Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935) / Thiago Cavaliere Mourelle. – 2015.
254 f. ; il.
Orientadora: Angela Maria de Castro Gomes.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.
Bibliografia: f. 245-254.

1. Câmara dos Deputados; aspecto histórico. 2. Vargas, Getúlio, 1882-1954. 3. Brasil; política e governo, 1930-1945. 4. Poder legislativo. 5. Poder executivo. I. Gomes, Angela Maria de Castro. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.061

Folha de aprovação

GUERRA PELO PODER: A CÂMARA DOS DEPUTADOS CONFRONTA VARGAS
(1934-1935)

Thiago Cavaliere Mourelle

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Ângela de Castro Gomes (presidente)

Prof. Dra. Samantha Quadrat (titular)

Prof. Dr. Orlando de Barros (titular)

Prof. Dr. Flávio Limonic (titular)

Prof. Dr. Américo Freire (titular)

Prof. Dra. Ângela Moreira (suplente)

Prof. Dra. Giselle Venâncio (suplente)

Niterói

2015

Resumo

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. 254 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

Esta tese analisa o funcionamento da Câmara dos Deputados de julho de 1934 a dezembro de 1935, uma conjuntura política complexa que demarca o início da vigência da Constituição de 1934. Seu foco é a relação entre as bancadas parlamentares dessa Câmara de Deputados e o novo presidente eleito, Getúlio Vargas. O Legislativo, em especial a Câmara, é entendida, como um dos poderes da República que queria se afirmar após um período de mais de três anos em que permaneceu fechada por força da Revolução de 1930. Nesse contexto, defende-se que a Câmara dos Deputados também se tornou uma importante caixa de ressonância dos movimentos sociais, que com ela se relacionavam para realizar denúncias e buscar alianças na luta por expansão de direitos. Por essa razão, a atuação da bancada classista dos empregados, também conhecida como bancada proletária, merece especial destaque.

A dinâmica da política após a Constituição de 1934 obrigava Vargas a negociar com opositores, mas igualmente com aliados. Por isso, a bancada paulista, eleita após as transações que encerraram a guerra civil de 1932, acaba, surpreendentemente, tornando-se um apoio decisivo para o governo Vargas, inclusive, com participação importante na aprovação da Lei de Segurança Nacional. Se a oposição a Vargas se fortaleceu com o retorno dos exilados de 1930 e de 1932, os governistas também sofreram com disputas internas, o que levou a uma profunda crise política ao longo do ano de 1935, encabeçada por Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul e um dos grandes aliados de Vargas no imediato pós-30. O fechamento da Aliança Nacional Libertadora é uma demonstração de força de Vargas ante o crescimento da oposição ao governo, dentro e fora do Parlamento. A chamada Intentona Comunista é deflagrada e esmagada, justamente quando esse governo perdera a maioria na Câmara. Acabou, por isso, servindo como justificativa para o maior fortalecimento do Executivo contra o Legislativo, em nome do combate a supostos inimigos da pátria. A partir de dezembro de 1935, a Câmara dos Deputados só se enfraquecerá, perdendo, na prática, o papel de importante *locus* do debate político que assumira desde julho de 1934.

Palavras-Chave: Câmara dos Deputados; Governo Constitucional de Getúlio Vargas; Relações Executivo-Legislativo nos anos 1930.

Abstract

This thesis analyzes the operation of the Brazilian House of Representatives since July 1934 to December 1935, a complex political situation that marks the effective date of the Constitution of 1934. It focuses on the relationship between the parliamentary groups in this House of Representatives and the new president elected, Getúlio Vargas. The Legislature, particularly the House of Representatives, is seen as one of the Republic powers that wanted to stand out after a period of more than three years that remained closed because of the 1930 Revolution. The Legislature is seen in this study as a sounding board of social movements, who used it to complaints, pressure instrument and labor rights.

The dynamics of politics after the Constitution of 1934 forced Vargas to negotiate with opponents, but also with allies. Therefore, the São Paulo state representatives, elected after the transactions that ended the civil war of 1932, surprisingly, making it firm support for the government Vargas, including active participation for the approval of LSN. If the opposition was strong with the return of the exiles of 1930 and 1932, the government had internal struggles for power, headed by Flores da Cunha - Rio Grande do Sul governor and one of the great Vargas allies in the immediately post-30 - that led to a deep political crisis in 1935.

The closing of ANL is a show of force against against the growth of opposition to the government, inside and outside Parliament. But the crisis between the allies grows and reaches its peak in mid-November 1935. The so-called "Communist Conspiracy" is triggered and crushed, just as this government lost its majority in the House. But it had the opposite effect, serving as justification for the further strengthening of the Executive against the legislature, in the name of fighting the perceived enemies of the fatherland, decisively weakening the Legislative that since July 1934 was an important democratic locus.

Keywords: House of Representatives, Vargas, Constitutional Government, Workers.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: E a Constituinte se torna Câmara dos Deputados	26
1 – Vozes do plenário da Câmara.....	35
2 – O cotidiano da Casa.....	47
3 – O retorno dos anti-heróis de 1930 e 1932.....	53
4 – A bancada proletária em ação.....	60
5 – Interventores em cheque: a guerra pelo poder nos estados.....	71
Capítulo 2: Depois das eleições: a Câmara dos Deputados a pleno vapor	77
1- Câmara e Vargas em rota de colisão.....	79
2 – Uma nova representação classista: o adeus à bancada proletária.....	87
3 – A Lei de Segurança Nacional: ferve o debate parlamentar.....	92
4 – No apagar das luzes, o reajuste militar.....	107
Capítulo 3: Enfim, uma nova legislatura e um confronto aberto	111
1 – Alguns personagens novos, outros nem tanto.....	113
2 – A força da nova oposição.....	126
3 – Funcionalismo público: um calcanhar de Aquiles para o governo.....	132
4 – Resistir é preciso: a Câmara e o fortalecimento do Executivo.....	137
5 – A oposição contra o fechamento da ANL.....	144
Capítulo 4: A crise do Governo Vargas	155
1- Flores da Cunha e a renúncia de Góis Monteiro: o início da crise.....	156
2 – As eleições fluminenses e os primeiros rompimentos com Vargas.....	160
3 – Os conturbados meses de outubro e novembro de 1935.....	165
4 – A Câmara dos Deputados sob o impacto da “Intentona Comunista”.....	175
5 – Do governo constitucional à escalada para a ditadura.....	182

Capítulo 5: Denúncias, repressão e resistência na Câmara dos Deputados (1934-1935)	190
1 - O governo ante as denúncias dos trabalhadores.....	192
2 - O caso Limongi e a constante expulsão de “estrangeiros”.....	201
3 - O caso Barão de Itararé e a violência contra a imprensa.....	205
4 - O caso Genny Gleiser e o auge da perseguição nas ruas.....	211
Conclusão	225
Anexo de fotos	233
Fontes	244
Referências Bibliográficas	245

Introdução

O estudo do Poder Legislativo é uma condição *sine qua non* para a compreensão do Governo Constitucional de Getúlio Vargas (julho de 1934/novembro de 1937). É surpreendente, portanto, que, na grande quantidade de estudos sobre a política do período, praticamente não existam textos dedicados às relações entre Legislativo e Executivo. Ou seja, que esse tema permaneça quase intocado, considerando-se que o Senado e a Câmara dos Deputados se tornaram *loci* políticos de enorme importância, após a promulgação da Constituição de 1934. Esta tese se volta para tal questão, contemplando apenas a Câmara dos Deputados e recortando um período para acompanhar seu funcionamento.

O período de análise se estende de julho de 1934 até dezembro de 1935, mês este em que a Lei de Segurança Nacional, que já havia sido criada em abril de 1935, é reformada, o mesmo acontecendo com a Constituição, que recebe emendas que dão ao Poder Executivo mais prerrogativas, sob a alegação do combate aos envolvidos na chamada Intentona Comunista. Julgamos esse período, como o de maior independência e liberdade de atuação do Legislativo em todos os 15 anos em que Vargas esteve no poder, de 1930 a 1945.

O objetivo da tese é acompanhar a dinâmica interna da Câmara dos Deputados, analisando a atuação das principais forças políticas que nela estavam presentes, bem como seu papel decisivo como instância política e caixa de ressonância para as principais questões nacionais do momento, inclusive, as que envolviam questões afetas aos novos movimentos sociais e organizações políticas. Afinal, como atuou o Poder Legislativo, especificamente a Câmara dos Deputados, que pela primeira vez tinha voz desde a Revolução de 1930 que alçou Getúlio Vargas ao poder? Após cerca de quatro anos de Governo Provisório, finalmente Vargas teria que governar respeitando uma Constituição, negociando com parlamentares, seguindo trâmites democráticos. Dessa forma, como Presidente eleito pela Constituinte, Vargas teria que lidar, não só com seus aliados – que também tinham demandas – como com seus adversários políticos, alguns de grande expressão que retornavam do exílio e ingressavam nas fileiras da oposição na Câmara.

Procuraremos demonstrar também como essa Câmara, através de certos deputados ou de bancadas, funcionou efetivamente como um mediador para novas forças político-sociais que se organizavam nesse clima de abertura que se inaugurou com as eleições para a Constituinte, ainda em 1933. Ou seja, como seu estudo é uma rica estratégia de aproximação do que acontecia na sociedade civil, especialmente no que diz respeito a eventos que ocorriam na capital do país. Diversos setores sociais entravam em contato diretamente com

parlamentares, fazendo denúncias e pedindo divulgação de suas demandas. Tal prática se dava não apenas por intermédio de organizações, como os sindicatos, como também os próprios indivíduos se mobilizam diretamente, como é o caso de trabalhadores que escreviam cartas de próprio punho para os deputados. Esse dado evidencia como a Câmara era um *locus* de importância, até porque os discursos parlamentares não podiam ser censurados, podendo ser usados como veículo seguro e muitas vezes único de expressão de idéias. Veremos, assim, como ocorriam os contatos e os enfrentamentos entre Câmara dos Deputados, Poder Executivo e movimentos sociais, dando ênfase à construção dessa teia de relações dentro da Câmara dos Deputados, em 1934 e 1935 e delimitando esse espaço como campo fundamental de luta política.

Optamos em atentar para os debates realizados na Câmara dos Deputados, por duas razões. A primeira, porque o Senado ficou fechado a maior parte do tempo nesse período. A segunda, para restringir a gigantesca quantidade de fontes primárias disponíveis para consulta. O novo Senado foi eleito em outubro de 1934 e começou a funcionar apenas em maio de 1935, portanto, há poucos meses do recorte final estabelecido para a pesquisa. Já a Câmara absorveu as funções do Senado durante 10 dos 18 meses estudados, tendo em vista que a Assembléia Nacional Constituinte não se dissolveu, como veremos. Ou seja, o Congresso Nacional funcionou de modo unicameral de julho de 1934 até abril de 1935, com um Legislativo bicameral tomando posse com novos deputados e senadores em maio seguinte.

Para analisar o funcionamento dessa Câmara, nossa estratégia consistiu em acompanhar os deputados que mais se destacaram na oposição e os que foram mais marcantes no apoio ao governo. A princípio, essa seleção permitiria identificar os principais temas e debates que agitaram a Casa, por meio da atuação de seus membros mais ativos. A partir daí, buscamos analisar a dinâmica parlamentar de tais debates e os variados sentidos políticos atribuídos a esses temas. Isso envolveu a leitura de, aproximadamente, 16 mil páginas dos Anais da Câmara dos Deputados, tanto no momento em que era a ex Assembléia Nacional Constituinte, quanto na nova legislatura iniciada em maio de 1935. Um trabalho difícil, a que se somou o desafio de produzir uma narrativa que não cansasse o leitor.

Assim, visando quebrar a aridez dos discursos em plenário e, principalmente, permitisse contextualizar e enriquecer a análise, optamos por combinar o estudo dos Anais da Câmara com um levantamento de notícias na imprensa. As notícias de jornal permitiriam situar melhor os acontecimentos da Casa, trazendo diferentes perspectivas e oferecendo ao leitor uma análise mais abrangente e detalhada desses acontecimentos, alguns pautados pela própria mobilização de grupos sociais organizados.

Entre os vários jornais pesquisados, destacamos o *Correio da Manhã*, o *Diário da Noite* e o *Jornal do Brasil*, que possuíam colunas de políticos e jornalistas importantes. Entre elas, vale destacar a de Costa Rego, sempre abordando temas polêmicos e de projeção nacional e que ficava na segunda página do *Correio da Manhã*, jornal do qual era editor-chefe. Igualmente importantes para nosso exame, eram as cartas de leitores, entrevistas com personalidades políticas e as charges, essas últimas retratando com humor o cenário político, quer com elogios, quer especialmente com críticas às lideranças da oposição e da situação. As charges, particularmente as estampadas na primeira página do *Diário da Noite*, por exemplo, contribuíam para driblar a censura e para ampliar o público de leitores sobre assuntos da política, democratizando o debate sobre os problemas em pauta.

Outra fonte importante, consultada na Biblioteca Nacional, foi a revista *Cultura Política*, publicada entre 1941-45. O exame dessa revista possibilitava o acesso a uma versão da atuação da Câmara dos Deputados, em visão retrospectiva do Estado autoritário, que podia ser muito interessante para nossa análise. Em *Cultura Política* o Estado Novo fez sua propaganda contra os órgãos representativos dos regimes liberal-democráticos, salientando seus vícios e inutilidade. Antes mesmo do estabelecimento do Estado Novo já se divulgava amplamente as dificuldades trazidas pelo Legislativo para uma eficiente gestão dos negócios públicos. A partir de 1937, as críticas em relação ao momento político anterior, tanto o período em que esteve em vigência a Constituição de 1934, como o período da Primeira República, acentuam-se, tendo em vista desqualificar as práticas legislativas e defender a concentração de poderes no Executivo. É quando o discurso que qualificava a Constituição de 1934 e a atuação do Legislativo entre 1934/37 como danosa e prejudicial aos ideais da Revolução de 1930, fica claro e muito propagado.

Antes de iniciar a análise do funcionamento da Câmara dos Deputados nos anos de 1934 e 1935, consideramos útil traçar algumas considerações a respeito do Poder Legislativo no Brasil, em especial nos anos 1930.

A expressão “parlamento” era comumente utilizada, no período, para se fazer referências ao Poder Legislativo. Convém então buscar o sentido dessa palavra para trabalharmos melhor com os discursos políticos dos anos 1930/40. No *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio não constam as expressões “Poder Legislativo” e “Câmara dos Deputados”; o conceito de “Parlamento” açambarca as expressões anteriores. Embora Bobbio reconheça a enorme diversidade de situações históricas e as realidades completamente distintas dos países onde existem parlamentos, ele traça uma definição morfológica, de ordem geral, para a palavra: “uma assembleia ou um sistema de assembleias baseadas num princípio

representativo, que é diversamente especificado, mas determina os critérios da sua composição”. Os parlamentos gozam de atribuições variadas, mas têm um denominador comum, que os define funcionalmente como o lugar de "participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à ‘vontade popular’". [BOBBIO, 1992, p. 880]

Em outro trecho da mesma obra, uma questão de fundamental importância é apresentada:

Convém precisar que, ao dizermos assembleia, queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num princípio igualitário. Trata-se, por isso, de uma estrutura de tendência policêntrica. [BOBBIO, 1992, p. 880]

Logo, a definição de Parlamento carrega consigo uma pré-condição: a de que existem vários e diversificados grupos sociais representados nesse corpo político, segundo princípios não hierárquicos. O eleito, logicamente, terá que atuar de forma a beneficiar a população que o elegeu, mas sempre de forma negociada, já que a estrutura parlamentar é a de um colegiado de iguais. Por isso, na teoria, as decisões do Parlamento, em regimes democráticos, significam, em teoria, a concretização das aspirações populares, aí presentes por intermédio dos representantes legislativos eleitos.

O Parlamento, onde estão os representantes da população, deve estabelecer uma relação de cooperação com o Executivo, auxiliando no que é necessário e, ao mesmo tempo, fiscalizando suas iniciativas, o que se funda no princípio da divisão e equilíbrio entre poderes. Ao analisar as relações entre Executivo e Legislativo, Charles Pessanha destaca esse aspecto: a importância do Parlamento para o fortalecimento da democracia, uma vez que os poderes “se vigiam, cada qual impedindo o uso excessivo de poder pelos demais.” [PESSANHA, 2003, p. 142] Em princípio, não se pode ver o Legislativo como um empecilho ao Executivo ou vice-versa; são poderes que atuam juntos. O fato de existir negociação entre os poderes e também dentro do Legislativo deve ser visto sob uma perspectiva positiva, característica de governos democráticos:

Dizer que um projeto proposto pelo presidente é transformado pelo Legislativo ou que o presidente antecipa as preferências do Legislativo não é o mesmo que dizer que o Congresso é um obstáculo. Afinal, sob um governo democrático, deve-se esperar que o Legislativo possa exercer influência sobre as políticas públicas. [FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 107]

Muito da visão pejorativa a respeito das instituições legislativas, no Brasil, tem raízes no pensamento autoritário, para o qual contribuiu a literatura produzida pelos pensadores políticos do Estado Novo. Começamos com uma citação que demonstra exatamente essa aversão à figura do Parlamento:

O Parlamento, de estrutura política, tem apresentado duplo inconveniente. Quanto à função técnica, primordial, de elaborar as leis, se mostrou anêmico. O órgão defeituoso não pode exercer a sua função essencial. Mesmo quando apto ao cumprimento do seu papel, as competições políticas, o embate dos partidos, o manejo ardiloso do eleitorado e a cupidez das facções manietam os ‘representantes do povo’, entravando-lhes a atividade. (Oscar Tenório, *Cultura Política*, 1941)

Em 1941 o juiz cível Oscar Tenório foi mais um dos autores a escrever na importante revista, *Cultura Política* – veículo oficial de propaganda do Estado Novo – criticando o Poder Legislativo e defendendo a concentração de poderes no Executivo.¹ Contudo, embora sejam constantes as críticas feitas ao liberalismo pelos ideólogos do Estado Novo, são poucos os escritos dessa época destinados especificamente a analisar a Câmara dos Deputados que funcionou de 1934 a 1937. Em geral, a revista *Cultura Política* e outras publicações do pós-1937 tinham um caráter generalizante em sua elaboração, procurando abarcar história do Brasil como um todo, em seus diagnósticos. Preferencialmente, desqualificavam o período republicano anterior a 1930 e estabeleciam uma relação direta entre o significado moralizador da Revolução de 1930 e a implantação do Estado Novo, em 1937, ignorando o período de vigência da Constituição de 1934. O texto de Tenório é uma exceção, pois dá atenção ao período que antecede à ditadura de Vargas, evidentemente para apontar os supostos erros e falhas desse regime constitucional e fazendo coro à tese geral.

A análise da história do país, prática comum dos escritos dos intelectuais estadonovistas, tinha o intuito de explicar e justificar a importância das mudanças propostas pelo auto-intitulado “novo” Estado Nacional. Dessa forma, não por acaso, chamavam a Primeira República de “República Velha”. Já a chamada Revolução Constitucionalista, a criação da Constituição de 1934 e o momento político conturbado de 1935 eram vistos como desvios em

¹ “A Constituição de 10 de novembro de 1937 e o parlamento”, por Oscar Tenório (Juiz de Direito na 12ª Vara Cível da Justiça do Distrito Federal), p.181-192. Sessão “A estrutura jurídico-política do Brasil”. CULTURA POLÍTICA, Ano I, nº 2, Abril de 1941, Rio de Janeiro.

relação à Revolução de 1930, que não mereceriam muita atenção. Nessa visão, a criação do Estado Novo seria uma “correção de rumo” necessária ao país:

Os revolucionários de 1937 interpretam o período que vai até o golpe de novembro como um interregno à consecução do projeto de fundação do novo Estado. A Constituição de 1934, símbolo maior dos desvios revolucionários, é caracterizada como o resultado do malogro dos acontecimentos de 1930, e não como uma de suas possíveis culminâncias. A revolução paulista de 1932 é ignorada, e o caos político identificado em 1935 é diagnosticado como um produto direto da inconsistência e irrealidade da legislação liberal. Desta forma, são banidos da Revolução de 1930 quaisquer ideais reformadores da ordem liberal, que ficam caracterizados como descaminhos revolucionários. Daí a linha direta, embora interrompida, entre 1930 e 1937. [GOMES, 1982, p. 118]

Essa interpretação de Gomes, que se difunde a partir dos anos 1980, é clara quando estudamos alguns dos importantes ideólogos do Estado Novo. Entre eles se insere Azevedo Amaral, que inaugurou a sessão chamada “o pensamento político do chefe de governo”, no primeiro número de *Cultura Política*, lançada em março de 1941. Essa sessão, que vinha sempre no começo da revista, contou com grandes nomes, que escreviam no intuito de esclarecer aos leitores os motivos da conduta do chefe do governo e explicar a razão de suas atitudes, sempre compreendidas como necessárias para o bem do Brasil. No trecho a seguir, Azevedo Amaral comenta o porquê da superação da democracia liberal, não só no Brasil, mas no mundo:

As nações influenciadas pelas correntes intelectuais coloridas por tendências liberais foram, uma após outra, copiando as instituições que se lhes apresentavam como modelos padronizados de governo popular. Na grande maioria dos casos, essa adaptação artificial de criar regime incompatível com a realidade nacional agravou os vícios essenciais da democracia liberal. [AMARAL, 1941, p. 167]

Na mesma sessão, mas no número seguinte da revista, em abril de 1941, o poeta e crítico literário Rosário Fusco reforçou o texto de Azevedo Amaral, e ainda acrescentou mais críticas à democracia liberal. Dessa vez, apontando os vícios dos partidos e das eleições; tema recorrente do combate antiliberal:

A velha democracia do sufrágio eleitoral direto e dos parlamentos completava a sua aparelhagem de ilusionismo e de falseamento da intervenção do povo na vida pública (...). Os partidos eram na realidade apenas meios de organizar e disciplinar as massas eleitorais, iludindo-as com diferenças superficiais e insignificantes de opinião política, a fim de que elas não pudessem perceber como eram dirigidas no seu conjunto por uma única força orientadora, constituída pela coligação permanente

dos interesses reais do grupo, que oculto manipulava toda a maquinaria política.
[FUSCO, 1941, p. 169]

É necessário chamar a atenção para o fato dessa sessão, que abria a revista, se chamar “o pensamento político do chefe de governo”, dando um caráter pessoal ao exercício da presidência da República, com destaque para a figura de Getúlio Vargas. Ou seja, o governo era Vargas, ignorando-se os demais participantes. Desse modo foi reforçada sua caracterização não simplesmente como presidente, mas como grande líder a ser seguido.

Pelos exemplos, fica evidente como o mais importante periódico do Estado Novo ia propagando, em cada edição, o que já vinha sendo dito nos quatro anos anteriores, desde o golpe de 1937: a crença nas ações do Poder Executivo, encarnado no chefe de governo, contrastando com a descrença no Parlamento e nas organizações e práticas representativas da democracia liberal. Essa é a oposição constante que aparece no período de 1937 a 1945: presidente forte e eficiente / parlamento fraco, lento e ineficaz. Retomando o texto do juiz Oscar Tenório, citado anteriormente, ficam evidentes as críticas à “verdadeira” representatividade da Câmara dos Deputados, bem como sua avaliação do período político anterior, consagrado pela Constituição de 1934, como um momento de vícios inteiramente prejudiciais ao país:

O poder legislativo é constituído segundo o voto popular, direta ou indiretamente manifestado, e representa o povo, sem qualquer atributo. Nele não se representam as classes. Dele não participam grupos culturais que, por sua força moral e o prestígio de sua inteligência, deviam ter parte na difícil tarefa da técnica legislativa. Não se distinguem os representantes do povo, que são, em realidade, representantes de partidos poderosos, apoiados na finança e tendo como eficazes meios de propaganda a imprensa e o rádio. Assim como o liberalismo econômico produziu a escravização das massas trabalhadoras (neste particular a história da Inglaterra no século XIX é copiosa de exemplo), o liberalismo político instaurou o predomínio de grupos e até de famílias. O Parlamento corresponde, então, a essa realidade político econômica.
[TENÓRIO, 1941, p. 182]

Nesse texto, especificamente na parte com o subtítulo “A reforma do Poder Legislativo na Constituição de 1934”, o autor segue a mesma linha de pensamento de Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna, fazendo uma ode à necessidade de ampliação de poderes do Executivo e criticando duramente a Constituição de 1934 e o Poder Legislativo brasileiro do período 1934-1937:

Realizou o Brasil a sua reforma inicial na Constituinte de 1933-1934. O anteprojeto da Constituição elaborado pela Comissão nomeada pelo Chefe do Governo Provisório fechou os olhos à realidade mundial, especificamente europeia. Não se apercebeu das experiências empreendidas em nações cultas, mas angustiadas pela imperfeição de seus órgãos constitucionais. Os debates travados no seio da comissão não se alhearam do problema, mas a decisão foi pela manutenção do Parlamento político. [TENÓRIO, 1941, p.184]

Em seguida, finalizando, fez uma extensa avaliação, terminando por afirmar que: “Em pouco mais de três anos de existência, o sistema de 1934 revelou sua improdutividade” [TENÓRIO, 1941, p. 185 e 186]. O texto de Tenório é extremamente claro e raro ao procurar explicar o ecletismo da experiência institucional gerada pela Constituição de 1934, responsável, nessa perspectiva, por sua inépcia e fracasso certos.

É compreensível a aversão dos estado-novistas à Constituição de 1934, já que a nova Carta Magna do Estado Novo, outorgada pelo governo em novembro de 1937, evidencia diferenças fundamentais em importantes aspectos. Um deles era a série de poderes atribuídos ao Executivo, mais especificamente ao presidente. Ser a favor do Estado Novo e da nova constituição significava ser radicalmente contrário aos princípios da Constituição de 1934.

Dito isso, convém fazermos uma análise dessa relação de vigilância e colaboração – a clássica divisão de poderes – entre Legislativo e Executivo, que tem sido muito delicada no Brasil. Partindo da nossa primeira Constituição, a de 1824, é possível avaliar o significado da criação do Poder Moderador para a relação entre Executivo e Legislativo no Segundo Reinado, primeiro momento de relativa estabilidade política no Brasil independente. Sob um regime parlamentar, D. Pedro II teve que exercer seu poder Moderador ao lado dos liberais e conservadores, que além de fazer parte do Legislativo também compunham os Gabinetes Ministeriais, importantes organismos do Poder Executivo. Embora a tradição historiográfica brasileira afirme uma superposição do imperador, por meio do Poder Moderador, colocando-o como árbitro para o convívio harmonioso entre grupos políticos rivais, na prática, essa preponderância do monarca parece não ter existido como se imaginava, conforme estudos recentes começam a demonstrar.

Há quase que uma tradição historiográfica que dá ao Legislativo essa posição subalterna, esvaziando sua capacidade enquanto força política na história do Brasil do Segundo Reinado. Existe, portanto, uma tendência a dar mais atenção às ações advindas do imperador, preterindo-se a atuação do Legislativo imperial. Em tese de doutorado recentemente defendida, Sérgio Ferraz procurou estudar o Poder Legislativo no Segundo Reinado. Relativiza essa suposta e completa dominância do Poder Moderador, evidenciando o

quanto era decisiva, mas ressaltando que o imperador não atuava em um vazio. Ao fazer um levantamento das mudanças ministeriais ao longo dos 49 anos de reinado de D. Pedro II, avaliou a importância da força do poder Moderador e dos confrontos entre Executivo e Legislativo para a duração dos gabinetes no período. Nesse sentido, privilegiou os motivos das quedas desses gabinetes ministeriais, chegando a um resultado surpreendente, no que diz respeito à ação do Legislativo imperial:

(...) a atuação do Trono, através do Poder Moderador, não explica a rotação de governos entre 1840 e 1889. Distintamente, o estudo realizado mostra que conflitos, efetivos ou potenciais, entre o Executivo e o Legislativo, em especial a Câmara dos Deputados, foram o motivo mais frequente para a queda de gabinetes no Império, respondendo por mais da metade dos episódios examinados (19 em 37). Somando esse primeiro conjunto de casos àqueles em que a Câmara e o Trono exerceram, conjuntamente, interferência fundamental para a demissão de ministérios, nota-se que em cerca de 60% das retiradas (22 em 37) há atuação política decisiva do Legislativo. Esse dado desmente a suposição de irrelevância das instituições representativas no sistema político do Segundo Reinado. [FERRAZ, 2012, p. 54]

Como se vê, tomando-se esse indicador – a queda de gabinetes –, o Legislativo evidencia sua forte presença e influência, mesmo no enfrentamento do Moderador, o que sugere não ser apenas nessa questão central que tal poder atuava decisivamente. Mas, de todos os períodos da história do Brasil, a Primeira República talvez seja o momento em que o Poder Legislativo é alvo de mais descrédito e críticas na historiografia brasileira. Frequentemente, os cerca de quarenta anos dessa experiência liberal são anunciados como décadas em que o Executivo tinha amplos poderes e o Legislativo operava a seu reboque, a ponto de ser frequentemente ignorado ou minimizado nos estudos sobre o período. Embora tenham existido fraudes eleitorais e interferência do Executivo no Congresso Nacional, não é adequado generalizar e negar a existência de disputas eleitorais como eventos fundamentais na luta política por acesso ao Poder Legislativo e obviamente em seu funcionamento. Não podemos absorver acriticamente o discurso estado-novista, desqualificando completamente a Primeira República. Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu analisam essa vertente da historiografia brasileira e apresentam uma perspectiva diferente:

[A designação de República Velha] foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30. Desde então, ela foi propagada, com ênfase durante os anos do Estado “Novo”, outra fórmula de periodizar a história política brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas que o precederam. (...) A Primeira República, a partir daí decididamente “velha”, também em bloco, passa a ser avaliada como um grande fracasso e equívoco (...). Quer dizer, marginaliza-se, nunca ingenuamente, todo um conjunto de vivências, envolvendo diferenciados

grupos sociais, que demandavam políticas às autoridades públicas, propondo e implementando uma série de iniciativas através de suas formas de associativismo, fossem elas na área da educação, da saúde, da política econômica, da regulamentação do mercado de trabalho e da expressão cultural, entre outras. Um processo de escolhas do que lembrar e do que esquecer que é obra política articulada desde os anos 1920, mas que permanece tendo vigência na historiografia. [GOMES; ABREU, 2009, p. 1-13]

Corroborando com a citação acima, recentes estudos apontam disputas eleitorais acirradíssimas, como a entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes, em 1929; Artur Bernardes e Nilo Pessanha, em 1922; e Hermes Fonseca e Rui Barbosa, em 1910. Esta última analisada pela historiadora Vera Lúcia Bogéa Borges, que mostra a competição voto a voto entre os candidatos. [BORGES, 2011].

Jaqueline Zulini, em artigo recente, afirma que as eleições na Primeira República foram decididas por muitas outras formas de convencimento, que não a força e a intimidação dos votantes. Segundo ela, “uma série de relatos revela que a conquista dos eleitores não se fazia apenas por meio da violência física ou da mera coação, mas também se amparava na lógica clientelística, via concessão de favores ou subordinação direta do eleitor” [ZULINI, 2013, p. 3]. Clientelismo, aí, como uma linguagem da política que não destituiu o eleitor de vontade, mas ao contrário, considera seus interesses dentro do contexto em que se movia, além de distinguir entre um eleitorado urbano e rural. Da mesma forma, ela defende que o Legislativo não foi meramente uma marionete a serviço do poder presidencial. Havia frequentes disputas intrapartidárias e debates acalorados em plenário. Ignorar o Legislativo como um real poder dessa República seria deixar à margem da história a atuação parlamentar de nomes como os dos deputados federais Maurício de Lacerda – uma das vozes a lutar pelos direitos dos trabalhadores – e Elói Chaves – autor do projeto da primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões, em 1923 –, por exemplo.

Inclusive Claudia Viscardi, entre outros, já chamara a atenção para a necessidade de se fazer uma revisão nos estudos políticos sobre a Primeira República brasileira. Ela questiona a solidez da aliança tão enfatizada entre o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP) e aponta as grandes diferenças, disputas e a instabilidade no diálogo entre essas duas forças políticas do período. [VISCARDI, 2001] Ou seja, é necessário compreender a Primeira República em toda a sua complexidade, evitando aderir à definição criada intencionalmente pelo Estado Novo de República Velha com o objetivo de desqualificar o período republicano que o antecedeu.

Portanto, estudar o Poder Legislativo é essencial para a compreensão do funcionamento do Estado e da dinâmica da política brasileira. Não é correto superdimensionar o Executivo e ignorar o Legislativo, *locus* onde se efetivava um intenso debate político e onde se encontravam representantes de todos os estados do país. É claro que é necessário analisar e apontar as falhas e problemas de seu funcionamento, mas é igualmente importante atentar para a atuação dos deputados e ver o Congresso Nacional como uma instituição ativa e participante da história nacional.

Sem nos alongarmos muito em relação à Primeira República, que não é nosso objeto de estudo, cabe nomear algumas das importantes mudanças eleitorais instituídas por Vargas no pós-30. Diante das pressões pela reconstitucionalização do país e pelo restabelecimento do Poder Legislativo, ele buscou alterar em pontos fundamentais as normas do processo eleitoral, através do Código Eleitoral de 1932. Era uma resposta tanto aos anseios moralizadores advindos de diversas parcelas da sociedade brasileira, desde a década de 1920, quanto às promessas do candidato na campanha eleitoral de 1930. Ao se garantir eleições “limpas”, minava-se o aparelho eleitoral das elites estaduais situacionistas do pré-1930, buscando-se atingir práticas políticas arraigadas há décadas, em especial por meio da instituição do voto secreto e da Justiça Eleitoral. Além dessas medidas, o novo Código também estabelecia o voto feminino e a representação classista, ao lado da representação via sistema proporcional, por exemplo.

Mudanças que efetivamente tiveram repercussões nos pleitos realizados na década de 1930, bem como no funcionamento das instituições legislativas. Assim, as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, significou inequivocamente um novo equilíbrio entre as relações do Executivo, com o Legislativo. A partir de novembro desse ano, com os trabalhos da Constituinte e desde outubro de 1934, com as eleições para a Câmara Federal, o Poder Legislativo ganha nova força em sua dinâmica interna e em suas relações com o ocupante do Executivo. Ao menos, era o que tudo indicava em meados dos anos 1930.

As eleições para a Constituinte se fizeram com o novo Código Eleitoral em vigor. Ângela de Castro Gomes destaca, nesse contexto, como a extensão do direito de voto às mulheres, que pela primeira vez puderam ir às urnas, para além dos ganhos simbólicos, também aumentou o número de eleitores e significou mais um golpe contra o sistema eleitoral da Primeira República:

A conquista do voto secreto representava uma aspiração antiga de todos aqueles que, vendo-se excluídos do poder, lutavam para alcançá-lo ainda na década de 1920. (...) Além disso, o novo Código ampliava o corpo político da nação, concedendo o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados, sem distinção de sexo. [GOMES, 2007, p. 22]

Nas eleições de 1933 e 1934 a oposição tomou vulto, o que não havia ocorrido até então no regime republicano brasileiro. Embora todas essas mudanças visassem minar o grande controle político que as oligarquias estaduais tinham sobre as eleições, devemos ter em mente que, dos oito membros efetivos da Justiça Eleitoral, três eram nomeados diretamente pelo presidente da República, sendo que entre os oito suplentes (substitutos), quatro também eram escolhidos pelo Executivo. Portanto, mesmo essa instância jurídica, garantidora da lisura dos pleitos, não estava imune à influência de quem ocupasse a presidência da República. Portanto, é preciso relativizar a afirmação de Silva [2013, p.3], de que a Justiça Eleitoral era um “órgão neutro”. Talvez seja mais adequado dizer que tinha grande margem de isenção para a fiscalização das eleições, sobretudo se contraposta à Câmara dos Deputados, antiga responsável pela tarefa. Mas, mesmo assim, o novo órgão fiscalizador foi apontado algumas vezes como omissos diante dos ataques sofridos pelas oposições, durante as campanhas eleitorais tanto nas eleições de 1933 como nas de 1934, conforme veremos.

Contudo, o aumento da competição político-partidária e o aprofundamento das disputas políticas no pós-1933, com o resultante crescimento da oposição na Constituinte e na Câmara dos Deputados apontavam para um cenário distinto daquele até então conhecido. A partir de 1934 o Poder Legislativo se fortaleceu e passou a exercer com mais independência a função de impedir o demasiado fortalecimento do Poder Executivo. Uma tendência que poderia levar à grande concentração de decisões nas mãos do presidente, como já ocorrera no Governo Provisório, por exemplo. Portanto, as propostas de Vargas seriam objeto de um controle bem maior pela Câmara Federal. Conforme analisa Bobbio:

Intermediário do apoio ou dissenso, o Parlamento ajuda a conferir ou a subtrair legitimidade política ao governo (...). [Uma de suas funções] é a do controle do Executivo e das atividades dos seus setores burocráticos. (...) O Parlamento, que limitasse a sua intervenção apenas à fase legislativa, deixaria escapar uma importantíssima parcela do processo político. O real peso político do órgão representativo deveria ser avaliado, portanto, tendo também em conta a eficácia da sua atividade de controle. [BOBBIO, 1992, p. 884 e 885]

Embora defenda que a atividade do Legislativo seja benéfica e necessária à democracia, e que suas negociações com o Executivo não possam ser vistas como um obstáculo, Bobbio observa que, em caso de falta de diálogo, o presidente da República pode vir a ter problemas de governabilidade:

(...) o Parlamento pode recorrer à ameaça, ou de obstar o Executivo nos aspectos do seu programa que, exigindo a forma legislativa, tem de passar pelo crivo parlamentar, ou de negar fundos aos programas governamentais. Mas, em linhas gerais, o instrumento parlamentar de controle mais comum está no poder de tornar notória e apontar à opinião pública, por meio da solicitação de explicações, interpelações e inquéritos, a atuação do Executivo. [BOBBIO, 1992, p. 886]

Devido a esse tipo de função do Legislativo, os momentos da apreciação do orçamento do país, por exemplo, tornam-se sempre delicados e fundamentais. É então que o Parlamento pode se manifestar, aprovando ou desaprovando projetos do governo, assim como criando outros projetos para que o Executivo os coloque em prática. Como se verá, as votações dos orçamentos para 1935 e 1936, ilustram bem esse ponto, já que causaram intensos debates no plenário da Câmara, demandando muita articulação política com Vargas.

A Constituinte eleita em março de 1933, funcionou a partir de novembro desse mesmo ano. Na etapa final de seus trabalhos, pelo artigo 2º das Disposições Transitórias da Constituição de julho de 1934, ela se deliberou por sua transformação à condição de Câmara dos Deputados, até que as eleições previstas para outubro de 1934 elegeassem os novos representantes do país. Vale ressaltar que a Constituição de 1934 não deu ao presidente a faculdade de governar utilizando decretos-leis ou qualquer tipo de prerrogativa excepcional, como ocorria durante o Governo Provisório, encerrado com a promulgação da nova Carta. As únicas exceções previstas eram as situações caracterizadas como Estado de Sítio ou de Guerra. A grande preocupação dos constituintes quanto a essa questão tinha razão de ser, tendo em vista os três anos do Governo Provisório e a desconfiança que parte da elite política tinha em relação à atuação de Vargas como presidente constitucional.

O veto ao uso de decretos-lei, mesmo com Vargas tendo ampla maioria na Constituinte, demonstra tal preocupação, bem como a necessidade sentida por grupos políticos de ampliarem sua força através das práticas legislativas. Afinal, o Parlamento queria influir no futuro do país, após três anos de afastamento do cenário político. Portanto, ao negar ao Executivo o poder de expedir decretos-lei – a oposição e também alguns aliados de Vargas – defendiam a possibilidade de, finalmente, atuarem como protagonistas no jogo político

nacional e estadual. Além disso, o fim dos decretos-lei era uma decisão de grande peso simbólico, sinalizando para a sociedade que o governo discricionário estava acabado. Vargas, a partir daí, teria que negociar com o Legislativo para a implementação de seus projetos, durante seu governo constitucional, o que significava negociar com a oposição e também com seus próprios aliados.

A não concessão, ao presidente da República, do poder de expedir decretos-lei não foi o único ganho do Legislativo na Constituição de 1934, no que tange à restrição de poderes do Executivo. Charles Pessanha mostra que, quando comparada às duas Cartas anteriores da história brasileira (1824 e 1891), a Constituição promulgada em 1934 demonstra a maior preocupação de seus elaboradores em impedir o fortalecimento entendido como excessivo do Executivo, assegurando que as prerrogativas do Legislativo fossem respeitadas.

As duas experiências anteriores (1824 e 1891), acrescidas da experiência do Governo Provisório, a partir da Revolução de 1930, levaram a Constituinte de 1934 a definir os poderes e, ao mesmo tempo, acrescentar salvaguardas impeditivas da delegação disfarçada. [PESSANHA, 2003, p. 160]

Pessanha cita o artigo 3º da Constituição de 1934 como um bom exemplo da intenção da Assembleia Nacional Constituinte de evitar a hipertrofia do Executivo. Tal artigo “proíbe de forma insofismável a delegação legislativa ao vedar ‘aos Poderes constitucionais delegar suas funções’ e ao ressaltar que ‘o cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro’, aproximando-se, portanto, do modelo de separação de poderes”. [PESSANHA, 2003, p. 161] Ou seja, o Poder Legislativo não poderia delegar sua função legislativa ao Executivo, sendo expressamente proibido o acúmulo de funções. Dessa forma, fica clara a preocupação do referido artigo constitucional em proteger a clássica separação dos poderes e evitar que um deles se fortalecesse em detrimento dos outros.

Alguns intelectuais que defendiam a cessão de mais poderes ao Executivo trataram de trabalhar contra tal artigo. Oliveira Vianna, por exemplo, pediu que o artigo 3º não fosse interpretado rigidamente [VIANNA, 1937, p. 221], e defendeu a delegação ao Poder Executivo de autoridade sobre questões legislativas como uma prática mais condizente com o momento histórico vivido, marcado por governos que teriam que ser ágeis para serem eficientes. Vianna realçou a importância de ações rápidas por parte dos governos, justificando com isso a necessidade de que eles obtivessem o direito de emitir decretos-lei. Francisco Campos também acentuou que, no contexto mundial, a tendência era pela delegação de poderes ao Executivo. Para ele, o Parlamento deveria traçar princípios gerais de conduta,

cabendo ao Executivo montar um corpo técnico para tratar da implementação de tais princípios. [CAMPOS, 1940, p. 51]

Pessanha mostra que, com o golpe de 1937 e a instalação do Estado Novo, que fechou o Legislativo, retornou ao Executivo o poder de elaborar decretos-lei que a Constituição de 1934 havia afastado. O resultado foi que, de 12/11/1937 a 17/09/1946, quando finda essa experiência ditatorial, o Executivo havia expedido um total de 9.914 decretos-lei, o que evidencia sua ampla utilização e presença no cotidiano de funcionamento do Executivo brasileiro. [PESSANHA, p. 163]

A Constituição de 1934 foi, à época de sua aprovação, bastante celebrada por encerrar o governo discricionário e trazer o país de volta ao regime constitucional. Suas Disposições Transitórias definiram etapas políticas a serem cumpridas em curto prazo, para a concretização e consolidação de um regime liberal-democrático e para a reorganização do espaço político. Os três primeiros artigos das Disposições diziam respeito, respectivamente, à eleição do novo presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte (ANC); a transformação da ANC em Câmara dos Deputados – até que uma nova fosse eleita; e a convocação de eleições, para que a nova Câmara fosse escolhida pelos brasileiros no prazo máximo de três meses, o que ocorreu em outubro de 1934, como se disse. Ainda se apontava a data para a realização das eleições classistas para a próxima legislatura: janeiro de 1935.

A posse da nova legislatura se daria em meados do primeiro semestre de 1935, tendo em vista que precisariam ser realizadas as apurações das eleições de outubro de 1934 e de janeiro de 1935. Ou seja, a Câmara dos Deputados provisória, antiga Constituinte, ficaria em funcionamento por mais de um ano, acumulando as funções de Câmara dos Deputados e Senado Federal, de julho de 1934 até abril de 1935.

As Disposições Transitórias tocaram também em várias questões de distribuição de renda entre os estados, assim como de aspectos da organização da Justiça e da definição de fronteiras estaduais. O Artigo 11 previu a criação de um novo Código de Processo Civil e Comercial e também de um Código de Processo Penal. Dos seus 26 artigos, outros três merecem atenção especial. O artigo 16 exigia que fosse “imediatamente elaborado um plano de reconstrução econômica nacional”. Ou seja, a preocupação com a crise econômica e financeira do país era um dos assuntos mais presentes e prementes nos anos 1934 e 1935. Era ponto pacífico que Legislativo e Executivo deveriam buscar soluções para que o Brasil conseguisse se recuperar dos problemas gerados pela crise de 1929, que se acentuaram com a guerra civil de 1932 e precisavam se superados.

Preocupado com o retorno à legalidade constitucional, Vargas tratou de se proteger com o artigo 18 das Disposições Transitórias: “Ficam aprovados os atos do Governo Provisório, dos interventores federais nos Estados e mais delegados do mesmo Governo, e excluída qualquer apreciação judiciária dos mesmos atos e dos seus efeitos”. Era a forma pela qual o presidente se resguardava de qualquer tentativa de adversários políticos de questionar ou derrubar as medidas tomadas por ele e seus aliados, durante o Governo Provisório.

E, finalmente, merece destaque o artigo 19 que concedeu “anistia ampla a todos quantos tenham cometido crimes políticos até a presente data”. Se, por um lado, os revolucionários de 1930 se beneficiassem, por outro os adversários de Vargas, que participaram da guerra de 1932 e/ou que se opuseram de qualquer outra forma ao Governo Provisório, também o foram, obtendo o perdão oficial. Logo, se julho de 1934 celebrou o retorno do país à ordem legal, com a aprovação da Constituição de 1934, o retorno à liberal democracia concretizou também a volta dos exilados políticos, muitos dos quais ferrenhos opositores de Vargas e seus aliados.

Contudo, os governistas obtiveram uma grande vitória com a eleição de Vargas para presidente, graças à maioria que tinham na Constituinte. Mas a oposição estava em condições de se fortalecer com o retorno de figuras emblemáticas, como Borges de Medeiros, Artur Bernardes e João Neves da Fontoura. Eles engrossariam as fileiras antigetulistas quantitativa e qualitativamente, com efeitos não previsíveis.

A Constituição de 1934 inaugurou um momento, em que um novo campo de luta política foi aberto. Vargas, sem o poder dos decretos-lei, teria que se articular e negociar muito, de modo a manter sua maioria na Câmara. O Legislativo estava de volta e seria protagonista na intensa disputa política que se efetivaria no Brasil durante o Governo Constitucional de Vargas.

Para enfrentar essa conjuntura, a partir com funcionamento da Câmara dos Deputados, a tese foi dividida em cinco capítulos. O objetivo dos dois primeiros é apresentar um panorama geral do funcionamento dessa Câmara dos Deputados tão excepcional, que funcionou entre julho de 1934 e abril de 1935.

No primeiro capítulo o tema central abarca as questões em debate no momento que antecede as eleições de 14 de outubro de 1934. Mesmo com a Câmara esvaziada por causa das campanhas eleitorais dos deputados, que tentavam a reeleição, questões importantes foram tratadas, entre as quais: o retorno dos políticos anistiados pela Constituição de 1934; as denúncias da bancada classista de empregados a respeito de violências policiais cometidas contra sindicatos e trabalhadores; e a discussão acerca do afastamento dos então interventores

federais dos estados e do Distrito Federal, até que fossem realizadas as eleições, uma vez que muitos deles eram candidatos desejosos de permanecer no cargo e utilizá-lo para tanto.

O capítulo dois trata dos acontecimentos ocorridos na Câmara entre as eleições legislativas de outubro de 1934 até o final do período de prorrogação dos mandatos dos deputados constituintes, em abril de 1935. O assunto mais importante do final do ano de 1934 foi a votação do orçamento para 1935. No início do ano seguinte, chegava à Câmara o projeto da Lei de Segurança Nacional (LSN), em cuja formulação os representantes do estado de São Paulo tiveram participação fundamental, por via da figura do ministro Vicente Ráo e do deputado Cardoso de Mello Netto, líder do Partido Constitucionalista de São Paulo (PC/SP) e aliado fiel de Vargas.

Em seguida, os capítulos três e quatro analisam a nova legislatura, eleita em outubro de 1934. Os deputados eleitos assumem em maio de 1935 e nosso estudo os acompanha até dezembro de 1935. São oito meses marcados pelo crescimento paulatino da oposição parlamentar e por graves crises que atingem o governo e seus aliados.

O capítulo 3 traça o perfil da nova Câmara e estende a análise até as consequências do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, em julho de 1935. Sob a batuta de João Neves da Fontoura, que substituiu Sampaio Corrêa como líder da oposição na Câmara, a minoria parlamentar mostra mais poder de ação e mais contundência nas críticas ao governo. Cada vez mais o alvo é a pessoa do próprio presidente Vargas. O capítulo mostra a guinada autoritária de Vargas, com as repetidas demonstrações de força por parte de um Executivo que dizia temer um golpe comunista que viria das ruas, mas que acreditava também estar sendo articulado dentro da Câmara dos Deputados, ou seja, pelo próprio Legislativo. Dessa forma, o Legislativo estaria traíndo o país e se configurando como um poderoso inimigo. O fechamento da Aliança Nacional Libertadora acabou sendo o símbolo dessa postura governamental, que passava a investir sobre os representantes e as próprias instituições parlamentares.

O capítulo 4 faz uma análise minuciosa da grave crise que assolou a política brasileira de agosto a novembro de 1935. Primeiro, analisa-se a interferência do presidente, por meio do Ministro da Justiça, na escolha do novo governador do Estado do Rio de Janeiro, o que trouxe como consequência uma grande desarmonia entre seus aliados. Raul Fernandes, inconformado com a intromissão do governador gaúcho Flores da Cunha nos problemas fluminenses, acaba renunciando ao posto de líder do governo na Câmara dos Deputados. Vargas, diante do ocorrido, vê aumentar sua distancia em relação a Flores, o que poderia culminar na passagem deste para a oposição.

Em novembro de 1935, o presidente vivia sua pior crise, com aliados chegando a propor que seu governo estivesse já enfraquecido após cinco anos e que seria melhor reavaliar sua continuidade na presidência. Todo esse cenário acaba se modificando após os levantes a que convencionou chamar de “Intentona Comunista”. O fantasma comunista foi superdimensionado e uma verdadeira caça a adversários políticos foi colocada em ação, tendo como um dos resultados o enfraquecimento da oposição na Câmara dos Deputados.

No capítulo 5, que finaliza a tese, é dada especial atenção aos movimentos sociais do período de 1934 a 1935: como eles são levados e tratados na Câmara dos Deputados e que debates suscitam. Dessa forma, a Câmara é vista como um espaço político estratégico para a luta de movimentos e organizações sociais importantes, sendo utilizada para se expor problemas e discutir soluções para diversas situações conflituosas entre trabalhadores e governo. São destacadas, neste capítulo, a atuação dos deputados federais em favor do movimento operário e o papel da imprensa nessa questão.

A violência contra a imprensa, a expulsão de estrangeiros, a dissolução de manifestações e o ataque a sedes sindicais mostram uma face do governo constitucional de Vargas pouco estudado. Se, por lado, o diálogo existia por intermédio da ação Ministério do Trabalho e da articulação da legislação sindical, por outro lado a voz das ruas, quando demonstrava independência e criticava as decisões governamentais, era alvo de repressão violenta e feroz por parte das autoridades governamentais.

Portanto, pretendemos, por meio deste trabalho, apresentar um estudo das relações entre a Câmara dos Deputados e o do Governo Vargas em 1934 e 1935, tendo como base de análise as forças políticas que atuavam no Legislativo e o dos principais temas debatidos. Salienta-se a importância fundamental dessa instituição no período em questão e a necessidade da compreensão de seu funcionamento. O início do governo constitucional, precisamente o período que vai da promulgação da Constituição de 1934 até as consequências da chamada Intentona Comunista, é pleno de acontecimentos marcantes para a história política do país. Nesse período, acaba por constituir um panorama onde a correlação de forças terá consequências decisivas para nos anos seguintes, dando a Vargas mais poder e enfraquecendo as correntes políticas que tentavam desestabilizá-lo. Uma reflexão que pode acrescentar maior compreensão da dinâmica política que antecedeu ao estabelecimento do Estado Novo.

Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)

Capítulo 1: E a Constituinte se torna Câmara dos Deputados.

Vargas tem um visitante em seu gabinete – o escritor conterrâneo Moisés Vellinho. Conversam. É quando irrompe na sala o secretário da Presidência, alvoroçado, como convinha a um poeta. Ronald de Carvalho recebera e retransmitia a notícia de que acabara de ser votada a nova Constituição. Não foi contagiante seu entusiasmo. O ditador sorriu e disse para Moisés Vellinho: - “Serei o primeiro revisionista”. [SILVA, 1969, p. 563]

Foi o fim do Governo Provisório. Em 15 de julho de 1934 uma nova Constituição foi aprovada e o país retornou ao estado de Direito, suspenso desde a Revolução de 1930.

Dois dias depois de aprovada a Carta, em 17 de julho, conforme estava previsto no artigo 1º das Disposições Transitórias da Constituição, os deputados constituintes elegeram o presidente da República. Vargas foi o escolhido para o mandato que iria até início de 1938, quando, aí sim, seriam realizadas eleições diretas para o cargo máximo do país.



Alfredo Storni, Diário da Noite, 20/07/1934, p. 1.

Alfredo Storni, famoso chargista da época, retratou a continuidade de Vargas. Ao longo deste capítulo estão presentes algumas de suas charges, que retrataram o cotidiano da época, dando atenção especial aos temas políticos. Convém lembrar a grande quantidade de analfabetos que havia no Brasil na década de 1930; sendo assim, o uso de imagens na imprensa tinha fundamental importância para atingir o público mais humilde e iletrado.

Storni trabalhou no *Diário da Noite* até o final de 1934, usando as principais personalidades políticas do país como fonte de inspiração para sua arte. Na charge acima, ele parafraseia D. Pedro I e faz referência ao presidente da Câmara dos Deputados, Antônio Carlos (PP/MG), que presidiu às eleições indiretas para a Presidência da República. Vargas obteve 175 votos, contra 59 de Borges de Medeiros e quatro de Góis Monteiro. Outras sete pessoas também foram votadas² [GOMES, 2007, P 70].

Pode-se dizer, sem dúvidas, que o período de reconstitucionalização foi um dos mais delicados de todo o governo Vargas. Isso porque foi o momento em que o presidente e seu governo estavam, ante o funcionamento da ANC, obrigando-se a abrir um espaço político de disputas, após quase três anos de regime de exceção.

Além disso, as mudanças trazidas pelo Código Eleitoral foram tão significativas que, embora não eliminando todos os problemas dos pleitos – o que seria impossível –, diminuía inegavelmente o grau de controle dos coronéis (locais e estaduais) sobre a população. Um dado que comprova a conclusão sobre a maior e real competitividade das eleições da década de 1930, quando comparadas com as ocorridas na Primeira República.

Em trabalho recente os pesquisadores Estevão Alves da Silva e Thiago Nascimento da Silva também dão atenção ao Código eleitoral de 1932, que teria sido grande responsável pela ocorrência do que consideram as “primeiras eleições competitivas no Brasil”: o pleito para a Constituinte, em 1933, e as eleições para a Câmara dos Deputados e para as constituintes estaduais, em 1934:

(...) são realizadas em um contexto de reconfiguração partidária e posterior a escolhas institucionais cruciais, oriundas do Código Eleitoral de 1932 (...). O quadro partidário se apresenta bem mais difuso em relação ao período descrito acima, pois cada estado apresenta, no mínimo, dois partidos nas eleições (...) [em razão das] reformas eleitorais presentes no Código Eleitoral de 1932, como a adoção do voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral e a Representação Proporcional” [SILVA, 2013, p. 1 e 2]

²Protogênes Guimarães teve dois votos e com um voto ficaram Raul Fernandes, Artur Bernardes, Afrânio de Mello Franco, Oscar Weinschenck, Paim Filho e Levi Carneiro.

Configuração do Sistema Partidário Pré-Constituinte de 1933

UF	Partido	Posição Política
AC	Legião Autonomista Acreana	Governo
AC	Lista Chapa Popular	Oposição
AL	Partido Nacional de Alagoas	Governo
AL	Partido Republicano de Alagoas	Oposição
AM	União Cívica Amazonense	Governo
AM	Coligação Trabalhista Liberal	Oposição
BA	Lista a Bahia ainda é a Bahia	Oposição
BA	Partido Social Democrático da Bahia	Governo
CE	Liga Eleitoral Católica	Oposição
CE	Partido Social Democrático	Governo
DF	Partido Democrático	Oposição
DF	Partido Economista do Brasil	Oposição
DF	Partido Autonomista do Distrito Federal	Governo
ES	Partido da Lavoura	Oposição
ES	Partido Social Democrático do Espírito Santo	Governo
GO	Partido Social Republicano de Goiás	Governo
GO	Coligação Libertadora	Oposição
MA	Partido Republicano do Maranhão	Oposição
MA	União Republicana Maranhense	Oposição
MA	Partido Social Democrático do Maranhão	Governo
MT	Partido Constitucionalista	Oposição
MT	Partido Liberal Mato-Grossense	Governo
MG	Partido Republicano Mineiro	Oposição
MG	Partido Progressista	Governo
PA	Partido Liberal do Pará	Governo
PA	Partido Republicano Conservador	Governo

PA	Frete Única Paraense	Oposição
PB	Partido Progressista da Paraíba	Governo
PB	Partido Republicano Libertador	Oposição
PR	Partido Social Democrático	Governo
PR	Partido Liberal Paranaense	Oposição
PE	Partido Republicano Social	Oposição
PE	Partido Social democrático de Pernambuco	Governo
PI	Partido Nacional Socialista	Governo
PI	Lista Hugo Napoleão	Governo
RJ	Partido Socialista Fluminense	Indefinido
RJ	Partido Republicano Fluminense	Oposição
RJ	Partido Popular Radical	Governo
RJ	União Progressista Fluminense	Governo
RN	Partido Popular do Rio Grande do Norte	Oposição
RN	Partido Social Nacionalista	Governo
RS	Partido Republicano Liberal	Governo
RS	Chapa Única	Oposição
SC	Col. P. Republicano/Leg. Republicana	Oposição
SC	Partido Liberal Catarinense	Governo
SP	Legenda Chapa Única	Oposição
SP	Partido Socialista Brasileiro	Governo
SP	Partido da Lavoura	Governo
SE	Lista Liberdade e Civismo	Governo
SE	União Republicana de Sergipe	Indefinido

Apud SILVA, 2013, p. 31 e 32. Boletim Eleitoral, 1933; Dicionário Histórico–Biográfico.

Logo, em 1933 e 1934 tínhamos de fato uma oposição forte para o enfrentamento político e com razoável capacidade de competir eleitoralmente após o enfraquecimento da “política dos governadores”, possibilitando que as disputas que geralmente aconteciam dentro do mesmo partido se aprofundassem e refletissem um novo quadro partidário, com o surgimento de partidos de oposição capazes de enfrentar os governistas, se não de igual para igual, mas com maiores chances de êxito do que antes do novo código.

E sobre as consequências dessa maior competitividade das eleições para o sistema político, recorremos a Bobbio. Ele considera as condições em que se dão os pleitos eleitorais como um ponto fundamental para definir o clima político do parlamento. Para se estabelecer "seu grau de autonomia em relação às demais estruturas políticas", bem como as relações entre oposição e situação em seu interior. Vale a citação:

O nível competitivo do processo eleitoral pode muito bem ser definido como elemento discriminante entre duas categorias de Parlamentos: Parlamentos que assumem um papel fundamental na vida política e Parlamentos reduzidos a um papel de adorno ou de fachada. O Parlamento reproduz, com efeito, se bem que com certa distorção, prolongando-a pelo período da sua duração, a dialética das forças políticas que o momento eleitoral pôs em relevo. [BOBBIO, 1992, p. 880]

Silva apresenta dados que não apenas comprovam a existência de pelo menos um partido de oposição em cada estado, como afirma que em algumas situações os governistas foram derrotados. Nesses raros e surpreendentes casos, uma numerosa bancada de oposição teve assento na Câmara Federal. Nas eleições de outubro de 1934, em que foram eleitas uma nova Câmara Federal e Assembleias Constituintes Estaduais, confirma-se a capacidade da oposição em obter significativas vitórias em determinados estados e, mesmo quando derrotada, assegurar sua presença em plenário.

Número de Partidos, Maioria Legislativa, e Porcentagem da Representação da Minoria nas Câmaras Federal (C. Federal) e Estaduais (C. Estaduais) no Brasil em 1934

Estados	Número de Partidos	Maioria Legislativa (Governo ou Oposição)	Porcentagem da Representação Minoritária (C. Federal)	Porcentagem da Representação Minoritária (C. Estaduais)
AC	2	Oposição	0	0 ¹
AL	2	Governo	12%	15%
AM	3	Governo	25%	20%
BA	2	Governo	30%	30%
CE	3	Oposição	35%	45%
DF	2	Governo	20%	Sem informação
ES	3	Governo	25%	35%
GO	2	Governo	25%	35%
MA	5	Oposição	28%	45%
MT	2	Oposição	25%	40%
MG	2	Governo	30%	30%
PA	2	Governo	25%	30%
PB	3	Governo	10%	15%
PR	3	Governo	34%	30%
PE	5	Governo	20%	30%
PI	2	Governo	20%	30%
RJ	5	Oposição	40%	40%
RN	2	Governo	40%	45% ¹

RS	2	Governo	30%	35%
SC	2	Oposição	35%	50%
SP	2	Governo	35%	35%
SE	3	Governo	0	0

1. O estado do Acre (AC) e o estado de Sergipe (SE) são os únicos estados com câmaras unânimes. No caso do Acre o partido de oposição controlou em 1934 todas as cadeiras das câmaras disponíveis para o estado. E, no caso de Sergipe, se deu o oposto, todas as cadeiras disponíveis para o estado foram controladas por partidos do governo.

2. O estado do Rio Grande do Norte (RN) é o único estado com uma espécie de governo dividido. O governo conseguiu 60% do total da representação na câmara federal disponível para o estado, mas não alcançou maioria legislativa na representação estadual (portanto, o valor percentual de 45 na célula corresponde à representação do partido do governo e não ao partido da oposição).

Apud SILVA, 2013, p. 36 e 37.

Esse maior acesso da oposição ao Legislativo foi gerado por outra importante mudança no Código Eleitoral de 1932: a mudança do sistema eleitoral majoritário da Primeira República para o chamado sistema misto. Ou seja, primeiro era estabelecido um quociente eleitoral por partido para a ocupação das vagas na Câmara, a proporcionalidade; em seguida, as cadeiras restantes eram distribuídas diretamente entre os candidatos mais votados, o sistema majoritário.

É consensual, na literatura, que a maior abertura de espaço para a oposição, ocasionada pelo Código Eleitoral de 1932, tinha como primeiro objetivo enfraquecer o coronelismo e o controle eleitoral das antigas oligarquias sobre os resultados eleitorais. Isso possibilitou que o voto fosse disputado por uma quantidade maior de partidos, aumentando a competitividade eleitoral. Para Bobbio, um fator gerador de um parlamento mais atuante e independente, e também um obstáculo à concentração dos votos em um único partido. O governo acreditava que, tendo seus interventores nos governos dos estados, além de partidos inspirados na Revolução de 1930, sua vitória seria folgada. Por um lado, estava certo, pois de fato os candidatos governistas obtiveram bons resultados; mas por outro lado, o voto secreto e o novo modelo eleitoral possibilitaram também sucessos importantes da oposição, transformando as práticas eleitorais do país.

A pesquisa de Silva mostra que, na Assembleia Nacional Constituinte, “apenas quatro estados tiveram bancadas monopartidárias”: Paraíba, Alagoas, Goiás e Acre. Já nas Câmaras Estaduais de 1934, somente o estado do Rio Grande do Norte teve somente um partido em

suas fileiras legislativas. Na Câmara Federal, eleita em outubro de 1934, que tomou posse em maio de 1935, essa situação também só ocorreu nas bancadas do Amazonas e Acre.

O primeiro efeito notório nos dados referentes aos pleitos pós promulgação do código (...) é a alteração no número de partidos e o posicionamento destes. Começa a existir uma divisão entre partidos situacionista e de oposição. Fato que, de acordo com a literatura especializada, não ocorria na lógica partidária da Primeira República. [SILVA, 2013, p. 31]

Silva mostra que nessas duas primeiras eleições legislativas após o Código Eleitoral de 1932 a oposição conseguiu conquistar 31,5% das cadeiras [SILVA, 2013, p. 34]. Embora estivesse em minoria em relação aos governistas, sem dúvida esse é um percentual bastante significativo. Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte a oposição venceu em cinco estados – AC, CE, MA, RN e SP – e no pleito de outubro de 1934 a vitória foi obtida em seis unidades federativas – AC, CE e MA, de novo, e MT, RJ e SC pela primeira vez:

(...) é de substancial importância notar que a oposição teve espaço no cenário político; mesmo sendo pequeno, ela conseguiu vitórias em estados importantes, o que revela um sistema político com uma competição política institucionalizada, ainda que baixa, mas com potencial para crescimento. [SILVA, 2013, p. 38].

Portanto, ao assumir em julho de 1934 para um mandato de 4 anos, Vargas encontrava um cenário político de maior competitividade e de presença forte da oposição na Câmara.

Pronta a Carta Magna, Vargas se preparou para governar o Brasil, pela primeira vez, sob uma Constituição. No dia 20 de julho de 1934 o presidente registrou em seu diário: “Haverá amigos? Permanentes?”. [VARGAS, 1995, p. 308]. Esse comentário sintetiza bem sua preocupação com os políticos que o cercavam, especialmente os da Câmara dos Deputados. Assim iniciou-se o Governo Constitucional de Getúlio Vargas.

“A Assembleia Nacional Constituinte se transformará em Câmara dos Deputados e exercerá cumulativamente as funções do Senado Federal até que ambos se organizem” – era o que dizia o artigo 2º das Disposições Transitórias do texto constitucional.³ Ou seja, os deputados constituintes exerceriam o papel de deputados federais até maio de 1935, quando uma nova legislatura, eleita pelo voto popular, tomaria posse.

³ Constituição Federal de 1934.

Foram previstas eleições diretas em 90 dias para as Assembleias Legislativas Estaduais e para a Câmara Federal, que se realizariam em 14 de outubro de 1934. No mesmo dia teriam início também as eleições nos sindicatos, para a escolha dos delegados-eleitores que elegeriam os representantes classistas em janeiro seguinte. O texto constitucional definia que “os deputados das profissões serão eleitos na forma de lei ordinária, por sufrágio indireto das associações profissionais”. As divisões estabelecidas foram as seguintes: lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes; profissões liberais; e funcionários públicos. Cada um desses grupos elegeria representantes de empregados e empregadores.

Segundo a Constituição, os representantes estaduais na Câmara Federal seriam em número proporcional à população de cada estado e do Distrito Federal, não podendo exceder de um por 150 mil habitantes, até o máximo de vinte, e, deste limite para cima, de um por 250 mil habitantes; o número de deputados classistas seria em total equivalente a um quinto da representação popular. Já o território do Acre elegeria dois deputados.⁴

Os deputados constituintes que tiveram seus mandatos estendidos até abril de 1934 eram em número de 254, sendo 214 representantes de seus respectivos estados e 40 os representantes profissionais – dentre os quais 18 representavam os empregados, 17 os empregadores, três os profissionais liberais e dois os funcionários públicos.⁵

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama geral do funcionamento dessa Câmara dos Deputados tão excepcional, que funcionou entre julho de 1934 e abril de 1935. O recorte cronológico diz respeito, obviamente, ao período em que os deputados constituintes tiveram seus mandatos estendidos, até que uma nova legislatura tomasse posse. Além de ser um mandato “tampão” – exercido pelos deputados constituintes por menos de um ano –, o Congresso Nacional funcionou sem o Senado, que só voltou a existir juntamente com a nova Câmara eleita, a partir de maio de 1935.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira será explicado o trâmite de uma sessão legislativa e apontados os deputados que mais se destacaram no período analisado. Serão abordados também os principais temas do debate parlamentar e quais as estratégias utilizadas pelos deputados, em plenário, para conseguir aprovar ou bloquear o andamento de projetos de lei.

Já na segunda parte será analisado o funcionamento da Câmara dos Deputados no momento que antecede as eleições de 14 de outubro de 1934. Nas eleições seriam eleitos os

⁴ O Acre só veio a ser declarado estado com a Lei número 4.070, de 15 de junho de 1962.

⁵ Informações obtidas a partir da análise dos Diários da Câmara dos Deputados em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

deputados constituintes estaduais, os deputados federais e os vereadores da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Após a promulgação das constituições estaduais, as assembleias constituintes eleitas se tornariam assembleias legislativas e os deputados estaduais elegeriam os governadores e os dois senadores a que tinham direito cada estado e o Distrito Federal. Daí a grande importância das eleições de 14 de outubro de 1934, a partir das quais seriam definidos todos os representantes dos poderes Legislativo e Executivo estaduais e federal, com exceção apenas do Presidente da República.

Em razão disso, os deputados estavam com as atenções voltadas quase exclusivamente para as eleições, o que causou uma constante falta de quórum no plenário da Câmara. Como muitos deputados constituintes eram candidatos, é compreensível que estivessem preocupados com suas campanhas políticas. Contudo, mesmo com a Câmara esvaziada, temas importantes foram tratados, entre os quais: o retorno dos políticos anistiados pela Constituição de 1934, as denúncias da bancada classista de empregados a respeito de violências policiais cometidas contra sindicatos e trabalhadores; e a discussão acerca do afastamento dos então interventores federais dos estados e do Distrito Federal até que fossem realizadas as eleições, uma vez que muitos deles eram candidatos desejosos de permanecer no cargo e utilizá-lo para tanto.

Para facilitar o entendimento de como funcionava a Câmara, podemos dividi-la, em três grandes grupos: governistas, opositores e representantes classistas. A configuração de forças era bastante complexa, pois os deputados que eram de oposição ao interventor de seu estado não eram, necessariamente, opositores de Vargas em âmbito nacional. Cada estado tinha uma realidade política específica em sua composição de forças e relações com o governo federal. Logo, podiam existir, e era até comum haver, deputados rivais dentro de seu estado, que se uniam quando o assunto era o apoio ou o combate ao presidente Vargas.

Entre os classistas, obviamente, havia muita heterogeneidade. Primeiramente porque a bancada era dividida entre representantes de empregadores e de empregados, naturalmente com interesses diferentes. Em segundo lugar, porque cada categoria profissional tinha demandas próprias, o que fazia com que os representantes dos empregados também entrassem em conflito entre si.

1—Vozes do plenário da Câmara

Embora tivesse aliados em quase todas as maiorias estaduais, Vargas se apoiou

fundamentalmente no Partido Progressista Mineiro ⁶ (PP/MG), fundado em 1933 por Antônio Carlos de Andrada – que seria presidente da Câmara até 1937 –, e no Partido Republicano Liberal (PRL) ⁷, criado pelo interventor Flores da Cunha no Rio Grande do Sul, em 1932.

Os deputados governistas de Minas e do Rio Grande eram os principais pilares de Vargas na Câmara, recebendo ainda o importante reforço dos deputados paulistas, a partir de julho de 1934, quando o Partido Constitucionalista de São Paulo (PCSP) passou a apoiar o governo.

A vitória expressiva dos governistas nos estados, nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1933, mostrou a força do Governo Provisório. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o PRL conseguiu 13 das 16 cadeiras do estado, impondo uma esmagadora derrota à oposição. E em Minas Gerais, estado que tinha a segunda maior bancada da Constituinte, com 39 deputados ⁸, a eleição de 33 candidatos do Partido Progressista (PP) foi uma contundente vitória de Vargas sobre seus adversários do Partido Republicano Mineiro (PRM), que teve apenas seis eleitos. O significado da aliança entre o presidente e a maioria mineira era enorme. Minas Gerais era o estado com o maior eleitorado do país e tinha grande força política desde a Primeira República.

Muitos foram os deputados a discursar na Câmara a favor do governo, o que nos interessa como um bom indicador de a quem acompanhar para situar o ponto de vista governamental, em questões e momentos difíceis. Por isso, é difícil estabelecer quais foram os mais atuantes. Optamos por adotar dois critérios: os que mais vezes falaram em plenário e os que fizeram isso de forma mais contundente em defesa do presidente. Assim, pode-se citar o mineiro Pedro Aleixo (Partido Progressista/MG); os paulistas Cardoso de Mello Netto, Henrique Bayma e Morais de Andrade (todos do Partido Constitucionalista/SP); e os gaúchos João Carlos Machado e Adalberto Corrêa (ambos do Partido Republicano Liberal/RS).

Aleixo representava o Partido Progressista (PP), fundado em Minas Gerais para se contrapor ao tradicional Partido Republicano Mineiro (PRM), que era liderado pelo ex-presidente Artur Bernardes. Já pelo Rio Grande do Sul, Adalberto Corrêa e João Carlos Machado foram outros grandes colaboradores do presidente. Eram membros do Partido

⁶Para mais informações sobre o Partido Progressista de Minas Gerais, sua composição e sua estratégia de atuação na Constituinte, ver: CASTRO, Maria Helena de Magalhães. “A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 1930”. In: Gomes, Angela Maria de Castro. *Regionalismos e Centralização política – partidos e constituinte nos anos 30*. Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

⁷Para mais detalhes sobre a criação e a atuação do Partido Republicano Liberal, ver: BOMENY, Helena, “O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante”. In: Gomes, Angela Maria de Castro. *Regionalismos e Centralização política – partidos e constituinte nos anos 30*. Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

⁸Menor apenas que a bancada classista, que teve 40 representantes durante a Assembleia Nacional Constituinte e no período de prorrogação dos mandatos, de julho de 1934 até abril de 1935.

Republicano Liberal Rio-Grandense (PRL), chamado pela historiadora Maria Helena de Magalhães Castro de partido “emergencial”, porque foi criado às pressas visando às eleições para a Assembleia Constituinte.⁹ [CASTRO, 1980, p. 59]. Corrêa foi um dos principais defensores da aprovação da Lei de Segurança Nacional, enquanto Machado se mostrou um importante aliado do governo, sendo citado várias vezes nos registros feitos pelo presidente em seu diário.¹⁰

No Rio Grande do Sul, estado natal de Vargas, a Frente Única Gaúcha (FUG) representava uma importante força contra seu governo, que atribuía a ela boa parcela de responsabilidade pela eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932.¹¹ Portanto, o apoio contundente da bancada do PRL, em contraposição à FUG, significou muito para a estabilidade do governo federal.

Finalmente, no início do segundo semestre de 1934, São Paulo causou uma importante mudança no cenário político nacional: passou de radical adversário a aliado de Vargas, através do Partido Constitucionalista de São Paulo (PC/SP), que detinha a maioria da bancada do estado na Câmara Federal. Maior produtor de café do país, os paulistas foram uma força política da Primeira República. Já contando com o apoio da maioria dos deputados gaúchos e mineiros, Vargas se fortaleceu ainda mais ao negociar uma aliança com o maior partido paulista, cerca de dois anos depois do enfrentamento armado que tivera contra tal estado. Não é fácil precisar uma data exata para essa aproximação, mas a escolha de dois paulistas para importantes ministérios, no final de julho de 1934 serve como uma pista à nossa análise.

⁹ Segundo Castro, uma possível recomposição dos governistas com a Frente Única Gaúcha (FUG) não estava caminhando com a rapidez esperada e o pleito eleitoral estava próximo.

¹⁰ João Carlos Machado é citado dezenas de vezes por Vargas em seu diário, no período de julho de 1934 a dezembro de 1935. O presidente tinha tanta confiança nele, que, no momento de maior crise da base governista na Câmara, em novembro e dezembro de 1935, Vargas citou Machado como um dos responsáveis em contornar a crise política: menciona isso em seu diário nos registros referentes aos dias 11 e 21 de novembro e 6 de dezembro de 1935. VARGAS, Getúlio. Diário. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

¹¹ Nas anotações referentes ao dia 21 de agosto de 1935, o presidente registrou que a FUG teve grande responsabilidade na Revolução Constitucionalista de São Paulo, ao apoiar os paulistas contra o Governo Provisório de Vargas. VARGAS, Getúlio. Diário. Vo. 1. Rio de Janeiro: FGV, 1995.



Storni mostra a importância da escolha de dois paulistas para dois ministérios de suma importância: Macedo Soares na pasta de Relações Exteriores e Vicente Ráo na da Justiça. No diálogo, o chargista faz menção ao fato do *Diário da Noite* ter publicado, durante a Revolução Constitucionalista, charges dando a entender que São Paulo tinha razão em sublevar-se contra o Governo Provisório. *Diário da Noite*, 26/07/1934, p. 1.

Cardoso de Mello Netto, líder da bancada paulista, e Moraes de Andrade (PCSP) ficaram entre os deputados que mais discursaram a favor do governo presidencial, defendendo Vargas em diversas circunstâncias. Henrique Bayma (PCSP), por sua vez, veio a ser o relator do projeto de criação da Lei de Segurança Nacional [FIG. 1 e 2].

Logo, no período de extensão dos mandatos dos deputados constituintes, de julho de 1934 a abril de 1935, Vargas teve o apoio da maior parte dos deputados da Câmara. Em razão disso, o numeroso grupo que apoiava o presidente era chamado de maioria, denominação que passaremos a utilizar doravante. Coube ao fluminense Raul Fernandes (Partido Popular Radical/RJ) o papel de líder da bancada [FIG. 2]. Era aliado de Vargas desde 1929, quando da campanha da Aliança Liberal.

A atuação da maioria variava entre os discursos violentos contra a oposição, principalmente os de Adalberto Corrêa (PRL/RS), e a oratória ponderada de Raul Fernandes, mais conciliador. Para percebermos a diferença da estratégia de atuação desses dois deputados na Câmara, ambos de suma importância para o governo, convém atentar para as palavras usadas por eles quando falaram a respeito do retorno dos “figurões” oposicionistas ao país, depois que a nova Carta deu anistia aos que combateram o governo em 1930 e 1932. Corrêa foi duro com os adversários do governo:

Sem programa e sem ideias, pensa a oposição coonestar suas atitudes de despeito, ambição e rancor apresentando ao povo brasileiro esses figurões como vítimas da Revolução, quando foram, em verdade, a causa original das nossas desgraças, por suas violências, seus crimes, suas torpezas.¹²

Enquanto o deputado gaúcho acusava a oposição e atacava os anistiados, Fernandes traçava suaves elogios aos adversários e aproveitava a ocasião para fazer a defesa do governo Vargas, que, segundo ele, fez do Brasil um país melhor do que o de outrora:

(...) esses patrícios, ainda que por conveniência de ocasião, ou por tática eleitoral, não proclamem em voz alta que encontram a casa mais segura e mais ajeitada do que a deixaram, hão de sentir, ao pisar no solo nacional e ao tomar contato com o ambiente que reina no Brasil, que, realmente, dos escombros do regime passado, alguma coisa renasceu que promete e assegura, a todos nós, dias de maior segurança para as liberdades públicas e privadas e de mais justiça social, um regime constitucional mais digno do Brasil.¹³

Assim, os deputados governistas exerciam seu papel de defesa de Vargas, equilibrando-se eficazmente entre a dureza de Corrêa e a diplomacia de Fernandes.

¹² Diário do Poder Legislativo. 33ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/08/1934, p. 119.

¹³ Diário do Poder Legislativo. 18ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/08/1934.

DEPUTADOS GOVERNISTAS MAIS ATUANTES DE JUL/1934 A ABR/1935	
NOMES	PARTIDO/ESTADO
Raul Fernandes (líder de toda a bancada governista)	Partido Popular Radical/RJ
Cardoso de Mello Netto (líder da bancada governista paulista)	Partido Constitucionalista/SP
Henrique Bayma	Partido Constitucionalista/SP
Morais de Andrade	Partido Constitucionalista/SP
Pedro Aleixo (líder da bancada governista mineira)	Partido Progressista/MG
João Carlos Machado (líder da bancada governista gaúcha)	Partido Republicano Liberal/RS
Adalberto Corrêa	Partido Republicano Liberal/RS

Já a bancada da oposição era chamada de minoria. Poucas foram as vezes em que conseguiram se aproximar dos cem votos contrários aos projetos de lei dos quais discordavam. Assim, os oposicionistas, até abril de 1934, se destacaram por seus discursos contundentes contra o governo federal, mas tiveram poucas vitórias concretas se levarmos em conta, somente, o resultado das votações no plenário.

A liderança da minoria coube ao carioca Sampaio Corrêa. Ele havia apoiado Bernardes em 1922, quando este sofreu ameaças contra seu mandato ¹⁴, e manteve sua postura legalista em 1930, sendo contra o movimento que colocou Vargas no poder e depôs o presidente Washington Luís. Havia sido eleito deputado pelo Distrito Federal, como candidato avulso, já que na época era permitido participar do pleito sem a adesão a um partido. ¹⁵ Diante da ausência de destacados nomes na oposição – pois muitos ainda estavam exilados, acusados de

¹⁴ Artur Bernardes, grande ícone da oposição a Vargas em 1934, havia sido eleito presidente em 1922. A escolha de sua candidatura foi bastante conturbada, devido a uma crise política que dividiu os governistas. Nas eleições presidenciais enfrentou e venceu Nilo Peçanha, o candidato da dissidência governista, autointitulada Reação Republicana. Tomou posse sob o estado de sítio e seu governo foi muito contestado, enfrentando acusações de agir com autoritarismo contra a oposição. Para mais detalhes, ver: FERREIRA, Maria de Moraes. “A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte.” In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, pp. 9-23.

¹⁵ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC - FGV, verbete Sampaio Corrêa.

combater Vargas em 1930 ou 1932 –, acabou assumindo a liderança por decisão da maior parte dos deputados da minoria, logo após a confirmação da extensão dos mandatos dos deputados constituintes.

Também da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, vieram dois outros grandes opositores do presidente Vargas: Henrique Dodsworth e Adolfo Bergamini [FIG. 3]. Faziam parte do Partido Economista Democrático (PED/DF), oposição ao prefeito do Rio, Pedro Ernesto Baptista. O PED tinha quatro deputados na Câmara Federal, enquanto seu principal adversário, o Partido Autonomista do Distrito Federal (PA/DF), fundado pelo prefeito, elegeu seis representantes e tinha o beneplácito de Vargas.

Dodsworth, embora também tivesse Vargas como alvo, preocupava-se mais em debater os problemas do Rio de Janeiro e as medidas tomadas por Pedro Ernesto. Como o prefeito era aliado do presidente, suas críticas acabavam dirigidas também a ele. Já Adolfo Bergamini, que havia sido interventor federal na cidade do Rio de Janeiro ¹⁶ antes de Pedro Ernesto, depois de perder o cargo desentendeu-se com Vargas e passou para a oposição. Bergamini, ao contrário de Dodsworth, não se resumia aos aspectos políticos de sua cidade, apontando em seus discursos os erros cometidos pelo presidente em âmbito nacional.

A análise diária dos discursos e das principais temáticas que estiveram em destaque no período de extensão dos mandatos dos constituintes nos faz concluir que Bergamini foi a principal voz de oposição a Vargas nesse período, dentro da Câmara dos Deputados. Ele fez as críticas mais contundentes ao governo federal e foi o deputado que mais se utilizou das brechas do regimento da Câmara para retardar a tramitação de projetos que interessavam aos deputados governistas. Em seus discursos, por diversas vezes Bergamini teve o apoio do deputado Acúrcio Torres, do Partido Evolucionista (PE/RJ). Torres exerceu importante papel, apoiando Bergamini e os outros deputados da oposição, que denunciaram supostas irregularidades cometidas pelo presidente da República.

Além do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, a Bahia também se destacou na oposição. Joaquim José Seabra, conhecido como J. J. Seabra, era um dos deputados mais antigos da Casa, com 80 anos de idade. Seabra já havia sido deputado federal por várias vezes, assim como senador, presidente do estado da Bahia e até deputado constituinte durante a elaboração da primeira Constituição da República, em 1891. Portanto, tinha muita experiência e gozava de extremo respeito por parte dos demais deputados. Era um dos que se sentiram mais atingidos pela ascensão de Vargas ao poder, pois perdera espaço político no seu

¹⁶ Ocupou o cargo por exatos onze meses, de 24 de outubro de 1930 até 24 de setembro de 1932. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC – FGV. Verbetes “Adolfo Bergamini”.

estado com a nomeação de Juraci Magalhães (Partido Social Democrático/BA), do movimento tenentista, para o cargo de interventor. Apesar de não comparecer muito ao Parlamento, e discursar poucas vezes, sempre que falava, proferia acusações firmes e contundentes ao governo.

Junto com Aloísio de Carvalho Filho, Seabra liderava a Coligação “A Bahia ainda é a Bahia”, tendo sido eleito pelo Partido Republicano Democrata (PRD/BA). Já Aloísio Filho representava a legenda da Liga de Ação Social e Política (LASP/BA). Eram de partidos e gerações diferentes, mas estavam unidos contra Getúlio Vargas. O principal alvo de ataques dos dois era o interventor baiano, Juraci Magalhães, contra o qual desferiram várias denúncias de abuso de poder e repressão a opositores políticos. Julgavam que grande parte da responsabilidade das ações de Juraci cabia ao presidente Vargas, que o havia nomeado.

A maior ênfase das críticas da oposição baiana era dos rumos que Vargas estava dando à Revolução de 1930. Segundo eles, a Revolução havia se desvirtuado ao apoiar ações autoritárias e próprias do coronelismo, semelhantes às que os próprios revolucionários haviam criticado antes de chegar ao poder. Utilizavam-se, não poucas vezes, da leitura de notícias de jornais em plenário como forma de reforçar as críticas de seus discursos. Essa relação entre publicações e deputados de oposição a Vargas merece atenção. Várias vezes, devido à censura, os jornais publicavam os discursos dos parlamentares – que não podiam ser censurados – para fortalecer suas críticas. Em outros casos eram os opositores de Vargas que usavam o que saía na imprensa para sustentar suas críticas. Exatamente o que Seabra fez em 6 de novembro de 1934, ao ler na tribuna o que o *Diário Carioca* havia publicado, quatro dias antes:

(...) O maior, o mais espantoso e o mais extravagante dos erros do Governo Provisório, do qual são oriundos todos os seus intoleráveis abusos, foi sem duvida a preocupação de rebaixar as funções públicas, de desacreditar a autoridade administrativa, de deprimir a dignidade dos estados nomeando para todos os cargos, políticos e governativos, indivíduos desconhecidos ou desconceituados ou incompetentes, ou aventureiros, ou forasteiros e intrusos ou macumbeiros improvisados. Dessa degradação geral dos poderes federais, estaduais e municipais resultou o aspecto de acampamento de ciganos que a Revolução tomou em todo o Paiz (sic). A incapacidade moral e intelectual da enormíssima maioria dos agentes diretos do Governo Provisório provocou as crises vergonhosas, os incidentes desmoralizantes, a maré-baixa de escândalos na qual o senhor Getúlio Vargas bracejou três anos angustiosamente. Ninguém pode avaliar ainda, lusco-fusco dos interesses e conveniências políticas, os rancores, as decepções, as revoltas que a humilhação sistemática dos estados semeou por todo o país¹⁷

¹⁷ Publicado no *Diário Carioca*, em 02/11/1934. Registrado no Diário do Poder Legislativo. 84ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/11/1934, p. 1473.

As reportagens do *Diário Carioca*, que havia sofrido um empastelamento, em fevereiro de 1932, justamente pelo fato de ser um jornal de oposição ao governo¹⁸, muitas vezes serviam de ponto de partida para as críticas dos parlamentares. No texto citado, fica claro, não somente a condenação aos rumos tomados pela Revolução de 1930, mas principalmente a rejeição de Seabra aos interventores estaduais indicados por Vargas.

Por fim, outro deputado que muito se destacou na minoria parlamentar foi o goiano Domingos Velasco, eleito pelo Partido Social Republicano (PSR/GO). Velasco era militar e havia sido reformado em 1924 com a patente de segundo tenente, em razão de sua participação no movimento tenentista ocorrido em São Paulo naquele ano. Oito anos depois, em 1932, por combater a Revolução Constitucionalista, recebeu honras militares e a promoção para primeiro tenente. Embora estivesse inicialmente ao lado de Vargas, acabou se afastando do interventor goiano, Pedro Ludovico (PSR/GO), e do próprio presidente, por causa das *démarches* em torno do cargo de governador de Goiás, pretendido por ele, enquanto Vargas apoiava a continuação de Ludovico.

Velasco se tornou, no período examinado, a maior resistência parlamentar à Lei de Segurança Nacional, defendendo que tal lei daria ao governo federal a possibilidade de intervir e punir os militares de forma extremamente rígida, os impedindo de exercer o direito constitucional que permite a qualquer cidadão expressar suas opiniões. Sua visão da participação militar na política era totalmente diversa da defendida pelo general Góis Monteiro, então ministro da Guerra. Velasco postulava a possibilidade do posicionamento político individual de cada militar, enquanto Góis achava que o Exército devia sempre se posicionar institucionalmente sobre a política nacional, evitando que os militares expusessem publicamente opiniões pessoais e tomassem qualquer posição política, individualmente.¹⁹

Abaixo, segue um quadro que facilita a visão do conjunto de opositores mais ativos a Vargas:

¹⁸ O episódio do empastelamento do *Diário Carioca* ganhou grandes proporções. A responsabilidade foi atribuída ao movimento tenentista, que foi um dos pilares de sustentação de Vargas nos primeiros anos em que esteve na presidência. Vários aliados romperam com Vargas após esse episódio, entre eles os então ministros Maurício Cardoso, da Justiça, e Lindolfo Collor, do Trabalho, ambos gaúchos.

¹⁹ Góis Monteiro, logo após a Revolução de 1930, escreveu um livro em que defendia essa sua visão sobre o papel das Forças Armadas, chamado *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército (Esboço Histórico)*. Rio de Janeiro: Adersen, 1934. José Murilo de Carvalho analisa essa postura na página 42 de sua obra *Forças Armadas e Política no Brasil* Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2005.

DEPUTADOS MAIS ATUANTES DA OPOSIÇÃO DE JUL/1934 a ABR/1935	
NOME	PARTIDO/ESTADO
Sampaio Corrêa	Candidato avulso/DF ²⁰
Aloísio Filho	Liga de Ação Social e Política (LASP)/BA
J. J. Seabra	Partido Republicano Democrata/BA
Acúrcio Torres	Partido Evolucionista/RJ
Adolfo Bergamini	Partido Economista Democrático/DF
Henrique Dodsworth	Partido Economista Democrático/DF
Domingos Velasco	Partido Social Republicano/GO
João Vitaca	Classista/Empregados
Acyr Medeiros	Classista/Empregados
Vasco de Toledo	Classista/Empregados
Valdemar Reykdall	Classista/Empregados
Álvaro Ventura	Classista/Empregados

Por fim, não é possível falar sobre essa Câmara de Deputados sem mencionar o papel dos deputados eleitos como representantes classistas. Era a maior bancada da Câmara, com quarenta deputados. Porém, era também a mais dividida. De um lado, estavam os representantes dos empregadores, de outro, os eleitos pelos empregados. Em cada um desses grupos, muitos subgrupos com posições muito diferenciadas.

²⁰ Sampaio Corrêa foi eleito como candidato avulso. Porém, na ocasião das eleições estaduais de outubro de 1934, ingressou no Partido Economista Democrático do Distrito Federal.



Charge de Storni, retratando, com ironia, a presença da representação classista na Câmara dos Deputados. *Diário da Noite*, 14/09/1934.

Para líder da bancada classista foi escolhido o deputado representante dos profissionais liberais, Abelardo Marinho. Participante da Revolução de 1930 e aliado de Vargas durante o Governo Provisório, Marinho havia sido um dos principais defensores da criação da representação profissional na Câmara dos Deputados. Porém, parte dos deputados classistas representantes dos empregados não aceitou a escolha de seu nome, por entender que Marinho era muito próximo do governo e que, em razão disso, não seria um líder adequado para defender os interesses dos trabalhadores. Optaram, então, por escolher entre eles outro líder, que acabou sendo o deputado Vasco de Toledo. Essa divisão na bancada classista fez com que essa parte dos representantes dos empregados passasse a se denominar “bancada proletária” ou “minoría proletária”, designações pelas quais passaremos a chamá-los daqui em diante.²¹ Portanto, é evidente que se consideravam um grupo distinto em relação aos representantes dos empregados como um todo, bem como dos demais classistas, fossem empregadores ou funcionários públicos.

O paraibano Vasco de Toledo, eleito à Assembleia Nacional Constituinte como representante dos trabalhadores do comércio, havia feito parte da chamada Comissão dos 26, responsável por apresentar um anteprojeto constitucional para o plenário da Constituinte. Conseguiu, nessa ocasião, que a Comissão dos 26 aprovasse o direito à greve pacífica, embora

²¹ A historiadora Angela de Castro Gomes confirma que essa nomenclatura vinha desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, na página 475 de *Regionalismos e Centralização política – partidos e constituinte nos anos 30*. Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

tal direito tenha sido vetado pela Constituinte.²²

Outro importante membro da bancada proletária era João Vitaca, da União dos Trabalhadores Gráficos de Pelotas. Em 30 de agosto de 1934, ele resumiu bem a visão que os deputados proletários tinham da maioria e da minoria, na Câmara:

(...) os interesses da maioria e da minoria são, economicamente, a mesma coisa (...). As leis burguesas foram feitas com o objetivo de iludir o trabalhador. (...) A situação atual dos trabalhadores é muito mais aflitiva do que antigamente, *maximé* na capital do país. Na República Velha, os operários eram espaldeirados pela cavalaria que se atirava contra eles; hoje a polícia usa metralhadoras.²³

Vitaca foi um grande crítico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que, em sua opinião, pouco beneficiava o trabalhador, enquanto facilitava o controle dos sindicatos pelo Estado. Seu discurso confirma o isolamento que a minoria proletária se impôs, fugindo a qualquer tipo de relacionamento com os demais deputados.

O paranaense Valdemar Reykdall também fazia parte desse grupo. Grande crítico da política varguista de deportação de comunistas e anarquistas, por inúmeras vezes subiu à tribuna para contestar as autoridades policiais e judiciárias. Do mesmo modo, o também atuante deputado Acir Medeiros, ex-militar, que havia participado da Aliança Liberal, em 1929. Medeiros tornou-se socialista e chegou a fundar o Partido Proletário do Rio de Janeiro, em 1933, que pretendia acelerar a implementação de medidas de caráter reformista, que contribuíssem gradualmente para o advento de um Estado socialista no Brasil. O partido não conseguiu eleger nenhum representante para a Assembleia Nacional Constituinte, mas Medeiros, como líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porciúncula, conseguiu participar das eleições classistas²⁴, sendo eleito um dos representantes da bancada dos empregados.

Completa o quinteto mais atuante da minoria proletária o deputado Álvaro Ventura,

²² O direito à “Greve Pacífica” definia a legitimidade do direito de greve, estabelecendo justificativas aceitáveis para a realização de greves: em linhas gerais, defasagem nos salários e más condições de trabalho. Além disso, estabelecia a possibilidade de punição, caso fosse usada de violência considerada injustificada contra os trabalhadores em greve. Segundo o historiador José Luís Bendicho Beired, o veto se deu em decorrência das pressões da “bancada católica e de juristas da primeira Carta republicana, representativos dos interesses das classes dominantes agrárias”. BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob O Signo Da Nova Ordem: Intelectuais Autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola.

²³ Diário do Poder Legislativo. 35ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 30/08/1934, p. 184.

²⁴ Cada sindicato, contanto que estivesse devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, enviou um delegado para a Convenção Nacional dos Sindicatos do Brasil, onde ocorreu a eleição para eleger os representantes classistas dos empregados para a Assembleia Nacional Constituinte, em 20 de julho de 1933.

único sabidamente filiado ao PCB na Câmara. Havia sido eleito como suplente dos representantes dos empregados e tomara posse em setembro de 1934. Diferenciava-se dos demais deputados classistas pelo fato de ser um intelectual que interpretava a realidade brasileira sob a ótica do marxismo. Enquanto seus colegas de bancada atuavam apontando os principais problemas cotidianos vividos pelos trabalhadores, Ventura realizava análises mais abrangentes e conceituais sobre a origem histórica dos problemas sociais brasileiros. O deputado havia sido anarco-sindicalista, tendo aderido ao Partido Comunista em 1924.

Os temas eleitos para os protestos do quinteto proletário foram: a violenta ação da polícia no que tange às greves e às reuniões sindicais daquele momento, o combate ao comunismo promovido pelo governo federal, baseado em prisões e deportações; a atuação, que consideravam autoritária, do Ministério do Trabalho na organização dos sindicatos; a defesa da legalização do PCB; e o combate ao integralismo.

Nenhum deles conseguiu ser reeleito nas eleições classistas realizadas em janeiro de 1935, para a nova legislatura que se iniciaria em maio seguinte. Esse é um dado de fundamental importância. É muito difícil, mesmo depois de pesquisar detalhadamente a documentação da época, afirmar que tenha havido interferência por parte do governo, através do Ministério do Trabalho, no intuito de garantir a eleição de representantes classistas de seu interesse. Por outro lado, a existência de denúncias nesse sentido, até mesmo no plenário da Câmara, evidencia essa clara e muito provável possibilidade, sobretudo conhecendo-se o grande poder do Ministério do Trabalho, então sob a gestão de Agamenon Magalhães.

2 - O cotidiano da Casa²⁵

Optamos por começar a acompanhar o dia-a-dia da Câmara dos Deputados a partir do *dayafter* à eleição presidencial de 17 de julho de 1934. Para melhor compreender seu funcionamento e a dinâmica dos debates entre os deputados, é importante saber como transcorria a sessão legislativa.

O presidente da Câmara dos Deputados, desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, manteve-se o mesmo: o mineiro Antônio Carlos de Andrada (PP/MG) [FIG. 4], da base governista. Era de fundamental importância para Vargas ter um aliado na presidência da Câmara, já que era o presidente da Câmara quem decidia a ordem dos projetos a serem votados. Antônio Carlos era auxiliado por quatro secretários, que compunham a Comissão

²⁵ Todo o relato deste item foi escrito com base na observação e análise dos Anais da Câmara dos Deputados e da leitura do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, publicado no dia 12/08/1934.

Executiva.²⁶ Os trabalhos legislativos começavam sempre às 14 horas, horário regimental que marcava o início da sessão.

Após a chamada, que, de julho a outubro de 1934, sempre apontou um número baixo de presentes, era feita a leitura da Ata da Sessão antecedente. Constituíam-se então uma prática comum os deputados pedirem a palavra e, a pretexto de falar sobre a ata, estenderem-se em ponderações sobre os mais variados assuntos. Agindo assim, burlavam o Regimento, não precisando efetuar uma inscrição e aguardar na fila, pela sua vez de discursar.

Também durante o debate sobre a Ata, os deputados costumavam ler telegramas enviados aos parlamentares e algumas notícias de jornais. Nesse momento, tais leituras traziam primordialmente críticas às violências ocorridas nos estados entre a oposição e a situação, bem como à repressão policial aos sindicatos. Por mais que Antônio Carlos reclamasse que não era regimental tal postura e que aquela não era a hora adequada da sessão para esses discursos, essa prática nunca cessou durante todo o período em que analisamos os anais da Câmara dos Deputados. Ou seja, os deputados, com destaque da oposição, aproveitavam o momento de abertura da sessão para fazer suas denúncias, o que era uma estratégia para ganhar maior visibilidade pública, além de dar o tom dos debates que se iniciavam.

Após as retificações pedidas pelos deputados e a consequente aprovação da Ata, o próximo passo era a leitura do expediente por um dos secretários da mesa diretora. Esse era o momento em que eram lidos os ofícios enviados à Câmara. Na maioria dos casos, eram respostas do governo às requisições de informações enviadas pelos parlamentares; mensagens de interventores; telegramas de associações de classe e até mesmo de cidadãos, parabenizando ou reclamando sobre algum projeto de lei ou pedindo providências dos deputados em relação a algum fato ocorrido em seus estados. Como se vê, a Câmara, para além de sua comunicação com os executivos federal e estaduais, atuava como uma caixa de ressonância, recebendo pedidos e denúncias de indivíduos ou coletivos organizados. Ou seja, havia uma prática sistemática de escrever para o Legislativo, por parte do cidadão, pouco observada e menos ainda estudada.

Em seguida, eram iniciadas as manifestações dos deputados, que poderiam falar em três situações: “pela ordem”, o que significava levantar alguma questão sobre o andamento

²⁶ 1º vice-presidente: Pacheco de Oliveira (BA); 2º vice-presidente: Cristóvão Barcelos (União progressista Fluminense/RJ); 1º secretário: Tomás Lobo (Partido Social Democrático/PE); 2º secretário: Fernandes Távora (Partido Social Democrático/CE); 3º secretário: Clementino Lisboa (Partido Liberal/PA); 4º secretário: Valdemar Mota (Partido Autonomista/DF); 1º suplente: Álvaro Maia (União Cívica/AM); 2º suplente: Mário Caiado (Partido Social Republicano/GO); 3º suplente: Alberto Diniz (Chapa Popular/AC); 4º suplente: Manoel Reis (Partido Popular Radical/RJ).

dos trabalhos legislativos; “em explicação pessoal”, feita por ordem de inscrição solicitada à mesa diretora, caso em que o parlamentar podia discursar sobre qualquer assunto de seu interesse; e, “encaminhando uma votação”, quando o deputado requeria permissão, logo após o presidente da Câmara anunciar a votação de um projeto, o que lhe permitia analisar o assunto em questão, tendo em vista influenciar o resultado que estava próximo.

Ao longo da sessão legislativa também era comum a apresentação de requerimentos de diversas naturezas. Eles podiam ser dirigidos ao Poder Executivo, pedindo explicações sobre determinadas atitudes de órgãos governamentais ou à própria Câmara, objetivando a mudança da ordem dos projetos que seriam debatidos, dando urgência ou postergando a discussão sobre certos assuntos. Os requerimentos também podiam se tratar do envio de um projeto para alguma comissão parlamentar, a fim de que ela emitisse um parecer; de sugerir a prorrogação da sessão por determinado tempo; e até convocar uma sessão legislativa extraordinária para a noite, quando a deliberação sobre algum projeto era vista como urgente. Todo requerimento tinha obrigatoriamente que ter em anexo a sua justificativa.

Mas o momento mais importante da sessão era a hora da “ordem do dia”, em que eram discutidos e votados os projetos destinados àquela sessão. O presidente Antônio Carlos era o responsável para decidir quais estariam em pauta, devendo sempre avisar aos deputados na sessão anterior, para que eles já viessem preparados para a apreciação dos projetos. Sempre antes da abertura da “ordem do dia”, era feita uma nova chamada e era verificado se havia quórum suficiente para as votações, que era de cinquenta por cento do total mais um, ou seja, 128 deputados.

Assim que terminava a discussão da “ordem do dia” ou em caso de falta de quórum, o presidente Antônio Carlos encerrava a sessão e listava quais seriam os projetos a serem debatidos na sessão seguinte.²⁷

Um novo regimento da Câmara dos Deputados foi publicado em 12 de agosto de 1934, estabelecendo pontos importantes para o funcionamento da Casa Legislativa.²⁸ Todo projeto de lei deveria passar por três discussões parlamentares, a não ser que tivesse sido enviado diretamente pelo Poder Executivo ou por alguma comissão parlamentar. Nesses casos, estaria dispensado da primeira, entrando na “ordem do dia” já em segunda discussão. Havia ainda ocasiões em que as proposições eram resolvidas em discussão única: a aprovação de decretos

²⁷ Todas as informações sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados foram obtidas a partir da leitura de todas as sessões legislativas de 12/07/1934 até 03/01/1936.

²⁸ Todos os dados mencionados neste parágrafo e nos seguintes, concernentes às regras de funcionamento da Câmara dos Deputados, foram obtidos a partir da análise do “Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 12/08/1934.

de estado de sítio, de declaração de guerra a uma nação estrangeira e o debate dos vetos presidenciais a algum projeto já aprovado pela Câmara, eram exemplos desse caso.

A primeira discussão deveria versar sobre o projeto como um todo, especificamente a respeito de sua utilidade e constitucionalidade. A segunda buscava sua avaliação através da apreciação de artigo por artigo. E a terceira, o discutia em bloco. As emendas propostas após a primeira discussão eram apreciadas no segundo e no terceiro debate. Todo projeto tinha um relator responsável por analisar cuidadosamente seu texto e as emendas sugeridas, terminando por apresentar um relatório detalhado ao plenário.

Ao fim de cada discussão, o projeto era votado. As votações, coordenadas pelo presidente na Câmara, poderiam ser simbólicas, nominais ou secretas. No primeiro caso, o presidente pedia que se levantassem os parlamentares que fossem a favor e assim era feita uma observação visual da quantidade de votos favoráveis. Já o segundo tipo ocorria quando o projeto em questão era polêmico, dividindo opiniões, ou no caso de algum deputado não se satisfazer com a votação simbólica e requerer votação nominal. Nesse caso, eram lidos os nomes de cada um dos deputados, que anunciavam seus votos em voz alta a fim de que os secretários da mesa diretora tomassem nota. Por fim, e mais incomum, eram as votações por escrutínio secreto. Poucos projetos eram votados dessa forma, o que só ocorria após a aprovação de um requerimento nesse sentido, que devia ser justificado.

Outro dispositivo regimental importante era a possibilidade da exigência do comparecimento de ministros à Câmara, para prestar esclarecimentos, caso os deputados julgassem necessário.²⁹ Afinal, uma das funções do Legislativo era fiscalizar o Executivo.

Também imprescindíveis ao funcionamento do Poder Legislativo eram as comissões parlamentares. Existiam treze permanentes: além da Executiva, composta do presidente e de seus auxiliares, responsáveis pelo andamento e organização dos trabalhos legislativos, havia as de: Agricultura, Indústria e Comércio; Constituição e Justiça; Diplomacia e Tratados; Educação e Cultura; Finanças; Orçamento; Legislação Social; Obras Públicas, Transporte e Comunicações; Saúde Pública; Segurança Nacional; Tomada de Contas e Redação.

A presidência das comissões é uma questão relevante para a compreensão da distribuição de forças políticas na Câmara. Tivemos, por exemplo, na Comissão de Constituição e Justiça, o paulista Alcântara Machado, em 1934, substituído pelo seu conterrâneo Waldemar Ferreira, em 1935, ambos do Partido Constitucionalista, aliado do governo. Já na Comissão de Finanças e Orçamento, a presidência coube inicialmente a

²⁹ Medida prevista no artigo 37 da Constituição de 1934 e confirmada no Regimento Interno da Câmara, de 12/08/1934.

Valdomiro Magalhães, mineiro do Partido Progressista, que apoiava o presidente da República. Magalhães, inclusive, foi um dos que assinaram o lançamento da candidatura de Vargas às eleições presidenciais indiretas de 17 de julho de 1934. No ano seguinte, o mineiro foi substituído pelo gaúcho João Simplício (PRL/RS), ex-secretário de Fazenda do governo de Vargas no Rio Grande do Sul, também da base governista. Simplício deu seguimento à defesa do governo dentro da comissão por ser do mesmo partido de Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul nomeado por Vargas e então seu aliado.

Os embates travados nessa Câmara de Deputados tão especial não eram, contudo, distintos daqueles já conhecidos nas práticas parlamentares da Primeira República. Para além das questões ideológicas e de interesses substantivos, havia todo um conjunto de estratégias que eram, frequentemente, mobilizadas pelos deputados para acelerar, atrasar ou mesmo bloquear o andamento de um projeto.

Em 18 de dezembro de 1934, por exemplo, o deputado João Vilasboas (Partido Liberal/MT) reclamou que a oposição pedia a contagem nominal das votações somente para obstruir a pauta.³⁰ Realmente, a minoria só requeria a verificação da votação simbólica, pedindo o voto nominal, quando queria protelar a aprovação de algum projeto desejado pelo governo. Além desse pedido, podiam se retirar do plenário, não responder chamada, obrigando a suspensão das votações por falta de quórum. A estratégia costumava ser eficaz porque dificilmente o plenário ficava integralmente ocupado pelos 254 deputados constituintes eleitos, mesmo em dias de importantes votações.

Ao longo dos 10 meses de extensão do mandato desses deputados que tinham sido constituintes, o número aproximado de presentes na Câmara girou em torno de 160 deputados. Logo, quando a minoria se retirava em bloco, esse número caía imediatamente para cerca de 110 deputados, o que já impossibilitava a votação dos projetos que estivessem na ordem do dia. Devido a essa operação tartaruga, promovida pela oposição, os projetos demoravam de duas a três semanas, além do tempo usual, para serem aprovados. Quando o plenário estava mais cheio e a oposição percebia que, mesmo com a sua retirada, ainda haveria quórum suficiente para as votações, partia para a articulação de outras estratégias.

Adolfo Bergamini (PED/DF), por exemplo, algumas vezes se utilizou do parágrafo 5º do artigo 118 do Regimento, que dava aos deputados a possibilidade de falar “pela ordem” em qualquer momento da sessão. A ideia original do Regimento era dar aos deputados a liberdade de pedir ao presidente da Câmara qualquer mudança na forma como estava sendo conduzida a

³⁰ Diário do Poder Legislativo. 120ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/12/1934, p. 2409.

sessão legislativa. Mas, na prática, esse dispositivo era utilizado, principalmente pelos oposicionistas, para interromper o andamento dos trabalhos legislativos. Com tal objetivo, utilizavam qualquer justificativa para pedir a palavra e falavam por alguns minutos até serem interrompidos pelo presidente da Câmara, quando este percebia que o assunto levantado pelo deputado em questão não se adequava aos parâmetros de um discurso “pela ordem”.

Outra estratégia usada para obstrução dos trabalhos, pela oposição, era a requisição para que alguma comissão parlamentar deliberasse sobre um projeto, antes que ele viesse ao plenário. Os mais comuns eram os pedidos para que o projeto fosse enviado à Comissão de Constituição e Justiça, para que esta se manifestasse a respeito de sua constitucionalidade. Somente passados alguns dias, depois do parecer de tal comissão, o projeto voltava para ser apreciado por todos os deputados na sessão legislativa.

Mas o que ocorria com mais frequência eram os longos discursos no momento em que ocorriam as discussões dos projetos, tomando todo o tempo da sessão legislativa e retardando as votações. O capítulo II do título VI do Regimento Interno da Câmara estabelecia que, na primeira discussão de um projeto, cada deputado tinha o direito a falar durante 1 hora. Já na segunda discussão, o tempo se elevava para 2 horas. Nesse sentido, a oposição se organizava de modo a alternar seus deputados na tribuna a fim de gastar integralmente o tempo que tinham direito. Como sabiam que era impossível vencer os governistas nas votações, – por contarem com um número bem menor de deputados –, a minoria se utilizava desses dispositivos regimentais para, pelo menos, atrasar as vitórias da base governista, dando-se a ver como um grupo atuante e bem organizado no plenário, que, dessa lugar político, falava para toda a sociedade – sem censura –, criticando Vargas e os governistas.

E a maioria governista também trazia problemas a Vargas. Mesmo contando com um número bem maior de deputados do que a oposição, muitas vezes não conseguia mobilizar seus deputados a comparecerem em todas as sessões. Quando conseguia, podia ocorrer que os deputados não permanecessem na Casa até o final das mesmas, fazendo com que o número mínimo de presentes para que houvesse as votações não fosse alcançado. Ou seja, a questão não era de simples matemática.

Algumas vezes, o presidente convocava os líderes das bancadas estaduais, tentando uma grande mobilização a fim de obter quórum para votar projetos que julgava urgentes. Um exemplo disso foi a pressão exercida sobre os deputados governistas, a fim de conseguir seu comparecimento na sessão do dia 20 de dezembro de 1934. Embora fosse uma data complicada, em razão da proximidade com o recesso para as festas de fim de ano, o presidente almejava atingir o número suficiente de presentes para aprovar uma operação de

crédito que considerava urgente para cobrir o déficit nas contas públicas. Porém, essa grandiosa mobilização não foi suficiente para convencer os parlamentares e não foi obtido quórum.³¹

É importante ressaltar também que, embora a minoria se utilizasse mais dessas brechas regimentais do que a maioria, os governistas também se aproveitavam do regimento para manobrar a seu favor. Como o presidente da Câmara, Antônio Carlos de Andrada, sempre agia de acordo com sua conveniência, era mais simpático aos projetos de urgência, quando advinham de deputados governistas. Como cabia a ele estabelecer qual seria a pauta da “ordem do dia”, dava sempre preferência aos interesses do governo.

A partir do início das votações da Lei de Segurança Nacional, em março de 1935, a maioria passou a utilizar a estratégia de entrar com um requerimento pedindo o encerramento dos discursos sobre o projeto e a realização imediata das votações.³² Com tal procedimento, deu um contragolpe na oposição, que não mais conseguiu atrasar o andamento dos trâmites. Sempre que contava com um número suficiente de deputados no plenário para aprovar um requerimento nesse sentido, o líder Raul Fernandes passou a utilizar essa estratégia, que se mostrou muito eficiente.

3 – O retorno dos “anti-heróis” de 1930 e 1932

Desde sua promulgação, o presidente considerava que a nova Constituição prejudicava seus poderes. Vargas passou a defender a reforma constitucional e a criação de uma nova lei, destinada a punir os que se voltassem contra o governo. Atentar para essa crítica à Constituição, e para seus desdobramentos já nos meses seguintes à sua aprovação, é algo fundamental para bem compreender o desenrolar dos acontecimentos em 1934/35.

Assim, não é difícil constatar que Vargas, no segundo semestre de 1934, por diversas vezes, anotou em seu diário o que antevia pela frente como “dificuldades que terá o governo para dirigir o país com o código elaborado”. Chegou a chamar a Constituição de “monstruosa”, entre as várias e constantes críticas que fez a ela em registros no seu

³¹ Diário do Poder Legislativo. 122ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1934, p. 2477.

³² O líder da maioria, Raul Fernandes, e o relator da LSN, Henrique Bayma, assinaram um requerimento a fim de encerrar a segunda discussão do projeto da Lei de Segurança Nacional, em 15/03/1935. O requerimento foi aprovado por 108 votos contra 43, o que forçou a interrupção dos discursos sobre a questão, justamente no momento em que os deputados da minoria se pronunciavam contrários ao projeto. Diário do Poder Legislativo. 185ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 15/03/1935, p. 1831.

diário.[VARGAS, 1995, Vol. 1, pp. 304, 310, 319 e 320]³³. Sua filha e secretária particular, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, em obra lançada algumas décadas depois, em 1960, atestou que essa era a avaliação do pai, ao afirmar que a Carta de 1934 “amarraria as mãos” do presidente [PEIXOTO, 1960, p. 102]

Porém, no dia 21 de agosto de 1934, a Frente Única Gaúcha (FUG), que fazia oposição ao presidente, divulgou um manifesto “contra o espírito demasiadamente centralizador da nova constituição”.³⁴ O documento contou com as assinaturas de Lindolfo Collor, Joaquim Osório, Camilo Martins Costa, Alberto Pasqualini e Fay de Azevedo. Portanto, enquanto Vargas achava que a Constituição de 1934 dava-lhe pouca autoridade, a oposição gaúcha pensava exatamente o contrário.

Nessa atmosfera política, em agosto de 1934 retornaram ao Brasil vários políticos da oposição que haviam sido exilados em razão de se posicionarem contra a Revolução de 1930 e/ou ao lado dos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932. Isso ocorreu porque a Câmara aprovava em última instância a volta dos exilados no artigo 19 das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 1934, que concedeu “anistia ampla a todos quantos tenham cometido crimes políticos até a presente data”.³⁵

Há de se destacar esse retorno porque, além da importância dos nomes em questão, todos de oposição a Vargas, grande parte desses anistiados concorreria às eleições de 14 de outubro de 1934 e voltaria à Câmara dos Deputados na nova legislatura, que tomou posse em maio de 1935. Portanto, é essencial observar como se deu essa volta e como esses políticos foram recebidos pelos então deputados do governo e da oposição.

Os jornais deram grande destaque à chegada dos anistiados ao Brasil. No dia 17 de julho, já desembarcava Artur Bernardes, sendo carregado por uma pequena multidão [FIG. 5].O presidente do Partido Republicano Mineiro chagava da Europa para fortalecer a oposição a Vargas.³⁶Em reportagem sobre o retorno dos exilados, o *Correio da Manhã* sintetizou a opinião do jornal sobre o clima do momento:

³³ É importante notar a grande frequência com que Vargas critica a Constituição em seu diário, o que reafirma que o presidente estava bastante descontente com a nova Carta, pretendendo modificá-la tão logo para ampliar seu poder.

³⁴ *Jornal do Brasil*, 21/08/1934, p. 10.

³⁵ Constituição Federal de 1934.

³⁶ *Jornal do Brasil*, 12/08/1934, p. 7.

Não há nenhum indício de que os políticos, que retornam, venham animados dos propósitos de trabalhar pela pacificação dos espíritos e pelo progresso dessa terra. Ao contrário. Acostumados, quase todos, às posições de mando e às vantagens do poder, compreende-se que delas eles não queiram abrir mão e tudo hão de fazer para recuperá-las com ou sem os sufrágios populares. Basta ver que encabeça o grupo dos que regressam o sr. Artur Bernardes, para se avaliar as disposições dessa gente. Devorado dos desejos de vingança contra os que dele se livraram apontando o caminho da Europa, com as ambições possíveis e impossíveis de que é capaz, o sr. Bernardes foi e é uma permanente ameaça à tranquilidade e ao bem-estar do país. Os que o esperam alvissareiros e entusiásticos proclamam que ao seu desembarque seguir-se-á a hora da desforra (...). Os erros do governo discricionário não justificam o esquecimento daqueles que deram causa ao movimento de 24 de outubro de 1930 (...). Retomado o curso da vida constitucional da República, o governo do sr. Getúlio Vargas, de quem constantemente divergimos, cercou-se, entretanto, de um ministério que ainda não desmereceu da confiança e dos aplausos gerais com que foi recebido.³⁷

Nota-se que o jornal, embora não desse apoio irrestrito ao presidente Vargas, se colocava em posição contrária a Artur Bernardes, tendo uma visão negativa sobre as possíveis contribuições que o seu retorno daria ao país. O *Correio da Manhã* faz lembrar a atuação de Bernardes como presidente da República, entre 1922 e 1926, quando foi muito criticado, chegando a surgir movimentos contestadores ao seu governo, com destaque para o tenentismo. Era sabido que o ex-presidente, em meados dos anos 1930, ainda tinha muitos correligionários e contava com expressiva popularidade, como foi possível perceber em sua chegada ao Rio, ao desembarcar na Praça Mauá.

Para Borges de Medeiros também foi preparada uma suntuosa recepção, quando de sua chegada à capital da República. Após dois anos de liberdade vigiada no Recife, para onde foi enviado sob a acusação de ter prestado apoio à Revolução Constitucionalista de 1932, o experiente político gaúcho estava de volta.³⁸ Foi recebido com festas e saudações pelos deputados opositores, e, em seguida, fez um breve discurso, conforme destacou o *Jornal do Brasil*:

(...) começou dizendo que não se considerava um vencido, mas sim um vencedor, que lograra a dita de receber tão triunfantes aclamações e os laureis de tão honrosas palmas na formosa capital brasileira. Estava dominado pela dupla emoção da homenagem e da palavra dos que o recebiam. Muito pouco tinha a dizer, mas o bastante para serem compreendidos os seus propósitos. Encerrado o período discricionário, restauradas as liberdades públicas e assegurados os direitos e

³⁷ *Correio da Manhã*, 11/08/1934, “A volta dos exilados”, p. 4.

³⁸ Após a Revolução de 1932, Vargas decretou que os líderes do movimento fossem banidos do país e tivessem seus direitos políticos cassados. Em relação a Borges de Medeiros, o presidente foi convencido pelo governador gaúcho, Flores da Cunha, a não deportá-lo nem mantê-lo em prisão, o que poderia causar mal-estar e fomentar uma revanche dos borgistas do Rio Grande do Sul. A solução encontrada foi enviá-lo para um estado distante, Pernambuco, e mantê-lo livre, mas sob a vigilância do governo. Para mais, ver DHBB, verbete “Borges de Medeiros”.

garantias individuais, era forçoso, todavia, que todos estivessem alerta, porque os primeiros executores da Constituição eram os mesmos homens da ditadura, que governaram com o arbítrio, empregando métodos violentos e comprimindo as liberdades, inclusive a da imprensa. O orador aconselhava a todos que ficassem vigilantes.³⁹

Ao contrário de Bernardes, Borges de Medeiros gozava de prestígio em boa parte da imprensa. Em sua coluna no *Correio da Manhã*, o redator-chefe do jornal, Pedro da Costa Rego⁴⁰, deu espaço para o veterano político, que havia sido governador do Rio Grande do Sul por três longos períodos, na Primeira República, totalizando quase 30 anos. Costa Rego escreve que Borges era “o mais velho dos republicanos”, sendo um homem que unia grande “experiência” à “atitude moderna”.⁴¹

O jornalista Pedro da Costa Rego, editor-chefe do *Correio da Manhã* desde 1923, fora governador de Alagoas (1924-1928) e senador pelo mesmo estado (1928-1930), tendo seu mandato interrompido pela subida de Vargas ao poder. Militou na oposição e assim se manteve no período aqui estudado, entre 1934 e 1935. Sua coluna, de grande destaque, mantida sempre no alto da segunda página, criticava de maneira bem-humorada e irônica o governo, conforme veremos no decorrer deste trabalho.⁴² Pouco tempo depois, em 1937, ele mudaria de lado e apoiaria a chapa oficial, encabeçada por José Américo de Almeida, para as eleições presidenciais então previstas para janeiro de 1938.

Embora os jornais adotassem posicionamentos políticos distintos, uns a favor, outros contra Vargas, numa coisa todos concordavam: que o retorno dos exilados aumentaria o confronto entre oposição e governo. O *Diário de Notícias* previu que, “com a volta dos exilados, aumentará a exaltação de ânimos no Rio Grande do Sul”⁴³, pois muitos dos que retornavam eram gaúchos que haviam apoiado a Revolução Constitucionalista de 1932. Ou seja, em seu próprio estado natal, o presidente veria uma frente oposicionista crescer em número e qualidade.

Com o retorno dos exilados, começaram as cogitações em torno da formação de um partido nacional para combater o governo. Em 29 de agosto de 1934 foi lançado oficialmente o novo Partido Nacional Revisionista, que não funcionou na prática, já que a ideia não foi

³⁹ *Jornal do Brasil*, 28/08/1934, “O regresso ao Rio do Sr. Borges de Medeiros”, p. 8.

⁴⁰ Para mais informações sobre o jornalista Costa Rego, ver: SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado* (1930-37). Goiânia: Editora da UFG, 2012.

⁴¹ *Correio da Manhã*, 24/08/1934, “O homem e sua atitude”, p. 2.

⁴² SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado* (1930-37). Goiânia: Editora da UFG, 2012.

⁴³ *Jornal do Brasil*, 07/08/1934, p. 8.

levada além do manifesto de fundação. Sob a liderança de Epiácio Pessoa, Borges de Medeiros e Artur Bernardes, entre as várias críticas ao governo, o manifesto lançado na ocasião declarava que Vargas “excluiu da Assembleia Nacional, que havia de eleger o presidente, os seus adversários mais notórios, suspendendo-lhes os direitos políticos (...), ofendendo gravemente a soberania da nação”.⁴⁴

O ex-presidente Epiácio Pessoa, na Europa à época, manteve-se sempre distante, não retornando ao Brasil. Ele apoiara a deposição de Washington Luís, em 1930, mas defendeu que o governo fosse imediatamente entregue aos civis e convocadas novas eleições. Discordando da participação dos tenentes no poder, recusou tentativa de aproximação de Vargas, que o convidara para ser embaixador em Washington, ainda em 1930.⁴⁵

Enquanto Epiácio Pessoa opta por não se candidatar nas eleições de outubro de 1934, retirando-se da vida pública, Borges e Bernardes foram eleitos deputados federais. Ambos se tornaram destaques constantes na imprensa, continuaram se expressando mais nas páginas dos jornais, do que no próprio plenário da Câmara. Essa atitude é muito indicativa do papel político da imprensa naquele momento, evidenciando-a muitas vezes como um canal de ação política mais utilizado pelos oposicionistas do que o Parlamento, certamente pelas dificuldades que aí enfrentavam.

Otávio Mangabeira [FIG. 6], grande nome da política baiana, foi outro exilado a retornar. Ele uniu-se ao grupo seleto de fortes líderes da oposição que então se articulava. Também concorreu ao pleito de 14 de outubro de 1934, sendo eleito pela Liga de Ação Social e Política (LASP) da Bahia, juntando-se a J. J. Seabra e a Aloísio Filho na minoria baiana, que engrossaria a oposição a Vargas na nova legislatura. Mangabeira havia sido expulso do país por ser considerado um dos maiores adversários do movimento de 1930. Tão logo voltou do exílio, foi empossado na ABL em 1º de setembro de 1934, prova de que gozava de muito prestígio nos meios intelectuais do país.⁴⁶ Costa Rego, em sua coluna no *Correio da Manhã*, fez o elogio ao político baiano. Apesar de longo, o texto é primoroso:

⁴⁴, *Jornal do Brasil*, 29/08/1934, p. 8.

⁴⁵ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC – FGV. Verbete Epiácio Pessoa.

⁴⁶ Mangabeira foi eleito para assumir a cadeira de número 23, em 25 de setembro de 1930. Em razão da efervescência política do momento, principalmente devido à Revolução de 1930, ocorrida no dia 3 de outubro, não conseguiu tomar posse. Como era ministro das Relações Exteriores e considerado um dos principais aliados de Washington Luís, foi preso sob a alegação de que era adversário do movimento que pôs Vargas no poder, sendo, em seguida, exilado.

As insurreições (sobretudo quando se atribuem o título de revoluções) têm esta singularidade: fazem-se em nome de certas ideias, mas, desde que se tornam vitoriosas, só se preocupam com os homens (...). A insurreição brasileira de 1930 não escaparia, nem escapou, à regra. Antes de ser uma conjura, ela tentou, com o esforço de alguns adeptos inteligentes, apresentar-se ao público sob o aspecto rumoroso, conquanto artificial, de uma reforma. Mas, tão logo usurpou o governo, logo deixou as galas dessa ostentação para ocupar-se unicamente dos homens. Nasceu aí a Justiça Especial,⁴⁷ composta com o desígnio bem notório de deitar sobre os adversários sucessivos baldes de água suja. Não eram mais as ideias, mas os homens o que interessava. (...) Fica bem patente que demolir um homem não é tão fácil quanto derrubar uma cerca. Veja-se o caso do sr. Otávio Mangabeira, que regressa ao país coberto de estima. O sr, Mangabeira era um político de longa atividade. Fora deputado e, como deputado, membro da Comissão de Finanças. Por onde passavam interesses consideráveis da nação e de particulares. Fora Ministro de Estado, gerando a aplicação de verbas imensas. A Revolução quis demoli-lo (...). As homenagens públicas prestadas ao réu encerram a beleza da fidelidade dos amigos que ficaram. Revelam, contudo, muito mais do que isto, porque mostram como são inanes os movimentos políticos que se afastam de suas ideias para ferir e anular os homens; porque os homens voltam, e as ideias, ao contrário dos pombos dos poetas, não voltam mais. Dá-se então, o caso de que, abandonadas pelos homens do presente, são os homens do passado que retomam as ideias.⁴⁸

Costa Rego revela seu dissabor com os rumos da Revolução de 1930 e exalta Otávio Mangabeira como um homem capaz de moralizar as instituições públicas, justamente a ideia defendida pelos revolucionários de outubro de 1930, e que o jornalista julgava ter sido abandonada. Tais linhas servem como exemplo da grande visibilidade que o político baiano ainda tinha no Brasil e, conseqüentemente, o quanto sua presença fortaleceria as fileiras da oposição.

Portanto, é possível perceber que, se o ambiente político estava sob controle no plenário – o domínio numérico dos governistas e a constante falta de quórum em razão da campanha política visando as eleições de 1934 –, fora dele a oposição se articulava para um enfrentamento que estava por vir, dessa vez, com as garantias que a Constituição de 1934 lhe assegurava.

As pressões contra Vargas aumentaram e fizeram o deputado gaúcho Adalberto Corrêa (Partido Republicano Liberal/RS) discursar a favor do presidente da República. No dia 10 de setembro de 1934, ele criticou seus colegas Lauro Sodré, Sampaio Corrêa, Raul Pilla e Batista Luzardo, todos da minoria, fazendo menção ao fato do último ter “mudado de lado” por

⁴⁷ Foi dado o nome de Justiça Especial às investigações de irregularidades nas contas públicas, iniciadas em 1930, assim que Vargas assumiu o poder. O objetivo alegado era o de moralizar as instituições do país. Costa Rego fazia parte da corrente que denunciava que o Governo Provisório, à época, instituiu a Justiça Especial com o único intuito de devassar a vida pública de seus adversários políticos, desmoralizando-os, enquanto os aliados de Vargas não eram investigados.

⁴⁸ *Correio da Manhã*. 23/08/1934, “As ideias e as pombas”, p. 2.

interesses pessoais.⁴⁹ Em razão do manifesto do pretendido Partido Revisionista, que, como se disse, acabou não saindo do papel, atacou Borges de Medeiros e Artur Bernardes:

O sr. Borges de Medeiros foi desleal com a Revolução, de que agora se diz adepto, quando lançou o manifesto reconhecendo a vitória de Júlio Prestes (...). A deslealdade do Sr. Artur Bernardes ao país evidenciou-se logo nos primeiros dias de seu nefasto quadriênio, com o desrespeito à Constituição (...), nos crimes de seu governo, cuja recordação se torna desnecessária porque estão bem vivas na memória de todos (...). Que autoridade ainda resta a esses homens para lançar o povo numa luta sem orientação conhecida? Não faço, sr. presidente, essas minhas críticas impelido por sentimentos de rancores pessoais. Não os tenho, felizmente. Quis e quero apenas defender a nação contra o manejo dos que pretendem empolgar novamente o poder que tanto desmoralizaram. A imprensa já qualificou de saco de bichos o agrupamento dos senhores Borges e Bernardes (...) Lealdade ao país teriam os senhores Bernardes e Borges se confessassem os seus crimes e torpezas contra a nação, se se penitenciassem primeiro. Em vez disso, acusam, mistificam, forçam a confusão”.⁵⁰

O discurso de Corrêa mostra que o governo estava pronto para o embate que estava por vir. Enquanto a oposição acusava Vargas de abandonar o ideário moralizador, carro-chefe da Revolução de 1930, os deputados governistas contra-atacavam apontando os exilados que retornavam ao país como símbolos de uma época nefasta, que almejavam somente a volta de antigos privilégios e benefícios pessoais.

Não bastassem as articulações da oposição, a efervescência política do mês de agosto de 1934 se completou com uma crise no governo. O *Jornal do Brasil* noticiou que o general Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar, foi demitido depois de Vargas ter sido alertado pelo interventor paulista Armando de Salles Oliveira (Partido Constitucionalista/SP), de que o militar preparava um golpe para assumir a interventoria paulista, ao que se seguiria a deposição do presidente em prol do general Góis Monteiro.⁵¹ O ocorrido expôs a tensão que poderia existir entre Vargas e Góis, então ministro da Guerra, evidenciando a lealdade de São Paulo com o presidente.

Mais de um mês depois da vigência da Carta Constitucional, os deputados continuavam a não comparecer em número suficiente para a apreciação da “Ordem do dia”. Era preciso 128 presentes, mas a chamada sistematicamente só era respondida por cerca de 90

⁴⁹Luzardo foi Chefe de Polícia do Distrito Federal e aliado de Vargas, entre 1930 e 1932. Rompeu com ele depois do episódio do empastelamento do jornal *Diário Carioca*. Apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, acabando por ser exilado do país.

⁵⁰Diário do Poder Legislativo. 43ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 10/09/1934, p. 105 a 111.

⁵¹*Jornal do Brasil*, 21/08/1934, p. 9.

deputados. O presidente da Câmara, Antônio Carlos, chegou a fazer um apelo “(...) para os senhores deputados a fim de que envidem todos os seus esforços no sentido de darem número, na próxima sessão, de modo que possam ser votadas as matérias consideradas da Ordem do dia”.⁵² Uma situação que evidenciava, pelo esvaziamento, a fragilidade dessa Câmara, controlada por maioria varguista e voltada para a nova legislatura.

Diante dos problemas da Câmara, o presidente Vargas lamentava a ausência de quórum para a votação de projetos de interesse governamental. Sabia que sem dispor da velocidade dos decretos-lei, seus projetos teriam que passar por negociações para obter aprovação. Em seu diário, na parte destinada aos dias 14 e 15 de setembro de 1934, escreveu: “escasso número na Câmara. Passo telegrama aos interventores, solicitando a vinda dos deputados, de 17 a 23, para votarem o orçamento e as modificações na Lei Eleitoral”. [VARGAS, 1995, p. 327].

Onze dias depois, nas anotações referentes aos dias 26 e 27 de setembro, o presidente registra o resultado de sua tentativa: “fracassou o esforço para a votação do orçamento. Telegrafei aos interventores, interessei-me pelo regresso dos deputados, conseguimos número, mas a obstrução da oposição, as manobras, a preocupação das eleições próximas não contiveram os homens, que começaram de novo a regressar aos estados”. [VARGAS, 1995, p. 330].

4 - A bancada proletária em ação.

(...) dentro da bancada dos empregados, encontramos elementos que, embora criticando a representação de classes e considerando-a sem grande valia, procuram usar seu mandato para realizar denúncias, como a das violências e prisões realizadas pela polícia contra os operários (...). Embora seja exata a constatação da deficiente e subserviente atuação da bancada dos empregados, é preciso destacar nela algumas exceções que revelam a utilização da representação de classes como instrumento de reação de parcelas do movimento operário [GOMES, 1980, pp. 485 e 486]

Ao analisar o comportamento da minoria proletária na Assembleia Nacional Constituinte, Angela de Castro Gomes nos indica o caminho a trilhar para analisar esse grupo, posteriormente. Com exceção de Álvaro Ventura, que assumiu o cargo em setembro de 1934, todos os demais deputados da bancada proletária participaram da elaboração da Constituição.

Diante da constante falta de quórum na Câmara no período pré-eleitoral, quem acabou usando mais a palavra, entre julho e outubro de 1934, foram os deputados da bancada

⁵² Diário do Poder Legislativo. 23ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 16/08/1934, p. 421.

proletária. Eles a utilizaram, basicamente, para denunciar o que consideravam abusos de poder da polícia contra trabalhadores. Além disso, a tribuna permitia que atacassem a exploração do sistema capitalista que atingia os “proletários” e, por fim, combatiam as ações de Vargas na presidência, de várias formas. Seus discursos são, assim, fontes valiosas para se conhecer a situação do movimento operário, sobretudo do Rio.

A eleição que definiria os delegados eleitores que votariam nas eleições classistas de janeiro de 1935, também seria realizada a partir de 14 de outubro. Mas isso não impediu que a bancada proletária comparecesse a praticamente todas as sessões legislativas em bloco. Talvez esse procedimento possa ser atribuído ao fato de as eleições que ocorreriam no interior dos sindicatos não demandarem tanto esforço de campanha, embora todos soubessem do poder do Ministério do Trabalho nos referidos sindicatos. Outra razão é o fato dos deputados em questão já serem amplamente conhecidos pelos seus colegas de profissão, pois haviam sido eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte, o que, como já se disse, não garantiu a eleição de ninguém. Além disso, e principalmente, as denúncias trazidas ao plenário eram uma forma de campanha política, pois ao se destacarem na defesa dos direitos dos trabalhadores, os deputados da bancada proletária garantiam um canal de denúncia de grande repercussão social, sem os riscos de represálias comuns aos sindicalistas. Assim, foram sempre muito atuantes no período pré-eleitoral, o que contrastou com a conduta dos demais candidatos.

No dia 22 de agosto de 1934, por exemplo, o líder da bancada proletária, Vasco de Toledo, reclamou da perseguição política a líderes da União Beneficente de Empregados de Hotéis de Santos, e da repressão policial à Assembleia Geral dos Empregados da Companhia Light and Power, na capital da República.⁵³

No dia seguinte, foi a vez de Valdemar Reykdall criticar duramente o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio como um órgão que pouco contribuía para os interesses dos trabalhadores e que não fazia valer as leis sociais criadas:

Acredito, sr. Presidente, que ninguém nesta Casa terá a coragem de afirmar a eficiência do Ministério do Trabalho. Se, portanto, os trabalhadores precisam defender seus interesses e as autoridades não os apoiam, qual o caminho a seguir? Apelamos para as greves, afirmamos que as suas reivindicações devem ser obra deles próprios, através de seu esforço decidido, impondo-as, porque os pedidos são inúteis. Sou dos que podem asseverar categoricamente que, até hoje, os proletários que tiveram a infelicidade de confiar nas leis sociais foram amargamente prejudicados. Conheço dezenas, centenas de casos em que os trabalhadores se veem

⁵³ Diário do Poder Legislativo. 28ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 22/08/1934, p. 533.

atirados à rua, chicoteados em plena fábrica, esperando ser garantidos pelo Ministério do Trabalho, e, no entanto, que sucede? São abandonados à própria sorte. (...) De fato, seria contrariar a verdade dos fatos, proclamar que o Ministério poderia protegê-los. (...) É necessário que o governo comece a cumprir as leis sociais.⁵⁴

O discurso de Reykdall mostra a intenção da bancada proletária em apoiar e liderar os movimentos grevistas, assim como aponta a descrença no Ministério do Trabalho e, conseqüentemente, no governo Vargas. Essa postura combativa é motivo suficiente para compreendermos o porquê desses deputados não terem conseguido a reeleição, pois era de interesse do governo se livrar da presença deles no plenário da Câmara.

João Vitaca pediu um aparte e ratificou as palavras do colega, dizendo que “já se foi o tempo em que os trabalhadores podiam confiar no Ministério do Trabalho. O fato é que esse ministério faliu completamente. Sua ação foi nula, ou, por outra, constituiu uma calamidade para os interesses proletários”.⁵⁵

Reykdall e Vitaca eram os principais críticos do Ministério do Trabalho dentro da minoria proletária. Julgavam que o único intuito desse ministério era tentar controlar os trabalhadores, não assumindo nenhum compromisso real com a melhoria de suas condições de trabalho.

Já o também classista dos empregados, Antônio Rodrigues, no dia 1º de setembro de 1934, chegou a agradecer ao ministro do Trabalho – Agamenon Magalhães – pelas leis sociais do governo Vargas, para, em seguida, criticar a polícia, afirmando que “parece até verdadeiro paradoxo que, depois de promulgada uma Constituição, assegurando direitos a todos os cidadãos, (...) continue a polícia – principalmente a Polícia Especial – a espaldeirar e até lançar gazes lacrimogêneos sobre as massas trabalhadoras que se reúnem”.⁵⁶ Rodrigues, assim como outro classista dos empregados, Gibert Gabeira, foram deputados que, por várias vezes, denunciavam os excessos da polícia, mas que não se destacaram da mesma forma que Reykdall, Ventura, Vitaca, Toledo e Medeiros. De toda forma, o importante é assinalar como os Anais da Câmara nos permitem conhecer o clima de protestos dos trabalhadores e a ação violenta da polícia.

Por isso, é interessante assinalar a diferença de perspectiva que Vargas e a bancada proletária tiveram de um mesmo acontecimento. Em 23 de agosto de 1934, a polícia e os trabalhadores de diversos sindicatos entraram em conflito na Praça Tiradentes. O *Jornal do*

⁵⁴ Diário do Poder Legislativo. 36ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 31/08/1934, p. 316.

⁵⁵ Id. Ibid.

⁵⁶ Diário do Poder Legislativo. 37ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 01/09/1934, p. 376.

Brasil relatou que, após a realização de um congresso que reuniu trabalhadores de diversos sindicatos no Teatro João Caetano, os mesmos quiseram estender seu protesto às ruas, gritando “contra a guerra, o fascismo e o integralismo”. O confronto teve início quando a polícia os impediu de deixarem o teatro. O relato do jornal nos deixa captar o cotidiano da cidade e a prática de violentas ações da polícia contra os trabalhadores, que se desdobravam sobre a população.

A cidade foi, ontem à noite, alarmada, cerca das 22 horas, com a notícia de um cerrado tiroteio na Praça Tiradentes, justamente no momento em que aquele logradouro público regurgitava de populares. Ponto de várias linhas de bondes, de casas de diversões, bares, cafés, etc., é fácil de avaliar-se o que teria sido o conflito que se estabelecera entre a polícia e uma grande massa onde se viam de permeio mulheres e crianças. Há longos anos que não se verifica um distúrbio de tão extraordinárias proporções e tão lamentáveis consequências. Os tiros sucediam-se tão ininterruptamente que davam uma verdadeira ideia de estarem em ação metralhadoras. Correrias, gritos, o ranger das cortinas das casas comerciais arriadas, precipitadamente, tudo isso dava ao local aspectos que um enorme terror sempre provoca. Seguramente meia hora durou esse estado de pânico.⁵⁷

Embora não tenha apontado responsáveis pelo conflito, o JB fez menção à forte presença da polícia, de um lado, e de bandeiras rubras e entonações do hino da Internacional Comunista, de outro, o que levava à identificação dos comunistas e não dos trabalhadores como responsáveis pelo protesto. Sobre o ocorrido, Vargas escreveu em seu diário, lamentando-se dos “limites” assegurados pela Constituição de 1934:

Houve um conflito entre os comunistas e a polícia, por eles agredida. A polícia sente-se timorata e vacilante na repressão dos delitos, pelas garantias dadas pela Constituição à atividade dos criminosos e o rigorismo dos juízes em favor da liberdade individual, mas contra a segurança nacional. [VARGAS, 1995, p. 319]

O presidente, como é possível observar, defende a ação da polícia, colocando-a como vítima de agressões comunistas e culpando, em última instância, a própria Constituição Federal e o “rigorismo” dos juízes em possibilitar punições exemplares a quem infringisse a lei.

⁵⁷*Jornal do Brasil*, 24/08/1935, “A Praça Tiradentes sob intensa fuzilaria”, p. 10.

Já os deputados proletários foram enfáticos, tratando o mesmo conflito como uma autêntica chacina. Para eles, os trabalhadores eram mártires da violência policial, como podemos ver no discurso de Valdemar Reykdall, dias depois do confronto.

(...) o mais veemente protesto da minoria proletária desta casa, a propósito da bárbara chacina praticada ontem pela polícia contra indefesos trabalhadores, que se retiravam de uma reunião e, naturalmente, se dirigiam para as suas residências. A polícia os cercou traiçoeiramente para os espaldeirar, donde resultou a morte de alguns e o ferimento de grande quantidade deles, o que não se justifica.⁵⁸

O incidente, por conseguinte, fora gravíssimo, resultando mesmo em algumas mortes e no ferimento de dezenas, em pleno coração do Rio – a Praça Tiradentes. A importância da bancada proletária era justamente essa: mesmo isolada na Câmara, sem se aliar a nenhum outro grupo, suas denúncias tinham repercussão, forçando o governo federal a prestar, ao menos, alguns esclarecimentos, inclusive no plenário da Câmara.

No caso citado, a bancada proletária conseguiu aprovar um requerimento, exigindo explicações do ministro da Justiça, o paulista Vicente Ráo. A resposta veio apenas em 17 de outubro de 1934, quase dois meses depois do ocorrido, em ofício enviado pelo ministério à Câmara. Ráo explicava que os policiais agiram “por instinto”, “sem ordens superiores” e em “legítima defesa”, contra o “tiroteio promovido por comunistas exaltados”. Afirmava que a confusão começara depois que os manifestantes resolveram promover uma passeata que não estava previamente avisada às autoridades. Acusava os comunistas de quererem fazer a manifestação à força, por estarem com uma “turma revolucionária de choque, composta por cem homens, armados e municados, (...) que enfrentariam a polícia”. O ministro justificava ainda que, “apesar da franca propaganda subversiva, em flagrante desrespeito às altas autoridades do país, citadas nominalmente, a liberdade de pensamento foi respeitada”, tendo a polícia reagido apenas “após os primeiros disparos”, que, inclusive, teriam matado um policial: Manoel Rezende.⁵⁹ Obviamente, a versão do ministro foi contestada de imediato pela bancada proletária. Porém, o assunto se encerrou sem outros desdobramentos. Contudo, esse episódio – ocorrido em agosto de 1934 – já deixa evidente a retórica do perigo comunista: teriam sido eles que subverteram a ordem, estando armados e iniciando o confronto.

⁵⁸ Diário do Poder Legislativo. 30ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 28/08/1934.

⁵⁹ Diário do Poder Legislativo. 66ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 17/10/1934, p. 13 e 14.

Mas nem todos os deputados classistas dos empregados apoiavam a chamada bancada proletária. O deputado pernambucano Ferreira Netto (empregados), por exemplo, era criticado abertamente pela minoria proletária pelo fato de estabelecer contatos com representantes dos empregadores, deputados da minoria e até com alguns da maioria. Em resposta, veio à tribuna no dia 4 de setembro de 1934. Falou da “(...) pouca eficiência da representação trabalhista, embora reconheça os esforços por ela envidados em prol da vitória de suas reivindicações”.⁶⁰ Reclamou da intransigência da bancada, que se cindiu entre representantes dos empregadores e dos empregados, dificultando ainda mais o êxito coletivo. Defendendo-se das acusações de se aliar demasiadamente aos representantes patronais, disse que nunca foi “inimigo dos patrões; ao contrário”, sempre foi “um cooperador deles”.⁶¹ Em outra ocasião, voltou a afirmar que a falta de unidade entre seus colegas classistas os havia prejudicado, pois constituíam a maioria da Câmara e “poderiam ter conseguido muito mais nessa Assembleia se a bancada trabalhista se conservasse unida”.⁶² Contudo, sua tentativa de congregação não teve o resultado almejado.⁶³

Acúrcio Torres e Adolfo Bergamini, nomes importantes da minoria parlamentar, também demonstraram insatisfação pela postura isolacionista da bancada proletária. Em 19 de setembro de 1934, discursaram, dirigindo-se a Reykdall e Medeiros, para dizer que estes adotavam uma postura muito radical e, por isso, improdutiva, pouco contribuindo para a elaboração de projetos de lei para o país. Em sua defesa, os deputados proletários se justificaram afirmando que a oposição parlamentar tinha pouca combatividade, não gerando resultados satisfatórios. Tal situação se devia ao fato da minoria “pertencer à burguesia”, tanto quanto os deputados da maioria. Reykdall afirmou ainda que não esperava que “os burgueses” compreendessem o ponto de vista proletário, e que a ele e “aos radicais” só restava utilizar a tribuna para críticas e denúncias, pois não tinham número suficiente na Casa para conseguir as mudanças que queriam para o país. Chegou a dizer que a Câmara era, na verdade, indiferente aos interesses proletários:

⁶⁰ No caso, pela leitura integral do discurso, é perceptível que ele se referia a todos os 40 deputados classistas ao mencionar “bancada trabalhista”.

⁶¹ Diário do Poder Legislativo. 39ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 04/09/1935, p. 557 e 558.

⁶² Diário do Poder Legislativo. 53ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 22/09/1934, p. 522 e 523.

⁶³ O pernambucano não tinha boa relação com a maioria de seus colegas. Certa vez, Álvaro Ventura chegou a chamá-lo de mentecapto, motivo pelo qual o pecebista acabou sendo chamado à atenção pelo presidente da Câmara, Antônio Carlos, em razão de quebra de decoro parlamentar. Diário do Poder Legislativo. 47ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 14/09/1934, p. 270-287.

(...) se o nosso protesto, aqui, tivesse algum valor, provavelmente não se repetiriam consecutivamente esses atos, trancafiando os trabalhadores que se querem defender (...). A Câmara é constituída para a defesa das instituições burguesas e não para a das classes proletárias”.⁶⁴



Storni ironiza o aumento dado pelo governo aos funcionários dos Correios e Telégrafos. *Diário da Noite*, 09/08/1934.

A postura contundente da bancada proletária na Câmara, atuando em defesa dos direitos dos trabalhadores, coincide com um momento de grande mobilização dos sindicatos, que se manifestavam em favor de melhores condições de trabalho e aumento de salários. Em agosto de 1934 três greves eclodiram no Rio: marítimos, bancários e escreventes de cartório cruzaram os braços, amplamente divulgadas pelos jornais. Em setembro foi a vez dos funcionários dos Correios e Telégrafos se unirem às paralisações, e dos ferroviários ameaçarem fazer o mesmo. Nessa atmosfera, Vargas tornou a reclamar,

em anotações no seu diário, sobre os limites à sua ação, impostos pela Constituição: “(...) parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação” [VARGAS, 1995, Vol.1, p. 306].

Ao mesmo tempo, a minoria proletária procurou sempre defender a legitimidade das greves e denunciar abusos cometidos pela polícia contra os grevistas. Não poucas vezes entraram com requerimentos na Câmara pedindo explicações ao Ministério do Trabalho sobre prisões arbitrárias de dirigentes sindicais. No dia 14 de agosto, o ministério respondeu alguns desses requerimentos dizendo não saber a razão pela qual os presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos, dos caldeiros de ferro de Niterói e dos líderes da greve da empresa Pereira

⁶⁴ Diário do Poder Legislativo. 51ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 19/09/1934, p. 446.

Carneiro Cia. Ltda. estavam detidos pelas autoridades policiais. No mesmo dia o deputado proletário Vasco de Toledo apresentou um projeto de lei que impedia “a dispensa de operários sem causa que a justifique”, e que determinava uma “indenização aos que forem dispensados indevidamente” Ou seja, os deputados proletários estavam engajados em proteger os trabalhadores que participavam dos movimentos grevistas, fazendo denúncias, cobrando providências das autoridades e apresentando projetos de lei em benefício de seus representados.

Esses fatos comprovam que a Câmara dos Deputados era um importante campo de luta pelos direitos dos trabalhadores. Embora o comportamento da bancada proletária não se refletisse na aprovação de projetos em seu favor, é inegável a importância deles, atacando seus adversários, denunciando a repressão aos trabalhadores de modo contundente e não parecendo preocupados em desagradar a uma ou outra corrente político-partidária. Tal comportamento lhes valeu diversas ameaças de morte, conforme eles próprios relataram em algumas ocasiões, principalmente em momentos de eclosão de diversas greves, como em agosto e setembro de 1934. Tudo isso evidencia que suas atuações no plenário incomodavam os patrões e as autoridades, descontentes com as paralisações e manifestações dos trabalhadores, defendidas no plenário da Câmara e, inclusive por isso, amplamente noticiadas. Antônio Rodrigues, em 11/09/1934, denunciou ter recebido ameaças de policiais que teriam afirmado que “dariam um jeito” nele. Acir Medeiros, em 06/10/1934, também declarou que escutou de um amigo que havia pessoas interessadas em assassiná-lo.⁶⁵

Era visível, na Câmara, a divisão entre a bancada proletária e o restante dos deputados, mas é importante frisar que existiam também problemas entre os próprios deputados proletários. Os historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis ajudam a entender o quanto eram heterogêneos os grupos que reivindicavam a condição de esquerda ou que assim foram chamados na década de 1930. Daí as disputas internas, que se exacerbaram em vários momentos, certamente enfraquecendo o grupo.⁶⁶

Por isso, não foram poucas as vezes que discutiram entre si em plenário. Em 4 de outubro de 1934, por exemplo, Acir Medeiros reclamou que o Partido Comunista estava criticando os outros partidos proletários durante os movimentos grevistas. Ele alertava que o momento era de união e atentava especificamente para os dizeres que membros do PCB proferiram sobre seu Partido Proletário do Rio de Janeiro:

⁶⁵ Tais declarações constam nos Diários do Poder Legislativo dos respectivos dias citados.

⁶⁶ REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *História das esquerdas no Brasil*. 3 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Se não querem caminhar conosco, *pari-passu*, deveriam pelo menos procurar não dividir, procurar não enfraquecer, porque nossos objetivos são os mesmos, a rota a palmilhar é idêntica, havendo unicamente diferença na forma de ação (...). Julgamos que nossas questões devam ser resolvidas internamente, sem que os nossos adversários tenham conhecimento delas (...), para que não possam explorar a situação, jogando trabalhador contra trabalhador.⁶⁷

Soma-se a esse fato as críticas feitas por Álvaro Ventura – do PCB, mas que estava eleito como representante classista dos empregados – ao bom relacionamento do prefeito Pedro Ernesto com os trabalhadores cariocas⁶⁸. Esses são dois exemplos da situação do Partido Comunista no ano de 1934: proibido de participar das eleições de outubro, o partido se preocupava com a concorrência de outros grupos e agremiações partidárias que podiam arregimentar publicamente apoio popular, coisa que o PCB oficialmente não podia fazer, e os atacava, o que trazia problemas suplementares para a ação da bancada proletária.⁶⁹

Último da bancada proletária a assumir o cargo, o que ocorreu somente em setembro de 1934, Álvaro Ventura iniciou uma grande campanha pela legalização do PCB junto ao Superior Tribunal de Justiça Eleitoral (STJE)⁷⁰. Porém seus apelos não encontraram eco algum. No dia 27 de setembro de 1934, faltando menos de três semanas para as eleições, o pecebista reclamou da má vontade do tribunal no trato com o PCB e conclamou os trabalhadores a pressionarem os magistrados a fim de que ainda houvesse possibilidade do partido participar do pleito que se aproximava.⁷¹

Alguns dias depois, resignado, ele voltou à tribuna para falar sobre o mesmo assunto, em tom de denúncia. Gritou contra a dificuldade do PCB em se registrar no Tribunal Eleitoral, dizendo que nem uma manifestação de 42 mil pessoas, em Niterói, e um telegrama enviado pela Frente Única Proletária, sensibilizaram o presidente Vargas. Terminou dando sua versão sobre o que ocorria no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE):

⁶⁷ Diário do Poder Legislativo. 62ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 04/10/1934, p. 426-427.

⁶⁸ O prefeito Pedro Ernesto Baptista alcançou enorme popularidade no Rio de Janeiro, então capital federal, passando a ser visto como um adversário político pelo PCB, que buscava a adesão dos trabalhadores a seu projeto político. Para mais, ver: MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto – limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos Anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.

⁶⁹ Diário do Poder Legislativo. 62ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 04/10/1934, p. 426-427.

⁷⁰ Criado através do decreto 21.076, de 1932.

⁷¹ Diário do Poder Legislativo. 57ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 27/09/1934, p. 279-282.

Hoje realizou-se mais uma sessão do Tribunal. Mais uma vez o julgamento do registro do Partido Comunista foi protelado. Ora, o registro dos candidatos termina no dia 9 [de outubro de 1934], como a outra sessão do Tribunal só se realizará no dia 5, ainda que, na melhor das hipóteses, isto é, suposto que o registro do Partido Comunista seja concedido, só uma semana antes da eleição é que ele poderá registrar seus candidatos. É evidente, pois, o intuito de reduzir a propaganda das candidaturas comunistas a uma limitada margem de tempo (...), uma manobra indecorosa contra a qual protesto veementemente.⁷²

O Partido Comunista do Brasil não foi reconhecido pelo tribunal. A principal justificativa para a protelação de seu registro era a de que a agremiação partidária em questão tinha caráter internacionalista, não podendo ser considerado um partido brasileiro. Além disso, ao pregar a subversão da ordem legal constituída, era considerado inconstitucional.⁷³ É importante perceber, portanto, que o PCB tentou, por via legal, participar da política partidária brasileira, sendo impedido pelo TSJE. A negativa o impediu, mais uma vez, de trilhar o caminho da legalidade.

Outro assunto mantido vivo nos debates do segundo semestre de 1934, graças às manifestações da bancada proletária, é o do pluralismo sindical. Com exceção de Ventura, que assumiu a cadeira somente em setembro de 1934, os deputados da bancada proletária tinham em comum o fato de terem lutado contra o pluralismo sindical, aprovado na Assembleia Nacional Constituinte através da emenda que recebeu o apelido de seu autor, o deputado constituinte Ranulfo Pinheiro Lima.⁷⁴

Conforme análise de Angela de Castro Gomes, a unicidade sindical, derrotada na Carta de 1934, era defendida pelos sindicatos de esquerda, especialmente os ligados ao Partido Comunista, por ser entendida como facilitadora da união e força dos trabalhadores. [GOMES, 1980, p. 475]⁷⁵ Segundo a mesma historiadora, “de nada valia para eles a autonomia sem a unidade sindical”. [GOMES, 1980, p.480] Em razão disso, passaram a defender, nesses meses imediatamente após a aprovação da Constituição, uma revisão da lei para se retornar ao modelo de sindicalização de 1931, que privilegiava a unidade sindical e mais independência dos sindicatos em relação ao Estado.

Antônio Rodrigues (Classista/Empregados) foi um dos que levantaram o assunto,

⁷² Diário do Poder Legislativo. 60ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 01/10/1934, p. 394-398.

⁷³ <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>

⁷⁴ Representante classista dos profissionais liberais na Assembleia Nacional Constituinte, o paulista Ranulfo Pinheiro Lima depois ingressou no Partido Constitucionalista de São Paulo, pelo qual foi eleito deputado federal por São Paulo nas eleições de outubro de 1934. CPDOC – DHBB.

⁷⁵ Diário do Poder Legislativo. 35ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 30/08/1934, p. 184.

debatendo com o paulista Moraes de Andrade (Partido Constitucionalista/SP).⁷⁶ Para Rodrigues, o sindicato único fortaleceria as categorias e evitaria a divisão dos trabalhadores. Acir Medeiros era da mesma opinião. No dia 22 de setembro de 1934 chegou a ler um trecho do jornal *A Vanguarda*, de orientação proletária:

Quando começou a febre de sindicalização, “A Vanguarda” advertiu ao proletariado que os sindicatos não lhe trariam a liberdade de ação. Porque, de acordo com a respectiva lei [de sindicalização de 1934], ficavam eles sob a alçada do Ministério do Trabalho, que os dirigia praticamente. A sindicalização, controlada pelo Governo, era um presente de gregos ao operariado. Os sindicatos não estão de acordo senão com o regimen (sic) que vigora agora na Itália. Advertimos ainda que os sindicatos, pela lei, não podem ter em caixa mais de dois contos de réis, ficando assim, sem independência financeira.⁷⁷

Portanto, dependentes financeiramente e registrados no Ministério do Trabalho, os sindicatos estavam controlados pelo governo. A bancada proletária apontava que muitos não tinham grande representatividade, servindo apenas para dividir as categorias e dificultar a luta em conjunto. Antônio Rodrigues, em mais uma crítica à pluralidade, disse que sua aprovação se deu mais pela pressão política dos governistas do que pelo interesse dos trabalhadores. Isso, segundo ele, levaria à “fragmentação das classes organizadas no Brasil” e que “o Governo, em pouco tempo, terá a decepção de ver as classes digladiando-se, na impossibilidade de atingir seu fim almejado, que é a unidade sindical”.⁷⁸

Havia interesses diversos sobre o tema, central ao modelo de organização sindical. A bancada proletária temia a demasiada fragmentação do movimento operário e almejava poucos sindicatos, porém numerosos e fortes. Já outros representantes dos empregados, de postura mais moderada, achavam um ganho o fato de cada grupo poder criar seu próprio sindicato. A maioria governista, por sua vez, seguia a estratégia de evitar a existência de sindicatos fortalecidos, que aumentassem o poder de reivindicação frente ao governo. A pluralidade, ponto principal da Lei de Sindicalização de 1934, era defendida como base dessa ideia. Como só os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho tinham direito à representação política, o controle estatal sobre o operariado ficava facilitado.

⁷⁶ Diário do Poder Legislativo. 48ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 15/09/1934, p. 320-327.

⁷⁷ Diário do Poder Legislativo. 53ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 22/09/1934, p. 527 e 528.

O deputado não fez menção ao número ou ano do periódico. A pesquisa na Biblioteca Nacional não resultou em êxito para encontrarmos a publicação. Existem periódicos homônimos, mas de períodos distintos, nenhum da década de 1930. Provavelmente o deputado se referia a uma publicação pequena e/ou que esteve em circulação por um período de tempo bastante breve.

⁷⁸ Diário do Poder Legislativo. 94ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/11/1934, p. 1648.

No dia 8 de agosto de 1934, os deputados proletários se juntaram num verdadeiro libelo contra essa Lei de Sindicalização. Antônio Rodrigues iniciou os ataques, dizendo que a “nova Lei de Sindicalização (...) vem entorpecer as organizações sindicais, bem como deturpá-las em sua administração”. Em seguida perguntou aos seus colegas “onde está a autonomia sindical?” Pergunta que Acir Medeiros respondeu com ironia: “está na Polícia Especial e na Ordem Pública e Social do senhor Filinto Muller”.⁷⁹ Eles só foram interrompidos por Abelardo Marinho, líder de toda a bancada classista. Por ter feito parte da comissão de 19 membros que criou a Lei de Sindicalização de 1934, Marinho a defendeu veementemente, iniciando um verdadeiro bate-boca na Câmara.

Finda a discussão, Medeiros se valeu da condição de orador inscrito para dar a última palavra do dia sobre o assunto. Reclamou do fato de o governo ter autoridade legal para não reconhecer e fechar sindicatos, considerando isso um atentado ao direito de organização dos trabalhadores. Assim, conseqüentemente, o governo deixaria participar das eleições classistas somente os sindicatos que apoiassem Vargas, impedindo a participação dos demais.

Outros assuntos levantados pela bancada proletária adquiriram grande importância na Câmara, como, por exemplo, a acusação de que o governo brasileiro estava comprando armas ilegalmente. A minoria parlamentar se interessou pelo tema, que rapidamente ganhou enorme dimensão. O debate começou em razão de uma reportagem publicada pelo *Diário Carioca*⁸⁰ no dia 26 de setembro de 1934. Acir Medeiros e Vasco de Toledo requereram informações sobre compras de armas do Brasil no exterior.⁸¹ A discussão se manteve acesa na Câmara e, em dezembro, Vitaca e Reykdall fizeram nova denúncia, pedindo mais explicações ao Ministério da Guerra, sobre a obtenção de milhares de metralhadores vindas da Inglaterra, bem como da compra clandestina de armas com os Estados Unidos.⁸² A questão se arrastou por meses e, apesar da grande repercussão, não foi à frente, pois a maioria governista obstruiu a oposição ao não aprovar novos requerimentos, que pediam explicações ao governo federal.

5 – Interventores “em cheque”: a guerra pelo poder nos estados.

O curto espaço de tempo entre julho e outubro de 1934 foi, portanto, muito agitado dentro e fora da Câmara, mesmo considerando-se sua falta de quórum para votar projetos. O tema da organização sindical, ligado às greves e manifestos contrários à repressão policial, foi

⁷⁹ Diário do Poder Legislativo. 16ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/08/1934, p. 20.

⁸⁰ *Diário Carioca*. 26/09/1934, “O escândalo em torno da venda de aviões, armas e munições ao Brasil”, p. 1.

⁸¹ Diário do Poder Legislativo. 57ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/09/1934, p. 57.

⁸² Diário do Poder Legislativo. 108ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 04/12/1934, p. 2008.

um dos temas discutidos. Outro tema envolveu a questão das interventorias. É interessante observar que Vargas, entre 9 e 11 de agosto de 1934, anotou em seu diário:

A luta política nos estados tem acarretado, em alguns, e acentuado mais, em outros, divergências entre facções políticas amigas do governo, trazendo-lhe dificuldades, porque geralmente uns e outros pleiteiam medidas que reflitam no ambiente local como apoio do governo federal. Mais ou menos nessa situação encontram-se Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Mato Grosso. [VARGAS, 1995, p. 314].

Seria impossível que tais disputas e em tantos estados – a maioria da região chamada Norte – não chegasse à Câmara dos Deputados. Vários deputados se alternaram na tribuna para trocar acusações sobre supostas irregularidades em seus respectivos estados. Regra geral, as oposições estaduais acusavam os interventores de reprimirem sua atuação política. De outro lado, os deputados da situação respondiam que os opositoristas estavam inventando fatos para tumultuar a política estadual e manchar a imagem dos interventores. No dia 24 de agosto de 1934, o presidente tornou a anotar em seu diário que alguns deputados trouxeram a ele problemas políticos, dessa vez de Santa Catarina e do Amazonas.

A enorme importância das eleições estaduais e federais, que se realizariam em 14 de outubro de 1934, e nas quais seriam eleitos deputados federais e deputados constituintes estaduais, serviu de combustível para acirrar ainda mais os ânimos. Elas seriam, de fato, decisivas, pois além da votação das constituições estaduais, os deputados constituintes elegeriam os governadores e indicariam dois senadores por estado para o Senado Federal. Devido à grande quantidade de cargos eletivos que seriam ocupados em decorrência das votações, é possível compreender a verdadeira guerra pelo poder que se estabeleceu nos estados, de norte a sul do país, no curto período que estamos examinando.

Essa disputa acabou por se refletir no questionamento sobre a permanência dos interventores federais em seus cargos, durante a campanha política para as eleições. Muito foi dito contra essa permanência, sendo que o discurso do deputado baiano J. J. Seabra resume bem a justificativa utilizada pelos que desejavam a saída desses políticos de seus cargos:

Em verdade, o espetáculo atual é deprimente e doloroso. Os interventores querem, por força, impor suas candidaturas, e as caravanas que a oposição tem organizado são recebidas a bala pelos governistas. (...). É necessário chamar a atenção do senhor presidente da República para o descalabro que vai pelo país inteiro.⁸³

⁸³ Diário do Poder Legislativo. 26ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/08/1934.

Em síntese: a permanência dos interventores era a anulação da competição política pela força. As balas iriam calar as urnas e matar a oposição. O deputado Barreto Campello deu o tom da gravidade da situação: “se as autoridades responsáveis pelo destino do Brasil não corrigirem esse erro, a guerra civil estará batendo às portas”.⁸⁴ Portanto, é fundamental compreender o quão importante foi especificamente esse debate sobre a permanência dos interventores, que se tornou o mais impactante assunto discutido no Poder Legislativo Federal entre julho e outubro de 1934.



Os interventores, sem se licenciarem do poder, levavam vantagem no pleito eleitoral, segundo a charge de Storni. Preparam a realização das eleições de modo a lhes facilitar a vitória. *Diário da Noite*, 31/07/1934.

O deputado piauiense Hugo Napoleão, oposição em seu estado, mas aliado de Vargas, acabou por dar forma às reclamações contra a permanência dos interventores, transformando-as em um projeto de lei que previa sua substituição pelos presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais, durante o período de dois meses que antecederia às eleições. Segundo o deputado,

⁸⁴ Id. Ibid.

somente substituir o interventor não funcionaria, pois um novo nome, apontado por Vargas, seria forçosamente do mesmo partido do antigo interventor. Ou seja, o problema poderia permanecer: as eleições seriam comandadas de modo mais favorável aos candidatos da situação, não havendo, de fato, condições reais para os opositoristas competirem, permanecendo, de fato, subjugados.

Napoleão, por pertencer à base governista, fazia questão de eximir Vargas de culpa, ao afirmar que o presidente era bem intencionado e não podia ser responsabilizado pelo abuso de poder que costumava ocorrer nos estados. Clamou, em vão, pela saída voluntária do interventor Landri Salles, do Piauí, ao denunciar arbitrariedades que teriam sido cometidas por ele contra a oposição desse estado.

Os deputados que integravam a minoria aproveitaram a ocasião para responsabilizar o presidente, como demonstra o discurso do líder Sampaio Corrêa: “A minoria da Câmara dos Deputados quer ser útil ao Brasil, defendendo as liberdades públicas contra as tentativas de prepotência dos interventores amparados pelo Presidente da República”.⁸⁵ Existem dezenas de discursos de deputados falando sobre esse mesmo assunto. Optamos por dar voz ao líder da oposição, que, em outra ocasião, mais uma vez sintetizou bem a expectativa dos opositoristas e a consciência que tinham da responsabilidade de Vargas pelos problemas ocorridos nos estados:

(...) se esses crimes não forem corrigidos devidamente, com a punição dos interventores pelo Presidente da República, a minoria virá, perante a Nação, apontar, oportunamente, o Chefe do Executivo como um criminoso, como um homem que quer rasgar a Constituição, que quer lesar o futuro e o engrandecimento da nossa pátria.⁸⁶

Acúrcio Torres acrescentou, na ocasião, que o “presidente da República só não afasta os interventores porque deseja que eles sejam eleitos e sabe que fora do governo não o serão”.

⁸⁷ Essa era a convicção da minoria: ocorriam arbitrariedades na maioria dos estados, com a ação violenta dos interventores no intuito de restringir a propaganda política da oposição e constranger os eleitores a votarem nos candidatos da situação. E o presidente Vargas tinha responsabilidade nisso, por ter indicado os interventores e não tomar qualquer atitude que garantisse a igualdade de condições entre opositoristas e governistas na disputa eleitoral.

⁸⁵ Diário do Poder Legislativo. 26ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/08/1934.

⁸⁶ Diário do Poder Legislativo. 39ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 04/09/1934.

⁸⁷ Id. Ibid.

As palavras contundentes da oposição fizeram com que os governistas respondessem à altura. Os gaúchos Adalberto Corrêa e Demétrio Xavier, ambos do Partido Republicano Liberal, argumentaram que a questão da elegibilidade dos interventores já havia sido decidida e confirmada no 7º parágrafo do artigo 3 das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 1934. O texto definia que “para as primeiras eleições dos órgãos de qualquer Poder, não prevalecerão inelegibilidades, nem se exigirão requisitos especiais, exceto as qualidades de brasileiro nato e gozo dos direitos políticos”. Irritado com a insistência da oposição, Xavier elevou o tom contra o projeto de Hugo Napoleão: “nós combatemos a medida e somos a maioria, somos a nação!”. Frase que teve a resposta irônica do deputado Leandro Pinheiro (Partido Liberal/PA): “E a minoria, afinal, que representa? A África?!”.⁸⁸

Mesmo bastante pressionado pela Câmara – pelos opositores, mas também por aliados do governo, mas em oposição nos estados –, Vargas nada fez para que os interventores deixassem o governo antes das eleições. Na prática, a decisão ficou a cargo deles mesmos, o que significou permanecer no poder. Não encontramos declarações do presidente nos jornais da época a respeito dessa questão, a não ser uma reportagem do *Diário Carioca*, de 23 de setembro, mencionando que Vargas não achava conveniente a permanência dos interventores durante as eleições, considerando isso um “desprimor”:

Sabemos que o presidente Getúlio não receberá com agrado, ou melhor, não consentirá, no lançamento posterior da candidatura de qualquer um de seus delegados que tiverem permanecido nas interventorias durante as eleições. O presidente da República (...) receberá esse fato como um desprimor, não permitindo a manutenção dessas candidaturas. Sendo esse o critério oficial adotado, nenhum nome de interventor, qualquer que seja o pretexto invocado, poderá ser apresentado candidato sem que ele, previamente, tenha deixado o exercício de suas funções. O governo federal está firme nesse propósito e dele não se afastará, qualquer que seja a conveniência dos interessados. Os interventores candidatos serão mesmo afastados de seus cargos. É uma decisão inapelável, da qual não se desviará o presidente da República.⁸⁹

O texto do *Diário Carioca* baseava-se no ouvir dizer, pois não cita qualquer declaração de Vargas nem menciona onde a informação foi apurada. A reportagem parecia mais uma tentativa de pressionar o presidente a adotar tal atitude, que era a defendida pelo jornal. Outros jornais, como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, por exemplo, não afirmam em momento algum que Getúlio tenha adotado uma postura contundente sobre a saída dos interventores antes das eleições.

⁸⁸ Id. Ibid.

⁸⁹ *Diário Carioca*. 23/09/1934, “Critério inflexível adotado pelo presidente da República”, p. 1.

Os registros de Vargas em seu diário sobre esse assunto aparecem a poucas semanas da realização do pleito eleitoral. No dia 15 de setembro de 1934, anotou que recebera do governador gaúcho Flores da Cunha o pedido de 30 dias de licença, para não presidir as eleições de seu estado. Na ocasião, ele escreve que recomendou que Pedro Ernesto fizesse o mesmo, no Distrito Federal. Uma semana depois, em 22 de setembro, registra no diário que os interventores estavam repassando os respectivos cargos para seus substitutos legais. E, somente em 8 de outubro, faltando uma semana para as eleições, anota ter avisado aos interventores para que deixassem os cargos antes da realização das votações. [VARGAS, 1995, p. 327, 329 e 331]

Obviamente, Vargas queria que vencessem nos estados os interventores que tentavam a reeleição, e os que estavam sendo por eles apoiados. Dessa forma, compreendemos que o presidente evitou adotar qualquer postura pela saída dos interventores, optando por fazer declarações evasivas sobre o assunto, o que correspondia, na prática, apoiar a permanência. Assim, não deu um prazo para que se licenciassem e evitou obrigá-los a tal. Deixou que o tempo passasse e, dessa forma, grande parte da campanha e dos preparativos para o pleito eleitoral ocorreram com os interventores em seus cargos, direcionando o andamento do pleito. Ou seja, só saíram às vésperas das votações, atendendo às demandas da oposição, mas quando tal fato pouco ou nada significaria para os resultados das urnas.

Na Câmara, a estratégia utilizada pelos deputados governistas foi parecida com a usada pelo presidente: retardaram a votação do projeto do deputado Hugo Napoleão até que as eleições fossem realizadas, sem que houvesse uma definição sobre a questão. Na pauta desde o dia 4 de setembro, o projeto só teve quórum para ser votado no dia 26, ou seja, 22 dias depois. Na ocasião, a oposição tentou a estratégia de tornar secreta a votação do projeto, a fim de impedir que os deputados que almejassem votar contra o governo ficassem constrangidos a fazê-lo. Porém o requerimento pedindo votação secreta foi rejeitado pela maioria dos deputados presentes. O tempo da sessão legislativa foi sendo esgotado, a Câmara esvaziou-se e, mais uma vez, a votação foi adiada.⁹⁰

Portanto, se a preocupação dos deputados em retornarem a seus estados para a campanha eleitoral atrasou o exame do orçamento do país, prejudicando o governo, por outro lado impossibilitou a votação do projeto de substituição dos interventores estaduais pelos respectivos presidentes dos Tribunais de Justiça dos estados, o que agradou aos apoiadores de Vargas.

⁹⁰ Diário do Poder Legislativo. 56ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/09/1934, p. 238.

Capítulo 2: Depois das eleições: a Câmara a pleno vapor



Charge de Storni, sobre as eleições de 14 de outubro de 1934. Em letras pequenas, quase ilegíveis: “O votante – Todos eles me deram ‘chapa’ mas o voto é secreto, e o gabinete é indevassável”. *Diário da Noite*, 13/10/1934.

Estes dias, a administração pública esteve atenta para as eleições de deputados federais e constituintes estaduais a realizarem-se em todo o país, e também para os movimentos extremistas. A política, o interesse político, as manobras políticas deturpam ou sacrificam quase tudo para vencer. (...) Ainda ignoro os resultados. Prevejo, e oxalá me engane, que a oposição terá maior número que nas primeiras eleições. [VARGAS, 1995, p. 333]

Vargas sabia que a oposição estava mais forte. As anotações em seu diário sintetizam perfeitamente o ambiente político do momento. O retorno dos exilados encorpou a minoria, que teve mais sucesso na batalha eleitoral do que tivera nas eleições constituintes de 1933, embora ainda permanecesse em menor número do que os governistas na Câmara Federal. O presidente ainda menciona duas grandes preocupações: movimentos extremistas e manobras políticas de seus adversários, ações que, para ele, estavam intimamente ligadas, envolvendo sindicalistas, militares e deputados.

Não à toa o grande destaque do período pós-eleições vai ser o longo debate em torno da Lei de Segurança Nacional, almejada pelo presidente a fim de se dotar de mais poderes do que a Constituição havia lhe permitido. Ao mesmo tempo, outros dois assuntos também mereceram atenção especial do governo: as eleições classistas de janeiro de 1935, nas quais são derrotados os cinco deputados mais engajados da bancada proletária ⁹¹ e o reajuste do soldo militar, que é cancelado por Vargas, mesmo a contragosto, como forma de apaziguar os ânimos dentro das Forças Armadas.

⁹¹ Vasco de Toledo, João Vitaca, Valdemar Reykdall, Acir Medeiros e Álvaro Ventura.

Mas, primeiramente, devemos avaliar os resultados das importantes eleições de outubro de 1934. O brasileiro Robert Levine afirma que elas ocorreram em clima conflituoso, e detalha vários embates entre a oposição e a situação nas ruas de algumas cidades, além de atentados contra eleitores cujos autores não foram identificados [LEVINE, 1980, p. 75 a 90]. O resultado final das urnas, como era de se esperar, acabou sendo bastante favorável aos interventores e, conseqüentemente, ao presidente Vargas.⁹²

A historiadora Dulce Pandolfi reconhece que nos estados mais importantes politicamente os interventores venceram as eleições: SP, RJ, MG, BA e PE. Porém, afirma que “em muitos estados os interventores foram derrotados e as forças decaídas de 1930 reconduzidas ao poder”. Considera que apenas 9 dos 20 interventores haviam sido reeleitos [PANDOLFI, 2007, p. 30/1]. Porém, é preciso atentar que Pedro Ernesto Baptista (Partido Autonomista/DF), no Distrito Federal, interventor nomeado pelo presidente, foi eleito com o apoio de Vargas. Além disso, nos estados do Amazonas, do Piauí e da Paraíba, os interventores não se candidataram, mas conseguiram eleger seus sucessores.⁹³ Finalmente, no Pará, o interventor Magalhães Barata (Partido Liberal/PA) conseguiu maioria na Assembleia Legislativa, mas disputas internas ao partido da situação, levaram a uma crise política que só se resolveu com a indicação de José Malcher (Partido Liberal/PA), para o governo, um nome de consenso entre governistas e opositores.

Considerando-se esses dados, os interventores federais só não foram vitoriosos em cinco dos vinte estados: Santa Catarina, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe.⁹⁴ Mesmo assim, nesses casos, Vargas se aproximou dos vitoriosos e fez novas alianças, o que mais uma vez demonstra que os grupos que eram de oposição nos estados, em 1934, não necessariamente eram de oposição ao presidente da República em âmbito nacional. No Maranhão, inclusive, Vargas chegou a nomear um interventor em 1936, em substituição ao governador eleito Aquiles Lisboa, que havia perdido o apoio da Assembleia Legislativa, que lhe impôs a cassação em razão de acusações de irregularidades no governo.⁹⁵

Portanto, após as eleições de 1934, concluímos que os governos dos estados

⁹² Robert Levine, em sua obra *O Regime de Vargas. Os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, defende que as eleições de 1934 trouxeram de volta ao poder muitos oligarcas que haviam sido alijados de seus cargos em 1930. Para o autor, conseqüentemente, a oposição se fortaleceu na Câmara.

⁹³ Respectivamente Nelson de Mello (Aliança Trabalhista-Liberal/AM), Landri Sales (Partido Nacional Socialista/PI), Gratuliano da Costa Brito (Partido Progressista/PB).

⁹⁴ Nos quais foram eleitos, respectivamente, Nereu Ramos (Partido Liberal Catarinense/SC), Meneses Pimentel (LEC/CE), Aquiles Lisboa (Partido Republicano/MA), Rafael Fernandes (Partido Popular/RN), Erônides de Carvalho (União Republicana/SE).

⁹⁵ As informações a respeito dos governadores eleitos e do relacionamento deles com o presidente Vargas foram obtidas a partir da pesquisa realizada nos sites das câmaras legislativas estaduais e dos tribunais eleitorais dos respectivos estados, além de informações do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – CPDOC – FGV.

continuaram, maciçamente, prestando apoio a Vargas. A força política oposicionista enfrentada pelo presidente estava e continuaria primordialmente no Legislativo Federal e não nos governos ou nas assembleias legislativas estaduais. Isso aumenta ainda mais a importância de se estudar a atuação da minoria parlamentar no Congresso Nacional, que seria, cada vez mais, uma importante adversária política e se constituiria em um verdadeiro empecilho aos planos do governo a partir de 1935.

Por sua vez, Vargas procurou continuar impondo sua vontade ao Poder Legislativo. Deixou de sancionar vários projetos aprovados na Câmara dos Deputados, utilizando muitas vezes seu direito de veto, o que causava desconforto entre deputados de sua base governista, que se viam forçados a confirmarem a decisão presidencial, algumas vezes voltando atrás em suas próprias deliberações.

1 – Câmara e Vargas em rota de colisão

Passadas as eleições de 14 de outubro, os deputados voltaram a comparecer mais à Câmara. Os resultados das eleições foram morosos. Eles só começaram a ser divulgados em janeiro de 1935, sendo que, na maioria dos estados, somente em março, após recursos e recontagens, foram definidos os eleitos. Portanto, podemos afirmar que os deputados exerceram grande parte de seus mandatos após outubro sem saber, ao certo, se teriam ou não sido eleitos para a nova legislatura que se iniciaria em maio de 1935.



Mais uma charge de Alfredo Storni, dessa vez criticando a demora da apuração dos votos das eleições de 14 de outubro de 1934. O chargista, com bom humor, imagina que vinte anos depois, em 1955, os votos ainda estariam sendo contados. *Diário da Noite*, 24/10/1934.

Merece destaque a avaliação feita por J. J. Seabra (Partido Republicano Democrata/BA) a respeito das eleições. O experiente político, mais uma vez, acusou o interventor baiano Juraci Magalhães e o presidente Vargas de abandonarem a bandeira da Aliança Liberal, rendendo-se às eleições corruptas e à perseguição da oposição, situações que tanto criticavam quando tomaram o poder em 1930.⁹⁶

Um fato é bastante para caracterizar a mentalidade do delegado do Chefe do Executivo na Bahia: mandou ele que seus prepostos boicotassem os órgãos oposicionistas daquele estado na campanha eleitoral; baixou uma circular a todos os prefeitos para que impedissem a distribuição e a leitura dos jornais *A Tarde* e *O Imparcial*. Ora, pergunto à Câmara dos Deputados, quem jamais seria capaz de tolerar num estado de tão gloriosas tradições como a Bahia, determinasse o governo a violenta medida contra órgãos de imprensa, sobretudo em momento de propaganda eleitoral? Haverá mentalidade mais tacanha, mais pequenina do que essa? Pois a Bahia merece um governo desse jaez, dessa natureza? Não constitui tal ato uma humilhação para aquela terra?

O deputado governista Manoel Novais (Partido Social Democrático/BA) prontamente disse que houve apenas uma recomendação para que os correligionários do governador baiano “não lessem tais jornais”, negando qualquer tipo de censura ou violência contra a imprensa. Mas Seabra manteve sua linha de pensamento e reafirmou que houve ação repressiva contra o *A Tarde* e *O Imparcial*, a fim de impedi-los de circular, atitude que não se coadunava com os princípios defendidos pela Revolução de 1930.



A charge, de Storni, critica os rumos da Revolução de 1930. *Diário da Noite*, 25/07/1934.

⁹⁶ Diário do Poder Legislativo. 84ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/11/1934, p. 1473.

Aliás, a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 eram temas recorrentes que ,quase cotidianamente, apareciam transversalmente aos assuntos debatidos na “Ordem do dia”. Seabra era um dos que fazia uso do passado revolucionário para criticar o governo, acusando-o de trair os princípios defendidos em 1930.

Logo após o pleito, deputados da oposição vão à tribuna denunciar irregularidades e violências. Ferreira de Sousa (Partido Popular/RN) chegou a dizer que, no Rio Grande do Norte, “o povo foi impedido de votar livremente”. Para coibir quaisquer irregularidades, Vargas havia tomado a providência de enviar observadores federais aos estados, medida vista pela oposição como ineficaz. Acúrcio Torres e Adolfo Bergamini, sempre que algum deputado ia à tribuna reclamar de irregularidades eleitorais, aproveitavam para ridicularizar e ironizar os observadores enviados pelo presidente aos estados. Para eles, não eram “observadores”, mas sim “olheiros”.⁹⁷ Aliás, o uso da ironia por Torres e Bergamini era uma estratégia bastante utilizada para menosprezar o governo. Certa vez, ao ouvir Mozart Lago apontar irregularidades na preparação das eleições no Pará, Bergamini disse: “Naturalmente, o senhor Getúlio Vargas mandará um olheiro para lá e estará tudo resolvido”.⁹⁸



Storni ironiza a figura do “observador”, criado por Vargas para garantir a lisura das eleições. *Diário da Noite*, 12/09/1934, p. 1.

⁹⁷ Diário do Poder Legislativo. 88ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/11/1934, p. 1535.

⁹⁸ Diário do Poder Legislativo. 54ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 24/09/1934, p. 21.

O jornalista Costa Rego, do *Correio da Manhã*, foi outro que muito criticou a atuação desses observadores:

Continuamos em muitos estados a depender da ilusão dos observadores (...). Os observadores não nos darão, é exato, eleições piores, mas nada as farão melhores nos estados onde elas já sofram antecipadamente a influência que se sabe. (...) Os males devem permanecer os mesmos, senão para a glória, para o conforto dos que usufruem o poder.⁹⁹

Portanto, é interessante perceber as duras críticas que Vargas recebia sobre a falta de lisura das eleições – com censura e violência aberta –, cuja moralização fora uma das bandeiras da Revolução de 1930. Quatro anos depois, o presidente era questionado pelos adversários políticos e por parte da imprensa, que duvidavam que o Governo Provisório e o Governo Constitucional tivessem promovido quaisquer mudanças significativas em relação ao que ocorria na Primeira República.

Em dezembro de 1934, com a apuração adiantada, mais do mesmo: Torres e Bergamini se levantaram contra a atuação do governo federal e dos interventores no processo eleitoral. Torres insistiu em acusar Vargas de omissão, em relação às irregularidades dos interventores antes, durante e depois das eleições. Bergamini ironizou mais uma vez o presidente ao chamar seus aliados de “soviets de duendes”, em razão de terem opiniões radicalmente em favor do presidente e viverem em um mundo fantasioso para justificar eventuais equívocos cometidos por Vargas. Chamou ainda de “casas mal-assombradas” os estados sob o domínio dos interventores e disse que Vargas e seus aliados não viam com bom grado eleições limpas, já que a prática comum a eles era “o espancamento, a censura a jornalistas, o empastelamento de jornais”¹⁰⁰. Por fim, concluiu que a mentalidade ditatorial do Governo Provisório permanecia durante o Governo Constitucional:

⁹⁹*Correio da Manhã*. 10/10/1934, “O emoliente”, p. 2.

¹⁰⁰ O empastelamento do *Diário Carioca*, em 1932, demonstrou a necessidade dos governistas em calar a oposição. A responsabilidade foi atribuída aos tenentes, fortes aliados de Vargas à época, já que o jornal era um severo crítico do tenentismo. A recusa de Vargas em tomar uma posição firme para punir os culpados causou uma grave crise política, que levou a alguns rompimentos de figuras importantes com o governo, inclusive do Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, que pediu demissão e se aproximou da oposição gaúcha.

A verdade, sr. presidente, é que continuamos com a mesma mentalidade: o ditador *masquêde* constitucionalizado, os processos os mesmos. Não é possível que todas essas queixas não cheguem ao conhecimento de S. Ex. A conduta, que adota, é igual a que teve no caso do assalto ao *Diário Carioca*. Será também que não recebeu notícias disso? O fato passou-se na capital da República; o Ministro da Justiça abandonou o cargo, como sinal de protesto; o Ministro do Trabalho também; o chefe de polícia, idem. E assim todos os que formaram a falange mais brilhante da Aliança Liberal. Estão em função os entorpecentes; é a mesma filosofia política; a mesma atitude, ou, antes, falta de atitude. Deixa-se ficar como está, para ver como fica... É a filosofia.¹⁰¹

No dia 17 de outubro de 1934, nesse clima de ataques ao governo e protestos contra irregularidades nas eleições, a Câmara dos Deputados obteve quórum suficiente para o debate e a votação de vários assuntos que estavam à espera. Como era aguardado, tão logo passou o pleito eleitoral os deputados voltaram a comparecer em peso. O projeto de Hugo Napoleão que pedia a substituição dos interventores no período eleitoral, postergado pelos deputados governistas, perdeu seu sentido, sendo retirado de pauta.

O exame do orçamento nacional para 1935 passou a ocupar grande parte da “ordem do dia”. A eleição presidencial de julho e as eleições estaduais e federais de outubro de 1934 haviam prejudicado em muito a sua elaboração. Por lei, o orçamento deveria ser sido enviado pelo presidente da República para o Congresso até início de maio de 1934, porém, em razão da Constituinte e das eleições citadas, ele só chegou aos parlamentares em meados de setembro do mesmo ano, com quase cinco meses de atraso. A Câmara tinha até o dia 5 de novembro para analisá-lo, apresentar suas considerações em formato de emendas e, em seguida, votá-lo. Um tempo muito curto.

Pela minoria, Acúrcio Torres e Henrique Dodsworth criticaram o texto enviado pelo Executivo. Dodsworth foi duro, ao dizer que “a obra do governo é inteiramente falha”.¹⁰² Eles apontaram o excesso de gastos em determinados pontos e a falta de verba em outros que consideravam importantes. Torres criticou o aumento de gastos que a elevação do número de deputados federais implicava – eram 212 no final da Primeira República, passando para 254 na Constituinte e 300 na legislatura que começaria em maio de 1935. Lamentou também a falta de gastos em Educação:

¹⁰¹ Diário do Poder Legislativo. 108ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 04/12/1934, p. 2018.

¹⁰² Diário do Poder Legislativo. 72ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 24/10/1934, p. 188.

É triste, que se negue dinheiro para o ensino, seja ele primário, secundário ou superior, quando esse mesmo governo, com o assentimento, embora póstumo nosso, mantém a criação de dois ministérios – um, o da Educação, que não prestou com esse nome melhores serviços de que o próprio Ministério da Justiça quando superintendia tal serviço; outro, o do Trabalho, que, pelo menos, no período discricionário, para nada mais serviu do que ludibriar o operariado do Brasil, dando-lhe carteiras profissionais e negando-lhe garantias”.¹⁰³

Com tais afirmativas Acúrcio Torres procurava criticar duas das principais medidas sociais do governo Vargas: a de tirar a Educação da alçada do Ministério da Justiça, ao criar um ministério específico para a questão; e o surgimento do Ministério do Trabalho, denunciando-o como pouco efetivo para a melhoria de vida das classes trabalhadoras. Este ministério, como é possível perceber, era alvo de ataques tanto pela minoria quanto pela bancada proletária, embora por razões muitas vezes distintas.

Diante dos debates na Câmara, uma reportagem no *Correio da Manhã* reclamou da demora na elaboração do orçamento, afirmando que os parlamentares estavam indiferentes aos problemas financeiros do país, e comparou a Câmara de 1934 com aquelas de antes de 1930. Ou seja, evidenciando que, a seu ver, o movimento de 1930 não teria mudado a mentalidade da Casa:

O senhor Artur [de Souza] Costa, ao assumir a pasta da Fazenda, expôs ao Poder Legislativo, com franqueza e lisura, a real situação financeira do país. (...) A resposta dada pela representação popular ao apelo em questão, e ao clamor que se fez em torno dele, foi a indiferença. Braços cruzados ante a situação, insensíveis ao que pudesse suceder, os deputados até hoje não moveram uma palha, não despenderam o menor esforço para encontrar a solução capaz de proporcionar o equilíbrio orçamentário, sem o qual lograremos mais um orçamento, já deficitário em sua fase de elaboração, que bem poderá dizer-se desastroso. Não há notícia da elaboração orçamentária para o próximo exercício (...). Ora, para 3 de novembro faltam apenas duas semanas e ninguém terá a ingenuidade de supor que a Câmara (...) possa nesse curto espaço de tempo dar conta de seu recado. (...) Isso redundará num enfraquecimento moral do Poder Legislativo, que se apresenta à Nação como incapaz de realizar uma de suas mais importantes de suas tarefas, o que o deixa em penosa situação moral perante o país, que o encarregou de consumir a obra da moralização dos costumes nacionais, administrativos e políticos, cuja tendência justificou a Revolução. (...) É, pois, com desilusão, que se vê o exemplo da Câmara dos Deputados repetindo a mesma façanha do Congresso de outrora, de desrespeito pela Nação e pelo mandato popular, assim provando que foi em pura perda a grande e perigosa escalada que se fez no sentido de se tomar as posições onde se instalavam os aproveitadores beneficiados pelas posições políticas.¹⁰⁴

¹⁰³ Diário do Poder Legislativo. 72ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 24/10/1934, p. 189.

¹⁰⁴ *Correio da Manhã*, 20/10/1935, “A obrigação da Câmara”, p. 4.

Esse tom tornou-se recorrente na imprensa, que cobrava diariamente à Câmara uma solução para a crise orçamentária. E essa cobrança aparece acompanhada, mais uma vez, de um quê de desilusão e insatisfação com os rumos da Revolução de 1930, cujos ideais moralizadores não teriam vingado. A pressão dos jornais acabou por beneficiar a maioria, que queria aprovar rapidamente o orçamento para o próximo ano, sem responder minuciosamente às várias críticas que os deputados da oposição faziam. À minoria restou se submeter a um ritmo mais acelerado.

Os deputados, fossem governistas ou opositoristas, buscavam a defesa de seu eleitorado, apresentando emendas que os beneficiassem, o que aumentava os gastos previstos. A votação final do orçamento e seu envio para o Executivo foram feitos em 3 de novembro, data-limite estipulada em lei. O presidente da Câmara, Antônio Carlos, comemorou o desfecho rápido, mas o texto orçamentário final, enviado para a sanção presidencial, desagradou a Vargas.¹⁰⁵

O presidente fez várias anotações em seu diário criticando a atuação do Poder Legislativo e o resultado final dos debates em torno do orçamento, sobretudo em relação ao aumento dos gastos públicos. Um bom exemplo é a reação presidencial ao aumento do subsídio dos deputados. Vargas pretendia se dirigir à Câmara para que eles desistissem do reajuste. Chegou a cogitar em abrir mão de seu próprio aumento salarial, para pressionar os deputados a também fazê-lo. Porém, foi dissuadido da ideia pelo líder da maioria, Raul Fernandes. Ele obviamente sabia que a maioria parlamentar não desistiria do reajuste, o que colocaria Vargas em confronto aberto com toda a Câmara, atingindo suas bases de apoio:

A Câmara já votara o aumento de subsídio para 6 contos mensais. O ministro da Fazenda fica alarmado pelo exemplo moral que isso significa. Falo ao líder Raul Fernandes sobre a possibilidade de eu me dirigir à Assembleia, solicitando a redução, à metade, do subsídio do presidente. Julga ele não ser mais possível. [VARGAS, 1995, p. 338]¹⁰⁶

¹⁰⁵ Diário do Poder Legislativo. 82ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 03/11/1934, p. 1459.

¹⁰⁶ Representava um aumento de 100% no salário, que era de 3 contos de réis.



Os jornais também repercutiram negativamente o aumento dos deputados. Storni, *Diário da Noite*, 20/10/1934, p. 1.

No decorrer do mês de novembro de 1934, Vargas se dedicou a examinar o orçamento e vetar diversas disposições. Um veto que causou certa polêmica foi o corte à assistência a diversas empresas que prestavam caridade a doentes, crianças e idosos. Henrique Dodsworth chegou a entrar, em vão, com um requerimento a fim de que fosse dada urgência à avaliação desse veto pelo Congresso. Outra disposição vetada que causou muita reclamação foi a que destinava grande quantia para a reforma de campos de pouso de aviões em vários estados.¹⁰⁷ Os vetos do presidente eram muito comuns, o que fazia com que a oposição criticasse o que chamava de excesso de interferência do Executivo no Legislativo. Mas o que incomodava à minoria era que, quase sempre, tais vetos recebiam o apoio da maioria, que voltava atrás nas suas próprias resoluções para seguir a decisão presidencial.

Em janeiro de 1935 Vargas vetou as verbas destinadas ao combate ao banditismo no Nordeste, projeto que havia sido aprovado folgadoamente na Câmara. Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, considerados os estados mais ameaçados pelos chamados cangaceiros, receberiam considerável quantia. Contudo, o presidente alegou que o artigo 183 da Constituição previa que novas despesas criadas deviam apontar de que fontes provinham, o que não acontecia nesse caso.

¹⁰⁷ Diário do Poder Legislativo. 91ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 14/11/1935, p. 1571.

Podemos ainda citar diversos outros vetos: em 26 de janeiro de 1935, Vargas vetou parte de subsídios para juízes e procuradores,¹⁰⁸ o que foi confirmado pela Comissão de Justiça e pela Câmara em 22 de fevereiro.¹⁰⁹ Em março de 1935, o veto se estendeu às questões do Exército, quando o presidente discordou de resoluções que regulavam a admissão e a demissão de sargentos em instituições militares.¹¹⁰

Outros vetos importantes foram a negativa a sancionar o perdão de brasileiros com dívidas de imposto de renda,¹¹¹ que tinha sido aprovado pela Câmara após longo debate, e o veto parcial ao regulamento da Polícia Militar.¹¹² Esses são apenas alguns exemplos, somente para demonstrar que o presidente exerceu seu direito de veto, com amplo apoio da maioria parlamentar, mesmo que esta tivesse que voltar atrás, abandonando um projeto que anteriormente havia encaminhado e aprovado. Era exatamente esse o aspecto denunciado pela minoria, uma vez que demonstrava a falta de autonomia da Câmara e o quanto ela se encontrava sob o domínio do Executivo, que influía, praticamente controlando atribuições do Legislativo.

2 – Uma nova representação classista: o adeus à bancada proletária.

Julgando que a missão de um representante da classe trabalhadora no Parlamento não pode ser outra senão a de defender intransigentemente os interesses de sua classe e ser o porta-voz de seus sofrimentos e aspirações, assim pautamos toda a nossa conduta, tanto na Assembleia Constituinte como nesta Câmara. Esta firmeza de atitude, fugindo aos compromissos com as duas correntes principais em que se divide a política burguesa nesta Casa, valeu-nos desde logo a pecha de extremistas, como se tal qualificativo na boca de nossos inimigos de classe não valesse como melhor prova de que estávamos no bom caminho, isto é, o caminho da independência e da emancipação do proletariado. Assim, pois, entre a subordinação aos caudilhos governamentais ou às combinações da oposição burguesa e uma ação independente, conforme as aspirações e necessidades das classes trabalhadoras, preferimos esta última. Daí resultou a crise verificada na nossa bancada e à cisão que deu lugar à formação da minoria proletária.¹¹³

¹⁰⁸ Diário do Poder Legislativo. 146ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/01/1935, p. 618.

¹⁰⁹ Diário do Poder Legislativo. 169ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 22/02/1935, p. 1284.

¹¹⁰ Diário do Poder Legislativo. 196ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/03/1935, p. 2165.

¹¹¹ Diário do Poder Legislativo. 96ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 21/11/1934, p. 1710.

¹¹² Diário do Poder Legislativo. 136ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/10/1935, p. 5944.

¹¹³ Discurso do deputado João Vitaca. Diário do Poder Legislativo. 140ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/01/1935, p.446.

Assim o deputado João Vitaca discursou, em 19 de janeiro de 1935, rememorando sua atuação e a de seus colegas da autointitulada bancada proletária ou minoria proletária. Ele ainda não sabia, mas era um discurso de despedida, pois nenhum deles conseguiu se eleger para a legislatura seguinte.

Em 14 de outubro de 1934 foram eleitos, nos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, os delegados eleitores que iriam escolher os representantes classistas para a Câmara, em votação que se realizaria de 21 a 31 de janeiro de 1935. A imprensa noticiou que essa primeira fase da eleição havia se realizado de forma tranquila, criticando apenas a demora na apuração dos resultados.¹¹⁴

Em novembro de 1934 o deputado governista Abelardo Marinho, líder da bancada classista, duvidou da idoneidade desse pleito eleitoral, e leu um artigo de *O Globo* denunciando supostas fraudes.¹¹⁵ A princípio, a crítica de Marinho poderia causar estranhamento, pelo fato dele ser um deputado que sempre esteve ao lado de Vargas e que, ao criticar as eleições classistas, organizadas pelo Ministério do Trabalho, poderia estar fazendo uma crítica ao governo.

Porém, na verdade, as denúncias feitas por Marinho tiveram o objetivo de criar uma justificativa para que o ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, pudesse impugnar possíveis vitórias da oposição. O jornal *O Globo* chancelou as palavras do ministro, ao denunciar que muitos sindicatos precisavam ter o registro cassado pelo governo, por se tratarem de representantes de associações criadas somente com objetivos eleitorais, às vésperas do pleito:

A representação classista foi uma novidade da Revolução de Outubro. Combatida fortemente pelos que nela viam uma aproximação ao Estado corporativo de tipo fascista, a ideia foi, entretanto, vitoriosa e saudada por muitos como uma conquista dos novos tempos no Brasil. Mas a política [sic], que se pretendeu evitar, com a representação profissional, passado o primeiro instante de receio, organizou seu plano de ação. E, agora, o escândalo rebenta. Centenas de sindicatos se fundaram nos últimos dias no Brasil, apenas para fins politíqueiros, aproveitando os flancos descobertos da lei. *O Globo*, há dias, denunciou a ilegal manobra. Hoje é o próprio Ministro do Trabalho quem, com o prestígio de seu cargo, fulmina o criminoso processo, denunciando ao Tribunal Superior Eleitoral aspectos incríveis de fraude. Basta dizer que só no Estado de Minas Gerais se fundaram 42 sociedades de funcionários.¹¹⁶

¹¹⁴ Caso da edição do *Diário de Notícias*, de 06/11/1934.

¹¹⁵ *O Globo*. 13/10/1934, “Sufrágio profissionalista”, p. 2.

¹¹⁶ Id. Ibid.

A reportagem reclamou que vários sindicatos teriam sido criados com mera intenção eleitoral. Porém, essa estratégia também era utilizada pelo próprio Ministério do Trabalho, que, ao mesmo tempo em que recusava reconhecimento aos sindicatos de oposição, permitia a oficialização dos chamados “sindicatos de carimbo”, simpáticos ao governo.¹¹⁷

Os dados do Ministério do Trabalho mostram que 2.672 sindicatos haviam requerido suas inscrições em setembro de 1934, muito evidentemente para participarem da primeira fase das eleições classistas. Mas somente 299 dessas associações de classe foram reconhecidas pelo governo; quer dizer, pouco mais de 10% do total poderiam atuar no pleito.¹¹⁸ A partir dessas informações é possível concluir que havia enorme interesse dos sindicatos em participar das eleições classistas e que o governo era bastante rígido na avaliação e aprovação dos participantes, deixando de fora muitos sindicatos, aprovando somente os que lhe interessavam.

Levando-se em conta que a bancada classista contaria com 50 deputados, cerca de um sexto do total de 300 eleitos para a legislatura seguinte, era natural que o governo usasse os meios de que dispunha para manobrar a fim de que a maioria dos participantes do pleito fossem sindicatos que se coadunassem com os interesses governamentais.

Outro ponto importante é que só os trabalhadores sindicalizados poderiam votar nas eleições de delegado sindical. E, por sua vez, só podia se sindicalizar quem estivesse de posse da carteira profissional. Mas, como foi evidenciado à época, o Ministério do Trabalho atrasou muito o envio das carteiras, o que prejudicou vários trabalhadores, que não puderam exercer seus direitos em 14 de outubro de 1934.¹¹⁹

Esses contratempos ocorreram exclusivamente no que concerne às eleições dos representantes dos empregados. Em relação aos empregadores, que também elegeriam deputados para representá-los, não ocorreram maiores problemas e as votações ocorreram em clima de tranquilidade.

Uma vez eleitos em seus respectivos sindicatos, os delegados iriam definir, em janeiro de 1935, quais seriam os 50 deputados classistas federais¹²⁰ que representariam empregados e empregadores na legislatura a se iniciar em maio. A novidade era a escolha de representantes da imprensa, que se juntariam aos da lavoura e pecuária; indústria; comércio e transportes;

¹¹⁷ Diário do Poder Legislativo. 90ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/10/1934, p. 1557 e 1558.

¹¹⁸ Diário do Poder Legislativo. 120ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/12/1934, p. 2414.

¹¹⁹ O governo chegou a se pronunciar, em 1º de setembro, dizendo que admitia a demora no envio das carteiras, mas que isso iria se resolver até início de outubro de 1934. Não foi o que se viu e muitos trabalhadores não puderam votar na escolha dos delegados-eleitores de seus sindicatos.

¹²⁰ Foram 40 eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. Com o aumento do número total de membros da Câmara dos Deputados, de 254 para 300, o número de representantes classistas na legislatura seguinte também aumentou, para 50.

profissões liberais; e funcionários públicos. A votação ocorreria no Rio de Janeiro, a capital da República. O exame dos Anais da Câmara atesta, como se pode antecipar, que mais uma vez ocorreram falhas no processo eleitoral. O Ministério do Trabalho, que financiaria as despesas da vinda ao Rio dos delegados sindicais eleitores dos demais estados, atrasou a remessa de recursos para alguns votantes, o que fez com que muitos faltassem ao pleito. Evidentemente, tal questão atingia aos delegados sindicais dos empregados e não dos empregadores. Aliás, o simples fato das eleições serem organizadas e fiscalizadas pelo ministério era visto, pela bancada proletária, como uma interferência no pleito que afetava, diretamente, a autonomia sindical. Por fim, outro problema grave foi o fato de alguns delegados-eleitores acusarem o ministério de, extraoficialmente, indicar candidaturas.

Embora não se tenha comprovação insofismável da interferência do Ministério do Trabalho naquelas eleições, curiosamente, todos os deputados da bancada proletária que se candidataram às eleições foram derrotados, sem exceção. Porém, não ficaram calados. Vieram em peso à tribuna da Câmara para denunciar as irregularidades. Voltamos ao discurso de Vitaca, que, após fazer um balanço da atuação da bancada proletária, criticou a grande intervenção do Ministério do Trabalho nas eleições classistas que iriam se realizar:

Aproveito a oportunidade, sr. Presidente, para protestar, na qualidade de delegado-eleitor da União dos Trabalhadores Gráficos de Pelotas, contra a interferência do Ministério do Trabalho nas coordenações que estão sendo feitas para a eleição dos futuros representantes profissionais, inclusive mandando impedir inúmeros delegados. Essa interferência, além de constituir flagrante desrespeito à Constituição, que assegurou o princípio da autonomia sindical, constitui uma violência à liberdade de consciência dos delegados-eleitores, que não precisam da tutela de quem quer que seja para o exercício do mandato que receberam dos seus companheiros de trabalho.¹²¹

Em meados de fevereiro, quase um mês depois das eleições, o mesmo Vitaca voltou a fazer uso da palavra para dizer que o Ministério do Trabalho pressionou delegados eleitores, e deu hospedagem somente a quem julgou ser a favor do governo, além de deixar ocorrerem fraudes no momento das votações:

Grande foi a mobilização, pelo Ministério do Trabalho, do seu funcionalismo que, do norte, centro e sul aqui aportou comboiando os delegados-eleitores empregados,

¹²¹ Diário do Poder Legislativo. 140ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/01/1935, p. 446.

comprimindo-lhes a liberdade, asfixiando-lhes a consciência, inibindo-lhes de, livremente, exercerem o legítimo direito do voto. (...) Hospedaram somente aqueles que quisessem obedecer as suas determinações, (...) impondo candidatos para os quais era feita questão fechada. Anularam muitas eleições de delegados-eleitores, desapareceram misteriosamente com títulos eleitorais (...), elegeram os próprios funcionários desse ministério.¹²²

Vitaca, como todos os demais deputados da bancada proletária, não conseguiu se reeleger, ao contrário de Edmar Carvalho e Abelardo Marinho, por exemplo, ambos governistas, que conseguiram a vitória e permaneceram na Câmara na legislatura seguinte. Carvalho, representante dos empregados do comércio e inimigo declarado do deputado proletário Acir Medeiros,¹²³ desaprovou as reclamações sobre as eleições ao dizer que elas provinham de “candidatos derrotados”, que desferiram acusações “infantilmente sem provar coisa alguma”.¹²⁴ Ou seja, as acusações de fraude e de privilégios aos candidatos que apoiavam o governo se resumiram aos depoimentos da bancada proletária, que não conseguira reeleição, não se produzindo qualquer comprovação objetiva de irregularidades. Na verdade, as denúncias nem sequer foram investigadas, embora Vitaca tenha entrado com uma representação no Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, que acabou indeferida.¹²⁵

Já se despedindo do mandato, em 13 de abril de 1935, Acir Medeiros também contestou a idoneidade do pleito eleitoral classista. Apesar de longa, a citação é importante:

Sr. Presidente, ligeiras considerações vou fazer acerca das eleições de classes, realizadas a partir do dia 21 de janeiro do ano corrente, e que decorreram sob influência e pressão imediata do sr. Ministro do Trabalho, a fim de que os pleitos não representassem a vontade livre dos trabalhadores, mas o pensamento do Governo, na pessoa daquele titular. Nem tudo, porém, é possível fazer de modo a não deixar brecha para que os prejudicados possam ao menos, gritar, reclamar na defesa de seus direitos conspurcados.

Nessa atitude me encontro, sr. Presidente, porque entendeu o sr. Ministro do Trabalho que, embora eu sendo, na expressão dele, ‘um rapaz sincero e honesto’, não poderia deixar de estar sob a vigilância constante do governo, de vez que criei dificuldades a este mesmo governo, a que S. Ex. serve.

Houve instruções diretas do gabinete do sr. Agamenon Magalhães, no sentido de que fosse um funcionário da Inspeção Regional do Estado do Rio de Janeiro ao município de Itaperuna, 6º Distrito, Porciúncula, observar as eleições de delegado eleitor que se realizaram naquela localidade, no ano próximo passado.

Expediram-se ordens severas a fim de que o orador de forma alguma fosse escolhido delegado eleitor pelos seus companheiros de lutas, porque não convinha ao

¹²² Diário do Poder Legislativo. 161ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/02/1935, p. 976.

¹²³ Edmar Carvalho havia sido acusado por Acir Medeiros de servir aos interesses dos patrões, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o que deu início a uma grande rivalidade entre os dois parlamentares. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC - FGV, verbete Edmar Carvalho.

¹²⁴ Diário do Poder Legislativo. 174ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/02/1935, p. 1454.

¹²⁵ Diário do Poder Legislativo. 161ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/02/1935, p. 977.

Governo. E assim, o auxiliar de fiscal, Daniel de Araújo Góes, presidindo às eleições, insultava os trabalhadores rurais na própria sede por eles paga, dizendo-lhes não admitir absolutamente fosse meu nome sufragado, por se tratar de adversário do governo e dele, pessoalmente.

O certo, sr. Presidente, é que no dia da eleição, esse auxiliar de fiscal colocou à porta de entrada da sede do sindicato um seu apaniguado, meu companheiro, mas homem analfabeto e incapaz de arcar com a responsabilidade de representar os seus colegas; prevalecendo da ignorância desse pobre e rude trabalhador, deu-lhe a incumbência de dizer aos seus companheiros que o candidato do ministério era ele, de sorte que cédula com outro nome ali jamais poderia entrar, e, se alguém comparecesse com o propósito de votar em outra pessoa, seria levado ao xadrez.

Os discursos de João Vitaca e Acir Medeiros acusaram o governo de ter, através do Ministério do Trabalho, utilizado manobras fraudulentas para garantir que candidatos da oposição não fossem eleitos. Cuidava, assim, para que a representação classista ficasse livre dos deputados proletários na legislatura seguinte. Embora não tenham ido adiante, as acusações ganharam destaque na imprensa, como podemos ver nas manchetes de primeira página do *Diário da Noite*, denunciando as irregularidades e prevendo inclusive a possibilidade de anulação das ditas eleições [FIG. 7].

Medeiros contou ainda que, depois de várias denúncias, foram realizadas novas eleições em que ele saiu vencedor. Mas o ministro do Trabalho não teria concordado com o resultado, mandando que a votação fosse feita pela terceira vez. Isso feito, ele saiu, como previsto, derrotado. Finalizou seu depoimento dizendo que as eleições classistas, realizadas a partir de 21 de janeiro, aconteceram “sob a influência e a pressão imediata do ministro do Trabalho a fim de que os eleitos não representassem a vontade livre dos trabalhadores, mas o pensamento do governo”.¹²⁶ Trocando em miúdos: tratava-se de acabar com a pequena, mas ativa, bancada proletária, vinda do pleito de 1933.

3 – A Lei de Segurança Nacional: ferve o debate parlamentar

Nos últimos dias de 1934, para fortalecer seu governo, Vargas criou o Conselho de Segurança Nacional, em surdina. Sem muita divulgação, foi apenas mencionado em curtas notas nos jornais. O objetivo do presidente era desenvolver uma lei que lhe permitisse atuar mais firmemente contra seus opositores. Em seu diário, anota que a ideia tomou forma depois de repetidas reuniões com os generais Pantaleão Pessoa e Góis Monteiro e com o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller. [VARGAS, 1995, p. 346 e 347]. Os dois últimos são figuras amplamente conhecidas e destacadas como homens fortes do regime. Pantaleão

¹²⁶ Diário do Poder Legislativo. 211ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/04/1935, p. 2647.

Pessoa foi o chefe do Gabinete Militar de 1932 até 1935, ano em que assumiria o Estado Maior do Exército (EME). Vargas tinha ampla confiança nesse general, a ponto de registrar repetidas vezes em seu diário a eficiência militar em coibir movimentos considerados subversivos à ordem constituída no país. Tal confiança pode ser confirmada quando o promoveu à chefia do Estado Maior do Exército (EME), em 2 de julho de 1935. Havia outros quinze generais com mais antiguidade para o posto, mas todos foram preteridos por Vargas.

A oposição, diante dos rumores sobre essa nova lei, demonstrou o temor de que sua aprovação fosse uma estratégia governista para maximizar o poder do presidente e dos interventores, pois daria uma justificativa legal para ações consideradas arbitrárias, como a perseguição e até a prisão de opositores. Boatos davam conta de que os principais alvos da lei seriam funcionários públicos e militares que estivessem agindo contra a ordem política estabelecida. O medo maior era de que uma possível frouxidão na definição do crime contra a segurança nacional deixasse margem para que as autoridades policiais decidissem quais atitudes seriam consideradas ameaçadoras à ordem pública e passíveis de prisão e instalação de inquérito.

Buscando se antecipar à chegada da lei à Câmara, o militar Domingos Velasco (Partido Social Republicano/GO) reforçou a crítica às violências praticadas pelos interventores nos estados: “em todos os estados em que os governantes encontram-se desamparados pela opinião pública, a perseguição aos adversários políticos se faz dura e impiedosamente.” Falou, igualmente, que “poderia citar espancamentos de jornalistas, demissões e transferência de funcionários, prisões arbitrárias, abuso no emprego de dinheiro público e toda sorte de compressão política”.¹²⁷ Tudo para destruir qualquer oposição às lideranças estaduais aliadas de Vargas. Aos poucos, no decorrer de 1935, Velasco foi se tornando um dos principais nomes da minoria parlamentar dentro da Câmara, atuando contundentemente contra o governo. Ele passou a comentar os temas levantados pela bancada proletária, principalmente os relativos à violenta repressão governamental a greves e sindicatos, que continuavam a ser praticadas. Porém, sem dúvida, o assunto no qual mais se destacou foi o combate à Lei de Segurança Nacional.

Passadas as primeiras semanas de janeiro de 1935, o quórum da Câmara girava em torno de 130 a 160 deputados presentes, números que iam se reduzindo no decorrer da sessão legislativa. Essa terminava, geralmente, com cerca de 110 deputados, o que era insuficiente para as votações. Porém, é perceptível que, a partir de meados do mês de janeiro, o número de

¹²⁷ Diário do Poder Legislativo. 121ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/12/1934, p. 2451.

presentes aumentou visivelmente. Isso porque o governo passou a mobilizar os deputados da maioria a comparecer, preparando o ambiente para a Lei de Segurança, que estava em via de ser apresentada.¹²⁸

Diante da maior articulação dos governistas, a oposição resolveu unir forças criando o grupo conhecido como “Oposições Coligadas”. Ele foi o resultado da junção dos partidos estaduais de oposição, representados na Câmara Federal. Domingos Velasco (PSR/GO), Acúrcio Torres (Partido Evolucionista/RJ), João Vilasboas (Partido Liberal/MT)¹²⁹, Daniel Carvalho, Bias Fortes e Virgílio de Mello Franco (esses três do Partido Republicano Mineiro), Henrique Dodsworth e Mozart Lago (ambos do Partido Economista Democrático/DF) foram alguns dos que participaram das primeiras reuniões.¹³⁰

Cientes de que seus mandatos se encerrariam no final de abril de 1935 e derrotados nas eleições classistas, os deputados da bancada proletária aproveitaram os poucos meses que lhes restavam de atuação parlamentar para se tornarem ainda mais incisivos na oposição ao governo. Embora a Lei de Segurança Nacional tenha sido oficialmente apresentada à Câmara em 26 de janeiro de 1935, um mês antes já existiam rumores a seu respeito. Dessa forma, a minoria proletária antecipou-se e manifestou-se sobre a referida lei bem antes dos demais deputados. Coube a Álvaro Venturadar início às críticas ao projeto apelidado de “lei monstro”:

É necessário se redobrem as atenções em defesa da parca liberdade que há no país. (...) [Protesto] contra a violência policial em São Paulo contra a prisão de estudantes manifestantes do bairro do Brás (...) e contra a prisão, em Santos, do operário Natalino Rodrigues, que teve uma ordem de habeas-corpus concedida, mas não respeitada pelas autoridades policiais. (...) Todo esse processo está em perfeito entendimento com os preparativos que se está confeccionando a Lei Monstro, com a qual nos presenteará o Ministro da Justiça. (...) Quer-se-nos dar cópia fiel e aumentada das leis de Hitler e Mussolini.¹³¹

Esse discurso de Ventura se deu em 19 de dezembro de 1934, às vésperas das festas de fim de ano, quando a Câmara estava praticamente vazia. Mas foi publicado nos Anais da

¹²⁸ Estimativa feita a partir da análise de todas as votações realizadas em janeiro, antes da apresentação da Lei de Segurança Nacional à Câmara.

¹²⁹ Até então era governista, mas passou para a oposição depois de questões políticas de Mato Grosso. Vilasboas era do Partido Liberal de Mato Grosso, mesmo do interventor Leônidas de Matos. Porém, durante as discussões sobre o próximo governador a ser eleito, uma facção do partido passou para a oposição no estado. Diante do apoio do governo federal a Matos, que queria indicar seu substituto, Vilasboas passou para a oposição também em âmbito nacional.

¹³⁰ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC - FGV, verbete Oposições Coligadas.

¹³¹ Diário do Poder Legislativo. 133ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 11/01/1935, p. 264.

Câmara e distribuído para os demais deputados somente em 11 de janeiro de 1935, vindo a ter maior repercussão apenas a partir dessa data, quando seus colegas da bancada proletária passam a declarar apoio a suas declarações. Gilbert Gabeira e Acir Medeiros seguiram o exemplo de Ventura ao discursarem contra a LSN, respectivamente, nos dias 17 e 19 de janeiro de 1935. Gabeira leu o que seria o primeiro manifesto da ainda incipiente Aliança Nacional Libertadora (ANL). Intitulado “Pela libertação nacional do povo brasileiro”, o texto demonstrava um posicionamento político nacionalista, anti-imperialista e crítico ao Integralismo. Embora em momento algum se referisse explicitamente ao governo Vargas, havia nele uma menção à chamada “lei monstro”:

(...) Diante da crua realidade de nossa submissão econômica e política ao imperialismo, o patriotismo mítico de ‘Deus, Pátria e Família’ não passa de uma tapeação. (...). O passado histórico do Brasil é cheio de lutas revolucionárias pelas liberdades democráticas. Aqueles que, aproveitando-se do prestígio dos elementos sacrificados na luta pela democracia usurparam o poder, nunca realizaram o sonho pelo qual tanto se tem batido o povo brasileiro. (...) Agora mesmo, quando o governo prepara a Lei Monstro que vem terminar com o pouco de liberdade democrática formulado pela Constituição, vemos uma enorme mobilização de massas em defesa da democracia. (...) A Aliança Nacional Libertadora coordenará esse vasto movimento, echo de todo o passado revolucionário do Brasil na conquista de direitos democráticos.¹³²

O discurso também exaltava o Exército e a Marinha a se juntarem à luta da ANL, além de incentivar os trabalhadores oriundos de outros países a se unirem aos brasileiros no combate ao imperialismo estrangeiro no Brasil. O manifesto ainda afirmava que a ANL estava começando a se organizar e precisava do apoio de todos. O último parágrafo esclarecia que não se tratava de um novo partido político, mas de uma aliança com o fim de “congregar as massas laboriosas, sem distinção de credos políticos ou religiosos, em torno de um programa popular de luta contra o imperialismo”.¹³³

O texto mostra que a Aliança Nacional Libertadora, dois meses antes de sua fundação oficial, começava a delinear seus objetivos, apresentando-se no plenário da Câmara. O intento era o de criar uma ampla frente a favor da democracia e de luta pela liberdade de pensamento e manifestação. Nessa visão, somente a mobilização popular seria capaz de pressionar por condições econômicas e sociais mais justas. Embora criticasse o imperialismo, o fazia com um viés nacionalista, não significando um alinhamento ao comunismo. A meta principal era

¹³² Diário do Poder Legislativo. 138ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/01/1935, p. 389.

¹³³ Id. Ibid.

combater o Integralismo, visto como um adversário às liberdades populares. Nessa linha de raciocínio, a criação de uma lei que aumentasse os poderes do Estado era inaceitável, pois tratava-se de um momento estratégico de mobilização da população.

Apesar dos protestos, a Lei de Segurança Nacional foi enviada pelo Executivo para a apreciação da Câmara dos Deputados em 26 de janeiro de 1935, data em que foi entregue à Comissão de Constituição e Justiça. Vimos que, desde a aprovação da Constituição, Vargas tinha a intenção de obter mais poder, não apenas para o combate às manifestações de rua, mas principalmente para penalizar duramente quem organizasse movimentos considerados subversivos da ordem constituída, em especial trabalhadores e militares, com frequência nomeados de comunistas, de forma geral.

No dia 28 de janeiro de 1935 a minoria parlamentar começou a se posicionar sobre a LSN. Vários dias atrasada em relação à bancada proletária, optou por se manifestar em plenário somente depois da leitura do texto integral da lei. Mas, quando Domingos Velasco subiu à tribuna, suas palavras não foram menos duras. Para o deputado opositor a Lei de Segurança Nacional era “grosseira pilheria atirada à nação pelos interventores federais que aqui acabam de realizar mais um de seus famosos conclaves, dos quais sempre tem emanado medidas restritivas às liberdades públicas e à tranquilidade nacional”. Referia-se ao projeto como um “despautério” do Poder Executivo, “inconcebível” e digno de “repúdio”. Assinalava que, no Brasil, “são as próprias autoridades os maiores desrespeitadores da lei”, e que o projeto em pauta queria “transformar o Brasil em uma nação de escravos”.¹³⁴

A repercussão do discurso de Velasco nos jornais foi enorme. O *Jornal do Brasil*, em especial, destinou muito espaço em suas edições, corroborando as palavras do deputado goiano.¹³⁵ Aliás, grande parte da imprensa se posicionou contra a lei, que previa medidas ameaçadoras também à liberdade de imprensa, pois facilitava a prisão dos críticos do governo; para o JB:

O respectivo projeto arma o governo de poderes especiais para reprimir toda e qualquer manifestação de ideias contrárias ao atual estado de coisas, ou toda e qualquer subversão à ordem. Não limita campo, nem meio de ação. Abrange a tribuna, o livro, a cátedra e a imprensa. Não fixa esta ou aquela ideologia. Encerra todas, pois que todas são subversivas. Seus efeitos se estendem a todas as esferas: a federal, a municipal e a estadual. Proíbe taxativamente greves ou qualquer outro movimento entre funcionários públicos; acaba com a inviolabilidade do lar; permite

¹³⁴ Diário do Poder Legislativo. 147ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/01/1935, p. 655.

¹³⁵ *Jornal do Brasil*, 28 e 29/01/1935, p. 7 em ambas as edições.

à autoridade fixar com a residência do cidadão; restringe a liberdade de imprensa, bem como a de cátedra.¹³⁶

Embora também não concordassem com o projeto, os deputados da maioria preferiram apoiar a lei e se manterem ao lado de Vargas. Mas em seus discursos sempre procuravam mencionar que o apoio era dado com restrições. Um bom exemplo dessa delicada situação é o do importante deputado governista Augusto Amaral Peixoto (Partido Autonomista/DF), que discursou explicando os motivos pelos quais não estava integralmente de acordo com a LSN:

O projeto da Lei de Segurança tem falhas que, acredito, serão remediadas a tempo pelo plenário. Uma delas, bastante para que eu apusesse minha assinatura com restrições, reside na própria exposição de motivos. Como revolucionário que fui, conspirador e condenado¹³⁷, não poderia concordar em que fossem julgados criminosos contra a pátria os que se insurjam contra certas práticas dos governos. Apesar de reconhecer as razões alegadas na exposição de motivos quanto ao Código e a magistratura eleitorais, não poderia admitir que a magistratura e o Código fossem por si sós capazes de assegurar a verdadeira vontade do povo.¹³⁸

Amaral Peixoto achava um contrassenso que políticos que apoiaram a Revolução de 1930 se colocassem veementemente contrários às revoluções populares. Seu discurso defendia que, além do cumprimento da Constituição e do respeito às decisões do Poder Judiciário, a manifestação da população contra “certas práticas” do governo também era algo legítimo.

Outro governista, o baiano Negreiros Falcão (Partido Social Democrático/BA), se disse preocupado com a supressão das liberdades que a lei representava. Em discurso no mês de janeiro, fez um balanço do momento histórico vivido, afirmando que a humanidade encontrava-se “numa encruzilhada onde se estendem dois caminhos perigosos: fascismo, integralismo, nazismo, reação da extrema direita; comunismo ou bolchevismo, reação da extrema esquerda. Não creio nos nossos dias na sobrevivência da liberal-democracia”. Pediu que o Brasil abandonasse ambos os extremismos e até a democracia liberal “antiga, pautada em mentiras”, de “pseudo-livre concorrência”, para adotar um “novo regime essencialmente

¹³⁶ *Jornal do Brasil*, 20/01/1935, p. 7. Esse trecho consta na coluna diária chamada “Aspectos da Câmara”, que trazia notícias do cotidiano da Câmara dos Deputados. Não é mencionado o autor.

¹³⁷ Augusto Amaral Peixoto foi preso em 1924, por ocasião de sua participação no movimento tenentista em São Paulo, naquele ano. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) – CPDOC, FGV, verbete “Augusto Amaral Peixoto”.

¹³⁸ Diário do Poder Legislativo. 149ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 30/01/1935, p. 700.

brasileiro”, sem apontar exatamente a que se referia.¹³⁹ Falcão, naquele momento de polarização ideológica, afastava qualquer opção pela esquerda ou pela direita: comunismo ou integralismo. Mas não acreditando mais na democracia liberal, deixava em aberto um desenho mais preciso de regime que, ainda assim, pode ser percebido como mais autoritário do que o então experimentado. Diagnóstico preciso, mas sem qualquer prognóstico, em especial, na perspectiva da Câmara.

É interessante acompanhar o posicionamento de Falcão, nesse momento, justamente por ter sido um dos que oscilaram sobre qual ação tomar em relação à LSN. Em discurso prudente, vinte dias depois, buscou não se chocar com Vargas e com seus colegas da maioria, mas voltou a se posicionar contra a lei, por achar que ela seria “aplicada como arma de vingança”, embora não por Vargas – fez questão de frisar –, mas por alguns policiais e interventores:

Reconheço os sentimentos humanitários do honrado Chefe de Governo, que jamais usou dos poderes discricionários que enfeixou para combater vinganças pessoais. Entretanto, tal lei será aplicada no país inteiro e feitorias há em que, manejada como arma de vingança, poderá dar lugar a cenas deploráveis. Combatemo-la, pois essa monstruosidade não há de macular nossa cultura e nossa civilização.¹⁴⁰

É importante reafirmar que a oposição, embora percebesse que a LSN aumentaria o poder presidencial, temia mais ainda o poder que ela daria aos então interventores e futuros governadores. Daí parte dos deputados da maioria também ficar insegura, pois, como já foi dito, muitos deles faziam oposição dentro de seus respectivos estados, embora fizessem parte da base governista em âmbito nacional. A lei, dessa ótica, era uma pá de cal em qualquer tipo de oposição dentro dos estados. Em certo sentido, uma situação bem pior do que a vivida na própria Primeira República.

Assim, alguns discursos da minoria, como assinalado, enfocavam o projeto como resultado da pressão dos interventores para conseguirem mais poder, destruindo completamente as oposições estaduais. Muitos deputados viam o paulista Vicente Ráo, e não Vargas, como o mentor e grande responsável pelo o que era chamado de “lei monstro”. Viam a lei como uma forma de aumentar seu próprio poder, visto que era o ministro da Justiça e os interventores os grandes beneficiados.¹⁴¹ O debate parlamentar foi duro e difícil. A oposição

¹³⁹ Diário do Poder Legislativo. 147ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/01/1935, p. 661.

¹⁴⁰ Diário do Poder Legislativo. 167ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/02/1935, p. 1218.

¹⁴¹ Domingos Velasco acreditava nas duas coisas: que Ráo havia acordado a lei com alguns interventores estaduais. Diário do Poder Legislativo. 160ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/02/1935, p. 962.

conseguiu a alteração de alguns pontos no texto original da LSN, como impedir a cassação das patentes dos militares envolvidos em atividades consideradas subversivas à ordem, e dificultar a demissão dos funcionários públicos, condicionando essa punição à criação de um processo administrativo, com possibilidade de ampla defesa e cabendo recursos, o que não estava previsto no projeto original da lei, quando enviada à Câmara pelo Ministério da Justiça. Mesmo assim, a minoria, através do deputado Acúrcio Torres, em declaração ao *Jornal do Brasil*, afirmou que as alterações conseguidas foram “mínimas e sem importância perante o conteúdo geral de tendências ditatoriais”.¹⁴² Torres tinha ainda alguma esperança de conseguir vetá-la e fez uso de sua entrevista no jornal para tentar incentivar a opinião pública a se posicionar contra a lei.

Mas, apesar das críticas, no momento das votações, a maioria se solidarizou com Vargas, devendo-se aí destacar o apoio da bancada de São Paulo. Primeiramente, é preciso lembrar que o ministro da Justiça, que assumiu a responsabilidade em propor a lei e enviá-la à Câmara, era do Partido Constitucionalista de São Paulo. Além disso, o líder da bancada paulista, Cardoso de Melo Neto, do mesmo partido, fez veemente defesa da lei, ao lado de Raul Fernandes. Vale, por isso, explicitar que tipo de lógica política orientava a bancada paulista, igualmente base de apoio do interventor Armando de Salles Oliveira:

Organizamos, assim, um Estado que não é simplesmente um Estado produtor de segurança, que não é, única e exclusivamente, um Estado gendarme, mas um Estado que amplia as suas funções, de tal maneira que precisa, por isso mesmo para consecução de seus fins, ter mais ampliada sua esfera de ação, dentro das nossas leis. Organizamos um Estado que, por força mesmo de sua magnitude e variedade de suas funções, precisa estar armado dos meios necessários para defender-se, defendendo assim a sociedade que representa e incarna. Hoje o direito do Estado deve prevalecer sobre o direito do indivíduo. Hoje, mais do que nunca, o Estado é somente a sociedade politicamente organizada. Em frente ao direito do Estado, representante da sociedade, não existe direito individual que a ele deva ceder o passo.

Não organizamos, assim, um regime fraco, que se destine a lentamente suicidar-se. Organizamos um regime democrático, é verdade, mas democracia não é sinônimo de demagogia, nem tampouco de governo fraco.

Para alcançar os seus fins, precisa o Estado ter larga esfera de ação para que possa, real e eficientemente, assegurar as conquistas que inscrevemos no frontispício da nossa Constituição. Para assegurar a unidade da Pátria e a justiça, para criar o bem estar social e econômico, precisamos de um Estado forte, dentro da liberdade.¹⁴³

¹⁴² Palavras do deputado Acúrcio Torres. *Jornal do Brasil*, 14/02/1935, p. 7.

¹⁴³ Trecho do discurso de Cardoso de Mello Netto. *Diário do Poder Legislativo*. 170ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/02/1935, p. 1342-1343.

Como é possível perceber, Melo Neto era adepto da ideia, comum na década de 1930, de que era necessário um Estado forte, sob o argumento de que só assim o bem da nação seria privilegiado em contraposição aos interesses individuais. Curiosamente, esse argumento sempre vinha acompanhado da defesa de que, embora o Estado devesse sempre prevalecer sobre o indivíduo e até submetê-lo através da força, continuaria havendo liberdade para os cidadãos.

A bancada paulista de oposição, o PRP, com destaque para o deputado Hipólito do Rêgo, era radicalmente contrária às palavras do líder do Partido Constitucionalista. Assim, a sessão legislativa do dia 23 de fevereiro de 1935 tornou-se um grande debate entre paulistas. De um lado, a minoria perrepista; de outro, os deputados constitucionalistas.¹⁴⁴ Vargas valorou o apoio do PCSP e o afincamento com que eles defenderam irrestritamente a LSN, acabando por escolher Henrique Bayma para ser o relator do projeto de lei, na Comissão de Constituição e Justiça.¹⁴⁵

O presidente, em seu diário, inúmeras vezes citou reuniões com o líder paulista Cardoso de Melo Neto. Na maioria dos casos eram encontros que também contavam com a presença do líder governista na Câmara, Raul Fernandes, e o líder da bancada gaúcha, João Carlos Machado, o que demonstra o quão importante São Paulo se tornou para a base governista, naquele momento estratégico de fortalecimento do Poder Executivo. Quando a LSN entrava em primeira discussão no plenário da Câmara, em início de fevereiro de 1935, o presidente registrou em seu diário que “o Ministro da Justiça e os deputados paulistas Cardoso de Melo e Moraes [de Andrade] (...) vieram conversar sobre a Lei de Segurança e a atitude de apoio da bancada [paulista] a essa medida”. [VARGAS, 1995, p.359] Em outro momento, Vargas também fez referência à “política de cooperação com o governo” levada à frente por São Paulo, que deveria se manter “reservada” por causa da “repercussão que isso poderia ter na política interna do estado” [VARGAS, 1995, p. 432].

O historiador Luiz Sérgio Duarte da Silva, ao analisar o posicionamento político de São Paulo nesse período, não só afirma a adesão dos paulistas ao Governo Vargas, como coloca o Partido Constitucionalista de São Paulo (PCSP) como um dos principais pilares da “base de sustentação parlamentar” do presidente, já “a partir de junho de 1934, (...) ao lado do Partido Progressista de Minas Gerais (PPMG) e do Partido Republicano Liberal Rio-Grandense (PRL-RS)”. Nas eleições de outubro de 1934, o PCSP venceu categoricamente o

¹⁴⁴ Diário do Poder Legislativo. 170ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/02/1935, p. 1336.

¹⁴⁵ A união entre São Paulo e Vargas, iniciada em julho de 1934, duraria até o início de 1937, quando Armando Salles decidiu afastar-se do então presidente e declarar-se candidato da oposição à presidência do Brasil. Vargas optou por apoiar o ex-ministro da Viação (1930-1934), José Américo.

PRP, elegendo para as assembleias federal e estadual, respectivamente, 22 e 34 deputados, contra 12 e 22 dos perrepistas [DUARTE DA SILVA, 1996, p.17]. Ou seja, eram os aliados de Vargas que estavam no poder no estado de São Paulo, sustentando-o também na esfera federal.

Em contraposição ao apoio do Partido Constitucionalista de São Paulo, os deputados do Partido Republicano Paulista se revezavam na tribuna para criticar o governo. Embora as primeiras críticas do PRP apareçam já em dezembro de 1934, com o deputado Cincinato Braga discursando sobre o orçamento federal, é a partir do debate sobre a Lei de Segurança que os perrepistas passaram a exercer uma oposição mais atuante. Os principais nomes, além dos citados Cincinato Braga e Hipólito do Rego, eram Laérte Setúbal, Roberto Moreira e Alves Palma.

Mas apesar da oposição e das restrições que alguns deputados da maioria tiveram em relação à Lei de Segurança Nacional, a vitória de Vargas foi uma questão de tempo. Com ampla maioria e apoio integral de seus principais aliados, os problemas foram sendo contornados e a lei acabou sendo aprovada. Para tanto, por exemplo, Raul Fernandes, braço direito do presidente no Congresso, constantemente entrava com requerimentos pedindo a prorrogação do horário das sessões com o fim de adiantar os trâmites burocráticos para a aprovação da lei.

Enquanto isso, na imprensa, o general Góis Monteiro dava entrevistas defendendo a importância da LSN. Seguindo a mesma linha de pensamento do líder paulista, o ministro da Guerra dizia que a o único intuito da lei era colocar o país acima dos interesses individuais. Em entrevista ao *Diário da Noite*, em 01/02/1935, disse que “o espírito do Estado forte, condenando todo interesse do indivíduo que não assente na rocha viva do interesse coletivo, é o espírito do nosso século”.¹⁴⁶

O ministro da Guerra demonstrava cada vez mais sua preocupação em controlar as Forças Armadas com mão-de-ferro, a fim de evitar que o integralismo e o comunismo tomassem vulto ainda maior do que já tomavam entre os militares. A julgar pelas palavras de Góis em várias entrevistas dadas à imprensa nos meses de fevereiro e março de 1935, havia uma ameaça real de sublevação militar contra o presidente Vargas, pelo menos isso era o que o governo queria que a opinião pública pensasse, justificando a necessidade da aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Em outra entrevista ao *Diário da Noite*, Góis disse que tinha “provas da existência, no meio das classes militares, de elementos provocadores da

¹⁴⁶*Diário da Noite*, 01/02/1935, p. 1.

indisciplina a soldo de comitês estrangeiros”, e que a LSN ajudaria para a restauração da tranquilidade e a manutenção da ordem no país [FIG. 8].¹⁴⁷

De outro lado, a oposição continuou a utilizar incessantemente todos os meios para retardar o andamento dos trabalhos legislativos: a retirada de seus deputados do plenário com o objetivo de não dar quórum para as votações e o revezamento do pedido da palavra entre os deputados de suas fileiras, cada um se estendendo ao máximo na tribuna. Tudo para que o tempo das sessões se esgotasse e a definição fosse postergada para a sessão seguinte. A base governista tentava realizar as votações por meio simbólico, porém a minoria contra-atacava pedindo a verificação nominal das mesmas, o que forçava a leitura do nome de todos os 254 deputados, para que cada um dissesse em voz alta o seu respectivo voto, o que contribuía para a morosidade dos trabalhos legislativos.

Porém, era evidente que a oposição, em menor número, conseguiria, no máximo, adiar a vitória de seus adversários, na esperança de que a conjuntura política pudesse lhes ser um pouco mais favorável. O que não ocorreu, pois no dia 7 de março de 1935 a maioria se impôs definitivamente: o líder Raul Fernandes usou o recurso de submeter um requerimento pedindo o fim da discussão regimental para os primeiros 25 artigos da LSN. O recurso foi aprovado por 80 a 50. A mesma estratégia foi utilizada para a discussão da segunda parte do projeto, dessa vez, com vitória ainda maior dos governistas: 105 votos a 30.¹⁴⁸

Dessa forma, foi encerrada a segunda discussão do projeto na Casa, já que o regimento considerava o trâmite pela Comissão de Constituição e Justiça, quando o projeto recebeu parecer favorável do relator Henrique Bayma (Partido Constitucionalista/SP), como a primeira das três discussões necessárias ao projeto.¹⁴⁹

Mas o grande salto da base governista para agilizar a aprovação da LSN foi conseguido no dia 11 de março de 1935, quando foi aprovado o projeto 2-B, que punia financeiramente os deputados que faltassem às sessões se, em decorrência disso, não houvesse número suficiente para dar seguimento às votações parlamentares.¹⁵⁰ Por muito tempo postergado, o debate só ocorria por insistência dos líderes governistas que conseguiram frear a principal manobra política da oposição, que era a retirada de seus deputados da plenária. Porém, é importante perceber que a meta do governo não era somente forçar a oposição a comparecer, mas intimar os deputados da própria base governista a estarem presentes na Câmara, já que muitos tinham fundados receios da lei. A perda financeira acabou sendo a

¹⁴⁷ *Diário da Noite*, 13/02/1935, p. 1.

¹⁴⁸ *Diário do Poder Legislativo*. 178ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 07/03/1935.

¹⁴⁹ *Diário do Poder Legislativo*. 178ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 07/03/1935, p. 1555 a 1565.

¹⁵⁰ *Diário do Poder Legislativo*. 181ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 11/03/1935, p. 1662.

motivação que faltava para que os deputados da maioria comparecessem em grande número. O resultado foi que, na votação da terceira discussão o resultado foi de 111 a 17 a favor do governo. O número baixo de votos contrários demonstrou que a oposição tornou a faltar ao plenário, retirando-se da sessão mesmo sob o risco de perda financeira.¹⁵¹

Segundo o *Jornal do Brasil*, ao fim da apreciação das emendas, foram “diminuídos alguns abusos; dados alguns direitos aos acusados; porém, pela articulação do governo, foi mantido o texto-base”.¹⁵² O *Correio da Manhã* usou o mesmo tom, chamando a LSN de “lei da opressão”¹⁵³ e afirmando que Vargas proibia a subversão da ordem que ele próprio havia apoiado em 1930, quando participou da deposição do presidente Washington Luís:

Uma lei que não é outra coisa senão o instrumento odioso, monstruoso mesmo, de que se valerão o sr. Getúlio Vargas e a gente que com ele está assentada à mesa do orçamento público, para, de futuro, oprimirem e fazerem cessar o direito de crítica. Assinalamos como o governo, desprestigiado e desmoralizado, transforma uma ideia, que o bom senso estimaria, num golpe traiçoeiro contra a opinião honesta, que só tem motivos para nesse governo não confiar. (...) O que caracteriza a situação que aí está é a desordem, é a anarquia. Ambas decorreram da insinceridade e do antipatriotismo do governo. Graças à incapacidade do senhor Getúlio Vargas, à sua displicência incurável, toda a administração nacional caiu na balbúrdia. Estabeleceu-se o caos generalizado, que cada vez se torna mais pavoroso. (...) Integralismo, fascismo e comunismo são ideias do desespero que ocorrem a todos em face do descalabro a que chegou o governo. Ninguém mais, é certo, acredita em revolução. Depois da de 24 de outubro, os desenganos são esmagadores (...). A lei deixou de ser de segurança. Da opressão é o que ela é. O governo a reclama para viver tranquilo e feliz sobre a miséria de um povo indignado.¹⁵⁴

Essa reportagem repercutiu na Câmara, sendo lida na íntegra por Adolfo Bergamini. O deputado comparou o comportamento da maioria governista de 1935 com o de deputados da Primeira República e sugeriu que a minoria não desse quórum para a votação da LSN.

Embora contasse com o apoio de grande parte da imprensa, a minoria parlamentar, diante das manobras governamentais, praticamente desistiu da obstrução à lei. Diante do comparecimento maciço de deputados da maioria, a aprovação da LSN estava garantida mesmo caso a oposição utilizasse a estratégia de se retirar do plenário. Bergamini ficou praticamente sozinho tentando retardar a marcha dos trabalhos legislativos, valendo acompanhar o esforço solitário e hercúleo desse deputado com algum vigor para registrar o

¹⁵¹ Diário do Poder Legislativo. 186ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 16/03/1935, p. 1856.

¹⁵² *Jornal do Brasil*, 20/03/1935, p. 7.

¹⁵³ *Correio da Manhã*, 17/03/1935, “A lei da opressão”, p. 4. Autor não revelado.

¹⁵⁴ Id. Ibid.

clima do parlamento nesse momento. Ele pedia a palavra a todo o momento e elaborava questões de ordem esdrúxulas, visivelmente no intuito de prejudicar o trâmite da lei: pedia para que Antônio Carlos lesse trechos do Regimento; reclamava que as emendas da oposição não foram apreciadas devidamente; em função disso começava a relê-las.¹⁵⁵

No dia 19 de março de 1935, quando seriam votadas as emendas, lá estava Bergamini novamente. Seu comportamento se resumiu ao seguinte: pediu a palavra e clamou que fossem retiradas todas as emendas da minoria, pois elas teriam sido alteradas em relação ao seu texto original. Depois disse que estavam numeradas erroneamente. Em seguida requereu a votação individual de cada emenda proposta pela maioria. Sempre pedia a verificação do quórum presente na Câmara e exigia que as votações fossem nominais. Seus requerimentos eram sistematicamente rejeitados, mas ele não desistia. Após cada aprovação, pedia a palavra e criticava a Lei de Segurança e seus colegas governistas, além de questionar algum artigo do Regimento Interno da Casa, reclamando da atuação de Antônio Carlos enquanto presidente. Tudo o que conseguiu foi atrasar o andamento, mas a maioria seguiu com vitórias avassaladoras, sempre com mais de 100 votos contra no máximo 30 da minoria.

No dia 28 de março de 1935 foi aprovada a redação final da lei, sendo enviada à sanção presidencial em 4 de abril. Bergamini, mais uma vez, acusou o presidente da Câmara de fraude nas votações, dando como exemplo o voto de aprovação contabilizado para o deputado Aleixo Paraguaçu (PP/MG), que nem estava presente na sessão. Em sua explanação, ainda ironizou as declarações do ministro Vicente Ráo, que, no passado, havia elogiado alguns princípios humanitários do comunismo, dizendo que tais elogios, se proferidos após a implementação da LSN, lhe resultariam em muitos meses de cadeia. O deputado Acúrcio Torres encerrou as declarações da oposição, afirmando que não se poderia “de agora em diante, sequer pensar; nem expor o pensamento em reuniões íntimas ou públicas, pelo livro ou pela imprensa”.¹⁵⁶

A LSN passou no Congresso com a aprovação de uma emenda de última hora contra o integralismo¹⁵⁷, que Vargas pensou em vetar:

Passou a Lei de Segurança. Enxertaram nela uma medida contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto esse dispositivo. O integralismo é uma forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião. Contudo, não confio muito nos seus dirigentes, nem eles têm procurado se aproximar do governo de modo a inspirar confiança. [VARGAS, 1995, p. 373].

¹⁵⁵ Diário do Poder Legislativo. 186ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 16/03/1935, p. 1860.

¹⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 23/03/1935, p. 7.

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*, 05/04/1935, p. 7.

As palavras do presidente mostram sua simpatia pela possível “utilidade” do Integralismo, enquanto os comunistas eram vistos como adversários bem mais perigosos. A aprovação da Lei de Segurança foi uma grande vitória do governo, que estava armado de mais poderes contra quem se opusesse ao regime.

Não por acaso, em 28 de março, mesmo dia da aprovação da redação final da lei na Câmara, a oposição contragolpeou, marcando posição contra o aumento do poder presidencial: foi enviada à Mesa Diretora da Casa uma indicação, assinada por 40 deputados, pedindo que a Comissão de Constituição e Justiça elaborasse as regras que possibilitassem a abertura de processo contra o presidente da República:

Indicamos que a Comissão de Constituição e Justiça elabore, dentro de curto prazo, e nos termos do artigo 57 da Constituição, a fim de submeter ao julgamento da Câmara, um projeto de lei destinado a instituir o processo de julgamento do Presidente da República, Ministros de Estado, Interventores e demais agentes do poder público, quer nos crimes comuns, quer nos de responsabilidade, incluídos, entre esses últimos os que se acham consignados no projeto da denominada Lei de Segurança, que acaba de ser votada em último turno.¹⁵⁸

Por sua vez, o artigo 57 da Constituição de 1934 dizia o seguinte:

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República, definidos em lei, que atentarem contra: a) a existência da União; b) a Constituição e a forma de Governo federal; c) o livre exercício dos Poderes políticos; d) o gozo ou exercício legal dos direitos políticos, sociais ou individuais; e) a segurança interna do País; f) a probidade da administração; g) a guarda ou emprego legal dos dinheiros públicos; h) as leis orçamentárias; i) o cumprimento das decisões judiciárias.

A minoria pretendeu dar uma demonstração de força, mostrando a Vargas que, mesmo tendo seu poder aumentado pela Lei de Segurança Nacional, ele não poderia transgredir a Constituição, sob a pena de ser processado e, quiçá, destituído do cargo. O parágrafo 6º do artigo 58 da Carta de 1934 previa que, caso fosse instalado um processo e a denúncia fosse aceita pelos órgãos judiciários do país, antes mesmo do julgamento o presidente já seria

¹⁵⁸ Diário do Poder Legislativo. 197ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/03/1935, p. 2221.

afastado. Esse número bastante significativo de assinaturas deve ser visto como uma forma de pressão para que Vargas e os demais governistas não exacerbassem suas funções legais, principalmente depois de aprovada o que a oposição chamava de “lei monstro”.

É interessante perceber que a Lei de Segurança Nacional passou a vigorar no momento em que os deputados das Assembleias estaduais começavam a tomar posse, para elaborar as constituições estaduais, após a demorada apuração do pleito de 14 de outubro de 1934. Ou seja, o sistema democrático codificado pela nova Constituição ainda não estava plenamente assentado e já levava um duro golpe com a aprovação da LSN que fortalecia o Executivo.

Após a derrota, o teor do discurso da oposição mudou e ela passou a apontar o perigo do excesso de poder dado ao Executivo e a criticar a postura dos deputados da maioria em forçar a aprovação o mais rápido possível da LSN. Os discursos passaram a ter como intuito não mais combater ou analisar a LSN, mas denunciar o que consideravam arbitrariedades da polícia e dos interventores no país, além da posição omissa de Vargas e suas possíveis pretensões à implantação de uma ditadura no Brasil.¹⁵⁹

Em abril de 1935, último mês de prorrogação dos mandatos dos deputados constituintes, o deputado Thiers Perissé (deputado classista/profissionais liberais) fez alguns discursos criticando a forma como foi aprovada a LSN, entendendo que houve certa imposição da vontade do governo federal, sem que a lei fosse debatida como deveria:

Os deputados da maioria (...) ou não teriam noção do que queriam, ou estariam dominados pela ambição. (...) Peço ao Presidente da República que faça seus auxiliares cumprirem as leis da nação (...) ou crie logo de uma vez para sempre a ditadura, acabando com esta farsa tão pesada aos cofres da nação, a que se chama Poder Legislativo.¹⁶⁰

Perissé, que acabou sendo profético, criticou ainda o fato de que a maioria dos ministros não respondia aos pedidos de informação da Câmara ou demoravam cerca de três meses para fazê-lo. Em sua opinião essa era mais uma prova do tratamento desrespeitoso que o Executivo dava à Câmara dos Deputados.¹⁶¹

O interessante é que somente após a criação da LSN é que a minoria começou a denunciar a ideia de uma possível ditadura varguista. Até então as críticas eram dirigidas mais diretamente à polícia, ao ministro Vicente Ráo e ao excesso de violência e arbitrariedades dos

¹⁵⁹ Diário do Poder Legislativo. 195ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/03/1935, p. 2148.

¹⁶⁰ Diário do Poder Legislativo. 206ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/04/1935, p. 2531.

¹⁶¹ Id. Ibid..

interventores. O presidente era criticado apenas por ser omissivo, não sendo considerado o principal responsável por esses acontecimentos, perspectiva que mudou a partir de abril de 1935.

4 - No apagar das luzes, o reajuste militar.

Conforme foram sendo instaladas as Assembleias Legislativas estaduais, responsáveis pela eleição dos governadores e pela elaboração das constituições dos estados, vários deputados se adiantavam e renunciavam ao mandato federal, a fim de se envolverem com as démarches regionais. Foi o caso, por exemplo, de Henrique Bayma e Antônio Carlos Pacheco e Silva, ambos eleitos deputados estaduais em São Paulo; de Gilbert Gabeira, no Espírito Santo; e de Adolfo Bergamini, no Distrito Federal.

Contudo, os poucos deputados que continuaram a frequentar as últimas sessões legislativas começaram a enfrentar um problema que ficaria para seus sucessores: o reajuste do soldo militar. A análise dos comentários feitos por Vargas, em seu diário, nos possibilita verificar que o presidente aceitou dar tal aumento, após pressões que vinculavam a manutenção da ordem no país ao deferimento do reajuste. Quando preparava o projeto que seria enviado à Câmara, ele escreveu:

A conspiração está marchando. O utilitarismo do aumento de vencimentos é monstruoso, pelo que pretende arrancar ao Tesouro (...). Quando ditador, recusei um aumento talvez mais modesto; como presidente constitucional, devo enviá-lo ao Congresso. Vamos experimentar a capacidade deste em engolir sapos. [VARGAS,1995, p. 362]

E o Congresso teve muita dificuldade em engolir esse sapo. Adolfo Bergamini, antes de deixar a Câmara dos Deputados para se dedicar à política do Distrito Federal ¹⁶², fez questão de ler o artigo 41, parágrafo 2º, da Constituição de 1934, que dizia que o presidente da República era o responsável por estabelecer o aumento dos militares. Bergamini julgou que Vargas queria “transferir a responsabilidade para o Congresso” ao remeter o projeto, sem qualquer comentário ou orientação. Era para não se indispor com as Forças Armadas, que o presidente enviava a proposta de reajuste para a Câmara, porém sem os devidos comentários

¹⁶² Bergamini foi eleito, nas eleições de 14 de outubro de 1935, deputado Federal e vereador do Distrito Federal. Na época, um mesmo candidato poderia se eleger para diferentes cargos e até em diferentes estados na mesma eleição. Optou pela política carioca, abrindo mão de seu cargo na Câmara Federal.

exigidos pelo Regimento, quando o Presidente da República envia diretamente um projeto de lei ao Legislativo. Bergamini completou seu discurso dizendo ainda que supunha que Vargas “não teve coragem bastante para dizer aos militares que a situação financeira do momento não comporta o aumento dos servidores da nação”.¹⁶³ Acúrcio Torres e Mozart Lago apoiaram Bergamini e o assunto acabou gerando a última grande discussão dessa legislatura e a primeira da seguinte.

A julgar pelos registros de Vargas em seu diário, a intenção governamental era realmente de que o pedido de reajuste não fosse aprovado. Mas tal manobra não poderia ser exposta publicamente, obviamente para não desagradar aos militares e não colocá-los contra o governo. A responsabilidade de agir contra o aumento ficava por conta do ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa [FIG. 9]. Em 5 de abril de 1935, o *Correio da Manhã* afirmava que o ministro estava “de acordo” com o reajuste, “mas dentro das possibilidades do Tesouro”.¹⁶⁴ Ou seja, nada estava claro. No dia seguinte, o mesmo jornal mencionava que, para Souza Costa, “não dispõe o Tesouro recursos para novos encargos”.¹⁶⁵ Nesse caso, o ministro da Fazenda fazia o que o presidente não queria fazer: dizia não.

Souza Costa ainda respondeu a um pedido de informações da Câmara sobre o impacto financeiro do aumento com rapidez incomum. Normalmente, os ministros demoravam cerca de dois meses para responder aos requerimentos da Câmara. Mas dessa vez a resposta veio em questão de dias. O ministro informava que, caso fosse aprovado o reajuste, a despesa anual da União com salários iria mais do que dobrar: de 142.579:944\$ (cento e quarenta e dois mil contos, quinhentos e setenta e nove mil-réis, novecentos e quarenta e quatro centavos)¹⁶⁶ para 293.964:240\$ no Exército e, na Marinha, de 45.588:456\$ para 88.386:960\$.¹⁶⁷

O lobby dos militares era grande, atingindo não apenas o presidente da República, mas também os deputados. Logo que o projeto de lei entrou em discussão no plenário da Câmara, no dia 3 de abril de 1935, Vargas fez uma anotação em seu diário dando conta da pressão que o general Guedes da Fontoura fez sobre a base governista:

Em resumo: uma comissão que se arvorou no direito de falar em nome das Forças Armadas organizou uma tabela de vencimentos, vantagens e privilégios que acarreta

¹⁶³ Diário do Poder Legislativo. 218ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/04/1935, p. 2989.

¹⁶⁴ *Correio da Manhã*. 05/04/1935, “O reajustamento do vencimento dos militares”, p. 2.

¹⁶⁵ *Correio da Manhã*. 06/04/1935, “O reajustamento do vencimento dos militares”, p. 2.

¹⁶⁶ Aqui fizemos a leitura por extenso do valor citado, a fim de familiarizar o leitor com a moeda da época, o mil-réis. De agora em diante os valores apresentados ficarão somente em algarismos numerais, a fim de dar dinâmica ao texto.

¹⁶⁷ Diário do Poder Legislativo. 204ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 05/04/1935, p. 2491.

um aumento de 300 mil contos num orçamento com um déficit de meio milhão. E o general Fontoura procura o presidente da Câmara, o relator da comissão e outros, dizendo-lhes com arrogância que, ou aprovam a tabela como está, ou ele não garante pela ordem! [VARGAS, 1995, p. 375]

Os políticos pressionados pelo general seriam Antônio Carlos, presidente da Câmara, justamente por ser quem definia quais projetos entrariam na “Ordem do dia”, podendo dessa forma atrasar ou adiantar o trâmite da proposta de reajuste; e o relator do projeto na Comissão de Finanças e Orçamento, o deputado Valdemar Falcão (LEC/CE). Ele foi um dos quatro membros da comissão – composta por onze deputados – que apresentou parecer favorável, mas com uma extensa ressalva clamando pela diminuição do total de gastos previstos no projeto. Desconfortável, pediu para ser substituído da relatoria antes da segunda discussão, escolhendo-se para tanto o deputado Euvaldo Lodi, representante classista dos empregadores. Lodi, para contornar a crise, declarou apoio total ao reajuste. Nesse contexto, a pressão dos generais fez o governo divulgar uma nota pública, em 12 de abril de 1935, dizendo que o debate sobre o aumento era uma atribuição do Legislativo, que deveria estudar a questão “sem coação de nenhuma espécie”.¹⁶⁸

Mas, o general Guedes da Fontoura, apontado por Vargas com o principal responsável por essa coação, acabou exonerado, sob a acusação de liderar uma tentativa de levante contra o governo. O *Diário da Noite*, em 22/04/1935, noticiou o que chamou de “tentativa de levante na Vila Militar” e a exoneração do general Guedes.¹⁶⁹

O ocorrido mostra o quanto os ânimos estavam acirrados entre o governo e os militares. O resultado foi que os deputados da maioria, depois da hesitação inicial, tomaram, evidentemente, a mesma atitude de Vargas e não quiseram entrar em antagonismo com as Forças Armadas, passando a prestar apoio incondicional ao reajuste. Lavaram as mãos.

A minoria, sem deixar passar a oportunidade, criticou o fato de o governo gerar novos gastos em um momento de crise econômica e financeira. Em resposta, os governistas defenderam-se sob a alegação de que a situação do país não era tão ruim, de modo que não se pudesse atender a uma reivindicação que era legítima.¹⁷⁰

O reajuste dos militares abriu um precedente para que a minoria, mais uma vez aproveitando a situação que se apresentava. Ela postulou então que se fosse estendido aos

¹⁶⁸*Diário da Noite*, 13/04/1935, p. 1

¹⁶⁹*Diário da Noite*, 22/04/1935, p. 1.

¹⁷⁰ *Diário do Poder Legislativo*. 218ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/04/1935, p. 2989.

funcionários públicos civis. O primeiro a defender essa proposta foi o deputado fluminense Mozart Lago, que afirmou: “em hipótese alguma”, votaria “a favor do aumento para as classes armadas sem que haja o mesmo para os funcionários civis”.¹⁷¹ Tal posicionamento criou tal imbróglio, que deixou a resolução da questão para a legislatura seguinte.

No dia 27 de abril de 1934 foi encerrada a legislatura. Os deputados, que criaram a Constituição de 1934 e que fizeram parte da primeira Câmara dos Deputados do governo Vargas, deixaram o plenário e deram lugar, finalmente, aos eleitos pelo povo nas eleições de 14 de outubro de 1934. Uma nova legislatura assumiu, com uma oposição fortalecida e que causaria muito mais dificuldades para Vargas do que ele tivera até aquele momento. O confronto entre Executivo e Legislativo partia para outro *round*.

¹⁷¹ Diário do Poder Legislativo. 213ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 15/04/1935, p. 2668.

Capítulo 3: Enfim, uma nova legislatura e um confronto aberto.

O governo é reacionário confesso. Somos nós os defensores da pureza democrática, no seu alto e verdadeiro sentido. A luta está travada.

João Neves da Fontoura, 1935.

A Câmara dos Deputados pegou fogo. Na nova legislatura, finalmente nomes como Otávio Mangabeira, Borges de Medeiros, Artur Bernardes, entre outros, se viam de volta à política institucional brasileira depois de tantos anos no exílio. A oposição, a partir de maio de 1935, quando tomaram posse os novos deputados federais, estava não apenas em maior quantidade do que esteve na legislatura anterior – embora ainda na condição de minoria –, mas também qualitativamente mais forte com o retorno desses grandes nomes da política nacional.

O gaúcho João Neves da Fontoura, da Frente Única Gaúcha (FUG), era o novo líder da oposição ¹⁷², dando mais peso à função, antes ocupada pelo deputado Sampaio Corrêa (PED/DF). Estrategicamente, procurou apresentar a oposição como defensora da democracia, e apontou Vargas como um ditador em potencial, que deveria ser combatido. Depois de novembro de 1937, como ficou claro, viu-se que ele não estava enganado.

Em sua atuação na nova Câmara, João Neves usou o mesmo discurso que havia sido utilizado pelos paulistas em 1932, quando Vargas foi acusado de trair os princípios moralizadores da Aliança Liberal e de tentar manter-se no poder discricionariamente. A aprovação, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional (LSN), foi apontada pela minoria como um fato que comprovava uma nova tentativa de se fortalecer o Poder Executivo. Nesse contexto, a oposição defendia um Poder Legislativo atuante e fiscalizador.

Ao mesmo tempo em que a oposição se fortalecia, o governo, embora continuasse em maior número na Casa, começou a deparar-se com sucessivas crises dentro de sua base de apoio, que o enfraqueceram no decorrer de 1935.

Porém, há de se destacar que o Partido Constitucionalista de São Paulo permaneceu apoiando Vargas, demonstrando, inclusive, fidelidade ao presidente mesmo em momentos de

¹⁷² João Neves esteve exilado do país desde 1932, logo após o fim da Revolução Constitucionalista de São Paulo, à qual prestou apoio. Ele, Raul Pilla, Lindolfo Collor e Batista Luzardo foram importantes nomes da Frente Única Gaúcha (FUG) que ficaram dois anos afastados e que retornaram à política brasileira em 1934, após a anistia. A força da FUG e a importância de João Neves fizeram que ele fosse o escolhido pelas oposições para liderar a frente anti-Vargas na nova legislatura. CPDOC – DHHB.

crise. Ironicamente, enquanto a oposição contava com o retorno de vários políticos que haviam sido exilados do país por participar da Revolução Constitucionalista de 1932, os paulistas tomaram um rumo contrário, passando a apoiar Vargas.

O próprio nome do maior partido paulista, chamado “Constitucionalista”, era uma homenagem à Revolução de 1932. Porém, a maioria dos deputados paulistas, muitos dos quais combatentes de Vargas em 1932, agora se posicionavam ao lado do presidente, tendo papel fundamental na base de sustentação de seu governo. O que assistimos na Câmara dos Deputados, em 1934 e 1935, é São Paulo andando de braços dados com o governo, apoiando-o no que fosse necessário, inclusive na repressão aos movimentos políticos e sociais contrários ao governo. Esse é um fato de fundamental importância e que não deve ser esquecido, pois a aliança entre a maioria paulista e Vargas se manteria firme e forte até 1937, quando São Paulo percebeu que, apesar de todo o apoio dado, não receberia a contrapartida esperada: o apoio do presidente ao candidato paulista para a sucessão presidencial prevista para 1938 não se efetivou.¹⁷³

Outra mudança importante na nova legislatura foi o fraco desempenho dos representantes classistas, que estiveram longe de serem protagonistas, como antes. Certamente em razão do fim da bancada proletária, cujos membros não conseguiram se reeleger, dando lugar a deputados pouco participativos e inexpressivos.

Este capítulo busca analisar essa nova composição de forças na Câmara dos Deputados, que então teria a companhia do Senado, tornando o Congresso Nacional bicameral. A partir de um resumo das atividades parlamentares da nova legislatura, divulgado em 31/12/1935, no Diário do Poder Legislativo, traçamos um panorama dos temas mais debatidos e dos deputados mais atuantes no período de maio a dezembro de 1935.

Em seguida, veremos a importante mudança de comportamento das oposições estaduais que, sob o comando do deputado José Augusto (Partido Progressista / RN), vice-líder da oposição na Câmara, passaram a apoiar a minoria em âmbito nacional, o que não ocorreu na legislatura anterior. Desse modo, temos a partir de maio de 1935 uma nova oposição: mais numerosa, graças à adesão desses deputados que eram oposição aos interventores; e com mais força política, em razão da posse dos anistiados, muitos figuras ilustres da política brasileira, que haviam ficado fora da Constituinte e só nesse momento puderam retornar ao cenário político.

¹⁷³ Vargas se recusaria a apoiar Armando de Salles Oliveira para as eleições presidenciais de 1938. Armando de Salles fora interventor de São Paulo (1933-35) e governador eleito do estado (1935-36). O presidente, em princípio, declarou apoio a José Américo e, por fim, terminou por implementar o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, cancelando as eleições marcadas para o ano seguinte. CPDOC – DHBB.

Há de se destacar a atuação da minoria em duas importantes questões: a defesa da extensão aos funcionários públicos civis do aumento salarial dado pelo presidente aos militares e a posição contrária ao fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Esses dois fatos são verdadeiros marcos da incisiva postura anti-Vargas tomada pela oposição na nova legislatura, deixando de criticar predominantemente os ministros, interventores e governadores e passando a focar seus ataques diretamente à figura do presidente. Isso ocorreu justamente quando Vargas começava a colocar em prática uma política repressiva mais forte, amparado pela Lei de Segurança Nacional, aprovada no final da legislatura anterior. Logo, com a oposição mais combativa e o governo concentrando mais poderes, o período de maio a julho de 1935 ficou marcado pelo início de um grande confronto entre maioria e minoria.

1 – Alguns personagens novos, outros nem tanto.

No dia 27 de abril de 1935 encerraram-se os trabalhos dos deputados que participaram da Assembleia Nacional Constituinte e que tiveram seus mandatos estendidos pela Constituição de 1934. No dia seguinte começou a preparação¹⁷⁴ para a nova legislatura, que se iniciou no dia 4 de maio. Tomaram posse 300 deputados, 250 eleitos pelo voto popular e 50 representantes classistas. No total, eram 46 deputados a mais do que na legislatura anterior. Logo, o quórum mínimo exigido regimentalmente para a realização das votações passou a ser de 151 presentes – maioria simples.

A partir de um resumo das atividades parlamentares exercidas de 4 de maio até 31 de dezembro de 1935, é possível traçar um quadro geral do funcionamento da Câmara dos Deputados nesse período de quase 8 meses.¹⁷⁵

A Comissão de Finanças e Orçamento foi a que mais recebeu pedidos de análise de projetos de lei; 459 documentos. Esse número comprova a urgência e a importância dos problemas financeiros do país, que saía de uma crise econômica e de uma guerra civil. A Comissão de Constituição e Justiça, responsável por avaliar a constitucionalidade dos projetos, ficou em segundo lugar, com 262 requerimentos recebidos.¹⁷⁶Essas duas comissões parlamentares permanentes continuaram sob a presidência de governistas: respectivamente, o

¹⁷⁴ Diário do Poder Legislativo. 1ª sessão preparatória para a posse da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 28/06/1935.

¹⁷⁵ Todas as estatísticas citadas a seguir foram retiradas de: Diário do Poder Legislativo. 216ª sessão legislativa do Senado da República, em 31/12/1935, p. 10568, onde há um resumo das atividades legislativas realizadas, de maio a dezembro de 1935, na Câmara dos Deputados.

¹⁷⁶ Em terceiro lugar, bem distante das duas primeiras, ficou a Comissão de Educação e Cultura, recebendo 84 requerimentos dos deputados. Mas isso só ocorreu em razão de um demorado debate acerca de qual seria a média necessária para os estudantes serem aprovados nas escolas, que movimentou a imprensa, intelectuais e políticos, durante todo o segundo semestre de 1935.

gaúcho João Simplício, do Partido Republicano Liberal (PRL/RS), e o paulista Valdemar Ferreira, do Partido Constitucionalista (PC/SP). Ou seja, Vargas continuava com seus maiores aliados no controle do aparelho burocrático da Câmara. Tudo leva a crer que a composição das comissões era negociada entre os líderes do governo e da oposição, pois, no momento da votação, quase todos os deputados indicavam os mesmos candidatos. Cada comissão tinha, regra geral, 11 membros, entre os quais o governo sempre tinha a maioria, enquanto a oposição ficava com apenas 3 ou 4 representantes.

Na nova Câmara o governo continuou com ampla maioria. Já a oposição era composta basicamente pela Concentração Autonomista da Bahia, Partido Republicano Mineiro (PRM), Partido Republicano Paulista (PRP) e Frente Única Gaúcha (FUG). [Duarte da Silva, 1996, p. 24]. Além disso, a partir do final de maio de 1935, as oposições estaduais dos estados periféricos começaram a demonstrar a intenção de apoiar a minoria parlamentar contra Vargas, fortalecendo a oposição nacional.

Como vimos no capítulo anterior, durante o ano de 1934 era comum que oposicionistas e governistas de diversos estados divergissem entre si somente na esfera estadual, enquanto ambos os grupos apoiavam Vargas em âmbito federal. A partir da nova legislatura isso começou a mudar com a percepção dessas bancadas minoritárias de que, ao aderirem à oposição nacional, passariam a ter a solidariedade da minoria para apoiá-las em relação às questões estaduais. Os jornais perceberam a mudança e noticiaram essa tendência:

A maioria esteve a pique de cindir-se. A coligação das pequenas bancadas era uma força que se desagregava da direita e poderia ir para a esquerda (a esquerda parlamentar) ou ficar no centro, nem cá nem lá. (...) Então houve ontem [20/05/1935] uma reunião no gabinete do líder da maioria. Falaram diversos líderes de bancadas. Falou o senhor Raul Fernandes. Todos aconselharam os transviados ou no caminho da perdição, que não levassem avante os seus propósitos nem prosseguissem na trilha errada.¹⁷⁷

Como confirma a reportagem, Raul Fernandes, que continuou na liderança da maioria, se assustou com essa perda de apoio, e logo convocou uma reunião com o objetivo de evitar que a cisão tomasse maior vulto.

É necessário destacar que as oposições dos estados mais importantes politicamente já assumiam essa postura desde a Assembleia Nacional Constituinte. São exemplos, o Partido Republicano Mineiro (PRM), o Partido Republicano Paulista (PRP) e a Frente Única Gaúcha

¹⁷⁷*Jornal do Brasil*, 31/05/1935, p. 9, “Procuravam dividir a maioria”.

(FUG). A novidade, na legislatura de 1935, era a tendência que cada vez mais se consolidava das oposições de outros estados fazerem o mesmo, o que fortalecia um grupo parlamentar antivarguista no plenário.

O deputado José Augusto (Partido Progressista/RN)¹⁷⁸, na qualidade de vice-líder da oposição da Câmara, foi o responsável por articular a aproximação política com as minorias estaduais. Sua estratégia para esse fim foi discursar repetidas vezes, acusando Vargas de ser o responsável pela ocorrência de fraudes nas eleições de outubro de 1934. Assim, incitava as forças políticas derrotadas nos estados a se oporem ao presidente da República. Também apontava o presidente como o pivô de uma crise que levou à morte sete militantes de oposição nas eleições do estado do Rio Grande do Norte, que foram tão tumultuadas a ponto de serem anuladas duas vezes até que se chegasse a um resultado final. Para José Augusto:

Se aludo a um assunto ocorrido em minha terra, eu o faço não para acusar o interventor do Rio Grande do Norte, mas para acusar imediata e diretamente o senhor presidente da República, este sim o responsável pelos graves fatos verificados em meu torrão natal. Não entrarei, assim, no debate dessa questão encarando-a pelo prisma regional, mas pelo seu aspecto nacional. A atitude do senhor presidente da República, no que entende com a tranquilidade daquele estado, tem sido não a de um chefe de estado consciente de seus deveres e responsabilidades, magistrado escolhido pela nação, ou cedido à nação por um partido para servi-la, mas de um político faccioso, que penetra na minha terra para esmagar a vontade do eleitorado norte-riograndense e para instalar no poder aquele a quem a soberania do voto popular não confiou o direito de governar e dirigir o Rio Grande do Norte.¹⁷⁹

Nota-se que as eleições de 14 de outubro de 1934, oito meses depois, ainda repercutiam gravemente na Câmara. O mais importante é perceber a mudança de postura dos opositores, que, ao invés de acusarem os interventores ou os novos governadores eleitos pelos problemas nos estados, cada vez mais passaram a apontar a responsabilidade direta de Vargas.

Outro ponto que levou ao fortalecimento da oposição foi a presença, na Câmara, de muitos dos exilados políticos, que haviam retornado ao país no segundo semestre de 1934 e conseguiram se eleger: Otávio Mangabeira (Liga de Ação Social e Política/BA), Batista Luzardo (Frente Única Gaúcha/RS), João Neves da Fontoura (FUG/RS), Borges de Medeiros (FUG/RS), Artur Bernardes (Partido Republicano Mineiro/MG), entre outros, estavam unidos, tendo como principal alvo de ataques o presidente Vargas.

¹⁷⁸ Governou o Rio Grande do Norte de 1922 a 1926, tendo forte influência no estado durante a República Velha. Passou para a oposição nos anos 1930, após a entrada de Vargas no poder.

¹⁷⁹ Diário do Poder Legislativo. 48ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 29/06/1935, p. 1789.

É interessante atentar para o fato de Borges de Medeiros (FUG) e o ex-presidente Artur Bernardes (PRM) terem discursado muito pouco no plenário da Câmara, respectivamente duas e oito vezes. A atuação deles foi muito mais intensa nos bastidores e nas entrevistas concedidas à imprensa, não menos importantes do que a atividade no plenário.

A liderança discreta do fluminense Sampaio Corrêa (PED/DF), líder da minoria na legislatura anterior, foi substituída pela contundência do gaúcho João Neves da Fontoura. Já na bancada do Partido Republicano Mineiro (PRM), junto com Bernardes, estava Daniel de Carvalho.¹⁸⁰ Outros nomes que merecem destaque são Batista Luzardo (FUG); Henrique Dodsworth (PED/DF), que seguiu a mesma conduta combativa da legislatura antecedente; e João Mangabeira (Liga de Ação Social e Política/BA), que esteve sempre presente em momentos importantes, como logo após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora e, em seguida, na ocorrência da chamada Intentona Comunista. Destaque na legislatura anterior, Adolfo Bergamini deixou a Câmara e Acúrcio Torres, apesar de ter permanecido, ficou à sombra dos principais líderes oposicionistas.¹⁸¹

Na oposição estava também o deputado Artur Bernardes Filho, do mesmo Partido Republicano Mineiro (PRM) de seu pai. Um de seus discursos mostra bem o ambiente de disputa acirrada que tomou conta da Câmara na nova legislatura. Acusou Vargas de cometer uma série de irregularidades no momento em que expulsava do país os políticos que apoiaram a Revolução Constitucionalista de 1932, alegando que, na ocasião, membros de sua família foram encarcerados e colocados ao lado de doentes de hanseníase. Disse ainda, que ele próprio foi preso de forma covarde e, por pouco, não foi assassinado pelo Governo Provisório:

Esses fatos precisam ser expostos à nação brasileira (...). Quando me coube a missão de reaver valiosos documentos apreendidos pela polícia de meu estado e necessários à colaboração mineira na Revolução de São Paulo, fui preso por uma horda de capangas chefiada por deputados com assento nesta Casa. Eram 50 civis adrede armados. Não fui fuzilado na cidade de Rio Branco, porque providencialmente um sargento de polícia impediu.¹⁸²

¹⁸⁰ Daniel de Carvalho conseguiu seu primeiro mandato como deputado federal no final da década de 1920. Participou de Revolução de 1930, mas depois demonstrou descontentamento com o movimento, sempre permanecendo no PRM, que fez oposição ao Partido Progressista (PP), que tinha a maioria dos deputados mineiros eleitos e que era base de apoio ao presidente Vargas. CPDOC – DHBB.

¹⁸¹ Torres foi um dos deputados que mais discursaram em 1935: 174 vezes, mas a maioria criticando o governo de Pedro Ernesto Baptista no Distrito Federal. É visível a preocupação maior de Torres com a política do Distrito Federal, na nova legislatura.

¹⁸² Diário do Poder Legislativo. 30ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/06/1935, p. 1090-1097.

Celso Machado, deputado governista representante do Partido Progressista de Minas Gerais (PP/MG), aparteu o orador, afirmando que tais declarações eram mentirosas, o que deu início a uma grande discussão entre os dois deputados mineiros. De toda forma, o discurso e o debate evidenciam a violência que se abateu sobre os aliados mineiros da guerra paulista de 1932, muito pouco comentada.

Nessa linha, Bias Fortes (PRM) entrevistou e apoiou Bernardes Filho, dizendo que a humilhação e as violências sofridas no passado estavam se repetindo com a Lei de Segurança Nacional: “governo de força, de violência, de arbitrariedades, [supostamente] para salvamento do país”.¹⁸³ Os apartes dos deputados governistas, principalmente os de Adalberto Corrêa (PRL/RS), contra o filho do ex-presidente Bernardes beiravam a falta de decoro parlamentar, algo muito diferente do tratamento formal entre os deputados. Corrêa chegou a dizer que tinha “repulsa” ao pai do orador; Celso Machado o chamou de “mentiroso”. Várias vezes o presidente da Câmara, Antônio Carlos de Andrada, teve que intervir e pedir silêncio aos aparteantes. Um bom exemplo da exaltação dos ânimos que tomava conta do Poder Legislativo já em maio de 1935, muito em decorrência do retorno dos exilados políticos à política institucional e sua determinação em acusar Vargas.

Assim como Bernardes Filho, outros deputados pediram a palavra para atacar o presidente da República, em discursos diários, o que se tornou uma marca da oposição na nova legislatura. Outros membros do governo não eram sequer citados. O intuito parecia ser unicamente concentrar-se no presidente, atacando-o e desestabilizando-o custe o que custar.

O baiano J. J. Seabra (Partido Republicano Democrata/BA) avaliou os resultados do movimento de 1930, do qual participou, resumindo o cerne do pensamento dos deputados oposicionistas em 1935:

Pois bem, venho da Revolução, - mas, oh, meu Deus! - Que crime cometi para ver as ruínas da minha pátria? A Revolução falhou completamente nos altos propósitos. A Revolução passou a assalto ao poder, e não é demais que o diga. Digam, senhores deputados, se devo ter dor profunda nesta alma, que veio desde 1922, com a bandeira revolucionária, de Curitiba até o Amazonas, vendo dez anos depois que não se realizaram os ideais para a restauração dos direitos políticos e individuais do cidadão. Getúlio Vargas, trazido pela Revolução, é um homem muito risonho, mas demasiado fraco para governar o país (...); muito bom, muito cortês, mas muito pouco presidente da República.¹⁸⁴

¹⁸³ Id. Ibid.

¹⁸⁴ Diário do Poder Legislativo. 32ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/06/1935, p. 144.

Em seguida Seabra afirmou que o governo Vargas estava sendo um total fracasso, em razão da crise financeira, da desvalorização da moeda e da diminuição das exportações. Havia ainda as graves irregularidades nas eleições de 14 de outubro de 1934, que seriam prova cabal da continuidade das violências sofridas pela oposição nos estados, algo que os revolucionários de 1930 pretendiam mudar, mas não o fizeram. O deputado baiano concluiu que a situação político-econômica do país havia, na verdade, piorado em relação à Primeira República. Terminou o discurso insistindo que era preciso, doravante, impedir o fortalecimento do poder do presidente da República:

Por isso mesmo que o senhor Otávio Mangabeira disse que há crise de autoridade. Permita-me mesmo dizer que há crise de caráter. O dever é resistir: resistir ao Rei para bem servir ao Rei. Espero que essa Câmara resista, prestando um serviço à nação, já que a Assembleia Nacional Constituinte não o soube fazer e não o soube porque assentiu que aquele que coordenava a escolha do sucessor da Presidência da República se candidatasse a si mesmo.¹⁸⁵

A suposta falência do movimento revolucionário de 1930 é um assunto que cada vez se tornava mais recorrente na Câmara e na imprensa ao longo de 1935. As palavras do deputado baiano repercutiram muito nos jornais. O *Correio da Manhã*, por exemplo, transcreveu grande parte de seu discurso, dando ênfase aos trechos em que Seabra dizia acreditar que os ideais da Revolução de 1930 haviam se perdido.¹⁸⁶

O redator-chefe do mesmo jornal, Pedro da Costa Rego, em sua coluna diária, fez a crítica aos cinco anos do governo Vargas. Com o título de “Abaixo a Revolução”, Costa Rego escreveu palavras duras contra o acontecimento histórico que colocara Vargas no poder:

A Revolução não é mais uma esperança nem um símbolo, é um pesadelo e uma ignomínia. (...) Os que a fizeram alegarão que se enganaram. Em tese, a Revolução não era tão má como se tornou. O Sr. Getúlio Vargas, — sim — é que a deitou a perder. Este argumento é artificioso. A Revolução foi sempre má, em suas origens, em seus objetivos, em suas consequências. Foi sempre má em suas origens, porque nasceu da frustração da candidatura do Sr. Getúlio Vargas à presidência da República em 1929. Os fatos mostram à evidência que os que se opuseram a essa candidatura é que agiam em plena certeza dos males que ela traria ao Brasil. E assim temos que a Revolução foi má também em seus objetivos, procurando instalar no poder, e obtendo que nele pela força se instalasse um candidato repellido. Por fim, em suas consequências a Revolução seria ainda pior, porque subvertera com o princípio da autoridade toda uma série de outros princípios da ordem moral,

¹⁸⁵ Id. Ibid.

¹⁸⁶ *Correio da Manhã*, 11/06/1935, p. 2, “Os debates na Câmara dos Deputados”.

verdadeiros fundamentos sociais, e não apenas do Estado, sem cujo esplendor nenhum povo jamais na História se engrandeceu. Passados cinco anos sobre esta crise, o que temos no Brasil é o que o Sr. João Neves da Fontoura pintou. Já não é um fim de regime, é um fim de tudo... É, sem dúvida, a obra negativa de um homem; é, todavia, igualmente, o desastroso resultado de um processo. O homem é o Sr. Getúlio Vargas; o processo é a Revolução. Não devemos condenar o primeiro sem amaldiçoar a segunda.¹⁸⁷

A coluna de Costa Rego mostra o quanto o governo estava sendo publicamente atacado. Vargas passou a ser o único responsável pelos revezes administrativos, chegando ao ponto de a chamada Revolução de 1930 ser questionada, por ter sido ela a responsável pela sua ascensão ao poder.

Enquanto a minoria se fortalecia e voltava suas críticas para o presidente da República, a bancada proletária se enfraquecia. Ventura, Gabeira, Rodrigues, Vitaca, Reikdal, Medeiros, Toledo: nenhum deles conseguiu se reeleger. Coincidentemente, foram os que mais combateram o governo na legislatura anterior. Seus substitutos, na nova Câmara, estiveram apagados. Ou seja, o governo conseguiu, na legislatura de 1935, o que não havia conseguido na Assembleia Constituinte, em 1933: ter o controle praticamente total da bancada classista.

A fraca atuação dos classistas, particularmente dos representantes dos empregados, lhes valeu uma série de críticas e o questionamento, por membros tanto da minoria quanto da maioria, sobre a eficácia desse tipo de representação na Câmara. Em defesa da bancada classista, o deputado José Mueller (Partido Evolucionista Brasileiro/SC) reclamou que os estados não estavam cumprindo a lei de um quinto de representantes profissionais em suas assembleias legislativas. Criticou também a Câmara por negar seu requerimento para que essas assembleias fossem chamadas à atenção sobre essa questão. Disse que “a representação profissional, conquista da Revolução, vai, como muitas outras, por água abaixo”.¹⁸⁸ De fato, a representação classista era uma ideia e prática que, cada vez mais, pareciam estar com os dias contados, tal seu desprestígio.

José do Patrocínio (classista/empregados), uma das exceções na frágil e silenciosa representação dos empregados, foi à tribuna reclamar de uma suposta campanha existente na Câmara contra a representação profissional, por parte de grande número de deputados, tanto governistas como opositores:

¹⁸⁷ *Correio da Manhã*. 21/05/1935, p. 2, “Abaixo a Revolução”, por Pedro da Costa Rego. Para mais detalhes sobre Costa Rego, ver: SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-37)*. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

¹⁸⁸ Diário do Poder Legislativo. 88ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/08/1935, p. 3433.

Descendentes da fidalguia (...) temem os originários da plebe (...), julga-nos falhos de conhecimento e incapazes de tomar um lugar ao lado de suas excelências. Daí todo esse rancor, todo esse protesto contra a representação classista composta na sua maioria de homens pobres.¹⁸⁹

Outro a se imbuir no combate contra o suposto demérito dos classistas foi Crisóstomo de Oliveira, representante dos empregados do transporte. Disse que “a representação classista vem sendo injustamente combatida por figuras de responsabilidade no cenário político e social, através de comentários pouco gentis”. Defendendo-se das acusações de falta de combatividade, Oliveira disse que os classistas, regra geral, se colocavam numa posição de neutralidade nos debates acalorados que estavam ocorrendo entre os governistas e a oposição.¹⁹⁰

Certo é que a intervenção do governo nas eleições classistas, a fim de evitar que fossem eleitos os representantes considerados mais combativos – como vimos nas denúncias de fraudes no capítulo anterior –, resultou na eleição de um grupo pouco representativo de seus eleitores que serviu apenas para, nas votações, ora aumentar as fileiras da maioria, ora as da minoria, sem apresentar reais contribuições no debate parlamentar e poucos projetos dignos de nota. Com raríssimas exceções, eles pouco foram notados.

Por hora, importa a referência a um deputado classista em especial: José do Patrocínio. Estava em seu primeiro mandato como representante dos empregados dos transportes, sendo crítico à forma como vinha sendo aplicada a Lei de Segurança Nacional. Porém, passou os primeiros meses de sua atuação parlamentar sem assumir abertamente uma posição contra o governo. Raramente tomava a iniciativa de alguma crítica a Vargas, optando apenas por fazer coro, vez ou outra, às palavras de um deputado da minoria. Sua atuação é o maior exemplo da postura da nova bancada dos empregados: faltava-lhes a contundência de seus antecessores.

Diante do enfraquecimento da representação classista dos empregados, os deputados que acabaram assumindo o papel exercido pela bancada proletária na legislatura anterior, – principalmente de denunciar as violências sofridas pelos trabalhadores, – foram Otávio da Silveira (Candidato Avulso/PR) e Abguar Bastos (Partido Liberal/PA), ambos militantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

¹⁸⁹ Diário do Poder Legislativo. 89ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/08/1935, p. 3477.

¹⁹⁰ Diário do Poder Legislativo. 103ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 03/09/1935, p. 4055. Crisóstomo de Oliveira se referiu às deportações de trabalhadores estrangeiros residentes no Brasil, acusados de envolvimento em atividades extremistas, prática comum na época.

O médico Otávio da Silveira, eleito pelo Paraná para a Câmara Federal, era um dos principais nomes da ANL em seu estado. Já Abguar Bastos chegou a integrar a vice-presidência do diretório central da organização, além de ter participado de sua fundação, em março de 1935.¹⁹¹ Ambos assumiram uma postura contrária ao integralismo e em defesa dos sindicatos e das manifestações de rua de trabalhadores e estudantes. Essa atuação da ANL dentro da Câmara Federal mostra o quão organizado era esse grupo e a intenção de se tornar um movimento social com um braço político atuante dentro do Poder Legislativo.

Ao lado deles estava Domingos Velasco (Partido Social Republicano/GO), que conseguiu se reeleger e passou a assumir uma postura cada vez mais anti-Vargas. O ponto central de seu discurso era a defesa do direito dos militares de participar das manifestações públicas de crítica ao governo federal. Silveira, Bastos e Velasco formaram o trio que mais se destacou, ao longo de toda a nova legislatura, contra o fortalecimento do Poder Executivo.

DEPUTADOS MAIS ATUANTES DA OPOSIÇÃO NA NOVA LEGISLATURA	
NOMES	PARTIDO/ESTADO
João Neves da Fontoura (líder da minoria)	Frente Única Gaúcha (FUG/RS)
Batista Luzardo	Frente Única Gaúcha (FUG/RS)
Otávio Mangabeira	Liga de Ação Social e Política/BA
João Mangabeira	Liga de Ação Social e Política/BA
Domingos Velasco	Partido Social Republicano/GO
Abguar Bastos	(Partido Liberal / PA)
Otávio da Silveira	(Candidato avulso / PR)
Artur Bernardes Filho	Partido Republicano Mineiro / MG
Daniel de Carvalho	Partido Republicano Mineiro / MG
Bias Fortes	Partido Republicano Mineiro / MG
José do Patrocínio	Classistas / Empregados
José Augusto (vice-líder da minoria)	Partido Progressista / RN
Henrique Dodsworth	Partido Economista Democrático / DF

¹⁹¹ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC – FGV. Verbetes Otávio da Silveira e Abguar Bastos.

Ao estudar o desempenho da minoria na Câmara entre 1934 e 1935, o brasilianista Robert Levine defendeu que a oposição era composta por “diversas personalidades unidas principalmente pelo seu ódio ao governo e desejo de limitar o poder federal”. O pesquisador brasilianista enxergou que “poucas diferenças ideológicas genuínas separavam oposição parlamentar e governo”. [LEVINE, 1970, p. 55 e 56]. Levine, definitivamente, não teve uma percepção positiva da atuação da minoria parlamentar. Ele definiu assim a atuação do grupo liderado por João Neves da Fontoura:

O Bloco Parlamentar de Oposição justificava a própria atitude intransigente como necessária para prevenir posteriores incursões do poder federal contra os estados e os direitos individuais. (...) Exponentes da oposição documentaram abusos cometidos pelo governo. Mas, aberta ou veladamente, o que muitos dos adversários do presidente no Congresso desejavam era a proteção das prerrogativas locais e, em certos casos, a volta à preeminência dos grupos políticos identificados com a velha ordem, anterior a 1930. (...) O malogro do Congresso, que não conseguiu selar uma unidade, a falta de partidos nacionais, e a avidez com que os deputados avançavam a causa dos seus estados de origem deixavam o presidente enojado. (...) Em vista da ineficácia do Congresso, que produziu muito poucas leis reformistas em 1935 e 1936, seus críticos começaram a estudar meios e modos de ir avante sem ele, flanqueando-o ou envolvendo-o". [LEVINE, 1970, p. 69 e 70]

A conclusão de Levine é simplista e rápida, minimizando a complexidade dos conflitos políticos da época. Obviamente, todos os grupos envolvidos na luta política almejam o poder. Porém, o brasilianista parece enxergar Vargas como um líder interessado apenas no desenvolvimento do país, enquanto a oposição teria apenas interesses pessoais e mesquinhos. Essa é, além de uma reprodução do discurso governista, uma generalização que pouco acrescenta aos estudos sobre o período. Levine também vê o Congresso de forma negativa, como que justificando seus críticos e seu posterior fechamento em 1937.

A Câmara dos Deputados, em 1935, debatia diariamente diversos problemas do país. Embora algumas leis demorassem a serem aprovadas, deve-se compreender que esse era o trâmite do regime democrático consagrado pela Constituição de 1934. Há de se respeitar a atuação do Legislativo e não utilizar sua dinâmica, ainda que problemática, como justificativa para um golpe de Estado. Para compreendermos melhor os debates legislativos, além de conhecer os deputados da oposição, faz-se necessário detalhar quem apoiava o governo. Os governistas, também chamados de “maioria parlamentar”, da mesma forma que ocorreu na legislatura anterior, por estarem em maior número alternavam-se mais na tribuna do que os

deputados da oposição.

Mesmo assim é possível apontar os deputados que mais se destacaram em suas fileiras. São eles os mesmos da legislatura anterior: o líder Raul Fernandes (Partido Popular Radical/RJ); os gaúchos João Carlos Machado e Adalberto Corrêa (ambos do Partido Republicano Liberal/RS); e o mineiro Pedro Aleixo (Partido Progressista/MG). A novidade ficou por conta do amazonense Alfredo Ribeiro Júnior (Aliança Trabalhista Liberal/AM), eleito para seu primeiro mandato como deputado federal. Ele e Corrêa foram os principais defensores da repressão ao comunismo, colocando-se efusivamente a favor de todas as medidas requeridas pelo presidente para esse fim.

O próprio Vargas ficou impressionado com a atuação de Ribeiro Júnior e, principalmente, de Corrêa, registrando em seu diário que este fora “o mais decidido propagandista destes processos de ação plena e eficaz” contra o comunismo. [VARGAS, p. 449]. Prova disso foi que, em janeiro de 1936, Vargas deu a Corrêa a direção da recém-criada Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.¹⁹²

Na liderança da maioria, permaneceu o deputado fluminense Raul Fernandes até agosto de 1935.¹⁹³ Quando de sua saída, o gaúcho João Carlos Machado e o mineiro Pedro Aleixo assumiram extraoficialmente a função. Apesar da preferência de Vargas por João Carlos, por motivos políticos o presidente não pôde colocá-lo na liderança, sendo obrigado a optar por Aleixo.¹⁹⁴ Dos 39 discursos feitos por Pedro Aleixo entre maio e dezembro de 1935, muitos foram decisivos. Em dezembro de 1935, por exemplo, serviram para a obtenção da reforma da Lei de Segurança e da Constituição, visando a repressão aos participantes da Intentona Comunista.

Mas João Carlos, mesmo preterido, manteve-se como homem de confiança de Vargas, e, na qualidade de líder da bancada do Rio Grande do Sul, estava sempre presente nas reuniões que o presidente fazia no Catete, às sextas-feiras, com os parlamentares de seu estado natal. Uma prática pouco ressaltada, mas que evidencia como Vargas prezava e cuidava de sua liderança pessoal e direta junto aos políticos gaúchos.

¹⁹² Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), o órgão deveria investigar todos os envolvidos nos eventos extremistas, principalmente militares e funcionários públicos, tendo liberdade para agir nacionalmente. Verbetes Adalberto Corrêa.

¹⁹³ Vargas disse que ele só apresentou renúncia formal em 1º de outubro. Na ocasião, o presidente pediu para que ele aguardasse, o que aceitou, mas sob a condição de continuar a não comparecer na Câmara. Diário de Vargas. Vol. 1, 1930-1936, p. 424.

¹⁹⁴ Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, aliado de Vargas, era veementemente contra, o que fez pesar na decisão em favor de Aleixo. Diário de Vargas. Vol. 1, 1930-1936. Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995, p. 425.

Machado foi um dos primeiros a perceber que a oposição, na nova legislatura, havia elevado o tom das críticas sobre o presidente, e procurou rebatê-las:

(...) enquanto os deputados da maioria tudo fazem por alcançar um ambiente de perfeita serenidade, propício ao debate das ideias e que seja um reflexo fiel de nossa cultura política – temos, infelizmente, a cada passo, oportunidade de curvar o nosso espírito decepcionado, sob as objurgatórias, sob a adjetivação violenta com que os deputados da minoria desenvolvem a crítica da ação administrativa e ação política do governo (...) essa oposição à *outrance* que não examina os atos do governo, porque vem deliberadamente no intuito de combatê-los.¹⁹⁵

Para se defender dos discursos violentos da minoria e da chuva de críticas ao governo, é possível perceber que Machado utilizou um argumento que seria recorrentemente usado pelos governistas: acusar a minoria de realizar uma oposição pouco construtiva e rancorosa. Destaque também deve ser dado para a atuação do ex-ministro do Trabalho, Salgado Filho (classista/profissionais liberais). Inúmeras vezes subiu à tribuna para discursar a favor da política do governo, do qual havia feito parte e com o qual continuava colaborando.

Representando o forte apoio do Partido Constitucionalista de São Paulo (PCSP) ao governo, o líder da bancada paulista, deputado Cardoso de Melo Neto, foi mais um a conseguir a reeleição. Ele e outros dois deputados do PCSP, Moraes de Andrade e Valdemar Ferreira, fizeram juntos 83 discursos a favor do presidente. Um número bastante expressivo,¹⁹⁶ além das vezes em que apartearam os deputados oposicionistas que criticavam Vargas. Ferreira chegou a substituir o líder da maioria parlamentar, Raul Fernandes, por alguns dias no mês de abril, o que mais uma vez demonstra a grande confiança de Vargas nos paulistas.

No quadro abaixo são apresentados os partidos e os estados dos deputados que mais se destacaram pela maioria. A presença de paulistas e mineiros é grande, representando a base mais forte de Vargas.

¹⁹⁵ Diário do Poder Legislativo. 43ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 24/06/1935, p. 1583.

¹⁹⁶ Respectivamente 32, 28 e 23 vezes.

DEPUTADOS GOVERNISTAS MAIS ATUANTES DE MAI/1935 A DEZ/1935	
NOMES	PARTIDO/ESTADO
Raul Fernandes (líder da maioria até setembro)	Partido Popular Radical / RJ
Pedro Aleixo (líder da maioria a partir de novembro)	Partido Progressista / MG
Adalberto Corrêa	Partido Republicano Liberal / RS
João Carlos Machado (líder da maioria gaúcha)	Partido Republicano Liberal / RS
Cardoso de Melo Neto (líder da maioria paulista)	Partido Constitucionalista / SP
Valdemar Ferreira	Partido Constitucionalista / SP
Morais de Andrade	Partido Constitucionalista / SP
Ribeiro Júnior	Aliança Trabalhista Liberal / AM
Salgado Filho	Classista / Profissionais liberais

Nota-se a ausência de dois nomes importantes, ambos representantes classistas: Barreto Pinto¹⁹⁷ (funcionários públicos) e Abelardo Marinho (profissionais liberais). Barreto Pinto, em seu primeiro mandato, colocou-se ao lado da maioria. Porém, em diversas ocasiões, assumiu uma postura independente e desferiu críticas públicas aos governistas. Chegou a dizer que o apoio político que dava ao presidente não significava que “fosse subserviente”, dando a entender que outros deputados eram.¹⁹⁸ Na ocasião em que Vargas vetou o aumento dos funcionários públicos civis, classe profissional da qual era representante, ficou inconformado com o apoio da maioria ao veto e ironizou o comportamento de seus colegas deputados:

Quando o Sr. Raul Fernandes, na primeira bancada, se levanta, aprovando ou negando o voto a qualquer projeto, já se sabe, de antemão, qual será o voto da maioria. Eu, entretanto, tenho a satisfação de declarar que muitas vezes o líder da maioria se levanta e eu fico sentado.¹⁹⁹

¹⁹⁷ O maior orador da legislatura que tomou posse em maio de 1935, com 320 discursos em menos de 8 meses.

¹⁹⁸ Diário do Poder Legislativo. 9ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 15/05/1935, p. 425.

¹⁹⁹ Diário do Poder Legislativo. 58ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 11/07/1935, p. 2238.

O *Jornal do Brasil* definiu Barreto Pinto como um deputado que era “da maioria, mas não confia muito na corrente a que pertence”.²⁰⁰ Sua postura é a prova de que Vargas, mesmo dentro de sua base governista na Câmara, sofria questionamentos e não tinha apoio irrestrito.

Já Abelardo Marinho, assim como na legislatura anterior, continuou como líder de toda a bancada classista, sempre votando a favor dos interesses do governo. Porém, poucos foram os momentos em que pediu a palavra para discursar. Sua presença pouco foi notada na nova legislatura, até porque sem a presença dos deputados da minoria proletária, que não conseguiram a reeleição, não tinha mais adversários à altura dentro de sua bancada.

2 – A força da nova oposição

Ao se iniciar a nova legislatura o *Jornal do Brasil* noticiou a intensificação das articulações entre os deputados da oposição para “um grande combate” contra o governo.²⁰¹ Henrique Dodsworth (Partido Economista Democrático/DF) exaltou a união da minoria e questionou a fidelidade dos deputados governistas a Vargas:

Estou convencido de que os sofrimentos do Brasil coordenam todas as correntes desta Casa, embora interesses políticos de vária ordem[sic] não permitam que as opiniões se expandam, todos porém os que auscultam, através das palestras, as manifestações pessoais de opinião, sabem que o governo não tem amigos, mas inimigos íntimos.²⁰²

A oposição percebeu, pela experiência na legislatura anterior, que não conseguiria vencer o governo nas votações parlamentares. Então partiu para outra estratégia: usar a Câmara para uma implacável perseguição política ao presidente da República. O objetivo era prejudicar a imagem de Vargas perante a opinião pública, o que intimidaria os deputados governistas a apoiá-lo, podendo, assim, ocorrer o rompimento da unidade da maioria.

A sessão legislativa do dia 14 de maio de 1935 pode ser considerada simbólica para a compreensão da nova Câmara. Vários dos principais opositores fizeram os primeiros ataques ao presidente. O assunto em questão era o pedido que Vargas fizera à Câmara para se ausentar do país por dois meses, a fim de retribuir as visitas de autoridades do Uruguai e da Argentina, necessitando, para tal, da aprovação de uma verba para as viagens.

O ex-presidente Artur Bernardes (PRM) foi o primeiro a pedir a palavra. Referiu-se

²⁰⁰ *Jornal do Brasil*. 09/06/1935, p. 7, “Aspectos da Câmara”.

²⁰¹ *Jornal do Brasil*. 03/05/1935, p. 7, “Aspectos da Câmara”.

²⁰² Diário do Poder Legislativo. 8ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 14/05/1935, p. 362.

aos problemas econômicos, principalmente a desvalorização do mil-réis, que estava pagando 88 mil-réis por uma libra esterlina, 20% a mais que no ano anterior. Em seguida disse que era totalmente inoportuna a viagem da maior autoridade do país, para passar dois meses no exterior, em um momento de crise:

Será que S.Ex. tem tranquilidade de espírito e coragem de deixar neste momento o Brasil, quando o povo sofre verdadeira agonia com o descalabro reinante, que só S. Ex. parece não perceber? Desgraçadamente é esta a verdade (...) S. Ex. pretende, realmente, afastar-se por esse largo tempo do seu posto, sem se afligir com o estado de ruína em que abandona a sua pátria e o seu povo. (...) Ninguém ignora que S. Ex. quer retribuir visitas de alta significação internacional; mas é preciso considerar que a própria retribuição dessas cortesias não foge aos imperativos da força maior e da oportunidade. Antes de tomar essa deliberação, S. Ex. deveria refletir que ainda não constitucionalizou todo o país nem conjurou crises que o atormentam e que a inépcia do seu governo gerou e alimenta.²⁰³

Os discursos de Artur Bernardes na Câmara enfrentavam forte rejeição da bancada governista. Os ataques a Vargas eram prontamente e violentamente respondidos. Foi o que ocorreu com relação às críticas desferidas pelo ex-presidente contra a viagem presidencial. Governistas o contestaram, sendo que o deputado Ribeiro Júnior chegou a dizer que não receberia “lições de civilidade” de Bernardes. Outros importantes defensores de Vargas, na ocasião, foram o ex-ministro do Trabalho, deputado Salgado Filho (classista/profissionais liberais) e João Carlos Machado (PRL/RS).

É perceptível, pelos nomes citados, que a nova legislatura contava com deputados de maior força política do que a anterior. Entre eles, o gaúcho Batista Luzardo, ex-chefe de polícia de Vargas, que havia apoiado a Revolução Constitucionalista em 1932 e tinha sido exilado. De volta e eleito, juntou-se à oposição. Foi um dos que insistiu que a viagem de Vargas se dava em “momento inoportuno”, quando o país vivia a “maior crise econômica que há na memória de nossa história política”.²⁰⁴

Outro deputado a criticar a viagem foi Otávio Mangabeira. Ele aproveitou a oportunidade para comemorar seu retorno à política brasileira, dizendo que a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1933, “não representou integralmente o país” por estarem vários políticos inelegíveis:

²⁰³ Outro argumento utilizado por Bernardes contra a viagem de Vargas foram as fortes chuvas ocorridas no nordeste, deixando vários estados em dificuldades, principalmente a Bahia. Diário do Poder Legislativo. 8ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 14/05/1935, p. 401.

²⁰⁴ Diário do Poder Legislativo. 8ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 14/05/1935, p. 405.

A manobra política consistiu em haver o governo suspenso, por decreto seu, os direitos políticos dos adversários, a fim de excluí-los da assembleia que o haveria de eleger. (...) Houve brasileiros que não tiveram o direito de serem candidatos à Constituinte, inclusive chefes da Revolução de 1930. A Constituinte, portanto, não representou integralmente o país.²⁰⁵

Por fim, os gastos da viagem foram aprovados pela Câmara e Vargas pôde ir à Buenos Aires e Montevideú. Mas o importante é perceber que as contundentes críticas da oposição, logo no primeiro requerimento enviado pelo presidente à nova legislatura, servem como termômetro para o clima de guerra que tomava conta da nova legislatura.

Dois dias depois de encerrado esse primeiro embate entre opositores e governistas o novo líder da oposição, João Neves da Fontoura, fez o discurso oficial de abertura dos trabalhos da minoria na nova legislatura. Recebido com palmas no plenário e nas tribunas, que estavam lotadas, Neves usou o argumento que seria mais utilizado pela oposição durante todo o ano de 1935 para criticar o governo: a “falência do movimento revolucionário de 1930”. Disse que Vargas “se colocou acima dos partidos usando a velha tática de dividir para reinar”, mas que não obteve resultados satisfatórios:

Em 5 anos de aventuras e sobressaltos discricionários, tudo se desarticulou na voragem dos improvisos. Apagaram-se rumos pré-determinados, quebraram-se compromissos solenes, estalaram discórdias rematadas na guerra civil. (...) Cedo a descrença invadiu os mais otimistas e as questões do Estado recaíram nos concílios da rua, sonogando ao governo o alimento da confiança popular. (...) Só há estragos de um grande movimento que a falta de rumo de seus executores transformou de redenção salvadora a suicídio de todo o país.²⁰⁶

Afirmou ainda que o presidente havia perdido a chance de fundar um grande partido revolucionário e acabou se aliando a velhos adversários, com o objetivo de conseguir o máximo de apoio para manter-se no poder. Ao término, mais uma vez foi vivamente aplaudido.

Mas o discurso de Neves não ficou sem resposta. Logo em seguida João Carlos Machado (PRL/RS) disse que o líder da oposição fez críticas pouco produtivas, pois não trouxe nenhuma solução para os problemas do país.²⁰⁷ Os governistas continuavam adesqualificar as acusações da oposição e acusá-los de colocar o revanchismo contra Vargas

²⁰⁵ Diário do Poder Legislativo. 8ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 14/05/1935, p. 408.

²⁰⁶ Diário do Poder Legislativo. 11ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 16/05/1935, p. 451 a 463.

²⁰⁷ Id. Ibid.

acima dos interesses da nação. Certa vez, Adalberto Corrêa (PRL/RS) reclamou do comportamento da oposição e atribuiu a Vargas uma frase pejorativa sobre o comportamento da minoria em plenário:

Foi o senhor Presidente da República levado a me declarar, quando eu, numa reunião da bancada liberal, lhe pedia para que se concitasse com a minoria a apoiar o governo, a fim de garantir a ordem, que se não preocupava com a minoria que se desinteressa pela ordem no Brasil e só procura satisfazer seus ódios, à custa da tranquilidade da própria nacionalidade. Esta é a declaração do senhor Getúlio Vargas, que confirmo, plenamente.²⁰⁸

Corrêa ignorou os protestos de outros parlamentares e concluiu seu pensamento dizendo que “a minoria não é reduto de democracia, é reduto de ódios e interesses pessoais. A Câmara inteira sabe disso”.²⁰⁹ Completando o contra-ataque dos governistas, a fim de dar uma resposta à altura do longo e contundente discurso de João Neves da Fontoura, Raul Fernandes (PPR/RJ) foi à tribuna dias depois. Manteve a mesma postura da legislatura anterior, assegurando que Vargas conseguira avanços significativos em cinco anos de governo. Defendeu a tão criticada política financeira do presidente, apontando avanços em relação aos anos anteriores; elogiou a capacidade de Vargas para unir interesses diversos em prol do Brasil; chamou de “necessárias” as medidas discricionárias tomadas durante o Governo Provisório e exaltou a Constituição de 1934 como sendo o resultado da vitória da República representativa. Atribuiu responsabilidade à Câmara também pelos erros e acertos, dizendo ser equivocada colocar tudo sob a responsabilidade do presidente. Apesar de longa, a citação é esclarecedora:

A Constituição de julho deu estabilidade a esse expediente benemérito, e o generalizou para a formação de todos os poderes da república representativa. Sob a proteção dessa garantia sem rival, as oposições que antigamente não penetravam nas Câmaras Legislativas, (...) agora penetram corajosas e independentes nessa assembleia, falando de igual para igual ao Poder Executivo. (...) Não. Não é verdade que a Revolução tenha falhado. Se encararmos esses resultados essenciais, confrontados com o único programa revolucionário que tinha o assentimento inequívoco da nação, é força reconhecer que ela atendeu inequivocamente aos seus propósitos. (...) Entre o desabamento do poder legal em 1930 e a reconstrução de um poder constitucional não cabia a euforia dionísaca, cuja preterição a minoria arrola entre as culpas graves do Governo Provisório. Na falta de um programa nacional conhecido e aceito, e não podendo surpreender o país com qualquer plano

²⁰⁸ Diário do Poder Legislativo. 70ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, em 26/07/1935, p. 2742.

²⁰⁹ Id. Ibid.

personalíssimo, ao ditador só cabia administrar com zelo e probidade a coisa pública até que a nação pudesse tomar em mãos seu próprio destino. (...) Peço vênias para dizer que não há prêmio que pague ao senhor Getúlio Vargas pelo milagre de prudência, flexibilidade, moderação e paciência que lhe permitiu sustentar o poder civil no torvelinho da ditadura e transmiti-lo à nação organizada constitucionalmente. Este tema, senhores, poderia ser desenvolvido ao infinito; prefiro tudo resumir dizendo que este homem operou o prodígio de pôr o seu amor-próprio abaixo do seu amor pelo Brasil.²¹⁰

Assim como ocorreu com João Neves, Fernandes também recebeu muitos aplausos e congratulações de seus colegas. É perceptível que o líder elevou o tom de defesa do governo Vargas para responder às críticas contundentes da oposição. Destaque para a defesa que fez da Revolução de 1930, então muito atacada. A estratégia do orador foi referir-se a Vargas como o presidente que havia constitucionalizado o Brasil, procurando tirar do governo o rótulo de autoritário que a oposição o atribuía.

No dia seguinte ao importante discurso de Fernandes, continuou o debate acerca da crise econômico-financeira. Otávio Mangabeira responsabilizou unicamente o presidente pelos problemas nacionais e respondeu a Fernandes, lamentando que o líder governista tivesse atribuído os méritos da constitucionalização ao governo, quando na verdade os louros deveriam ser dados, segundo o orador, ao povo paulista.²¹¹ Fez ainda uma crítica violenta à pessoa de Vargas, ao afirmar que “todas as crises se resumem, neste país, a uma crise: a de autoridade”, pois o presidente havia sido levado ao topo por força das circunstâncias, mas que agora não deveria continuar no poder porque o momento já não era oportuno:

A pretexto de corrigir os erros do passado foi que se fez uma revolução. Não tem ela, hoje, o direito de invocá-los em seu benefício. Não é lógico, senhor presidente, que se batam sobre os erros do passado os que deram e estão dando seu total apoio aos erros, ainda mais graves, do presente. (...) E quando um homem de Estado, depois de exercer o poder por quase 5 anos, dos quais 3 investido em autoridade discricionária, leva um país a uma situação como a em que o nosso atualmente se encontra, ninguém mais acredita nele, nem no que dele provenha. Só o que causa estranheza é que permaneça do governo. (...) Um governo em que o povo já não crê, por todas as razões, e de que o povo já se fatigou, de modo definitivo, e que teve, entretanto, a imprudência de suceder a si mesmo, para realizar dois quadriênios.

Otávio Mangabeira deixa bem claro sua insatisfação não apenas com o governo Vargas, como também pelo fato de ele permanecer na presidência por dois quadriênios,

²¹⁰ Diário do Poder Legislativo. 27ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/05/1935, p. 744.

²¹¹ Diário do Poder Legislativo. 57ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/05/1935, p. 792-793.

mesmo diante do cenário de crise que o país enfrentava que, segundo o orador, era culpa exclusiva do presidente. Embora não de forma explícita, apontava que a solução deveria ser a saída de Getúlio.

De fato, o auge da campanha da oposição contra Vargas ocorreu quando outro ícone da oposição, Borges de Medeiros, tomou posse em agosto de 1935 e disse as primeiras palavras contra o presidente. Já com 72 anos de idade, Borges fez seu primeiro discurso de retorno oficial à política brasileira, na qualidade de deputado. O tema escolhido pelo velho político gaúcho foi a situação econômico-financeira do país.²¹² Fez uma minuciosa análise técnica dos orçamentos anuais desde o início da República, terminando por concluir que Vargas teria sido o presidente que mais gastou na história da República brasileira.²¹³ Recomendou que o presidente seguisse o exemplo dos ex-presidentes Campos Salles e Prudente de Moraes, que, em momentos de crise, souberam enxugar os gastos e fugir do déficit orçamentário:

Houvesse na direção suprema da República, a partir de 1930, uma vontade orientada e firme, como as que tivemos com Prudente de Moraes e Campos Salles, e certamente mui diversa seria a nossa situação. A ditadura não quis ou não soube imitar os exemplos do passado; e os seus poderes discricionários só serviram para agravar velhos problemas e criar outros. O Governo Constitucional não tem sido mais feliz, e se não é pior, também não é melhor.²¹⁴

Como é possível perceber a oposição, tendo na linha de frente figuras experientes e destacadas da política nacional, efetivou um verdadeiro bombardeio de críticas ao governo, não citando como responsável pelos problemas do país ninguém além do presidente Getúlio Vargas. Ou seja, o que fica evidente é que Vargas, nesse momento e nesse plenário, está bem longe da figura forte e querida em que se transformaria anos depois. Esse ponto é fundamental para se entender o processo de construção da liderança de Vargas.

A minoria, fortalecida pelos novos deputados que assumiram em maio de 1935, mostrou a que veio. Ela não perderia nenhuma chance de atacar seu principal adversário político, o chefe da nação. E logo no início da nova legislatura surgiu outra oportunidade, quando o governo vetou o aumento dos funcionários públicos civis e causou perplexidade na Câmara, inclusive, com uma crise dentro da maioria.

²¹² Diário do Poder Legislativo. 91ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 21/08/1935, p. 3563-3568.

²¹³ Fez a conversão de valor das moedas antigas para a de 1935 com a ajuda do deputado Cincinato Braga (PRP).

²¹⁴ Diário do Poder Legislativo. 91ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 21/08/1935, p. 3563-3568.

3 – Funcionalismo público: um calcanhar de Aquiles para o governo.

Em meio a essa guerra de palavras, a Câmara deu prosseguimento aos trabalhos da legislatura anterior. O assunto em pauta era ainda o reajuste dos militares, que precisava ser votado pela terceira e última vez antes de ser enviado à sanção presidencial. O resultado foi que a Câmara não apenas aceitou e aprovou o aumento,²¹⁵ como também o estendeu aos funcionários públicos civis.

A questão era tão importante que Vargas reuniu todo o ministério para debater o assunto. Em seu diário, registrou que passara a tarde inteira com seus ministros e comentou o que foi discutido:

(...) reuni o Ministério, sendo discutido o projeto de reajustamento de vencimentos. O ministro da Fazenda propunha o veto total, que só obteve o apoio do ministro da Viação.²¹⁶ Todos os outros discordaram. Resumi os debates, expliquei os antecedentes da questão, os compromissos assumidos, os erros praticados e, por fim, a conclusão de que eram a sanção dos militares e o veto da outra [parte]. [VARGAS, 1995, p. 390].

O presidente acabou optando por sancionar o abono aos militares, mas se negou a fazer o mesmo para os civis, vetando a parte referente a eles. Entre os “antecedentes da questão” a que se refere Vargas está a enorme pressão que os militares exerceram sobre o governo, conforme vimos no capítulo anterior. Optou-se por evitar o confronto com as Forças Armadas. Por outro lado, foi mais fácil dizer não aos funcionários públicos civis.

Assim, a oposição teve, com apenas onze dias de legislatura, mais uma grande oportunidade para atacar o governo e tentar jogar os deputados da maioria uns contra os outros. Henrique Dodsworth(PED/RJ) afirmou que não sabia “como denominar atitude dessa natureza”, ao se referir ao veto. Demonstrou indignação e disse que a emenda, estendendo o aumento aos civis, foi criada por iniciativa da própria bancada gaúcha governista do Partido Republicano Liberal (PRL/RS). Portanto, o presidente tinha passado por cima da decisão da Câmara, inclusive de seus próprios aliados.²¹⁷ Outro a protestar foi o governista Barreto Pinto, pois era representante profissional dos funcionários públicos.

O objetivo da minoria foi alcançado, uma vez que os deputados da maioria evitaram defender o veto. A imprensa percebeu o desconforto entre os governistas e assim noticiou o

²¹⁵ Sancionado por Vargas em 15/05/1935.

²¹⁶ O Ministro da viação, à época, era João Marques dos Reis (Partido Social Democrático/BA)

²¹⁷ Diário do Poder Legislativo. 8ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 14/05/1935, p. 362.

fato:

Não serão poucos os oradores que se apresentarão, em plenário, para discutir as razões do veto presidencial ao reajustamento dos salários do funcionalismo civil. Quase todos, porém, assomarão à tribuna para combater a atitude, no caso, do Chefe do Poder Executivo. (...) Ainda não se sabe, todavia, quem irá sustentar as razões presidenciais. A dificuldade para se encontrar um relator na comissão de finanças é sintomática.²¹⁸

O veto causou sérios problemas para o governo. Os jornais ressaltaram a diferença de tratamento entre militares e civis. O *Correio da Manhã* publicou em seu editorial um texto duro contra o governo, intitulado *A Humilhação do veto*, desferindo críticas a torto e a direito:

Quando o senhor Getúlio Vargas evidenciou sua ambição de continuar como presidente da República, nós aqui declaramos que a sua eleição era indesejável, visto que ele não soubera honrar o mandato de que fora revolucionariamente investido. O poder em suas mãos vacilantes fora instrumento de desordem e anarquia. Todos os serviços administrativos estavam completamente desorganizados. (...) Executivo e Legislativo, numa colaboração escandalosa, atentaram ao mesmo tempo contra a Constituição: (...) como os militares estão armados e os civis desarmados, à sua incurável fraqueza moral impôs-se a decisão monstruosa: ficar bem com a força, desdenhando do resto.²¹⁹

Por fim, a reportagem terminou com ataques violentos ao presidente da República, chamado de incompetente, dissimulado e preocupado apenas em se manter no cargo.

O presidente da República imagina separar os militares dos civis, escorando-se nos primeiros para se livrar dos segundos. O seu diabólico pensamento resume-se nisto: pusilanimidade e dissimulação. À incompetência provada, junta-se a maldade aguçada. Não é a justiça da causa do funcionalismo, fardado ou à paisana, que o preocupa. Devora-o a ambição de continuar no poder, bem pago, bem instalado e satisfeito da sua onipotência. Insensível aos sofrimentos e aos desesperos de um povo explorado e ludibriado, um erro de psicologia leva-o a acreditar que, de agora em diante nada lhe acontecerá.²²⁰

Diante das pressões da opinião pública, vários deputados governistas recuaram e não

²¹⁸ *Jornal do Brasil*. 31/05/1935, p. 9, “O veto ao reajustamento dos civis”.

²¹⁹ *Correio da Manhã*. 15/05/1935, p. 4, “A humilhação do veto”.

²²⁰ Id. Ibid.

quiseram aprovar uma medida tão impopular. Nesse sentido, convém perceber os limites da solidariedade que muitos parlamentares tinham com Vargas. Até mesmo o paulista Cardoso de Melo Neto (PC/SP), que esteve ao lado do presidente em debates de importância fundamental para o governo, como o da Lei de Segurança Nacional, se recusou a ser o relator responsável por emitir o parecer sobre o veto presidencial na Comissão de Finanças e Orçamento, devolvendo a incumbência ao presidente da comissão, João Simplício (PRL/RS).²²¹

O desconforto foi tão grande que, depois do líder da bancada paulista, o deputado Arnaldo Bastos, governista do Partido Social Democrático de Pernambuco (PSD/PE), seguiu o mesmo caminho, alegando que tinha que viajar ao Recife e que não teria tempo para elaborar o parecer. Em seguida, Clemente Mariani, do Partido Social Democrático da Bahia (PSD/BA), também refutou a relatoria. Barreto Pinto (classista/funcionários públicos) chegou a propor que o projeto fosse remetido à Câmara sem parecer, devido à dificuldade de se encontrar um relator, solução esta apoiada também por Acúrcio Torres (PE/RJ).²²²

Após voltar da viagem à Argentina, a primeira medida de Vargas foi convocar uma reunião com seus aliados do Rio Grande do Sul, justamente os que haviam proposto a extensão do aumento salarial para os funcionários públicos civis. Contou mais uma vez com o apoio de um de seus homens de confiança, João Carlos Machado (PRL/RS). O presidente registrou em seu diário as dificuldades do encontro e o esforço que fez para convencer os deputados a apoiarem seu veto:

Reuni a representação do Rio Grande, que eu receberia, habitualmente, às sextas-feiras, conforme já combinara com João Carlos antes de seguir para o Prata. O assunto discutido foi o veto presidencial ao reajustamento do vencimento dos funcionários civis. Expliquei todos os antecedentes do caso e que não poderia deixar de vetar: 1º) porque a Câmara invadira atribuições do Executivo tomando a iniciativa de uma despesa, e que minha concordância constituiria um precedente; 2º) que mesmo sancionando eu não teria como executar, porque não tinha recursos 3º) que não era um reajustamento e sim um aumento puro e simples de vencimentos 4º) que o reajustamento é o que se ia fazer tendo por base o estudo da comissão que estava trabalhando. Apesar disso, alguns teimosos colocaram seus melindres pessoais acima dessas e de outras considerações para ficar contra o veto. A grande maioria, porém, tive a impressão de que seria favorável.

No fim de junho de 1935, passados mais de 30 dias do veto, simplesmente nenhum

²²¹ Diário do Poder Legislativo. 14ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/05/1935, p. 548.

²²² Diário do Poder Legislativo. 20ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/05/1935, p. 739.

deputado da base governista ousou ir à tribuna falar em favor da atitude presidencial. A crise estava definitivamente instalada no seio da maioria e Vargas não encontrava apoio na Câmara para levar sua decisão adiante. O medo da opinião pública deixou os governistas diante de um impasse: apoiar o presidente e se indispor com os eleitores ou criar um perigoso precedente ao negar apoio a Vargas, podendo fortalecer politicamente a oposição. Barreto Pinto, representante classista, foi o único deputado governista a discursar sobre o assunto, optando pela defesa do reajuste de seus representados. Suas palavras demonstram a enorme pressão que existia sobre os deputados, e o ambiente desfavorável para o governo. O tom sarcástico e saboroso do discurso mostra a construção de uma forte opinião pública contra o veto de Vargas:

Até o órgão oficial da Casa, o Diário do Poder Legislativo, só tem publicado discursos contrários ao infeliz veto do senhor Presidente da República. Devo assinalar que o único jornal que não falou mal, até hoje, do veto, foi o *Diário Oficial*, porque o seu redator-chefe é o próprio autor do veto [risos no plenário]. Posso, todavia, assegurar que não há funcionário algum do *Diário Oficial*, do aprendiz de linotipista a redator principal, que se não tenha, no íntimo da sua consciência, revoltado contra ato do senhor Presidente da República. (...) Não é uma parcela da opinião pública que está apaixonada, é a totalidade da opinião pública. Só não está apaixonado quem não tem opinião.²²³

Diante da oportunidade, a oposição, é claro, capitalizou politicamente o episódio. Seu líder, João Neves, anunciou mais um grande discurso. A oposição encheu o plenário com seus deputados e as galerias com seus correligionários.²²⁴ Muito aplaudido, Neves mencionou a crise entre os aliados do governo e repetiu o que Dodsworth havia dito cerca de um mês antes: Vargas “não tem um só amigo” entre os deputados da maioria. Afirmou ainda que a base governista o apoiava “quase sempre com reservas”. Voltou a fazer um balanço do passado recente do país, mais uma vez concluindo que o presidente havia abandonado o programa da Aliança Liberal.²²⁵

Vargas, a julgar pelas anotações em seu diário, estava bastante contrariado. Reclamou muito das palavras de João Neves e de Batista Luzardo contra o veto:

²²³ Diário do Poder Legislativo. 39ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/06/1935, p. 1372.

²²⁴ Local de onde era permitido que a população assistisse às sessões legislativas.

²²⁵ Diário do Poder Legislativo. 40ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/06/1935, p. 1403-1404.

A oposição rio-grandense – João Neves e Batista Luzardo – abriu as baterias contra mim. O primeiro é um pequeno frasquinho de veneno manejando brilhante capacidade oratória; o segundo, com a má-fé inconsciente dos espíritos obtusos, mal se equilibra entre as contradições da sua palavra e de seus atos (...). [VARGAS, 1995, p. 397].

Diante da ofensiva firme da oposição, o gaúcho João Carlos Machado mais uma vez justificou a confiança que Vargas tinha nele, indo à tribuna para se dizer decepcionado pela “forma violenta” com a qual a minoria estava atacando a política do governo.²²⁶ Porém sua ponderação não teve grandes efeitos. Dois dias depois Acúrcio Torres subiu à tribuna para afirmar que o governo federal estava “acéfalo”.²²⁷

Por fim, após várias negativas, Carlos Luz (PP/MG), em seu primeiro mandato como deputado federal, aceitou ser o relator do veto de Vargas. Apoiou o presidente, alegando que, em uma análise mais minuciosa, percebeu que a previsão de gastos com o reajuste militar estava mais bem detalhada do que a sobre o aumento dos civis. Prestou parecer favorável ao veto, alegando que o reajuste dos civis deveria ser mais bem estudado antes de ser reapresentado à Câmara, e que, para tal, seria criada uma comissão especial. A saída encontrada por Luz acabou satisfazendo aos seus colegas. Mesmo assim, Vargas teve o veto confirmado em uma votação difícil, que terminou na contagem apertada de 125 votos favoráveis e 104 contrários [FIG. 10]. O *Correio da Manhã* lamentou e colocou em manchete de capa uma declaração do deputado João Mangabeira (Liga de Ação Social e Política/BA): “O que está em jogo é a Constituição violada, são os sentimentos humanos esquecidos, são os direitos de uma classe inteira renegados”.²²⁸

A crise estava contornada, mas o governo saiu muito abalado, tendo clara a urgência de melhorar o diálogo junto à sua base governista na Câmara. A conclusão que pode ser tirada desse episódio é que, naquele momento, Vargas julgou imprescindível atender aos anseios dos militares. Enviou o reajuste à Câmara a contragosto. Ao negar o aumento aos civis, colocou em ameaça o clima relativamente tranquilo que até então vigorava entre os deputados governistas. O verdadeiro bombardeio levado a efeito pelos jornais contra seu veto deixou o presidente certo de que havia “necessidade de coordenação da imprensa”, conforme anotou em seu diário [VARGAS, 1995, p. 390 e 391].²²⁹

²²⁶ Diário do Poder Legislativo. 43ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 24/06/1935, p. 1583.

²²⁷ Diário do Poder Legislativo. 45ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/06/1935, p. 1672.

²²⁸ *Correio da Manhã*, 27/06/1935, p. 1.

²²⁹ Não foi à toa que, na reforma da Lei de Segurança, em dezembro de 1935, a censura à imprensa seria um dos principais objetivos presidenciais, como será visto mais adiante.

Mas a questão do reajuste salarial dos funcionários públicos civis não terminou aí. A minoria não deixou o caso cair em esquecimento. Pressionaram recorrentemente, ao longo dos meses seguintes, para que fosse elaborado um estudo financeiro que tornasse viável a concretização do aumento.²³⁰ Henrique Dodsworth foi o principal representante da oposição na comissão especial criada para esse fim e cobrou insistentemente que o relatório final fosse enviado para o Ministério da Fazenda.²³¹ Outro a continuar a reclamar por uma solução foi o representante dos funcionários públicos, o deputado Barreto Pinto.

O governo procurou postergar o assunto. Por fim, esse aumento acabou sendo a última aprovação do ano no Congresso, nos dias finais de 1935, graças à pressão oposicionista. A importância dessa verdadeira batalha parlamentar será analisada no próximo capítulo, pois está intimamente ligada às consequências da chamada Intentona Comunista na Câmara. Por hora, o importante é perceber que o veto de Vargas, em maio de 1935, causou um profundo mal-estar entre os deputados, dividindo os próprios governistas. Além disso, foi uma medida bastante impopular, que jogou grande parte da imprensa contra o presidente. Era um primeiro sinal da crise que se instalaria, não apenas entre governo e Parlamento, mas também entre os próprios aliados de Vargas, que cada vez mais titubeavam em apoiar as medidas presidenciais.

4 – Resistir é preciso: a Câmara e o fortalecimento do Executivo

O baiano J. J. Seabra já dissera que era preciso resistir. A Câmara não deveria e não poderia tomar uma posição submissa em relação aos anseios de Vargas. Desde a aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN), sancionada em 4 de abril de 1935, o governo já tinha mais poderes para agir contra quem julgasse ser uma ameaça à ordem institucionalizada. Coube à Câmara exercer um papel fiscalizador, observando e se manifestando a respeito das atitudes do Poder Executivo.

Nesse momento, Vargas iniciou uma verdadeira escalada de repressão nas ruas contra todos aqueles definidos como inimigos do regime. No fim de junho, registrou, em seu diário, reuniões constantes que contavam quase sempre com os generais Pantaleão Pessoa e Góis

²³⁰ Um requerimento chegou a ser enviado pela oposição ao ministro da Fazenda, Souza Costa, pedindo uma definição sobre a questão. Diário do Poder Legislativo. 140ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/10/1935, p. 6233.

²³¹ Dodsworth discursou reclamando da situação nas sessões legislativas dos dias 29/11, 13/12, 14/12, 26/12 e 27/12, conforme verificado no Diário do Poder Legislativo dos referidos dias. Foi o deputado mais engajado pela causa, mais até do que Barreto Pinto, representante classista dos funcionários públicos. Isso se deve ao fato de Henrique Dodsworth ter sido o representante da oposição na comissão que preparou as novas tabelas remuneratórias e definiu de onde viriam os recursos para sua aplicação, o que lhe valeu conhecimento de causa para cobrar a aplicação do que havia sido definido.

Monteiro, com o ministro Vicente Rao, da Justiça, e com Filinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal.

Pantaleão Pessoa, seguindo a mesma linha defendida por Góis Monteiro, era a favor da punição dos militares que se envolvessem em movimentos políticos e sociais. Tal postura o tornou um dos grandes adversários dos militares de esquerda, que perceberam rapidamente o início da onda repressiva e distribuíram um folheto nos quartéis, em junho de 1935, contra Pessoa e a política do governo de punir os militares envolvidos na luta política:

O general Pantaleão Pessoa, chefe do Estado-Maior do Exército, integralista juramentado, começou a destruição do nosso glorioso Exército! Com um espírito reacionário e desumano não permite, por intermédio de aviso, o engajamento de sargentos e cabos com menos de 10 anos de serviço, nem dos soldados que querem engajar. E chega a tal ponto, que os sargentos que adquiriram promoções na campanha e não puderam tirar o curso, que são centenas, serão rebaixados e excluídos. E diariamente são excluídos companheiros nossos. Isso representa não só a destruição do Exército, que ficará sem quadros, mas também a entrega da imensa maioria do povo, sem defesa, à sanha de Getúlio, empresas imperialistas, grandes latifundiários e integralistas! [VIANNA, 1995, p. 387].

Assinado por uma autointitulada “comissão de sargentos e cabos”, o folheto tinha uma clara intenção: jogar a baixa patente do Exército contra o general Pantaleão Pessoa, chamado de autoritário, injusto, reacionário e desumano.

Filinto Muller [FIG. 11], que, assim como Pessoa, também tinha presença constante nas reuniões com o presidente, era um dos principais executores das resoluções do governo. Conhecido por sua violência e intempestividade, coube a ele iniciar as ações cada vez mais rotineiras da polícia do Distrito Federal contra manifestações de rua e reuniões sindicais. A justificativa para as prisões efetuadas era quase sempre a mesma: combater extremismos. É interessante notar a estratégia adotada pelo governo para o combate ao comunismo. Nas palavras do próprio Vargas, em uma das reuniões de sua cúpula, no dia 22 de junho de 1935, e conforme anota em seu diário:

Reuni o Ministério, convidando também os leaders [sic] da maioria na Câmara e no Senado, o chefe de polícia e o general Pantaleão Pessoa. Expliquei-lhes o fim da reunião, que era dar-lhes conhecimento do movimento comunista disfarçado com o nome de Aliança [Nacional] Libertadora, as diversas conspirações em marcha, a fim de combinarmos medidas de ordem geral e harmônicas para combatê-los. O Ministro da Justiça leu e comentou o relatório do chefe de polícia, opinando que, em vez da ação direta contra o Partido, devíamos acompanhar-lhe os movimentos como melhor

meio de identificação e conhecimento dos seus planos, para agir em momento oportuno, isto é, no começo da ação. Outros opinaram de modo contrário, que se deveria agir preventivamente. (...) Expus, então, o plano que deveríamos adotar – ação energética de repressão e reação pela propaganda, criando um ambiente próprio à ação do governo. [VARGAS, 1995, p. 398]

No dia 28 de junho de 1935 a polícia de Muller impediu diversas reuniões de operários. O *Jornal do Brasil* noticiou o aparecimento de cartas encontradas em Pernambuco supostamente dando conta de uma iminente revolução comunista no país e que, no Rio de Janeiro, estava “a polícia política em atividade”:

A Seção de Ordem Política e Social tem estado em constante atividade desde que se verificou a última reunião do Palácio do Catete em que o Capitão Filinto Muller expôs ao presidente Getúlio Vargas a situação política do país, criada pelas atividades dos partidos extremistas. Ainda ontem, a chefia da Polícia recebeu do diretor geral dos Correios e Telégrafos em ofício sujo teor, embora guardado com máximo sigilo, motivou ser chamado urgentemente à presença do sr. Filinto Muller o delegado da Ordem Política e Social, Capitão Afonso Miranda Corrêa.²³²

A reportagem mais uma vez evidencia a forte presença pessoal de Vargas junto a seus aliados. Do mesmo modo que realizava reuniões semanais com a bancada gaúcha da Câmara, o presidente também se reunia muito frequentemente com Filinto Muller. Há de se destacar, também, a colaboração do diretor dos Correios e Telégrafos com a força policial, demonstrando o alto grau de articulação do governo no que tange à vigilância e repressão dos trabalhadores.

O *Correio da Manhã* também repercutiu as ações de Filinto Muller ao publicar em primeira página uma breve declaração do Chefe de Polícia, de que havia “rumores sobre planos extremistas” envolvendo trabalhadores dos Correios e Telégrafos. O jornal relatou ainda que os gabinetes dos membros da Polícia de Ordem Política e Social estavam “às moscas”, pois todos eles estavam “em diligências” pela cidade [FIG. 12].²³³

Concomitantemente a essas ações da polícia, nos dias 23, 25, 26 e 29 de junho de 1935, o presidente voltou a registrar, em breves anotações em seu diário, a preocupação com a possível realização de um movimento extremista pelos comunistas, sempre mencionando que estava alertando seus aliados sobre essa possibilidade. [VARGAS, 1995, pp. 398 a 400]

²³²*Jornal do Brasil*, 28/06/1935, p. 11.

²³³*Correio da Manhã*. 28/06/1935, “As atividades do extremismo”, p.1.

Tendo como referência os registros em seu diário, é possível perceber que, em quase um ano de governo constitucional, esse era o momento em que o presidente mais demonstrou preocupação sobre uma possível revolta comunista no país. No dia 30 de junho, em palestra na sede do Instituto dos Trabalhadores Marítimos, Vargas mais uma vez destinou bastante tempo para criticar o extremismo. O *Correio da Manhã* publicou a fala presidencial, que ameaçou o uso da violência contra seus adversários:

Getúlio começou dizendo de sua simpatia pelas classes operárias, lembrando as diversas leis sociais promulgadas pela Revolução como sejam, entre outras, a das 8 horas, a dos dois terços, criação de juntas de conciliação e comissões de julgamento, regulamentação do trabalho na indústria, etc. Assegurou que tudo isso fora feito espontaneamente, sem pedidos e sem pressão, pela própria consciência do poder público. Em seguida passou a se referir a elementos extremistas que imiscuem nos meios operários disseminando ideias subversivas, contra o regimen [sic] vigente no país, a segurança e moralidade da família e a unidade nacional. Contra esses, disse o presidente, o governo está aparelhado a agir com a energia que for necessária, indo mesmo à violência se assim for preciso. (...) Terminou conclamando o operariado a fazer suas reivindicações dentro da ordem e das leis em vigor.²³⁴

É interessante observar como as leis trabalhistas já são colocadas como dádivas do Poder Executivo, como se os trabalhadores não tivessem um longo passado de lutas reivindicatórias. O presidente ainda aconselha o operariado a atuar dentro da ordem em respeito a tudo isso que o governo lhes teria dado “espontaneamente”.

Vargas, com tais declarações ao *Correio da Manhã*, fez o mesmo que Muller fizera ao conversar com os jornalistas do *Jornal do Brasil* e que muitos outros aliados do governo fariam: realizar um constante e eficaz trabalho junto à imprensa para justificar o recrudescimento da repressão aos trabalhadores, sob a justificativa de combate a extremismos, entendidos estes como as atividades ligadas ao comunismo e à Aliança Nacional Libertadora.

Em relação à ANL, o jornalista Roberto Marinho chegou a discutir publicamente com Herculino Cascardo. Marinho iniciou a polêmica, ao fazer menção que o apoio dado por Luís Carlos Prestes à Aliança Nacional Libertadora a tornava uma organização de caráter comunista, afirmação que foi imediatamente contestada por Cascardo, fundador e um dos principais líderes aliancistas. Em nota lançada aos jornais, declara:

²³⁴*Correio da Manhã*, 30/06/1935, p. 1, “O senhor Getúlio Vargas falou contra o extremismo”.

Como oficial da Marinha brasileira, desafio o senhor Roberto Marinho para que venha, de público, provar que eu sou comunista, ou que a Aliança Nacional Libertadora obedeça a planos comunistas. Desafio-o, imediatamente, que prove isso, por meios legais ou não. (...) *O Globo* está a soldo dos estrangeiros e industriais, integralistas ou não.²³⁵

Em resposta, Roberto Marinho, em tom irônico, escreve que não era o jornal *O Globo*, fundado por seu pai,²³⁶ que estava acusando a ANL de ser comunista, mas sim os fatos que levavam a essa conclusão óbvia:

(...) o senhor Luís Carlos Prestes é comunista, desassombrosamente confesso; o senhor Luís Carlos Prestes foi declarado presidente de honra da ANL; a ANL e seus dirigentes sabem publicamente que o senhor Luís Carlos Prestes é membro do Partido Comunista; os dirigentes da ALN recebem, por escrito, as aspirações do senhor Luís Carlos Prestes, chefe comunista; como se vê, é o senhor Luís Carlos Prestes, e não ‘O Globo’, que se encarrega de propagar seja a Aliança Nacional Libertadora um movimento comunista.²³⁷

O general gaúcho Pargas Rodrigues, um dos mais contundentes críticos da Aliança Nacional Libertadora, também fez coro à enxurrada de declarações públicas contra aquele movimento: “Pelo que tenho lido, não a julgo diferente do comunismo”.²³⁸ Portanto, é absolutamente claro que o aumento da repressão, particularmente à Aliança Nacional Libertadora e às reuniões sindicais, acontece de forma concomitante com o aumento de declarações públicas que endossam essas ações. A “coordenação da imprensa”, que Vargas julgou ter faltado na questão do veto ao aumento salarial dos funcionários públicos civis, dessa vez foi muito bem feita.

Na Câmara dos Deputados, a oposição, absolutamente atenta aos acontecimentos que se seguiam, criticou a ação contra sindicatos e trabalhadores, mais uma vez repetindo que Vargas estava traindo os princípios da Aliança Liberal. Alves Palma (PRP/SP) definiu assim a situação de momento do governo Vargas:

É um retrocesso à influência pessoal (...), à tirania da vontade unilateral (...), à caudilhagem desenfreada e amorfa. (...) Getúlio Vargas, escarnecendo-se da pátria, e desmentindo os postulados da Aliança Liberal, consegue desvirtuá-los elegendo a si mesmo Presidente da República e patrocinando a eleição de seus interventores para

²³⁵ *Correio da Manhã*. 28/06/1935, “As atividades do extremismo”, p.1.

²³⁶ *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho, em 1925.

²³⁷ Id. Ibid.

²³⁸ Id. Ibid.

governadores nos estados. (...) Exila seus adversários e os incompatibiliza para o mandato, com a cassação de seus direitos políticos. (...) Amordaça a imprensa, criando a Lei de Segurança Nacional, que é o [estado de] sítio permanente e retrocede aos poderes discricionários, sob as aparências da legalidade.²³⁹

Mas as críticas não impediram a continuação das ações de Muller nas ruas, que repercutiam diariamente nos jornais. É importante perceber que essa escalada repressora acontecia nas semanas que antecediam o importante dia de 5 de julho de 1935, quando seria comemorado o aniversário de 13 anos do movimento tenentista dos 18 do Forte de Copacabana. Sindicatos do país inteiro planejavam comemorações e havia também uma ameaça de greve geral.²⁴⁰

Temeroso, o governo tentou uma solução preventiva, impedindo que fosse realizada qualquer manifestação em área livre, chegando o Chefe de Polícia do Distrito Federal a baixar uma portaria dando ciência da decisão:

O chefe de polícia baixou a seguinte portaria: “Afim de evitar agitações, esta chefia não permitirá, durante o dia de amanhã (5) manifestação alguma em praça pública, permitindo, entretanto, reuniões em recintos fechados, mediante prévia autorização da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Publique-se. O chefe de polícia, Filinto Muller”²⁴¹

Apesar das palavras de Filinto Muller, as manifestações de 5 de julho aconteceram e a repressão foi dura, mesmo em relação aos eventos em ambientes fechados, que, à princípio, seriam permitidos. Dezenas de trabalhadores foram presos durante reuniões sindicais, provocando o protesto veemente de diversas associações de classe.

O sindicato dos bancários lançou uma nota curta aos jornais denunciando que estava sendo “desrespeitado o direito sindical”. O *Correio da Manhã* colocou em primeira página uma manchete anunciando que foram “varejados pela polícia diversos pontos e efetuadas diversas prisões”, mas que nada foi visto de “anormal”, concluindo que tais prisões foram executadas em caráter “preventivo”.²⁴²

Os deputados José Augusto (Partido Progressista / RN), vice-líder da oposição, Domingos Velasco (Partido Social Republicano / GO) e Adalberto Camargo (classista/empregados do comércio) lamentaram que o governo tivesse prendido trabalhadores

²³⁹ Diário do Poder Legislativo. 49ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 01/07/1935, p. 1838-1840.

²⁴⁰ *Correio da Manhã*, 28/06/1935, p. 1, “As atividades do extremismo”.

²⁴¹ *Correio da Manhã*, 05/07/1935, p. 1.

²⁴² *Correio da Manhã*. 06/07/1935, p. 1.

sem nota de culpa, somente por entender que pudessem oferecer alguma ameaça à ordem pública. Levantaram-se contundentemente contra tais prisões, que consideravam ilegais. Camargo se referiu aos fatos como uma “violência inqualificável” e abandonou a sessão para se dirigir imediatamente à delegacia de polícia a fim de conseguir a libertação dos bancários. Aliás, uma empreitada na qual obteve êxito:

Senhor presidente, ontem, após ter entregue a vossa excelência um requerimento solicitando informações ao senhor ministro da Justiça sobre os motivos determinantes da violência injustificável levada a efeito anteontem à noite, na sede do Sindicato Brasileiro de Bancários, e conseqüente detenção de cerca de cinquenta bancários, inclusive senhoras e senhoritas, fui obrigado a ausentar-me para poder agir, no intuito de poder conseguir a libertação de meus companheiros.²⁴³

Na ocasião desse discurso de Camargo, Henrique Dodsworth aproveitou para cobrar o deputado classista que ele e sua bancada tivessem uma posição mais enérgica contra o governo Vargas. É interessante perceber que essa cobrança de Dodsworth corrobora a percepção que temos de que, na nova legislatura, os representantes classistas dos empregados não exerciam uma oposição combatente. Pelo contrário, quase sempre votavam ao lado do governo, o que certamente não aconteceu por casualidade. O deputado carioca relembrou o veto de Vargas ao aumento dos funcionários públicos civis, que obteve o apoio de Camargo na ocasião, criticando que o deputado levantasse sua voz de protesto somente agora, deixando de atuar em defesa do interesse dos trabalhadores em oportunidades passadas:

Nós aqui [da minoria] defendemos a classe dos bancários, mas V. Ex. não prestou seu apoio, nem deu seu voto, no plenário ou na Comissão de Finanças, ao projeto de aumento de vencimentos dos funcionários públicos (...). Seu protesto é platônico (...). E digo que é platônico, porque V. Ex. apoia o governo.²⁴⁴

Camargo procurou não polemizar com o deputado carioca e declarou que seu apoio ao governo não era incondicional. Porém, esse curto enfrentamento entre os dois é uma pista para percebermos o quanto a nova legislatura estava diferente da anterior: a minoria mais incisiva e combatente, a ponto de cobrar tal postura dos classistas, enquanto estes, sem a reeleição da bancada proletária, evitavam ao máximo entrar em conflito com o governo. Prova de que o Ministério do Trabalho conseguiu, com êxito, manejar as eleições classistas de modo

²⁴³ Diário do Poder Legislativo. 54ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/07/1935, p. 2057.

²⁴⁴ Id. Ibid.

a ceifar da disputa os candidatos mais radicais.

Embora as ações policiais contra os sindicatos tomassem grande vulto, o presidente não parecia plenamente contente com a aplicação da Lei de Segurança Nacional (LSN), pois anotou em seu diário que havia a necessidade de uma emenda constitucional que facilitasse ainda mais a repressão contra o comunismo e contra ações desenvolvidas pelos sindicatos:

Recebo a bancada do Rio Grande do Sul. Tratamos vários assuntos, principalmente da campanha de repressão contra o extremismo e da necessidade de uma lei ou mesmo uma emenda à Constituição. [VARGAS, 1995, p. 401].

A intenção do presidente era fortalecer seu poder de ação contra a oposição, nas ruas, nos quartéis e, não menos importante, na Câmara dos Deputados. A bancada de seu estado, com destaque para o líder do Partido Republicano Liberal, João Carlos Machado, seria essencial para, junto com a bancada do Partido Constitucionalista de São Paulo e o Partido Progressista Mineiro, dar o apoio necessário à aprovação das medidas necessárias para esse fim.

Enquanto isso, Vargas buscava na sociedade todo e qualquer tipo de apoio contra o extremismo, que passa a se tornar, cada vez mais, sinônimo de comunismo. No dia 7 de julho de 1935, almoçou com banqueiros, industriais e comerciantes na casa de Guilherme Guinle, importante homem de negócios da época, e registrou em seu diário que o assunto em pauta foi dar-lhes ciência de um “plano comunista para a América do Sul e, especialmente, para o Brasil”. [VARGAS, 1995, 402-403] O encontro demonstra o quanto o presidente estava engajado no combate ao extremismo e indica a busca de apoio junto a investidores e empresários para combater os “sindicatos comunistas”.

5) A oposição contra o fechamento da ANL

Em meio a essa onda repressiva contra os movimentos sociais, principalmente em resposta aos protestos e manifestações de 5 de julho, há que se destacar a ação do governo que mais teve repercussão: o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, consumado poucos dias após as referidas manifestações.

A ANL havia não só apoiado publicamente as eventos de 5 de julho, como também havia realizado uma grande reunião nesse dia [FIG. 13]. Nela, o jovem Carlos Lacerda leu um manifesto escrito por Luís Carlos Prestes, criticando duramente o presidente Vargas e propondo uma revolução para tomar o poder. O manifesto é longo e se estende por várias

páginas, examinando os problemas sociais e econômicos do país. Todos, no geral, seriam resultantes de governos violentos – ditatoriais mesmo, a serviço de potências estrangeiras. Optamos por selecionar curtos trechos que demonstram a intenção de Prestes em definir a ANL como a herdeira de lutas políticas anteriores, principalmente dos movimentos tenentistas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes de 1926. Os integralistas e o governo Vargas são acusados de inimigos da pátria e, por fim, conclama-se a população à luta em busca de um “governo popular”. O trecho é longo, mas essencial para compreendermos o teor do manifesto:

A todo povo do Brasil!

Aos aliancistas de todo o Brasil! 5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. Troam os canhões de Copacabana. Tombam os heróis companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se, com Joaquim Távora, os soldados de São Paulo e, durante 20 dias é a cidade operária barbaramente bombardeada pelos generais a serviço de [Artur] Bernardes! Depois...A retirada. A luta heroica nos sertões do Paraná! Os levantes do Rio Grande do Sul! A marcha da coluna pelo interior de todo o país, despertando a população dos mais ínvios sertões, para a luta contra os tiranos, que vão vendendo o Brasil ao capital estrangeiro(...).

A Aliança Nacional Libertadora é hoje constituída pela massa de milhões que continua as lutas de ontem! A Aliança Nacional Libertadora é hoje a continuadora dos combates que, pela libertação do Brasil, do jugo imperialista, iniciaram (...) milhares de soldados, operários e camponeses em todo o Brasil. Somos herdeiros das melhores tradições revolucionárias de nosso povo e é, recordando a memória de nossos heróis, que marchamos para a luta e para a vitória!(...)

O duelo está travado. Os dois campos se definem, cada vez com maior clareza para as massas. De um lado, os que querem consolidar no Brasil as mais brutais ditaduras fascistas, liquidar os últimos direitos democráticos do povo e acabar a venda e a escravização do país ao capital estrangeiro. Desse modo - o integralismo, como brigada de choque terrorista da reação. De outro, todos os que nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora querem defender de todas as maneiras a liberdade nacional do Brasil, pão, terra e liberdade para seu povo. A luta não é, pois, entre dois "extremismos" como querem fazer constar os hipócritas defensores de uma "liberal democracia" que nunca existiu e que o povo só conhece através das ditaduras sanguinárias de Epitácio Pessoa, Washington Luís e Getúlio Vargas. A luta está travada entre os libertadores do Brasil, de um lado, e os traidores, a serviço do imperialismo, do outro.(...)

Brasileiros! Todos vós que estais unidos pela ideia, pelo sofrimento e pela humilhação de todo Brasil! Organizai o vosso ódio contra os dominadores transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução brasileira! Vós que nada tendes para perder, e a riqueza imensa de todo Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil da guerra do imperialismo e dos seus lacaios! Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário.

Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!²⁴⁵

Ao tomar conhecimento desse manifesto, Vargas voltou a se reunir com o chefe de polícia Filinto Muller, o líder da maioria Raul Fernandes e o ministro da Justiça Vicente Rao,

²⁴⁵ O manifesto poder ser lido na íntegra em: <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm>. Não o reproduzimos aqui porque o que nos interessa não é exatamente seu programa, mas o significado e as consequências de seu fechamento.

dessa vez para tratar do fechamento da ANL [VARGAS, 1995, p. 403, 08/07/1935]. Os quatro entendiam que o documento infringia a LSN ao pregar a subversão da ordem legal instituída e que havia uma real ameaça ao governo.

Na Câmara, Otávio da Silveira (candidato avulso / PR) entregou o manifesto de Prestes para ser publicado nos anais, tornando público o texto que, até então, só havia sido divulgado no evento da ANL. Ele e Abguar Bastos (Partido Liberal / PA), ligados diretamente à ANL,²⁴⁶ fizeram questão de defender o programa nacionalista e anti-integralista da organização, buscando mais adesões ao movimento. Ao mesmo tempo, tentaram atenuar a força das palavras que o “cavaleiro da esperança” proferira contra o governo, antevendo as possíveis medidas que Vargas poderia tomar contra a Aliança. Essa tentativa não obteve êxito, pois o governo levou adiante seus planos.

Em 11 de julho de 1935, a ANL foi fechada pela polícia [FIG. 14]. Diversas autoridades governamentais trataram que trabalhar para conseguir o apoio da opinião pública às medidas tomadas por Vargas. Muitas foram à imprensa e apresentaram a ANL como um perigoso núcleo comunista que estaria diretamente ligado à Moscou, com intuito de implementar um governo comunista no Brasil. Filinto Muller, em entrevista ao *Correio da Manhã*, disse que a América do Sul, naquele momento, era o “centro das agitações comunistas”, sendo o Brasil o país preferido pelos soviéticos no continente [FIG. 15]. O chefe de polícia confirmou que as autoridades policiais tinham vários documentos que provavam tal afirmativa e que vinha acompanhando as atividades do PC russo e seu diálogo com líderes vermelhos brasileiros:

O Partido Comunista, dada a situação atual da Rússia, que se vê apertada entre duas potências – a Alemanha nazista e o Japão –, entendeu oportuno não mais desdobrar as suas atividades máximas na Europa, mas deslocar, como medida necessária e imediata, o centro das agitações comunistas para a América do Sul. E, na América do Sul, o país visado e escolhido, de preferência, pelos chefes do comunismo, para implantação e futura irradiação de suas doutrinas, foi o Brasil. A polícia vem acompanhando, há muito tempo, essa atividade extremista entre nós, e tem obtido, como melhores e mais seguras fontes de informações, as próprias diretrizes do C. C. (Comitê Central) para o Partido Comunista Brasileiro.²⁴⁷

²⁴⁶ Os dois deputados, após a confirmação do fechamento da ANL, fundaram a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, movimento de projeção nacional, em 22 de agosto de 1935, para dar seguimento à ação da ANL, mas que não alcançou o mesmo êxito da Aliança Nacional Libertadora.

²⁴⁷ *Correio da Manhã*, 12/07/1935, p. 1.

Assim, o governo, pela imprensa, procurava criar um ambiente propício à repressão. Não é possível confirmar as declarações de Muller com base em documentos, pois o governo nunca os divulgou, sob a justificativa de que a investigação tinha que permanecer sob sigilo. Mas é bastante provável que o contato existente entre Moscou e os brasileiros estivesse sendo superdimensionado como forma de justificar a prisão dos adversários do governo. E o manifesto de Luís Carlos Prestes, lido na reunião da ANL, ofereceu uma justificativa crível para legitimar a ação policial sobre a organização.

Em depoimento quase sessenta anos depois, revisado e publicado por sua filha Anita Leocádia Prestes,²⁴⁸ Luís Carlos Prestes reconheceu suas falhas na escrita do manifesto de 5 de julho de 1935. Disse que deveria ter se atido somente ao combate ao integralismo, movimento que tinha muitos adversários que poderiam vir a aderir à ANL para combatê-lo. O líder comunista admitiu que o convite à revolução acabou por afastar camadas da população que eram contra as ideias de Plínio Salgado, mas que se assustaram com a radicalização ideológica proposta na reunião de 5 de julho:

(...) no meu Manifesto de 5 de julho de 1935, havia um erro, que hoje eu reconheço: para enfrentar o programa que os integralistas apresentavam, os comunistas deviam apresentar seus objetivos programáticos, mas isto não bastava; dever-se-ia elaborar também e apresentar a nossa tática para aquele momento. Mas, para nós próprios, não estava clara qual deveria ser a tática a aplicar naquele momento. E isto ficou refletido no meu Manifesto. Hoje estou convencido de que a nossa tática deveria ser de luta contra fascistização do país, embora o programa fosse de acabar com a dominação imperialista, de não pagar a dívida externa e liquidar com o latifúndio. Estes eram os objetivos estratégicos, mas, de imediato, a luta deveria ser exclusivamente antifascista. Se adotássemos esta tática, amplos setores, que eram antifascistas, mas não concordavam com a liquidação do latifúndio ou com a luta anti-imperialista, poderiam participar dessa primeira etapa, numa etapa ainda tática do processo revolucionário. (...) Foram, assim, cometidos erros na aplicação do marxismo à realidade brasileira. Mas só se aprende errando, e só não erra quem não faz nada. E este é o pior dos erros. [PRESTES, 1991, p. 89-90]

Na Câmara, a oposição exerceu um papel muito importante no intuito de resistir ao fechamento da ANL e combater a repressão governamental aos movimentos sociais. Esse ponto tem que ser ressaltado: o debate foi duro, houve resistência e a Aliança Nacional Libertadora foi amplamente defendida em plenário pelos deputados antigetulistas.

²⁴⁸ Luís Carlos Prestes participou do colóquio “Centenário da Proclamação da República”, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1989. Deu seu depoimento sobre fatos que o envolveram durante o período em que Vargas governou o Brasil. Sua fala foi revisada e publicada pela sua filha Anita Leocádia Prestes em 1991, cerca de um ano depois do falecimento do “Cavaleiro da Esperança”. Vale ressaltar que tal declaração sobre a ANL talvez tenha sido a última fala pública de Prestes sobre a questão.

Mais uma vez foram Abguar Bastos e Otávio da Silveira os que mais se destacaram, apresentando um requerimento para que o governo explicasse detalhadamente as razões do fechamento da Aliança. Desejava-se saber o porque o mesmo tratamento não ser aplicado à Ação Integralista Brasileira e questionava-se se os funcionários públicos que se declararam abertamente integralistas não estariam violando a LSN, visto que as ideias do integralismo também atentavam contra o sistema democrático da Constituição. ²⁴⁹Abguar Bastos, na qualidade de um dos fundadores da ANL, foi o mais contundente na defesa da organização:

Já no próprio programa da Aliança estava já observado que ela seria uma frente única de partidos e de ideias em torno de um programa comum. Se ela aceitava no seu programa a atuação de diversas correntes; se aceitava a coadjuvação do Partido Socialista; se admitia a cooperação do Partido Comunista, dos partidos liberais e dos elementos que, não sendo socialistas, nem liberais, se classificam como democratas puros, se ela aceitava o complexo de contribuição de partidos e de ideias, por que se lhe atirar a pecha de comunista, quando também dela fazem parte socialistas, democratas, liberais e, até, clérigos?! ²⁵⁰

A voz da oposição na Câmara a cada dia se tornava mais incisiva para denunciar a implementação de uma provável ditadura no Brasil. No mesmo discurso, Bastos procurou alertar seus colegas deputados para o aumento da repressão levada à cabo pelo governo e apelou para que a Câmara se unisse para impedir o fortalecimento do poder presidencial:

(...) o fechamento da Aliança Nacional Libertadora e os fatos que nessas últimas 48 horas tem trazido em expectativa toda a população do Brasil, não passa de um plano que está sendo eficientemente elaborado pelo governo (...) para calmamente, entre a frugalidade dos alimentos e o veneno dos vinhos, melhor planejar o golpe de Estado que há muitos meses se encontra latente nas elucubrações do senhor presidente da República. O que se planeja não é, propriamente, esmagar ou trancar a ferros a Aliança Nacional Libertadora, mas trancar e levar a ferros a própria democracia liberal brasileira. O que se pretende é estrangular a voz dos representantes independentes do povo, dentro desta Casa. (...) Em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, em toda parte, as massas se levantam em protesto e são abatidas pela polícia (...), para que amanhã [o Governo], desferindo seu golpe de Estado, possa implantar uma ditadura fascista no Brasil". ²⁵¹

²⁴⁹ Diário do Poder Legislativo. 62ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/07/1935, p. 2379.

²⁵⁰ Diário do Poder Legislativo. 62ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/07/1935, p. 2384.

²⁵¹ Diário do Poder Legislativo. 62ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/07/1935, p. 2687.

Foi grande o impacto desse discurso, no qual o orador foi aparteado várias vezes por deputados governistas, como o gaúcho João Carlos Machado e o amazonense Ribeiro Júnior, que se mostravam indignados com as acusações do deputado paraense. De outro lado, Domingos Velasco e Otávio Silveira permaneciam inequivocamente prestando apoio às palavras de Bastos, que exaltava os ânimos da oposição, em defesa da ANL e em críticas ao governo Vargas.

Mas faltava o discurso mais esperado, que era o de João Neves da Fontoura. Na qualidade de líder da minoria, era ele o responsável por dar um caráter oficial ao posicionamento da oposição em relação ao fechamento da ANL. De fato, o líder acabou por prestar apoio incondicional a Abguar Bastos e Otávio da Silveira. Além disso, exigiu provas concretas de que a Aliança ameaçasse a ordem constituída. Ele questionou se seria correto fechar a ANL com base somente no manifesto de Prestes. Declarou que tinha uma “profunda descrença na palavra oficial, tantas vezes desmentida pelos fatos”²⁵² e reclamou que a maioria tivesse rejeitado um requerimento assinado por deputados da oposição que cobravam a presença do ministro da Justiça na Câmara para explicar detalhadamente os motivos do fechamento daquela organização:

Para nós, como para a opinião publica, a premissa oficial entesta com o programa da Aliança. Este não é comunista. E isso mesmo reconhece a policia. (...) Se é o próprio governo quem diz haver na hipótese em debate um sentido claro e outro oculto na propaganda aliancista, os nossos próprios contraditores terão de reconhecer que o nosso pronunciamento está subordinado no exame das provas, para verificarmos onde termina a clandestinidade dos intuitos e onde começa a sinceridade dos programas. Ninguém nos arrancará, a pretexto de defesa da ordem social, uma sentença condenatória baseada no ouvir dizer. Juízes políticos no grande sentido do termo, só decidiremos pelo alegado e provado.²⁵³

No final do discurso, chamou a oposição para a batalha política: “o governo é reacionário confesso. Somos nós os defensores da pureza democrática, no seu alto e verdadeiro sentido. A luta está travada”.²⁵⁴ O posicionamento de João Neves foi importante, visto que representou a união de uma oposição moderada com grupos mais radicais, formando uma frente anti-Vargas. Dessa forma, se por um lado o fechamento da Aliança significou um

²⁵² Diário do Poder Legislativo. 63ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/07/1935, p. 2405.

²⁵³ Id. Ibid.

²⁵⁴ Diário do Poder Legislativo. 63ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/07/1935, p. 2408.

recrudescimento do autoritarismo do regime, por outro gerou uma reação violenta da oposição desaprovando os atos governo, acirrando a luta política entre governistas e opositoristas.

O líder da maioria, Raul Fernandes, como era de se esperar discursou imediatamente após o líder da oposição defendendo veementemente o governo. Disse que Prestes, ao pedir “todo o poder à Aliança Nacional Libertadora”, já feria a ordem constituída no país; e que a vinda do ministro da Justiça à Câmara para falar sobre o dossiê da ANL era perigosa, pois o sigilo do documento seria mais proveitoso para o sucesso do combate ao comunismo. Aliás, mesmo argumento defendido por Vargas, conforme anotações em seu diário: “Havendo conveniência entre os conspiradores políticos e os da Aliança Libertadora, seria até perigoso fornecer-lhes provas que serviriam para a denúncia.” [Vargas, 1995, p. 405, dia 15/07/1935].

Os ataques ao autoritarismo varguista foram tão contundentes que Fernandes se viu forçado a fazer um longo libelo de defesa do governo Vargas, lembrando que o presidente havia redemocratizado o país, e que o governo estava apenas cumprindo a Constituição e defendendo as instituições do país contra os subversores:

O nobre deputado pelo Rio Grande do Sul mais uma vez fez baixar, das alturas desta tribuna, a mais elevada do Brasil, os raios da sua eloquência vingadora contra o honrado Sr. Presidente da República, acusado, contraditoriamente, de ter sido propugnador dos avanços consideráveis na democracia e de agora estar reprimindo movimentos que S. Ex. qualificou como enquadrados dentro da democracia. (...) Não compreendo esta arguição, porque o governo não está fazendo teoria do Direito Público. O governo não está propondo um tratado no qual fixe uma concepção da democracia. O governo diz que lhe cumpre defender as instituições, tais como estão organizadas. Na Constituição, elas se acham fixadas. Delas não poderíamos variar senão dentro da Carta Fundamental, pelos métodos pacíficos. Toda vez que um partido político, ou um partido que não é político - pior ainda, de ação puramente social - se arvora em arauto de uma nova forma de democracia, que, no fundo, não é senão despotismo, e quer promover o advento desse regime por meios não constitucionais, o governo cumpre sua elementar obrigação, dizendo: sou forçado a reagir, porque este é o meu primeiro dever.²⁵⁵

Como é possível perceber, Fernandes cumpria seu papel de defensor do governo, procurando “virar o jogo” a favor do presidente: colocava a ANL no papel de ameaçadora da democracia, que, por sua vez, existiria no Brasil graças a Vargas, responsável pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. Logo, o deputado fluminense dizia exatamente o contrário da oposição, que afirmava ser a ANL um movimento democrático que estava sendo solapado por um governo autoritário e intolerante.

²⁵⁵ Id. Ibid.

O deputado Ribeiro Júnior (Aliança Trabalhista Liberal / AM) foi outro grande defensor das ações da polícia contra o comunismo. Por diversas vezes ironizou o deputado Abguar Bastos e acusou Prestes. Em determinada ocasião, levantou dúvidas sobre a idoneidade deste último, afirmando que o líder comunista teria recebido dinheiro do governo gaúcho para ajudar na Revolução de 1930, mas acabou não a apoiando e não prestando contas da quantia recebida. Nesse momento, Domingos Velasco (Partido Social Republicano / GO) interviu e defendeu Prestes incisivamente, recebendo aplausos gerais no plenário, o que demonstra que o “cavaleiro da esperança” tinha prestígio ao menos junto a parte dos deputados.²⁵⁶

O mesmo Ribeiro Júnior discutiu, alguns dias depois, com Otávio da Silveira. Disse que havia uma forte ligação entre a ANL e Moscou e, em seguida, leu um trecho do jornal *A Classe Operária*, que atribuía à ANL a “missão de suprema regedora do movimento comunista”. Ironizou os comunistas, chegando a criticar até os erros gramaticais e o excesso de “etc” usados no jornal. Ao ler, no mesmo periódico, a convocação de “conferências camponesas” pela ANL, tornou a usar de ironia e sarcasmo:

Eis, senhor presidente, um dos pontos do programa da Aliança Nacional Libertadora que teria grande empenho e máximo prazer em ver realizado, porque sinceramente nunca imaginei que, em nosso Brasil, os camponeses já soubessem fazer conferências filosóficas (risos).²⁵⁷

As palavras do deputado geraram violentas manifestações de desagrado nas galerias, o que forçou a interrupção de seu discurso e fez com que o presidente da Câmara, Antônio Carlos, fizesse reiterados pedidos de ordem no recinto a fim de que o deputado pudesse finalizar sua fala.²⁵⁸

Assim como Ribeiro Júnior e Raul Fernandes, outros importantes aliados do presidente também pediram a palavra para falar a favor de Vargas. Os gaúchos se expressaram através da voz de Adalberto Corrêa (Partido Republicano Liberal / RS), que criticou a oposição por se colocar contra o governo em um momento que, segundo ele, o Brasil vivia sob a ameaça de movimentos extremistas.

²⁵⁶ Diário do Poder Legislativo. 62ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/07/1935, p. 2384.

²⁵⁷ Diário do Poder Legislativo. 66ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 22/07/1935, p. 2578.

²⁵⁸ Id. Ibid.

Cardoso de Melo Neto, em nome da maioria paulista, foi outro a defender o fechamento da ANL.²⁵⁹ Aliás, mais uma vez merece destaque o apoio quase irrestrito de São Paulo ao presidente. A aliança entre o Partido Constitucionalista (PCSP) e o governo federal, mais uma vez, mereceu críticas do Partido Republicano Paulista (PRP). O deputado Macedo Bittencourt (PRP) fez um discurso em que questionava os rumos do movimento de 1930 e o posicionamento dos membros do PCSP. Ele leu um trecho de *O Estado de São Paulo*, considerado a “voz de Vargas” e do PCSP naquele estado. Segundo o jornal, apesar de Vargas não ter tratado São Paulo sempre “da forma que merecia”, depois da revolta de 1932 o relacionamento com os paulistas teria “mudado radicalmente” e o presidente passara a atender às reivindicações da terra bandeirante.²⁶⁰ O periódico terminava afirmando que os paulistas seriam “doidos” se combatessem “um governo que está fazendo a ‘nossa’ política”.

Bittencourt lamentou, declarando que muitos de seus conterrâneos haviam “se entregado ao governo federal por muito pouco”.²⁶¹ Moraes de Andrade (PCSP) o aparteu e os dois discutiram asperamente, levando vários outros deputados a intervir. Ou seja, a sessão legislativa do dia 20 de julho de 1935 virou um verdadeiro embate entre paulistas. O posicionamento dos deputados bandeirantes frente ao governo Vargas se estendeu por horas, com Andrade defendendo o presidente e, principalmente, justificando o apoio do Partido Constitucionalista ao governo, enquanto Bittencourt atacava o presidente e a maioria paulista. A discussão tomou tamanho vulto que o presidente da Câmara, Antônio Carlos de Andrada (Partido Progressista / MG) foi obrigado a suspender a sessão por duas vezes.²⁶²

O discurso do deputado Macedo Bittencourt demonstra a insatisfação do PRP em ver que a maioria dos deputados paulistas, que tanto combateram Vargas em 1932, a ponto de deflagrarem a Revolução Constitucionalista, mudou radicalmente, fazendo de São Paulo um dos principais – senão o mais importante – sustentáculos do governo federal, a partir de julho de 1934. O marco foi a posse de Vicente Ráo, do Partido Constitucionalista, como Ministro da Justiça. A partir de então a bancada desse partido passou a prestar apoio incondicional ao presidente da República e foi a principal responsável pela articulação política que tornou possível a aprovação da Lei de Segurança Nacional, fatos esses rememorados por Bittencourt:

²⁵⁹ Id. Ibid.

²⁶⁰ Entre as reivindicações atendidas por Vargas, citadas pelo jornal estavam a reconstitucionalização do país, a indicação de um paulista para a intervenção do estado – Armando de Salles Oliveira – e a escolha de dois paulistas para importantes ministérios: Vicente Ráo para a pasta da Justiça e Macedo Soares para a de Relações Exteriores.

²⁶¹ Diário do Poder Legislativo. 65ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/07/1935, p. 2481-84.

²⁶² Id. Ibid.

(...) a “Chapa Única por S. Paulo Unido”, constituída pela maioria hoje filiada ao Partido Constitucionalista, em 18 de julho de 1934, dois anos depois da Revolução Paulista e apenas há um ano atrás, repudiava o nome do sr. Getúlio Vargas, sufragando neste mesmo recinto o nome respeitável do ilustre deputado sr. Borges de Medeiros para a investidura presidencial. (...)

Mutatis mutandi temos que a política do Sr. Getúlio Vargas já se acha afinada pela de São Paulo, pelos interesses e pelas tradições paulistas irretorquivelmente isso se dá apenas há um ano, na fase constitucional de seu governo, só depois que obteve de São Paulo dois ministros para com eles poder atirar á face de nossa terra mais esse insulto de uma coparticipação de São Paulo com S. Ex. na desgraça quase irremediável do país (...)

Há a Lei de Segurança Nacional, também conhecida pelo nome de Lei Ráo, há o nobre deputado Sr. Cardoso de Mello Netto, ilustre líder do Partido Constitucionalista de S. Paulo a sustentar o apoio de seu partido. (...) O combate ao comunismo foi entregue a São Paulo, pela Lei de Segurança Nacional, idealizada pelo sr. Vicente Ráo, pela sua defesa no Parlamento, feita pelo nobre Deputado paulista Sr. Henrique Bayma e, agora, com a solidariedade do Partido Constitucionalista de São Paulo. É com essa conquista absoluta de São Paulo, com o seu sorriso malicioso, Getúlio Vargas conta à nação que as massas reivindicadoras se avizinham. ²⁶³

O conflito entre São Paulo e Vargas, portanto, havia terminado em julho de 1934, assim que começou o Governo Constitucional. Os paulistas, representados pela força do Partido Constitucionalista de São Paulo, continuavam ao lado do presidente na repressão levada adiante pelo governo contra os movimentos sociais. Tal aliança despertava a ira do PRP, que não se cansava de revezar seus deputados na tribuna, que diariamente condenava a proximidade entre São Paulo e o presidente.

Merece nota o discurso de Souza Leão (PRP). Ele leu trechos de jornais e de transmissões de rádio datilografadas em 1932, à época da Revolução Constitucionalista, em que os mesmos homens que no momento apoiavam Vargas haviam desferido acusações e denúncias contra o presidente quando estavam na oposição. Leão citou uma declaração de Cardoso de Mello Neto (PC/SP) à rádio Sociedade Record criticando Vargas e falando sobre a “usurpação do poder por um grupo que não representa a nação”. O deputado perrepista disse que Mello Neto e outros mudaram de ideia, poucos anos depois, por interesses pessoais. ²⁶⁴

Fato é que o apoio de São Paulo a Vargas, desde o início do Governo Constitucional, estava sendo de fundamental importância para o governo, inclusive no debate acerca do fechamento da ANL. Enquanto as maiorias paulista, mineira e gaúcha defendiam o presidente na Câmara dos Deputados, apoiando a criminalização das manifestações contra o governo, nos jornais as entrevistas de Filinto Muller e de alguns generais justificavam a ação repressiva

²⁶³ Diário do Poder Legislativo. 65ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/07/1935, p. 2486-88.

²⁶⁴ Diário do Poder Legislativo. 111ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/09/1935, p. 4518.

nas ruas. Além disso, a divulgação quase diária de supostas provas sobre um plano da URSS para implementar o comunismo no Brasil preparou a opinião pública para o aumento da repressão aos movimentos sociais de esquerda.

Porém, ao mesmo tempo em que fortalecia seu controle sobre as manifestações de rua e agia nas sedes de sindicatos, o governo Vargas começou a enfrentar, a partir de agosto de 1935, a mais grave crise política desde a Revolução Constitucionalista de 1932, estando sob a ameaça real de, pela primeira vez, perder a maioria na Câmara e ter o futuro de seu projeto político ameaçado, como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 4: A grave crise do Governo Vargas

Em resumo: ou o Flores mantém-se ao lado da ordem e as oposições nada podem fazer, ou se unem sob a base das suas ambições, e teremos uma fase de combatividade e de lutas que podem ir até a desordem.

Getúlio Vargas, Diário, 21/11/1935.

Todo o período da legislatura que começa em maio de 1935 é crítico. É o momento político mais conturbado vivido por Vargas, desde o fim da Guerra Paulista de 1932. Entre maio e dezembro de 1935, houve uma série de crises, envolvendo ministros, governadores e parlamentares. As mais importantes bases de sustentação do presidente na Câmara dos Deputados foram abaladas, inclusive em seu estado natal.

Ao longo da nova legislatura a oposição se fortaleceu cada vez mais, mês a mês. Seu crescimento de dava na mesma proporção em que a maioria governista se desestabilizava em razão de problemas internos. É possível resumir a crise do governo em três momentos cruciais: em maio, uma contenda entre aliados do presidente termina com a saída do general Góis Monteiro do Ministério da Guerra; em agosto, mais um grande problema, dessa vez gerado pela interferência federal na eleição para governador do Estado do Rio; e, finalmente, o auge da crise acontece em novembro, quando o governo fica prestes a perder a maioria na Câmara dos Deputados, sendo derrotado em votações importantes na Casa. A situação toma aspectos tão graves que Vargas chega a ser pressionado a abandonar a presidência da República.

Tudo isso acontece em um cenário político de radicalização e enfrentamento: Ação Integralista Brasileira, de um lado, e Aliança Nacional Libertadora, de outro. A chamada Intentona Comunista, em final de novembro, é a materialização dos anseios da ANL em tentar depor Vargas e chegar ao poder. A crise do governo tornou o momento oportuno para o golpe, mas não houve sucesso.

O fracasso dos levantes acabou tendo efeito contrário, terminando por fortalecer Vargas e garantir a sua continuidade. O governo fez uso de um discurso nacionalista, salvacionista e unitário, criando uma comoção nacional em torno do combate ao comunismo. E a imprensa teve papel fundamental para tal, pois chancelou o discurso oficial. Em tais circunstâncias, grande parte da população se colocou contrária ao movimento insurrecional e aderiu à ideia de combater e punir os envolvidos nos levantes. Quem porventura não concordou, manteve-se calado com medo de ser perseguido ou acusado de colaborar com as tentativas de golpe.

Este capítulo se debruçará sobre esse momento difícil vivido pelo governo, analisando todo o desenrolar da crise até a sua solução. Novamente nos deteremos somente à análise da Câmara dos Deputados, embora ela já tivesse a companhia do Senado Federal desde maio de 1935, quando tomaram posse os vitoriosos nas eleições de outubro de 1934.

1- Flores da Cunha e a renúncia de Góis Monteiro: o início da crise

A demora da Câmara dos Deputados para votar o reajuste dos militares, como vimos, causou muitos problemas ao governo federal. Em razão disso, Vargas acabou perdendo um de seus homens fortes, o general Góis Monteiro, que pediu demissão do Ministério da Guerra.

O problema começou quando, no final de abril de 1935, oficiais da cidade gaúcha de Cachoeira do Sul interpelaram o ministro sobre o projeto de reajuste, que transitava na Câmara sem uma solução há semanas. Góis Monteiro se posicionou imediatamente a favor de uma punição aos interpeladores, considerando uma quebra de hierarquia os questionamentos advindos de subordinados. Assim, eles foram detidos administrativamente.²⁶⁵

Flores da Cunha [FIG. 16], interventor gaúcho e importante aliado de Vargas, contudo, defendeu os militares, entendendo a manifestação como legítima. Passou então a pressionar o presidente da República a fim de conseguir a liberdade dos oficiais. Diante de tal situação, Góis Monteiro entregou o cargo em 7 de maio de 1935. Ao *Diário da Noite*, limitou-se a dizer que pediu demissão porque “não poderia permitir a intromissão intolerável da política no seio do Exército”.²⁶⁶

Dáí em diante, as relações entre o agora ex-ministro da Guerra e o governador gaúcho pioraram muito.²⁶⁷ O problema para Vargas era que, além de ministro da Guerra, Góis Monteiro se destacava como figura essencial nas articulações políticas do Poder Executivo com o Exército, além de ser decisivo nas ações de combate ao comunismo dentro das Forças Armadas. Por outro lado, Flores da Cunha também tinha enorme importância política, sendo um elo fundamental entre o governo e o sul do país e um nome de trânsito crescente na política nacional.

O pedido de demissão do ministro da Guerra pegou de surpresa a Câmara dos Deputados. O general, de forma vaga, mencionou que políticos o estavam atrapalhando a desempenhar suas funções. O deputado oposicionista Bias Fortes (PRM) tentou aguçar a

²⁶⁵ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC- FGV. Verbetes Góis Monteiro.

²⁶⁶ *Diário da Noite*, 08/05/1935, p. 1.

²⁶⁷ Para mais informações, ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC – FGV. verbete Flores da Cunha.

crise, solicitando ao general que revelasse os nomes a que se referia, com claro intento de provocar mal estar entre os deputados da maioria:

Faz o general Góes Monteiro, como é praxe, grande acusação aos políticos brasileiros, e como a minoria parlamentar também constitui esse grupo político quer desde já lavar sua testada, mostrando não ter contribuído, de qualquer modo, para as agitações, perturbações ou indisciplinas verificadas no Exército. O que se depreende das palavras do sr. Ministro da Guerra é que os políticos que o perturbam não são os da minoria, mas sim os da própria maioria.²⁶⁸

Diante das pressões por mais detalhes sobre sua saída do governo, Góis Monteiro não fez mais segredo e confirmou as palavras do deputado: criticou publicamente Flores da Cunha, dizendo que ele colocava seus interesses pessoais acima dos do país e que fazia de tudo para ser o futuro presidente da República. Ou seja, em meados de 1935, observando-se esse debate, chama a atenção o fato de a dinâmica da política brasileira já estar se agitando em função das eleições presidenciais diretas que ocorreriam em 1938. John F. Dulles, estudioso do período, reforça o mesmo entendimento, considerando que o governador gaúcho agiu, a partir de meados de 1935, com o claro objetivo de preparar a sua chegada à presidência. Algo, vale lembrar, que Góis Monteiro pretendia, pois se apresentou como candidato às eleições indiretas de julho de 1934, quando a Assembleia Nacional Constituinte elegeu Getúlio Vargas como presidente constitucional.

Ao mesmo tempo em que vencida a contenda com Góis, Flores se preparava para a eleição presidencial de janeiro de 1938, construindo bases políticas em todos os estados em que podia fazê-lo. (...) A visita de Getúlio Vargas a Porto Alegre, em setembro de 1935, em nada contribuiu para melhorar as relações entre o presidente e o governador. Flores da Cunha, que trabalhava para ser o sucessor de Vargas, começou a sentir que este não desejava sucessor. [DULLES, 1967, p. 155]

Respondendo a Góis Monteiro, Francisco Flores da Cunha, senador e irmão do governador gaúcho, procurou desmenti-lo, negando qualquer intenção de seu irmão em relação à cadeira presidencial.²⁶⁹ Porém, a oposição, ainda no intuito de fomentar a crise, pediu, através do deputado José Augusto, vice-líder da minoria na Câmara, requerimento cobrando explicações oficiais ao governo federal sobre o ocorrido. Exaltado, o deputado governista Ribeiro Júnior eximiu o presidente de responsabilidade no caso, culpando Góis

²⁶⁸ Diário do Poder Legislativo. 4ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/05/1935, p. 206.

²⁶⁹ Diário do Poder Legislativo. 4ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/05/1935, p. 254.

Monteiro pelo problema. Ribeiro então afirmou, em plenário, que o ministro “sempre foi um fraco”. O bastante para que os deputados governistas se agitassem e trocassem argumentos contra e a favor do ex-ministro, o que satisfazia os intuítos da oposição de jogar os governistas uns contra os outros.²⁷⁰

Satisfeita com as declarações do general Góis, a oposição parlamentar procurou, estrategicamente, defendê-lo e responsabilizar Flores da Cunha por sua saída do ministério. Enquanto isso, a maioria, constrangida, agia com cuidado tentando, por um lado, não criticar o general que tanto havia colaborado com o Governo Vargas; e, por outro, procurando defender o governador gaúcho, eximindo-o de culpa. Quer dizer, ninguém era responsabilizado por uma crise política, já que, de fato, não existiria qualquer crise entre os aliados do presidente.

A situação de Vargas nesse conflito era difícil. Ele desejava a possibilidade de uma composição política entre governistas e oposicionistas no Rio Grande do Sul, em torno de Flores da Cunha. Daí a importância do governador gaúcho continuar sendo um aliado, pois um acordo político desse tipo no próprio estado natal do presidente poderia enfraquecer os oposicionistas na Câmara Deputados. Isso porque, havia grandes nomes do Rio Grande do Sul na oposição parlamentar a Vargas. Integrando a Frente Única Gaúcha (FUG) estavam, por exemplo, Batista Luzardo e Borges de Medeiros, além de João Neves da Fontoura, que era o líder da minoria na Câmara. Se o acordo fosse feito no estado, haveria desdobramentos na Câmara, e pressões para que a FUG abandonasse seu oposicionismo a Vargas.

Na Câmara dos Deputados, portanto, as notícias sobre uma provável união entre o PRL (partido gaúcho governista em nível estadual e federal) e a FUG (frente de oposição a Flores e Vargas), provocaram o repúdio da oposição gaúcha a qualquer tipo de aproximação. As notícias não eram mero boato. Batista Luzardo chegou a anunciar que Flores da Cunha lhe fazia convites, quase diariamente, para negociar tal aliança, chegando a propô-la por duas vezes. A primeira pouco antes da posse da nova Legislatura, em maio de 1935, e a segunda um mês depois:

Tomei parte na reunião do Diretório Central do meu partido, especialmente convocado para exame da situação criada. Mas a proposta do senhor Flores da Cunha não se recolheu com a nossa recusa. Veio no mês de junho a segunda tentativa, por uma nova conferência pedida pelo general governador ao mesmo sr. Raul Pilla. E não foi diferente o resultado. Aí estão, senhores, as duas tentativas de composição feitas pela situação dominante às oposições para que voltassem a colaborar na obra de apoio ao governo.²⁷¹

²⁷⁰ Diário do Poder Legislativo. 5ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 09/05/1935, p. 261.

²⁷¹ Diário do Poder Legislativo. 70ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/07/1935, p. 2742.

Fica evidente a estratégia do governo federal para tentar minar a oposição antes mesmo da posse da nova legislatura na Câmara, em uma tentativa que acabou frustrada. Luzardo, nesse momento, acrescentou ainda que “o senhor Getúlio Vargas não tem programa de governo, não satisfaz aos anseios da nação, não atende às necessidades do país, desde as mais rudimentares às mais importantes, tudo descurando na inércia, na insinceridade, no adiamento”. Otávio Mangabeira, baiano e outro grande nome de oposição, fez coro ao afirmar que o presidente “tem arruinado o país”. O carioca Amaral Peixoto (PADF) defendeu o governo, dizendo que “ele já encontrou o país arruinado” e que tirar o Brasil de tal situação “foi o que vossas excelências não conseguiram no passado”.²⁷²

Em meio a mais uma troca de acusações, comum entre parlamentares de situação e oposição, o ex-presidente Artur Bernardes (PRM/MG) pediu a palavra e discursou. Negou qualquer possibilidade de setores da oposição realizarem composição com o governo, afirmando que “com o senhor Getúlio Vargas não é possível construção de espécie alguma”.²⁷³ Confirmou que também tinha sido procurado várias vezes por aliados do governo, inclusive Adalberto Corrêa (PRL/RS), no intuito de cooperar com Vargas “para a manutenção da ordem no país”. Informação realmente confirmada por Corrêa, com a ressalva de que a pauta em questão era o debate sobre problemas nacionais e não a mudança de Bernardes da oposição para o governo. Bernardes reiterou que obviamente não deixaria a oposição, enquanto Vargas estivesse na presidência, já que o considerava um “usurpador”, com o qual qualquer diálogo era impossível. Diante disso, Corrêa entrevistou mais uma vez, e questionando a legitimidade da vitória eleitoral de Bernardes, nas eleições presidenciais de 1922, reclamou da postura da oposição em relação a Vargas:

Procedem perfeitamente dentro do discurso de V. Ex. uma campanha de ódio, porque o presidente da República foi eleito por quem tinha o direito de fazê-lo. O governo que temos é legal. [Ódio] que demonstra todo dia, da tribuna. O único sentimento da minoria é o ódio ao Chefe do Governo. Não há diferença ideológica (...). A oposição ao governo é sistemática.²⁷⁴

Essa discussão, uma dentre as muitas ocorridas no plenário, demonstra mais uma vez o

²⁷² Id. Ibid.

²⁷³ Id. Ibid.

²⁷⁴ Diário do Poder Legislativo. 70ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/07/1935, p. 2742.

acirramento das disputas entre getulistas e antigetulistas, no decorrer de 1935. Os principais argumentos permaneciam sendo os mesmos e eles vão se repetir até dezembro de 1935. A oposição acusava Vargas de trair os princípios defendidos pela Aliança Liberal, falhando no cumprimento dos ideais da Revolução de 1930. Como se via, implementava uma política econômica “caótica” e agia sempre com autoritarismo. Quer dizer, a oposição mobiliza o passado “revolucionário de 1930” para desqualificar as ações do então presidente, de forma sistemática. Dessa forma, constrói um discurso exemplar do que a literatura sobre memória chama de “usos políticos do passado”. Os governistas, como era de esperar, rebatiam, defendendo as realizações do governo e acusando a minoria de realizar uma oposição nada construtiva, pois, apenas baseada em ataques pessoais ao presidente. Assim, não apresentar qualquer contribuição objetiva para o enfrentamento dos problemas pelos quais passava o país.

É nesse quadro que o interventor gaúcho, Flores da Cunha, atuava. Seu objetivo era fortalecer sua própria liderança em todo o país, já que olhava para as futuras eleições presidenciais. Como ficava cada vez mais evidente, que os principais líderes da oposição – homens que haviam sido exilados pelo presidente –, não o apoiariam em nenhuma circunstância, passou a desenvolver uma estratégia política própria. Assim, de um lado, iniciou um relativo afastamento em relação ao presidente. De outro, começou a se envolver abertamente em questões nacionais, fortalecendo uma postura de ação independente. Primeiro, foi peça chave na saída do general Góis Monteiro do Ministério da Guerra e, em seguida, interviu nas eleições fluminenses, o que deixou evidente suas pretensões em ampliar seu poder, ainda que em enfrentamento com Vargas. É sobre esse episódio que nos debruçaremos a seguir.

2 – As eleições fluminenses e os primeiros rompimentos com Vargas.

A eleição fluminense para governador de estado repercutiu muito na Câmara dos Deputados, dando mais uma oportunidade para os ataques da oposição. A disputa eleitoral era entre o general Cristóvão Barcelos e o ministro da Marinha, Protógenes Guimarães [FIG. 17]. Dois candidatos de peso, sendo difícil prever quem sairia vencedor, porque a Assembleia Constituinte estadual, que deveria eleger indiretamente o governador, estava bastante dividida e demorava a chegar a um consenso. Os candidatos representavam as duas maiores bancadas do estado do Rio de Janeiro: de um lado estava a União Progressista Fluminense (UPF), com a candidatura do general Barcelos; de outro, o Partido Popular Radical (PPR), do líder da

maioria na Câmara dos Deputados, Raul Fernandes, apoiando o almirante Protógenes Guimarães.

A proximidade do estado com a capital federal ²⁷⁵ e as movimentações políticas já visando às eleições presidenciais de 1938 fizeram com que vários outros estados interferissem nessa disputa eleitoral. São Paulo e Vargas estavam com Guimarães, enquanto Minas Gerais e Rio Grande do Sul preferiam Barcelos.

É importante frisar que tanto a bancada da UPF quanto a do PPR faziam parte da maioria governista na Câmara dos Deputados. Portanto um posicionamento público de Vargas em favor de um ou outro candidato poderia indispor-lo com um desses grupos que o apoiavam. Por isso, o presidente deixou o ministro da Justiça, Vicente Ráo, responsabilizado pelas *démarches* a fim de eleger seu preferido, que era o almirante Protógenes.

A votação só se realizaria em 25 de setembro de 1935, mas um mês antes já surgiam boatos sobre as atitudes pró-PPR do ministro Ráo. Os rumores chegaram à Câmara e os progressistas compareceram em plenário, numa sessão onde até o candidato a governador, Cristóvão Barcelos, esteve presente. O objetivo era pressionar Vargas a não intervir nas eleições para o governo do Estado do Rio, ou seja, a não prejudicar a candidatura Barcelos.

O *Correio da Manhã* anunciou o ocorrido noticiando a “excepcional agitação” na Câmara e a presença de Barcelos nas galerias, ao lado de centenas de correligionários da União Progressista Fluminense (UPF). Joaquim Cardillo Filho, da UPF, ainda procurou isentar Vargas das acusações de partidarismo, mas exigiu que o presidente exercesse sua autoridade para impedir qualquer tipo de interferência de Ráo na disputa eleitoral. Esse deputado chegou mesmo a ameaçar o ministro Ráo, caso ele continuasse a tentar influenciar os votos dos deputados constituintes estaduais fluminenses:

O meu partido não tem razões para acreditar na intervenção do presidente da República, e não a tem, porque o chefe do governo não se interessaria em jogar duas forças da maioria uma contra a outra (...). O ministro da Justiça, entretanto, não pensa como o presidente da República. Sabe a Câmara e a Nação não ignora que sua excelência preside reuniões de deputados duvidosos.²⁷⁶ (...) A mim me parece que isso bastaria para concretizar uma intervenção branca nos destinos do estado do Rio. Não viemos pedir ao governo que nos auxilie a escolher o governador do estado; não precisamos do auxílio do governo. O que queremos e exigiremos em qualquer terreno, é a neutralidade do governo federal em face do dissídio fluminense. (...) Em nome do estado do Rio de Janeiro, da maioria de sua representação, devo fazer ao Sr. Ministro da Justiça uma advertência. E é o de que aquela mocidade gloriosa que se bateu pela autonomia de São Paulo não é privilegio desse estado; ela se espalha pelo Brasil inteiro. E, quando a intervenção federal se fizer por qualquer maneira no

²⁷⁵ É importante lembrar o fato de que a cidade do Rio de Janeiro, à época, era o Distrito Federal, sendo governado por Pedro Ernesto Baptista, do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF).

²⁷⁶ Duvidosos, no contexto, significa indecisos.

meu estado, esta mocidade estará em suas fronteiras para defendê-lo em qualquer terreno, contra a incursão de estranhos.²⁷⁷

Como se percebe pelo discurso, realizado em agosto de 1935, a questão tomou vulto, havendo menção à possibilidade de reações que recorriam à memória da recente guerra civil paulista. O governo federal não podia desrespeitar a autonomia dos estados. O interesse político foi tanto, que até o Partido Comunista chegou a pensar em tirar vantagens da situação. Oposição a Vargas, o PCB especulou a realização de manifestações de rua em favor de Cristóvão Barcelos e contra Protógenes Guimarães, candidato preferido do presidente. Através dessa iniciativa visavam obter a simpatia do partido de Barcelos para, quem sabe, uma futura aliança. [VIANNA, 1995, p. 85-89]

A rivalidade entre os defensores dos dois candidatos ficou tão radical, que chegou a ocorrer uma troca de tiros no dia da eleição.²⁷⁸ O candidato de Vargas e dos paulistas, Protógenes Guimarães acabou sendo eleito. Mas Barcelos entrou com um recurso judicial, alegando que tal vitória só ocorrera em razão da interferência do governo federal.

Ante a derrota eleitoral, Flores da Cunha, que era apoiador de Barcelos, dá sustentação ao encaminhamento do recurso, prometendo manter-se a seu lado até as últimas consequências. Além disso, Flores tornou público um telegrama enviado por Vicente Ráo a Vargas, expondo seu apoio ao candidato Protógenes Guimarães, o que se constituía em prova irrefutável da interferência do governo federal nas eleições. O governador gaúcho ainda fez mais: divulgou uma nota pública criticando os correligionários do líder da maioria na Câmara dos Deputados, Raul Fernandes, acusando-os de agir decisivamente em prol da vitória de Guimarães. Ou seja, tanto o Executivo como o Legislativo federal haviam se imiscuído na disputa política do estado do Rio de Janeiro. Algo intolerável na nova situação do país, não mais sob um governo provisório, mas em um Estado de Direito.

Tomaram vulto na Câmara as acusações contra o presidente. A questão era grave, pois, além de afetar a relação de Vargas com a bancada governista do Rio Grande do Sul – cabe lembrar que Flores da Cunha, além de governador era também líder do PRL/RS –, também causou severa crise dentro da bancada fluminense, que se cindiu. Raul Fernandes, líder da maioria desde meados de 1934, quando da promulgação da Constituição, cobrou de Vargas uma dura represália às atitudes do governador gaúcho. Em seu diário, Vargas registra a situação e, sob sua ótica, pontuou as “queixas” que tinha em relação a Flores da Cunha.

²⁷⁷ Diário do Poder Legislativo. 85ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/08/1935, p. 3315-3318.

²⁷⁸ O deputado Capitulino dos Santos (Partido Socialista Fluminense) e o general Cristóvão Barcelos, durante a votação, foram alvejados por tiros de revólver. Para mais informações, ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), CPDOC – FGV. Verbete União Progressista Fluminense.

Embora longa, a citação é valiosa:

Tem me preocupado nestes dias o caso do estado do Rio, complicado pela intervenção do Flores. Este se apega a um telegrama do ministro da Justiça passado a mim quando em Porto Alegre. Este declara que o telegrama não está redigido como ele ditou pelo telefone para ser transmitido. A atitude do Flores determinou a crise na liderança [sic]: o Raul Fernandes não quer continuar, e o João Carlos [Machado] não pode aceitar enquanto o Flores não o autorizar. Mas, para evitar nova exploração à escolha de leader [sic] em outro estado, estamos temporizando. Os principais motivos de queixa que tenho contra o Flores são os seguintes: 1º) o constante trabalho oficial que se faz no Rio Grande, dizendo que o governo federal nada fez por aquele estado; 2º) a mania de sair, lá de Porto Alegre, pretendendo dirigir a política nacional, agitando antecipadamente a questão da sucessão presidencial e intervindo na política de outros estados; 3º) quando estive em Porto Alegre, minha correspondência telegráfica com o Rio era controlada pelo Flores, e, nestas condições, quando os avisos iam pela estação do palácio do governo, seu telegrafista solicitava ao diretor regional as cópias dos telegramas que o almirante Protógenes me dirigia 4º) apoderando-se, por esta maneira, do telegrama do ministro da Justiça passado a mim, divulgou-o para que fosse publicado; 5º) e, por fim, inventou ou admitiu a invenção de que eu procurava abrir cisão na política do Rio Grande para enfraquecê-lo. [VARGAS, 1995, p. 426, 06/10/1935]

Vargas procura temporizar, tentando a permanência de Raul Fernandes durante algumas semanas. Seu preferido para substituí-lo era João Carlos Machado, que por ser do PRL gaúcho, não podia assumir o posto, porque Flores da Cunha, obviamente, não permitia. É nesse contexto que surge o nome de Pedro Aleixo, do Partido Progressista mineiro, como uma terceira opção, caso Fernandes não voltasse atrás de sua decisão e Vargas não conseguisse se reaproximar de Flores. O presidente não queria fortalecer os paulistas, que já tinham dois importantes ministérios, o da Justiça e o das Relações Exteriores. Tudo indica que Vargas considerava a opção por um líder da maioria parlamentar, vindo da forte bancada mineira, uma escolha politicamente interessante. Ainda assim, espera o desenrolar dos acontecimentos antes de tomar uma decisão.

O redator-chefe do *Correio da Manhã*, Pedro da Costa Rego, escreve em sua coluna que “a indignação do general Flores da Cunha pareceu-me bem legítima, como legítima nunca deixei de ter a responsabilidade em torno do responsável”, indicando que considerava Vargas e não Ráo, o apoiador Protógenes Guimarães para governador do estado do Rio. Costa Rego ainda apontou São Paulo, de Armando Salles Oliveira, e Rio Grande do Sul, de Flores da Cunha, como os dois estados que já disputavam o poder em escala nacional, objetivando a próxima eleição presidencial.²⁷⁹

²⁷⁹*Correio da Manhã*. 10/10/1935, p. 2.

Na Câmara, os debates continuavam girando em torno da sucessão fluminense. A oposição buscava capitalizar mais uma crise entre os governistas, unindo-se à bancada da União Progressista Fluminense (UPF), que apoiava Barcelos, para criticar a intervenção federal e clamar pela autonomia do estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, o deputado Prado Kelly, líder da UPF fez um longo e importante discurso. Ele se iniciava com uma declaração de renúncia a todos os cargos ocupados por seu partido nas comissões parlamentares da Câmara dos Deputados. Kelly não poupou críticas ao governo federal, de quem até então os progressistas fluminenses eram aliados, o que evidencia o quanto a política dos estados, agora com partidos organizados de oposição, podia repercutir no equilíbrio de alianças nacionais:

(...) protesto contra as humilhações que está sofrendo o povo fluminense, contra o inominável atentado que cometeu o Governo Federal, depois da atitude inqualificável e indefensável do senhor ministro da Justiça (...). Minhas palavras não poderiam deixar de ser uma definição de atitudes e um convite a todo o país, especialmente ao Poder Legislativo, para apurar afinal as responsabilidades nessa hora, porque todos os sucessos políticos que ocorrem no estado do Rio têm suas origens na ambição de poderio do atual ministro da Justiça e na complacência do Presidente da República.²⁸⁰

O *Correio da Manhã* noticiou o discurso com o título “rompendo com o governo federal” e deu grande destaque aos efusivos aplausos dos deputados da UPF às palavras do colega, atitude simbólica que concretizou a passagem dos progressistas para a oposição na Câmara.²⁸¹

Em resposta, o líder paulista, Cardoso de Melo Neto (PCSP), procurou defender o ministro Vicente Ráo, seu conterrâneo e colega de partido, afirmando não ter havido qualquer interferência na política fluminense. Fazendo valer sua nova posição, ao lado da minoria, o deputado Bandeira Vaughan, da UPF, fez questão de responsabilizar exclusivamente Vargas que, segundo ele, fazia a política paulista: “sob a cabeça do Presidente da República, nesta hora mal orientado pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, deve pesar toda a responsabilidade daquilo que possa suceder no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil”.²⁸²

Flores da Cunha estava, mais uma vez, envolvido em uma crise que atingia o governo federal. Ao tornar público o apoio do ministro Ráo ao candidato Protógenes Guimarães, forneceu sólidos elementos para uma cisão dentro da bancada fluminense, até então governista em bloco. Ao apoiar o candidato derrotado nas eleições, Cristovão Barcelos, e

²⁸⁰ Diário do Poder Legislativo. 120ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 25/09/1935, p. 4992-93.

²⁸¹ *Correio da Manhã*. 26/09/1935, p. 4.

²⁸² Diário do Poder Legislativo. 165ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/11/1935, p. 7705.

criticar os correligionários de Raul Fernandes, acabou contribuindo para sua renúncia do posto de líder da maioria.

No livro *O Regime de Vargas - os anos críticos (1934-1938)*, o brasileiro Robert Levine defende que, em outubro e novembro de 1935, houve um paulatino crescimento da oposição parlamentar, estimulada, entre outros fatores, pelo rompimento do governador gaúcho Flores da Cunha com Vargas. Esse fato, segundo o autor, fez com que a maioria dos deputados daquele estado passasse para a oposição na Câmara Federal:

(...) Flores mandou que sua bancada no Congresso votasse com a oposição. Os jornais deram grande relevo à notícia, e os líderes da situação, preocupados com a possível perda da maioria no Legislativo, discutiram ansiosamente o problema (...). Uma parte da oposição no Congresso manifestou solidariedade a Flores, o que fazia prever uma maioria anti-Vargas. [LEVINE, 1970, p. 87 e 88]

O presidente Vargas, diante do ocorrido, anotou em seu diário o quão irônico era ter o apoio de São Paulo,²⁸³ enquanto do Rio Grande do Sul, seu estado natal, viessem “os incômodos, as traições, as ameaças” [VARGAS, 1995, p. 436, 04/11/1935].

3 – Os conturbados meses de outubro e novembro de 1935

Junto com o imbróglio causado pela sucessão fluminense, a definição do orçamento para o ano seguinte foi o destaque do mês de outubro de 1935. Diante da morosidade dos trabalhos parlamentares, o ministro da Fazenda, Artur Costa, foi à reunião da Comissão de Orçamento e Finanças pedir esforços para que o orçamento fosse à sanção de Vargas até o dia 3 de novembro, prazo máximo definido pela Constituição para a aprovação das finanças para o ano seguinte.²⁸⁴

O mês de outubro de 1935, portanto, terminou com intensos debates em torno da questão e, finalmente, com a votação do orçamento. Cada deputado, naturalmente, tentava beneficiar seu grupo político, seus interesses e o de seus representados. Algo absolutamente comum numa república representativa democrática. Porém, essa prática parecia incomodar

²⁸³Vargas havia destituído o paulista Washington Luís, que era o presidente da República em 1930. Dois anos depois, São Paulo reagiu com a Revolução Constitucionalista. Depois de tantos conflitos, a partir de meados de 1934, Vargas formou uma aliança com os paulistas que cada vez se fortalecia mais e duraria até 1937, quando os paulistas lançaram a candidatura de Armando de Salles Oliveira para a presidência, em oposição a José Américo, candidato da situação.

²⁸⁴Diário do Poder Legislativo. 134ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/10/1935, p. 5775.

muito o presidente, que considerava tais atitudes como uma reedição das articulações oligárquicas da então chamada República Velha, além de, no novo momento político, serem uma “ameaça” aos interesses nacionais.

À noite, reuni no Guanabara o ministro da Fazenda e os deputados Antônio Carlos e João Carlos, para examinarmos o orçamento e os vetos que deveriam ser opostos. É lamentável como a irresponsabilidade coletiva e os interesses regionais enxertaram no orçamento coisas absurdas, agravando o déficit, sem a noção das suas responsabilidades. Muita coisa que deveria ser vetada não o foi, para não perturbar mais o exame do orçamento, mas com o pensamento reservado de não executar [VARGAS, 1995, p. 438, 11/11/1935]

Não se deve perder de vista que, nos anos 1930, a centralização do poder, em vários países do mundo, baseou-se fortemente na crítica ao liberalismo, em especial com viés antiparlamentar. É sintomático que Vargas revelasse sua pretensão de “não executar” a decisão da Câmara. A crise econômica de 1929, nesse sentido, foi uma mola propulsora de um nacionalismo antiliberal, embora, entre os países europeus, isso já estivesse ocorrendo desde a década de 1920, principalmente em decorrência da necessidade de reconstrução após a Primeira Grande Guerra.

No Brasil não foi diferente. Também desde os anos 1920 cresciam as críticas aos descaminhos da Primeira República e se fortalecia um ideário autoritário como alternativa ao fracasso e mesmo impossibilidade de o país conviver com práticas políticas liberais. Integrante do contexto de sua época, Vargas compreendia que parte do Poder Legislativo estava “tomado” por deputados com comportamento que considerava parasitário. Essa visão centralizadora por parte do Executivo desejava promover as mudanças necessárias ao país de cima para baixo, com rapidez e sem as sempre custosas negociações. Uma proposta compartilhada por diversos políticos e intelectuais, entre os quais, Francisco Campos, que foi ministro da Educação e Saúde e também da Justiça no Governo Vargas, Azevedo Amaral [AMARAL, 1938] e Oliveira Viana [VIANA, 1974]. René Gertz afirma que os três são considerados por parte da historiografia como uma autêntica “santíssima trindade”, compondo “os principais ideólogos do regime” [GERTZ, 1991, p. 123]. Assim, no Brasil e no mundo o Legislativo perdia legitimidade, sendo considerado caro e muito pouco útil. Em 1935, era com tal perspectiva que boa parte da elite política brasileira avaliava o comportamento da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas estaduais.

Desde a promulgação da Constituição de 1934, Vargas e setores governamentais buscavam o fortalecimento do Executivo e um maior controle sobre o Legislativo. Porém,

como era óbvio, tal atitude enfrentava uma forte resistência por parte da Câmara dos Deputados. Nos meses de outubro e novembro de 1935, enquanto o governo tentava contornar a grave crise entre seus aliados e aprovar o orçamento, a oposição se fortalecia e procurava meios de impor-se ao Executivo, tentando restringir seus poderes.

Um exemplo disso foi o projeto de lei de número 353, do dia 26 de outubro de 1935. Numa ação importantíssima, 102 parlamentares – mais de um terço da Câmara – assinaram o projeto que daria anistia a todos aqueles que, até então, tivessem sido acusados pela Lei de Segurança Nacional. O deputado governista Barreto Pinto (classista/ funcionários públicos) chegou, inclusive, a propor a suspensão da LSN, até que, durante a atual legislatura, fosse feita uma revisão em seu texto, considerado defeituoso e inconstitucional, pela subjetividade com que permitia as acusações.²⁸⁵ Ou seja, simplesmente 35% dos deputados, inclusive muitos de partidos que apoiavam o governo, colocaram-se veementemente contra uma lei que fortalecia o poder Executivo, concentrado no presidente. Esse foi, sem dúvida, um ato de resistência do Poder Legislativo frente à crescente expansão de poderes do Executivo. O projeto acabou não indo adiante após os levantes da ANL e a recuperação do prestígio de Vargas, mas nesse momento teve enorme repercussão.

No dia 4 de novembro de 1935, outro importante projeto entrou em pauta para discussão e votação: o de número 325, que regulava procedimentos para se impetrar mandato de segurança.²⁸⁶ Sua aprovação foi mais uma vitória da oposição, que lutava por maiores garantias para os acusados pela LSN. O mandato de segurança facilitava a libertação dos presos políticos caso não houvesse ações delituosas que comprovassem a culpa. É importante ressaltar que, na época, muitos eram os detidos por suspeita de envolvimento em atividades subversivas, sem qualquer comprovação dos fatos. A partir da aprovação do projeto em questão, seria possível que tais acusados conseguissem responder às denúncias em liberdade. Essa foi, portanto, outra medida da Câmara contra o crescente autoritarismo do Executivo, que atingia os direitos e liberdades individuais.

Os meses de outubro e novembro de 1935, como é possível perceber, foram caracterizados pelo aumento da crise no interior da maioria parlamentar, com a ocorrência de cisões, o que se desdobrou no fortalecimento da minoria, que conseguiu aprovar projetos importantes, no que dizia respeito à limitação do avanço do Executivo. Não seria exagero afirmar que, desde que a Constituinte e a Câmara dos Deputados passaram a funcionar, nunca a oposição parlamentar a Vargas esteve tão forte.

²⁸⁵ Diário do Poder Legislativo. 149ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/10/1935, p. 6908.

²⁸⁶ Diário do Poder Legislativo. 154ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 04/11/1935, p. 7269.

Às vésperas das comemorações da Proclamação da República, ocorreu mais um exemplo de articulação da Câmara dos Deputados contra o autoritarismo do Executivo. E o mais importante, partindo tanto de parlamentares governistas como de opositores, que nesses casos se uniam para defender as prerrogativas do Legislativo. Nesse episódio, o deputado potiguar Café Filho (Partido Social Nacionalista/RN) leu uma declaração, assinada por deputados da minoria e da maioria, que “sem se desvincularem de suas correntes políticas”, organizaram o “Grupo Pró-Liberdades Populares” (GPLP):

Declaramos à nação que, sem nos desvincular das correntes políticas a que pertencemos, decidimos organizar o “Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares”, que tem por objetivos: 1) Defender intransigentemente as liberdades constitucionais e populares; e, em consequência, combater o integralismo, arremedo do fascismo e inimigo ostensivo daquelas liberdades. 2) Defender a soberania e a unidade do Brasil; e, consequentemente, pugnar por medidas que fortaleçam o Exército e a Marinha, de sorte que sejam forças nacionais eficientes e capazes de repelir as ameaças do imperialismo.

Concitamos a quantos concordem com estas diretrizes a que organizem nas assembleias estaduais e nas Câmaras Municipais, outros grupos parlamentares, para que possamos, em ação coordenada e eficaz, resguardar a democracia e servir, como nos cumpre, aos justos reclamos das massas populares.²⁸⁷

Assinaram o manifesto 21 deputados, entre eles destacados governistas, como Café Filho e Amaral Peixoto; classistas, como José do Patrocínio; e opositores, como Domingos Velasco. Os jornais pouco falaram sobre tal organização, uma vez que o noticiário nacional estava voltado quase exclusivamente para o possível rompimento quer dos paulistas, quer dos gaúchos com o presidente, em vista do dissídio da sucessão fluminense.

Mas é interessante examinar, ainda que brevemente, as características desse Grupo Pró-Liberdades Populares. Como fica claro, era um grupo suprapartidário, que estava conseguindo agregar deputados governistas e opositores, em função da pauta de objetivos que traçava. O grupo, conforme suas declarações, queria garantir as “liberdades constitucionais”, defendendo a soberania nacional contra ameaças como o imperialismo e o integralismo, abertamente citados. Para isso, os deputados, organizados em uma frente parlamentar, apelavam para o fortalecimento das Forças Armadas, guardiãs da soberania nacional. Como líderes do GPLP foram escolhidos dois deputados que representavam duas importantes correntes políticas: Domingos Velasco, deputado identificado com ideias

²⁸⁷ Diário do Poder Legislativo. 165ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/11/1935, p. 7708.

tenentistas, representando a minoria; e Café Filho, político do Rio Grande do Norte, como nome da maioria.

Nos anais da Câmara dos Deputados e periódicos da época não foram encontradas informações que nos permitissem acompanhar e analisar a criação do grupo. Porém, a análise da trajetória de vida dos 21 membros que assinam a citada declaração apresentada no plenário da Câmara, nos permite tirar algumas conclusões sobre o GPLP: o grupo contava com deputados das cinco regiões do país; nove deles eram militares – o que justifica a menção feita às Forças Armadas; quatro eram deputados profissionais representantes dos empregados e outros oito não tinham relações com a política sindical ou com o Exército e a Marinha. Logo, era um grupo bastante heterogêneo, com deputados de currículos bem diferentes.

Os dois objetivos principais que os reuniu em torno da criação do grupo foram a oposição ao Integralismo – considerado, pelas suas características militaristas, uma ameaça às Forças Armadas do país – e o medo do enfraquecimento do Poder Legislativo – diante do paulatino fortalecimento do Executivo. Dessa forma, mesmo os que apoiavam Vargas, como o deputado fluminense Amaral Peixoto, defendiam a liberdade de expressão e de manifestação como forma de garantir a democracia e, conseqüentemente, a continuidade das prerrogativas asseguradas a eles por lei, enquanto representantes eleitos pelo povo. Ou seja, ao defenderem “intransigentemente as liberdades constitucionais” e objetivarem “resguardar a democracia”, estavam também se protegendo e a seus mandatos.

Outro importante ponto a se frisar é que nenhum dos membros que assinam o manifesto foi ou era membro do PCB ou da ANL ao longo de suas trajetórias políticas. Ou seja, o Grupo Pró Liberdades Populares não parecia ter qualquer relação com a Aliança Nacional Libertadora, ao contrário do que se tentou provar após a chamada Intentona Comunista, como forma de desestabilizar o grupo e aniquilá-lo – o que acabou ocorrendo em março de 1936, quando o recrudescimento do autoritarismo fez o GPLP recuar e, por fim desaparecer, com os deputados envolvidos desistindo da ação conjunta. Portanto, é especialmente interessante perceber o aparecimento de uma frente parlamentar que foge à polarização habitual entre minoria e maioria, reunindo membros das duas correntes que tinham metas em comum.

Quatro dias depois de anunciada sua criação, em 18 de novembro de 1935, o Grupo Pró-Liberdades Populares encaminhou um requerimento, assinado por 13 de seus 21 membros, pedindo o fechamento da Ação Integralista Brasileira ou que, por equidade de

tratamento, a Aliança Nacional Libertadora fosse reaberta.²⁸⁸ O objetivo, mais do que reabrir a ANL – pois dificilmente o governo federal voltaria atrás na decisão, o que já se provara após as várias negativas a pedidos com essa intenção –, era forçar o fechamento da AIB, alcançando assim uma das metas traçadas pelo grupo em seu manifesto.

A crise crescente no interior da Câmara, aliada à falta de um líder para a maioria – devido ao afastamento de Raul Fernandes e a demora na definição de um nome de consenso para substituí-lo –, ocasionou uma grande derrota para o governo. Numa votação histórica, por 80 a 73 votos, o requerimento do Grupo Pró-Liberdades Populares foi aprovado.²⁸⁹ Mais uma vez, demonstrando fidelidade irrestrita a Vargas, a bancada paulista fez questão de apresentar uma declaração de voto, assinada por dezesseis deputados do Partido Constitucionalista de São Paulo, opondo-se ao resultado e marcando sua posição contrária.

Essa vitória teve imensa repercussão na imprensa. Até então praticamente ignorado pelos jornais, o Grupo Pró-Liberdades Populares foi apontado como o grande responsável pelo resultado da votação, que derrotava o grupo mais varguista na Câmara. O *Diário da Noite* deu destaque em primeira página para o assunto, registrando que tribunas e galerias estavam completamente lotadas e que o dia foi de uma das “maiores assistências e agitação do ano legislativo”. Ou seja, são indícios de mobilização popular realizada pelo Grupo e participação de “populares” durante a sessão legislativa. Isso fica claro quando o jornal noticiava a grande festa que ocorreu após o anúncio do resultado:

O recinto estremeceu, numa ovação nunca presenciada no parlamento. Os deputados se erguiam e gritavam “viva a democracia”, “vivam as liberdades populares”, “viva o povo livre”. E esse rumor expansionista durou mais de quinze minutos. Os componentes do Grupo Pró-Liberdades Populares festejaram sua vitória, sua primeira vitória, com uma multiplicação de abraços.²⁹⁰

Na sessão legislativa do dia 23 de novembro de 1935 vários deputados do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares leram telegramas e cartas enviadas de várias partes do Brasil, felicitando a Câmara dos Deputados pela aprovação da medida. Domingos Velasco leu algumas mensagens. Entre elas, as palavras de Maurício de Lacerda, então presidente da Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, formada em agosto de 1935, após o fechamento

²⁸⁸ Diário do Poder Legislativo. 168ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 16/11/1935, p. 7863.

²⁸⁹ Diário do Poder Legislativo. 171ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/11/1935, p. 8015.

²⁹⁰ *Diário da Noite*. 21/11/1935, p. 1, “O fechamento do integralismo”.

da ANL.²⁹¹ Outro comunicado era o de Reis Perdidão, secretário geral do Partido Socialista do Brasil, que dera apoio a ANL²⁹² e que se regozijava com a decisão da Câmara. Crisóstomo de Oliveira (classista/empregados) também leu congratulações enviadas de cidades do estado de Santa Catarina, além de João Pessoa e de Bauru, tendo como remetentes prefeitos, sindicatos e políticos diversos. Café Filho, um dos líderes do Grupo, leu mensagens de grupos maçônicos e alguns deputados citaram as menções de apoio, aprovadas em assembleias dos metalúrgicos e trabalhadores da marinha mercante, à atitude tomada na Câmara pela equidade de tratamento entre os integralistas e os aliancistas.²⁹³

É bom lembrar que as declarações lidas em plenário pelos deputados estavam livres de censura e, uma vez presentes nos Anais do Legislativo, podiam ser noticiadas pela imprensa. Quer dizer, todas essas mensagens estavam autorizadas a serem publicadas por qualquer periódico do país, sem riscos, o que tornava as sessões de comunicados de apoio uma estratégia política para a garantia de seu amplo conhecimento.

Costa Rego, em sua coluna no *Correio da Manhã*, considerava que o governo Vargas sofria uma crise de autoridade, o que teria feito surgir organizações como a ANL e a AIB. Mas concluía lembrando que o “extremismo é um argumento de que o governo abusa”, para perseguir aqueles que lhe interessam em determinado momento:

Como poucos já são os homens suficientemente ingênuos para aceitar a participação no governo em que serão usados, invoca-se o extremismo à guisa de perigo comum, capaz de exigir toda uma série de combinações de união nacional com fins rasteiros de eliminação dos oposicionistas nacionais.²⁹⁴

As palavras de Costa Rego soam proféticas, publicadas em 22/11/1935, um dia antes dos primeiros eventos da chamada Intentona Comunista. O combate ao extremismo seria justamente o argumento utilizado para a ferrenha perseguição de inimigos do governo, no caso, os comunistas.

Em 16 de novembro, *O Radical*, periódico do Rio de Janeiro, afirmava “que a nova

²⁹¹ A importância de Maurício de Lacerda se deve à sua atuação em momentos importantes da história brasileira. Apoiou reivindicações de operários no final da década de 1910, assim como os movimentos tenentistas e a Aliança Liberal, em 1929. Após declarar apoio à Aliança Nacional Libertadora, quando de seu fechamento acabou por criar a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, em 22/08/1935, para dar seguimento às ideias da ANL. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC - FGV, verbete Maurício de Lacerda.

²⁹² Partido fundado em 1932, que em 1935 havia declarado apoio à ANL.

²⁹³ Diário do Poder Legislativo. 174ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/11/1935.

²⁹⁴ *Correio da Manhã*. 22/11/1935, p. 2.

atmosfera política era ‘a mais preta que se possa imaginar’ e *O Imparcial* advertia que a crise podia degenerar em ‘conflito armado’.²⁹⁵

Enquanto esses novos fatos aconteciam, Vargas tentava contornar a grave situação, permanecendo com seus aliados gaúchos e paulistas, e voltando às boas com o governador gaúcho. Assim, poderia evitar a demissão de Ráo, acusado de interferir na política fluminense. A solução dependia muito da movimentação de Flores da Cunha e o presidente esperava sua tomada de posição, para encerrar a crise. O *Jornal do Brasil* explicava que a escolha do novo líder da maioria, em substituição a Raul Fernandes, dependia da conclusão da questão:

O Sr. Raul Fernandes não pretende voltar à liderança da Câmara dos Deputados. O Sr. João Carlos [Machado, do PRL/RS] continuará o substituindo, empunhando o bastão, se o Sr. Flores da Cunha concordar com o Sr. Getúlio Vargas, dando por encerrado os atritos entre os situacionismos paulista e gaúcho, porque, se isso não se der, o substituto do Sr. Raul Fernandes será o Sr. Pedro Aleixo.²⁹⁶

O *Correio da Manhã*, no dia 15 de novembro de 1935, noticiou que “o senhor Getúlio Vargas só terá o apoio do Partido Republicano Liberal [do Rio Grande do Sul] em atos praticados pelo bem público”.²⁹⁷ Em 17 de novembro de 1935, trouxe uma manchete dando conta de que “o Rio Grande do Sul não dará apoio incondicional ao Sr. Getúlio Vargas”. Na mesma edição, o jornal acrescentou que “os paulistas do PC [Partido Constitucionalista] também estão resolvidos a romper com o Sr. Getúlio Vargas, caso se mande embora o ministro Ráo”.²⁹⁸

Porém, havia uma imprensa, totalmente situacionista, que tentava colocar panos quentes na crise política. O *Jornal do Comércio*, que defendia abertamente os interesses do governo, defendia a “correção do chefe de estado” na questão da sucessão fluminense. Para esse jornal, a discussão entre Flores da Cunha e Vicente Ráo era uma “página virada”, até porque Protógenes Guimarães havia assumido o governo do estado do Rio “sem intervenção nenhuma do ministro da Justiça”.²⁹⁹ O *Diário Carioca* foi outro jornal que sustentou ter havido “esclarecimento de muitos equívocos desfazendo-se intrigas” entre Flores e Vargas. Nessa mesma edição, o periódico chegou a noticiar que o governador e o presidente acertaram

²⁹⁵ Apud Levine, 1970, p. 87.

²⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 10/11/1935, p. 7.

²⁹⁷ *Correio da Manhã*, 15/11/1935, p. 2.

²⁹⁸ *Correio da Manhã*, 17/11/1935, p. 2.

²⁹⁹ *Jornal do Comércio*, 10/10/1935, p. 1.

a nomeação do gaúcho João Carlos Machado para a liderança da maioria, o que não se confirmou, posteriormente.³⁰⁰

Mas, diferentemente do que diziam os jornais governistas, o próprio Vargas admitia em seu diário, que o “caso do estado do Rio toma uma aspecto grave, com a atitude do Flores dando instruções para negar apoio a alguns ministros do governo”. [VARGAS, 1995, p. 440, 13/11/1935] O presidente chegou a telegrafar para o governador gaúcho pedindo que ele parasse de interferir na sucessão fluminense e resolvesse os problemas com o ministro Ráo. Mas Flores não o atendeu, respondendo “que a bancada gaúcha não mais prestaria apoio incondicional ao governo” e “recusou-se (...) a concordar com a liderança [sic] do João Carlos [Machado]. [VARGAS, 1995, p. 441, 18/11/1935].

Dessa forma, Vargas se decidiu finalmente por Pedro Aleixo para novo líder da maioria, conforme anota em seu diário [VARGAS, 1995, p. 443, 21/11/1935]. Essa demora em oficializar Aleixo nos traz algumas conclusões importantes. Primeiro, a grande confiança que Vargas tinha em Fernandes³⁰¹ e o quanto lamentou sua saída; segundo, o quanto foi difícil arrumar um nome de consenso. Além disso, a opção por Aleixo simboliza o fortalecimento dos laços entre o presidente e o Partido Progressista de Minas Gerais, um dos pilares do governo na Câmara, cujo apoio era fundamental, principalmente em um momento de crise como tal; enquanto o preterimento do nome de João Carlos Machado evidencia que Vargas havia praticamente desistido de resolver diplomaticamente a contenda com Flores da Cunha e o Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul.

Em 21 de novembro de 1935, mesmo dia da oficialização do novo líder, o *Jornal do Brasil* afirmou categoricamente: “Flores rompe com Vargas”.³⁰² Em seu diário, Vargas admite o fato, ao narrar a visita do major Carneiro de Mendonça.

[Ele veio] prevenir-me que a oposição se reunia para tomar conhecimento de uma proposta de aliança com o Flores, mediante várias concessões da parte deste, com o objetivo de fazer oposição ao governo federal. (...) O Flores tornou efetivo o rompimento comigo. À noite, já a bancada liberal [Partido Republicano Liberal/RS] não veio ao Guanabara, como de praxe. [VARGAS, 1995, p. 442, 19/11/1935].

O presidente resumiu a situação da seguinte forma: “ou o Flores mantém-se ao lado da ordem e as oposições nada podem fazer, ou se unem sob a base das suas ambições, e teremos

³⁰⁰*Diário Carioca*, 11/10/1935, p. 1.

³⁰¹No ano seguinte, o presidente apoiaria Fernandes para a presidência da Câmara – mas a vitória foi novamente de Antônio Carlos de Andrada.

³⁰²*Jornal do Brasil*, 21/11/1935, p. 7.

uma fase de combatividade e de lutas que podem ir até a desordem”. [VARGAS, 1995, p. 443, 21/11/1935] Vargas encarregou os deputados João Carlos Machado (PRL/RS) e Cristiano Machado (PP/MG) a irem ao Rio Grande do Sul negociar com Flores para que ele fizesse uma escolha entre as duas opções acima. Temia-se um grave conflito, que podia chegar a ponto de enfrentamento armado. Isso era uma possibilidade não tão remota.

Otávio Mangabeira, um dos grandes nomes da oposição, aproveitou o momento de grande instabilidade para pedir a saída de Vargas da presidência. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, antevendo que o presidente perderia a maioria na Câmara e não conseguiria mais governar, pois teria o Poder Legislativo em uma compacta oposição. Mangabeira considera que com Getúlio “nada se poderá fazer” e o país precisava de um nome novo:

Que não seja nem minoria nem maioria, mas uma situação em que colabore o maior número possível de brasileiros. (...) A crise política pede um nome novo que agregue maioria e minoria (...). Enquanto persistir S. Ex. no Palácio do Catete, nenhum passo se terá caminhado, lealmente, para melhores dias da Nação. Com Getúlio Vargas, nada se poderá fazer. Ele conseguiu o milagre de não despertar mais esperanças. Depois, o Brasil não suporta dois quadriênios de um mesmo homem.³⁰³

Por seu diário, vê-se que Vargas sentia-se isolado, já que até mesmo aliados estavam afirmando a ele que, “quanto mais passava o tempo da minha administração, mais se ia verificando o enfraquecimento natural do governo”. [VARGAS, 1995, p. 436, 04/11/1935] O presidente via-se diante de uma oposição crescente e articulada, ao mesmo tempo em que perdia terreno entre seus apoiadores. Mas toda essa complexa situação é totalmente revertida com a irrupção da chamada Intentona Comunista, em novembro de 1935. De uma posição frágil, na qual sofria acusações de interferir indevidamente na política dos estados e de centralizador, Vargas se transforma em referente para a manutenção da “ordem e da segurança nacional”.

Esse evento absolutamente extraordinário produz um total rearranjo das forças políticas, impactando o Legislativo e o Executivo. Tanto que, depois das revoltas de Natal, Recife e Rio de Janeiro, Vargas registrou em seu diário que atendeu “a sucessivas comissões e grande número de deputados e senadores”, que vieram declarar apoio a ele, dando-lhe a “impressão de que o prestígio do governo havia realmente crescido” [VARGAS, 1995, p. 446 e 447, 26 e 27/11/1935]. Além disso, o presidente anotou que “Flores havia contramarchado muito de sua atitude anterior”. [VARGAS, 1995, p. 449, 2 e 3/12/1935].

³⁰³ *Jornal do Brasil*, 24/11/1935. “A situação política”, p. 7.

O panorama político mudou inteiramente, sobretudo para Vargas.

4 – A Câmara dos Deputados sob o impacto da “Intentona Comunista”

No dia 23 de novembro de 1935 ocorreu o primeiro evento do conjunto de revoltas que passou a ser chamado de Intentona Comunista. Os fatos se iniciaram no Nordeste, atingindo Natal, depois Recife e, em seguida, Olinda, envolvendo conflitos entre os revoltosos e as forças do governo. As primeiras notícias chegaram ao Rio de Janeiro no dia 24 e repercutiram fortemente na Câmara dos Deputados, durante a sessão legislativa do dia 25 de novembro. O governo Vargas imediatamente enviou um pedido para decretar estado de sítio em todo o território nacional, por sessenta dias.

Os deputados governistas rapidamente se colocaram a favor da medida, principalmente Adalberto Corrêa (PRL/RS) e o novo líder da maioria, Pedro Aleixo (PP/MG). A maioria governista, como era de esperar, procurou maximizar os riscos do ocorrido, incitando o medo de uma possível revolta comunista nacional. Algo que, considerando as notícias que corriam sobre os eventos, não era muito difícil de fazer. De outro lado, a oposição, embora se colocando a favor da punição aos revoltosos, defendia que o estado de sítio pedido por Vargas fosse decretado somente nas cidades em que ocorreram as revoltas. Não havia risco de revolta nacional e, portanto, não havia necessidade de medidas excepcionais para todo o país. Os oposicionistas temiam um excessivo fortalecimento do Poder Executivo, ainda mais naquelas circunstâncias. Além disso, achavam sessenta dias muito tempo, passando a lutar para que o estado de sítio vigorasse por um mês.³⁰⁴

Os únicos que se colocaram veementemente contra a medida pleiteada por Vargas foram os deputados Abguar Bastos (Partido Liberal/PA), João Mangabeira (Liga de Ação Social e Política/BA) e Otávio da Silveira (candidato avulso/PR), este último chegando a apresentar uma declaração de voto por escrito contra qualquer decretação de estado de sítio. João Mangabeira chegou a chamar a medida pretendida pelo governo de um “atentado evidente contra as liberdades populares”. Buscou caracterizar os movimentos como demonstrações populares de apoio à insatisfação política que crescia em relação ao governo Vargas, destacando a prática de nomear os opositores do governo de “comunistas”:

³⁰⁴ Diário do Poder Legislativo. 175ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 25/11/1935.

(...) a ignorância, no Brasil, crisma com o nome de comunistas todos os que se opõem ao governo, em defesa das liberdades ou de uma ordem social mais justa. (...) Nego o meu apoio [ao Sítio]. Nego-o a uma medida odiosa, que facilita ao governo, ou melhor, aos governos, eliminar pela censura à imprensa a crítica de seus atos, e suprimir os adversários políticos pela extinção total da liberdade.³⁰⁵

Discutindo com Adalberto Corrêa, Otávio da Silveira também defendeu os levantes de Recife, Olinda e Natal como movimentos revolucionários tão legítimos quantos outros que ocorreram na história brasileira.

Revolucionários de 1922, de 1924, de 1930, de 1932, nenhum deles pode levantar, nesta Casa, sua voz contra qualquer revolução que tenha por objetivo salvar o Brasil da desgraça lançada pelos maus governantes; nenhuma autoridade têm os revolucionários para vir a esta tribuna.³⁰⁶

Por conseguinte, João Neves, em nome da minoria, defendeu o estado de sítio somente nos estados em que ocorreram os levantes, e pelo prazo de um mês. Depois de longo debate, por 172 votos a 52, foi aprovada a decretação do estado de sítio em todo o território nacional, como queria Vargas, porém pelo período defendido pela oposição: 30 dias.³⁰⁷

Mas o fato que mudou definitivamente o ambiente na Câmara dos Deputados, até então, ao menos em parte, ainda desfavorável ao governo federal, foi a eclosão do movimento insurrecional no Rio de Janeiro, no dia 28 de novembro. Aí, o medo de que os comunistas conquistassem a capital do país e tomassem o Palácio do Catete se disseminou tanto entre os deputados da maioria como entre os da minoria. Em plenário, os que mais se destacaram na defesa do fortalecimento das prerrogativas governamentais foram, mais uma vez, o gaúcho Adalberto Corrêa e também o novo líder da maioria, Pedro Aleixo (PP/MG). Discursaram, deixando claros os novos objetivos do governo: reformar a Constituição Federal e a Lei de Segurança Nacional, sob a justificativa de que eram necessárias medidas legais que dessem mais poderes e rapidez para o combate aos movimentos extremistas.

Vargas tratou de trabalhar a opinião pública em declarações à imprensa, algo pouco comum em seu governo até aquele momento. O *Diário da Noite*, na edição do dia 28 de novembro de 1935 trazia a declaração de Vargas de que “a violência sanguinária constitui a antítese da alma e do sentimento brasileiro”. Estampava igualmente uma enorme manchete,

³⁰⁵Id. Ibid. p. 8202.

³⁰⁶Id. Ibid. p. 8198.

³⁰⁷ Id. Ibid. p. 8208.

afirmando que “a Revolução de 1930 conferiu ao trabalhador direitos que ele nunca os teve”, além de outra reportagem intitulada, “a nação contra os extremismos” [FIG. 18].³⁰⁸ As manchetes, que claramente chamavam a atenção do leitor para as realizações do governo Vargas, foram muitas e continuaram até o dia 3 de dezembro, no mesmo jornal.³⁰⁹

O brasilianista Frank McCann, ao estudar os desdobramentos das revoltas de novembro, afirma que a imprensa teve importância fundamental para o aumento do poder do Executivo, ao defender a aplicação de medidas rigorosas contra os comunistas. [MCCANN, 2007, p. 489] Até mesmo jornalistas que constantemente faziam críticas ao governo, como Costa Rego, ao cobrarem uma postura rápida dura contra os insurretos, colaboraram para o êxito do discurso governamental que pedia mais poder de ação e, em consequência, mais autonomia para o Poder Executivo em relação ao Legislativo. O redator-chefe do *Correio da Manhã* atribuiu a Vargas uma falta de autoridade e disse que o presidente falhou nos cinco anos de governo, dando margem para revoltas contestadoras, mas que, naquele momento, cabia aos brasileiros darem o apoio necessário ao presidente para que ele agisse em defesa da ordem estabelecida.³¹⁰

A imprensa, sem dúvida, alimentou junto à população o medo de novas revoltas subversoras da ordem. Os soldados mortos, no combate aos movimentos, passaram a ser tratados como heróis, como indica a manchete do *Correio da Manhã* do dia 29 de novembro: “Baixaram à sepultura os corpos dos que se sacrificaram nobre e valorosamente no cumprimento do dever”.³¹¹ Assim foi sendo consolidado um ambiente de comoção nacional em favor do governo federal e de Vargas, buscando-se punição exemplar para os envolvidos nos levantes.

O deputado Prado Kelly (União Progressista Fluminense/RJ), da oposição, o mesmo que discursou oficialmente para anunciar o rompimento dos progressistas fluminenses com Vargas em 1935, em suas memórias, décadas depois, faz afirmações elucidativas sobre esse momento. Segundo ele, o governo Vargas só se salvou de uma derrocada ante o oposicionismo crescente, devido à eclosão da chamada Intentona Comunista, particularmente do evento ocorrido no Rio de Janeiro. Ainda que se considere sua posição contrária a Vargas e o passar do tempo, é interessante observar que, para alguns atores do período, em outubro de 1935, a Câmara dos Deputados efetivamente se fortalecia ante um Executivo que era visto

³⁰⁸*Diário da Noite*. 28/11/1935, p. 1.

³⁰⁹*Diário da Noite*. 03/12/1935, p. 1.

³¹⁰*Correio da Manhã*. 30/11/1935, p. 2.

³¹¹*Correio da Manhã*. 29/11/1935, p. 1.

como perdendo suas bases de apoio. Algo que Vargas temia desde a promulgação da Constituição, em julho de 1934. [PRADO KELLY, 1980, p. 72]

Mesmo o Partido Comunista (PCB), já em dezembro de 1935, embora tenha fincado posição de apoio aos insurretos, fez certa mea-culpa sobre o momento em que os levantes ocorreram e seu grau de preparação:

O levante revolucionário no nordeste deu-se repentinamente e num momento em que a situação, noutras partes do país, não tinha ainda chegado ao ponto culminante de sua madureza revolucionária. Ele se deu num momento de preparação ainda insuficiente das forças revolucionárias para a luta decisiva. [VIANNA, 1995, p. 171].³¹²

O resultado foi que, diante do ambiente favorável ao governo, com a imprensa clamando por prerrogativas que facilitassem a ação do Poder Executivo para a punição dos responsáveis pelas revoltas, a oposição recuou. A minoria parlamentar passou a usar a tribuna da Câmara única e exclusivamente para afirmar e reafirmar que não tinham qualquer participação nos levantes. Como forma de demonstrar sua não participação, iam aprovando todos os requerimentos e pedidos do governo, temendo que qualquer negativa fosse vista como atitude colaboracionista com os insurretos. Prova disso é a declaração do ex-presidente Artur Bernardes, inimigo declarado de Vargas, ao *Diário da Noite*, dizendo que “oposição e governo, estamos todos juntos no combate ao extremismo”.³¹³

No dia 5 de dezembro de 1935, João Neves protestou contra os periódicos que acusavam a oposição de participação na Intentona: “essas responsabilidades estão sendo atiradas aos membros da oposição, que não negaram ao governo uma só medida de defesa, pelos jornais de sua estima, de sua simpatia e até de sua camaradagem pessoal”.³¹⁴ Dois dias depois, foi a vez de Café Filho (Partido Social Nacionalista/RN) subir à tribuna para se defender de ataques do jornal *O Globo*, que denunciava o deputado de fundar o Grupo Pró-Liberdades Populares, “sob influência de elementos extremistas”.³¹⁵

³¹² Trecho de um documento da direção do PCB, destinado a seus correligionários, anexo aos autos do processo de número 63 do Tribunal de Segurança Nacional, que atualmente faz parte da documentação do Arquivo Nacional. O documento foi publicado em livro publicado com o intuito de trazer a público a documentação pertinente aos levantes de final de novembro de 1935: Vianna, Marly. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

³¹³ *Diário da Noite*. 29/11/1935, p. 1.

³¹⁴ Diário do Poder Legislativo. 184ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 05/12/1935, p. 8651.

³¹⁵ Denúncia que consta na edição de *O Globo* de 05/12/1935.

A oposição, demasiadamente preocupada em se proteger de acusações de envolvimento nos levantes, passou o mês de dezembro na defensiva, sem conseguir se articular para enfrentar a maioria. Em um momento raro de enfrentamento, tentou aprovar um requerimento pedindo a presença do ministro da Guerra na Câmara para explicar a situação em que se encontrava o país. Mas os governistas, sem maiores dificuldades, manobram e impediram a ida do ministro à Casa, sob a justificativa de que ele estava ocupado demais, tratando da procura dos responsáveis pelos movimentos sediciosos. Dessa forma, qualquer informação prestada à Câmara, publicamente, poderia atrapalhar as investigações. Tal fato comprova a intenção do governo em levar adiante a repressão sem prestar quaisquer esclarecimentos aos opositores e à própria Câmara dos Deputados como um todo.

Vargas avançava nesse contexto propício, em que a oposição estava fragilizada e na defensiva, enquanto os governistas o apoiavam irrestritamente, para aprovar todas as iniciativas que fortalecessem o Executivo: reformas na Lei de Segurança Nacional e na Constituição, a fim de tornar o Poder Executivo ainda mais atuante. Porém, o texto com tais emendas ainda estava sendo discutido dentro do grupo de líderes governistas. O presidente registrou em seu diário, no dia 4 de dezembro de 1935, as reuniões que teve com o líder Pedro Aleixo, o ministro Vicente Ráo, e o líder da bancada liberal gaúcha, João Carlos Machado:

Além dos despachos e audiências ordinárias, tive diversos entendimentos e audiências extraordinárias. Primeiro, com o ministro da Justiça e o deputado Pedro Aleixo sobre a reforma da Lei de Segurança. Insisti junto aos mesmos por uma emenda à Constituição que permitisse certas medidas enérgicas e prontas, no propósito de intimidar os conspiradores e afastar os rebeldes dos centros de sua atuação. O deputado João Carlos trouxe-me depois uma fórmula de emenda, que era considerar a comoção intestina como equivalente ao estado de Guerra.[VARGAS, 1995, p. 449, 04/11/1935].

Se a situação era favorável ao governo na Câmara e na imprensa, no meio militar ocorria o mesmo. O brasileiro Robert Levine considera que dentro do Exército houve uma imensa mobilização para garantir maiores punições aos militares envolvidos nas rebeliões. Em seus termos:

(...) a nova atmosfera, violentamente antiliberal, deu voz ativa àqueles grupos mais abertamente comprometidos com a supressão das formas do constitucionalismo (...). Os militares logo colocaram as manguinhas de fora tratando as inofensivas quarteladas como grave ameaça à segurança nacional. O ministro da Guerra, João Gomes, reuniu o Estado-Maior a 3 de dezembro e pediu para que cominassem penas mais fortes para a traição do que os seis anos da Constituição vigente. Góis

Monteiro, que de novo passou a frequentar regularmente os conselhos militares, fez circular um rascunho de manifesto, advogando uma revisão constitucional em profundidade, para enfrentar o que chamou de a mais terrível crise da história do Brasil. [LEVINE, 1970, p. 195]

O também brasileiro John Dulles converge com a avaliação de Levine, destacando a atuação de Góis Monteiro, que teria preparado um “longo relatório para demonstrar que a Constituição de 1934 não era apropriada às condições do momento”. [DULLES, 1967, p. 162] O historiador Hélio Silva é mais um a reiterar a importância de João Gomes e Góis Monteiro, apontando-os como estratégicos para a ofensiva contra a Constituição e a favor do fortalecimento do Poder Executivo. [SILVA, 1970, p. 88 e 92]

Era óbvio para Vargas que naquele novo contexto de temor e reação ao comunismo, que atingia todos os setores políticos e militares e toda a sociedade em geral, cresciam suas oportunidades para justificar a concentração de poderes no Executivo, algo que almejava desde a aprovação da Constituição, em julho de 1934. Porém, havia margens de incerteza, pois era necessária a aprovação da Câmara. Tanto que ele anota em seu diário: “se a Câmara recusar as emendas, minha situação será bastante desagradável”. [VARGAS, 1995, p. 456, 16/12/1935].

Nesse sentido, a fim de agilizar os trâmites burocráticos, o líder Pedro Aleixo entrou com um requerimento pedindo urgência para a votação da reforma da Lei de Segurança Nacional, alegando que esforços para o recrudescimento das penalidades aos envolvidos nos levantes de novembro estavam “sendo reclamados pela opinião geral do país”.³¹⁶ Foi atendido prontamente, tendo seu requerimento aprovado. Mesmo assim, ao menos um grupo de opositoristas, integrado por Domingos Velasco, Otávio da Silveira, João Mangabeira e Abguar Bastos, continuou a gritar contra o aumento do poder de Vargas. Antes da votação final do projeto, o deputado goiano apresentou declaração escrita de voto contra a reforma da LSN e discursou em favor dos levantes de novembro, o que, dentro da atmosfera repressiva que se apresentava, podia ser visto como um ato de coragem ou desvario. A atuação desse grupo demonstra que, mesmo num momento político plenamente favorável ao governo, ainda havia na Câmara vozes que insistiam na luta política com o objetivo de impedir o fortalecimento de Vargas. Como advertiu Domingos Velasco:

Sou contrário ao projeto que altera a Lei de Segurança e a torna mais reacionária.
Não vejo motivos para mudar o voto que proferi em sessão de 12 de fevereiro de

³¹⁶ Diário do Poder Legislativo. 187ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 09/12/1935, p. 8814.

1935, negando meu apoio à Lei de Segurança. Hoje, como naquela data, estou convencido de que os fenômenos sociais que agitam a vida no Brasil são etapas naturais de nossa evolução. Eles têm que ser encarados com inteligência e bom senso. A repressão violenta poderá, quando muito, atemorizar os mais débeis e fazer com que a vitória das novas ideias se faça também violentamente (...). Ninguém pode deter a evolução política e social de um povo.³¹⁷

Por outro lado, Café Filho é um exemplo de quem estava firme a favor da liberdade das manifestações populares e que, por temor, se retraiu. Apoiou as reformas pedidas por Vargas e procurou em seus discursos apenas dissociar seus conterrâneos potiguares do comunismo, alegando que a revolta em Natal não foi liderada por comunistas, sendo somente uma ação dos natalenses contra o governador, Rafael Fernandes, que estaria fazendo um mau governo.³¹⁸

Pode-se afirmar que, entre a postura combativa de Velasco e a atitude defensiva de Café Filho, a esmagadora maioria dos deputados da oposição optou por dar apoio ao governo federal. A minoria, que se levantara violentamente contra Vargas durante os meses de outubro e novembro e obtivera importantes vitórias, parecia agora somente um espectro do que fora há cerca um mês atrás, limitando-se a fazer, no máximo, uma oposição cordial. A leitura dos Anais das sessões legislativas transparece claramente essa atitude: com exceção de Otávio da Silveira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e João Mangabeira, os demais deputados da oposição pareciam ter medo de se posicionar contra as medidas pedidas pelo presidente. Dessa forma, sem maiores debates e sem grande resistência foram aprovadas todas as reformas na LSN e na Constituição Federal.

Sancionada em 14 de dezembro de 1935, a Reforma da Lei de Segurança Nacional tinha 26 artigos, que tratavam dos seguintes temas: maior censura à imprensa e aos estabelecimentos de ensino; facilitação da deportação de estrangeiros e agilidade na burocracia dos processos penais. Mas os pontos principais foram, sem dúvida, as facilidades para a reforma de militares e para a demissão de funcionários públicos envolvidos nos levantes.³¹⁹

Quatro dias depois, em 18 de dezembro, foi aprovado pela Câmara o decreto legislativo que acrescentava três emendas à Constituição Federal. João Neves citou o quarto parágrafo do artigo 178 da Constituição, que afirmava que “não haverá reforma constitucional

³¹⁷ Diário do Poder Legislativo. 188ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/12/1935, p. 8858.

³¹⁸ Diário do Poder Legislativo. 185ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/12/1935, p. 8742.

³¹⁹ Lei Ordinária número 136, de 14/12/1935.

na vigência do estado de sítio”.³²⁰ Em razão disso, os governistas fizeram uma manobra política: suspenderam o estado de sítio por alguns dias – somente no papel, pois continuou vigorando na prática – e aprovaram a reforma constitucional. Em protesto, Batista Luzardo afirmou que “feriu-se o pacto de 1934”, o que, aliás, era evidente, sendo sua declaração apenas uma atitude política.³²¹

A agilização dos debates e a rápida aprovação da reforma constitucional ocorreu sob o argumento da necessidade de urgência no combate aos sediciosos. A minoria mais uma vez não obstruiu nem tentou qualquer tipo de manobra protelatória. Com isso, o governo obteve as três emendas que queria: a primeira possibilitava a equiparação do estado de sítio ao estado de guerra; e as outras duas, mais uma vez, reforçaram a possibilidade da punição aos militares e funcionários públicos, dando ao presidente da República a prerrogativa de demiti-los por decreto, sem precisar esperar a conclusão dos processos penais e sem prejuízo das demais sanções que os envolvidos sofreriam na forma da lei.³²²

5 – Do governo constitucional à escalada para a ditadura

O artigo 25 da Lei de Segurança Nacional previa que “quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa, proceder-se-á, sem prejuízo da ação penal competente, à apreensão das respectivas edições”. E essas medidas competiriam, “no Distrito Federal, ao Chefe de Polícia, e nos Estados e no território do Acre, à autoridade policial de maior graduação no lugar”.³²³ Embora aprovada desde 4 de abril de 1935, somente após a decretação do estado de sítio é que essas ações passaram a ser efetivadas, diariamente, e de forma mais dura.

Na Câmara dos Deputados, a oposição denunciava o fato, mas suas críticas, obviamente, não eram mais publicadas pelos jornais, rigidamente censurados. Uma total reversão do que ocorrera até então, já que, como se disse, tudo que era falado em plenário estava, automaticamente, autorizado a ser publicado na imprensa, não podendo sofrer censura. Daí a importância de muitos discursos parlamentares que denunciavam abusos da polícia contra trabalhadores, falavam de greves e de conflitos políticos nos estados. Após dezembro de 1935 somente o Diário do Poder Legislativo registrava o que se passava na Câmara, sendo, portanto, a única fonte disponível para se acompanhar os discursos dos deputados.

³²⁰ Diário do Poder Legislativo. 195ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/12/1935, p. 9202.

³²¹ Diário do Poder Legislativo. 198ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9519.

³²² Decreto Legislativo número 6, de 18/12/1935.

³²³ Lei número 38 de 04/04/1935.

Essa era uma questão muito importante. Tanto que já no dia 28 de novembro, logo depois da aprovação do estado de sítio por 30 dias, Artur Bernardes Filho (PRM) protestou contra a censura exercida em relação a dois jornais de Belo Horizonte, *O Debate* e *O Correio Mineiro*, que não conseguiam ter acesso às informações que normalmente recebiam diariamente da capital da República. O primeiro jornal chegou a enviar uma carta para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), endereçada ao presidente Herbert Moses, reclamando da situação. Para Artur Bernardes Filho, as dificuldades enfrentadas por esses periódicos eram uma prova de que o sítio seria usado somente para censurar a imprensa e calar adversários do governo.³²⁴

Outra denúncia ocorreu em 6 de dezembro de 1935, quando o deputado Artur dos Santos (Partido Republicano/PR) afirmou que tinham autorização para serem publicadas somente as reportagens que responsabilizavam os deputados da oposição de participação na “Intentona”, enquanto os textos que atribuíam responsabilidades a políticos governistas eram impedidos de serem publicados.³²⁵ O deputado Martins e Silva (classista/empregados) foi mais um a subir à tribuna para questionar a censura. Disse ter enviado uma carta a Vargas explicando que os sindicatos do Pará eram contra o comunismo. Tentou publicá-la em vários jornais, sem sucesso. Concluiu que o intuito do governo era propagar o medo e a insegurança entre a população e não esclarecer os fatos. Estava certo que as autoridades utilizavam o estado de sítio com fins políticos.

Decretado o Estado de Sítio, há uma verdadeira porfia nas denúncias e afirmações mentirosas. Todo mundo quer ter o prazer e a glória de denunciar alguém como comunista; é a coqueluche da atualidade. As prisões injustas se multiplicam.³²⁶

Ainda sobre o ambiente de repressão vivido no país, o deputado Mota Lima (candidato avulso/Alagoas) subiu à tribuna para denunciar que várias irregularidades estavam sendo cometidas por autoridades que se aproveitavam da situação para demitir funcionários por motivos pessoais. Segundo ele, o trabalhador Abdon Torres, do serviço médico da polícia do Distrito Federal, fora demitido por Filinto Muller por não concordar com as atitudes intempestivas e violentas do chefe: “não há oportunidade melhor do que o estado de sítio,

³²⁴ Diário do Poder Legislativo. 178ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/11/1935, p. 8314.

³²⁵ Diário do Poder Legislativo. 185ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/12/1935, p. 8721.

³²⁶ Diário do Poder Legislativo. 188ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/12/1935, p. 8859.

com a censura, para que se cometam irregularidades desta ordem”.³²⁷ Declarou ainda que o jornal *O Globo*, por orientação do governo, se recusou a noticiar o ocorrido.

O líder da oposição, João Neves, foi outro a fazer graves acusações. Nesse caso, ele mesmo havia enviado uma carta ao *Diário da Noite*, comentando a atuação da oposição nas últimas semanas, mas que o conteúdo da referida carta tinha sido modificado.³²⁸ Na mesma sessão legislativa, Otávio Mangabeira foi contundente:

(...) a situação que está criada, para os adversários do governo, sejam ou não extremistas é, em última análise, a seguinte: podem ser atacados à vontade. Não o proíbe a censura. O que, porém, não podem, é defenderem-se sequer ou mesmo explicarem-se. Isso, a censura proíbe.³²⁹

Artur Bernardes Filho voltou à tribuna nos últimos dias do ano, cerca de um mês depois de sua primeira denúncia, para voltar a falar dos “abusos de autoridade praticados pelo governo” após a aprovação do estado de sítio. Reclamou da censura ao *Correio Mineiro* e disse que alguns membros da oposição, como João Neves da Fontoura e Otávio Mangabeira, sofriam os efeitos da censura até em suas entrevistas e cartas enviadas aos jornais. Leu ainda uma carta em que criticava Vargas, que foi impedida de ser publicada em jornais de Belo Horizonte. Em seguida, falou sobre a mensagem que enviou ao governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, pedindo atitudes que protegessem os políticos da oposição das arbitrariedades que estavam sofrendo. Afirmou que não recebeu resposta do governador, o que para ele demonstrava “o regime de desconsideração e de terror que vive Minas Gerais depois da decretação do estado de sítio”.³³⁰

A oposição, embora denunciasse a censura, não deixou de cooperar com o governo, aprovando as reformas legais almejadas por Vargas. Somente a partir do dia 20 de dezembro de 1935, quando já estavam aprovadas as leis desejadas pelo governo, é que a minoria ensaiou uma rearticulação e novas ofensivas contra o governo. Em resposta ao pedido de Vargas para a renovação do estado do sítio e sua equiparação ao estado de guerra – conforme a emenda constitucional permitia –, a minoria argumentou que não era necessária a aplicação desse dispositivo naquele momento, pois os levantes de novembro já estavam contornados e

³²⁷ Diário do Poder Legislativo. 192ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/12/1935, p. 9020.

³²⁸ Diário do Poder Legislativo. 198ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9496.

³²⁹ Diário do Poder Legislativo. 199ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9498.

³³⁰ Diário do Poder Legislativo. 207ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/12/1935, p. 10003.

vencidos. João Neves insistiu que era uma “exorbitância equiparar-se ao estado de guerra uma insurreição extinta e dominada”.³³¹

Sabidamente enfraquecida, a oposição ainda tentou usar os métodos que outrora lhe permitiram retardar votações: pedir a palavra várias vezes para levantar questões de ordem, revezar seus deputados em longos discursos, sugerir que um projeto fosse remetido para comissões parlamentares, entre outras estratégias. Porém, o presidente da Câmara, Antônio Carlos de Andrada (PP/MG), fez valer sua autoridade e posicionou-se a favor do andamento veloz dos trabalhos, afirmando que era seu “dever defender a maioria contra a obstrução”.³³²

Acúrcio Torres retrucava declarando acreditar que o governo já tinha os meios necessários para combater o extremismo, “uma vez que a reforma da Lei de Segurança o armou de poderes excessivos”. Acusou os governistas ao afirmar que estavam aproveitando o momento para superdimensionar a ameaça comunista, a fim de se dotarem de poderes extraordinários e avançar sobre todos os seus adversários políticos:

Não vejo razões, pois, para a prorrogação do Estado de Sítio. E muito menos para a decretação do Estado de Guerra, quando não existe sequer uma comoção intestina. O Brasil, na opinião das próprias autoridades militares, está em paz, no momento. O que há é exaltação de espíritos e confusão política. E, sobre isso, uma ‘indústria de repressão ao comunismo’ (...). Para proveito próprio, estão criando um ‘terror branco’.³³³

Torres, experiente, analisava com exatidão o modo de proceder da maioria. Porém, naquele momento, já era tarde demais: a oposição não conseguia mais oferecer resistência e, quando tentava fazê-lo, não tinha forças para evitar um novo revés.

O fortalecimento do Poder Executivo e a recomposição de forças da maioria governista na Câmara dos Deputados deixou Vargas numa posição muito cômoda. Sem dúvida, muito mais tranquila do que a que se encontrava até meados de novembro de 1935. Não só a grave crise com seus aliados fluminenses e gaúchos parecia contornada, como a conjuntura política estava amplamente favorável ao fortalecimento dos poderes presidenciais. O combate ao comunismo se tornou um salvo-conduto para que o governo federal tomasse as medidas que julgasse necessárias e prendesse qualquer indivíduo que julgasse uma ameaça à

³³¹ Diário do Poder Legislativo. 202ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/12/1935, p. 9722. O discurso, publicado somente no dia 23/12 no Diário do Poder Legislativo, foi lido na Câmara no dia 20/12.

³³² Diário do Poder Legislativo. 199ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9520.

³³³ Id. Ibid. p. 9521.

ordem. Afinal, os que se opusessem às ações de Vargas poderiam ser considerados traidores da pátria e acobertadores de atividades extremistas.

Derrotada politicamente, restou à minoria parlamentar a luta política em questões pontuais. A mais importante delas, que poderia reacender o apoio da imprensa e da população à oposição, foi o caso do reajuste salarial dos funcionários públicos civis. Quase sete meses depois do veto presidencial, a questão continuava sem solução. Contudo, nesse momento, João Neves resolveu colocar em xeque a aprovação da operação de crédito que garantiria a manutenção do aumento dos militares em 1936. Declarou que a minoria só daria quórum às últimas votações do ano de 1935, se o reajuste dos civis também entrasse em pauta:

Vou dar a razão pela qual, nestes últimos dias, a minoria procura impedir as votações. É a seguinte: não podemos compreender que o Governo da República não haja cumprido, até agora, nas últimas horas da sessão legislativa, a promessa solene que empenhou ao país de prover ao reajustamento do funcionalismo civil. (...) Em represália, enquanto pudermos, não daremos número para as votações.³³⁴

Ou seja, ainda sob o impacto das medidas de exceção, ficava claro que a questão do aumento do funcionalismo público civil tocava fundo a população, permitindo uma certa recomposição da bancada de oposição. Ninguém, muito menos os governistas, queriam ficar mal diante do funcionalismo civil. Inicialmente, o governo propôs 40 mil contos de réis a serem gastos com o aumento dos funcionários públicos civis. Porém, depois de algumas negociações, Vargas subiu a oferta para 80 mil.³³⁵ O valor era bem menor do que os cerca de 200 mil contos de réis anuais a serem gastos com os militares, mas acabou sendo aceito pela oposição. Considerando as restritas circunstâncias de ação, foi uma importante vitória da minoria.

Enquanto a oposição liderava a luta pelo reajuste dos funcionários públicos civis, o governo estava preocupado em levar adiante a repressão e a perseguição aos seus adversários políticos. A Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo começou a funcionar em janeiro de 1936, sob a liderança do deputado Adalberto Corrêa (PRL/RS), que muito havia se destacado na aprovação da Lei de Segurança Nacional e na defesa das reformas constitucionais, em dezembro de 1935. O fortalecimento do Poder Executivo e as perseguições políticas se intensificaram em um crescente que, somados a outros fatores, acabariam levando o país à ditadura do Estado Novo.

³³⁴ Diário do Poder Legislativo. 206ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/12/1935, p.10001.

³³⁵ Segundo revelou o deputado Barreto Pinto. Diário do Poder Legislativo. 206ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 30/12/1935, p.10385.

No final de 1935 e início de 1936, a Câmara continuou o seu trabalho, mas cada vez mais pressionada pela perseguição aos comunistas e pelo medo de se posicionar contra as medidas punitivas desencadeadas pelo governo federal. O Legislativo, que desde dezembro “cortou a própria carne” ao permitir as reformas legais que o esvaziaram, passou a ter sua autonomia cada vez mais restringida. A repressão nas ruas também tomou enorme dimensão. Luís Carlos Prestes, preso em março de 1936, em depoimento dado já nos anos 1990, narra os pedidos de socorro que ouviu de sua cela e o desespero dos que sofriam dentro da prisão, com o abuso de autoridade e a violência da polícia:

Não há dúvida que, depois da derrota de 35, houve um ano e tanto de terrorismo em nosso país. Eu fui preso em março de 1936 e fui levado para a Polícia Especial, que era o centro da tortura e do assassinato. Assim, do local onde estava preso, ouvia, todas as noites, os gritos dos torturados e daqueles que eram assassinados. (...) O governo do Getúlio torturou muita gente, assassinou mesmo muita gente. [WERNECK DA SILVA, 1991, p. 92]

A fala de Prestes nos dá uma pequena dimensão da violência levada a efeito pelo governo contra seus adversários. As perseguições não pouparam nem mesmo os deputados e senadores. A Câmara entrou em recesso no início de janeiro de 1936, retornando seus trabalhos somente no dia 1º de abril. Nesse ínterim, o Senado Federal permaneceu funcionando. Lá, o senador Abel Chermont (União Popular do Pará), único daquela Casa que era membro do Grupo Pró-Liberdades Populares, seguiu combatendo o estado de sítio e sua equiparação ao estado de guerra, bem como a censura aos jornais e as prisões que julgava injustas e ilegais.

No dia 23 de março de 1936, precisamente às 20 horas, Vargas deu um contundente e definitivo golpe contra os parlamentares da oposição: o senador Chermont foi preso, assim como os deputados federais Domingos Velasco, Otávio da Silveira, Abguar Bastos e João Mangabeira.³³⁶ Todos eles eram membros do Grupo Pró-Liberdades Populares e, como vimos, eram os mais contundentes críticos do governo no Congresso Nacional. O Senado Federal chegou a pedir explicações a Vargas sobre o ocorrido. A resposta chegou no dia 31 de março de 1936, em mensagem curta, com somente quatro parágrafos. Nela, o presidente limitou-se a afirmar a culpa dos parlamentares e não trouxe nenhuma informação adicional. O texto dava conta que os deputados e o senador citados foram presos...

³³⁶ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC – FGV. Verbete Grupo Pró-Liberdades Populares.

(...) por estarem aqueles membros do Poder Legislativo organizando, sob a proteção das regalias inerentes aos respectivos mandatos, nova e iminente eclosão violenta das atividades subversivas das instituições políticas e sociais. Impedindo-lhes a ação e prendendo-lhes, o governo teve em mira, tão somente, defender a ordem pública, cedendo à imperiosa necessidade de acautelarem diretamente a segurança nacional.³³⁷

Essas prisões têm um enorme significado simbólico: Vargas tirava de cena os deputados que mais o ameaçavam. Assim, o Poder Executivo, fortalecido, interveio diretamente no Congresso, prendendo quatro deputados e um senador. Tudo isso sem a apresentação de provas concretas que os culpassem.

Diante do ocorrido, as palavras do líder da oposição, João Neves da Fontoura, em seu último discurso no ano de 1935, despedindo-se e anunciando os três meses de recesso da Câmara, soam proféticas:

O historiador de amanhã, quando recompuser as cenas e as figuras do drama, que findou com os últimos disparos na Praia Vermelha, há de verificar que os deputados oposicionistas não compactuaram com o estraçalhamento da Constituição sob o pretexto de resguardá-la da Ditadura Vermelha.

(...) Resta-nos esperar que o governo da República, na ausência do Poder Legislativo, não se desmande em excessos sob o regime do sítio; antes se apresse em apurar as verdadeiras responsabilidades, de maneira a impedir a violência de continuarem, nas prisões, brasileiros, alguns ilustres, sem culpa que justifique as restrições que estão sofrendo.³³⁸

A menção à Praia Vermelha se deve ao fato de que foi lá onde ocorreram as principais batalhas da chamada Intentona Comunista no Rio de Janeiro. A intenção de Neves era isentar a oposição de culpa por quaisquer excessos eventualmente cometidos por Vargas na perseguição aos revoltosos e justificar a aceitação, pela minoria, das reformas da LSN e da Constituição, dizendo que a ideia da oposição era “fiscalizar e cooperar” e não fazer “oposição sistemática”.

A prisão dos cinco parlamentares foi um golpe contundente contra o Poder Legislativo, cuja autonomia e independência já estavam fundamentalmente prejudicadas desde dezembro de 1935. Era a consequência da insuficiente força da oposição em impedir a hipertrofia do Poder Executivo. Para o brasilianista Robert Levine, a partir do fim de

³³⁷ Trecho da resposta por escrito enviada por Getúlio Vargas ao Senado da República. Diário do Poder Legislativo. 66ª sessão legislativa do Senado Federal, 31/03/1936, p.11130.

³³⁸ Diário do Poder Legislativo. 213ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 30/12/1935, p.10403.

novembro de 1935, “Vargas governou por decreto. O poder do Congresso era quase nulo, e não havia um judiciário independente”. [LEVINE, 2001, p. 67] Já a historiadora Angela de Castro Gomes atenta para o fato de que os meios para o fortalecimento do Poder Executivo já estarem preparados meses antes, quando ressalta que a Constituição “praticamente deixou de existir com a aprovação pelo Congresso, em abril, da LSN”. [GOMES, 1980, p. 37]

Segundo o historiador Edgard Carone, a oposição parlamentar, bastante frágil, ainda tentou ser “o único grupo legal que ousava denunciar o rumo totalitário de Vargas” [CARONE, 1975, p.112], contando, inclusive, com a simpatia dos comunistas, que passaram a ver o Congresso Nacional como o “último respiradouro da opinião nacional” [CARONE, 1975, p. 255].

Com a justificativa de combater os extremistas, logo após a chamada Intentona Comunista, Vargas conseguiu aumentar o seu poder ao superdimensionar as revoltas lideradas pela Aliança Nacional Libertadora. Incitou, no Congresso Nacional e na população do país, o “medo de ser contra, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares”, ideia identificada pelo filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu ao estudar o processo de legitimação do poder nas sociedades [BOURDIEU, 1989, p. 201].

O presidente concentrou poderes e, conseqüentemente, esvaziou a importância do Congresso Nacional e dos demais organismos sociais representativos. Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de Política*, nos auxilia a compreender as estratégias de fortalecimento do Poder Executivo, ao afirmar que, para atingir seus objetivos, os governos autoritários não precisam necessariamente de um sistema de partido único, podendo recorrer simplesmente ao controle dos instrumentos tradicionais do poder político: “o Exército, a polícia, a magistratura e a burocracia” [BOBBIO, 1992, p. 100]. Foi o que Vargas fez, tendo como homens de confiança o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, e os generais Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra, Pantaleão Pessoa e João Gomes. Além disso, o presidente veio a contar com o Tribunal de Segurança Nacional, criado especialmente para condenar os acusados de envolvimento em rebeliões questionadoras do *status quo* vigente.³³⁹

Cabe agora fazermos uma lembrança da repressão contra os trabalhadores em 1934 e 1935 e do papel fundamental da Câmara dos Deputados na denúncia de tal situação.

³³⁹ Instituído pela Lei 244 de 11 de setembro de 1936.

Capítulo 5: Denúncias, repressão e resistência na Câmara dos Deputados (1934-1935).

(...) mais uma vez protesto energicamente contra os crimes e violências praticadas contra os trabalhadores pelas polícias especiais e as ordens sociais provocadoras. Protesto contra o massacre de sábado, na Praça da Harmonia (RJ). Protesto contra o fuzilamento de dezenas de operários grevistas, em Belo Horizonte (MG). Protesto contra o fechamento do Sindicato da Central do Brasil. Protesto contra as prisões e deportações de operários e grevistas.³⁴⁰

As palavras acima fazem parte de um discurso proferido na Câmara pelo deputado federal Álvaro Ventura, e sintetizam o momento vivido em 1934 e 1935: período de movimentação social, especialmente de trabalhadores e sindicatos. E de repressão: sobre o operariado, jornalistas e políticos.

A voz dos trabalhadores, ecoando dentro da Câmara dos Deputados, foi mais do que um incômodo para o governo: foi uma pressão pública, impossível de ser calada pela violência dos cassetetes e pela censura. Neste capítulo será feita uma análise da importância da atuação dos representantes classistas no apoio a greves, manifestações e todo tipo de mobilização popular ocorrida nesse período, o que é frequentemente subestimado ou desconhecido pela historiografia. Ao lado desses eventos, destacamos as denúncias de irregularidades na aplicação das leis trabalhistas e os excessos da ação policial nas ruas, o que já evidencia, no caso das leis, como elas eram conhecidas e cobradas por setores da classe trabalhadora.

Como a historiografia brasileira acaba ressaltando, até de maneira justa, as insuficiências e questões vividas durante a experiência classista de empregados na Câmara dos Deputados, nosso objetivo aqui é mostrar o outro lado da moeda. Apesar dos problemas enfrentados, esse grupo de deputados teve importância fundamental ao trazer para a Câmara – para a esfera do debate político institucionalizado – as necessidades dos trabalhadores e as arbitrariedades por eles sofridas, então gritadas nas ruas. Uma vez já apresentados, nominalmente, os principais representantes dessa bancada e suas táticas de atuação, o foco deste capítulo será a apresentação de três temas principais que estiveram em evidência durante todo o período em análise, ou seja, de julho de 1934 até dezembro de 1935. São eles: a expulsão de estrangeiros do país; o desaparecimento e/ou prisão de militantes operários; e a censura à imprensa. Quer dizer, todos eles apontando para as práticas repressivas do Estado, durante um dos momentos mais conturbados da história do país, mas no qual o poder

³⁴⁰ Diário do Poder Legislativo. 54ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 24/09/1934, p. 10-14.

Legislativo funcionava e tinha voz, ao contrário do que ocorrerá após 1937. O debate desses temas no plenário da Câmara é uma boa perspectiva para se conhecer melhor como atuavam os trabalhadores, sobretudo os organizados, e como suas ações eram noticiadas (ou não) à população.

A questão social fervilhava nos anos de 1934 e 1935. Ao analisar o tratamento que lhe era dado, a historiadora Angela de Castro Gomes aponta que, desde o início do governo Vargas – e até mesmo antes, pela plataforma apresentada pela Aliança Liberal, em 1929 – já havia a percepção desse problema como um fenômeno mundial, fruto do progresso e da industrialização das nações. Não à toa, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado tão logo Vargas assumiu o poder. O historiador Orlando de Barros mostra que o primeiro ministro dessa pasta, Lindolfo Collor, tratou de buscar entendimentos com líderes sindicais no intuito de iniciar um novo relacionamento com os trabalhadores, que não seriam tratados somente com o porrete, dando a entender que haveria maior diálogo [BARROS, 2007, 297-331]. Gomes resume a mudança do pós-1930 como um momento de

(...) dinamismo dos debates políticos, que se estruturam nesta ocasião, retomando e passando em revista as experiências anteriores e formulando propostas acerca de um novo modelo de Estado e de uma nova estratégia de enfrentamento dos problemas econômicos e sociais. Neste debate, a questão social passa a ocupar um lugar de relevo, lugar este de que não dispunha no período anterior. [GOMES, 1979, p.202]

Em 1934 estávamos diante de um contexto de abertura política após quatro anos do Governo Provisório e uma guerra civil. Dezenas de partidos políticos foram criados para as eleições da Constituinte de 1933/34, que culminou com a promulgação de uma nova Constituição, em julho de 1934. Alguns meses depois, em outubro, houve eleições para a nova Câmara dos Deputados e para as assembleias constituintes estaduais. Pela legislação desse momento, era possível, inclusive, candidatar-se sem estar necessariamente filiado a um partido político: são as chamadas candidaturas avulsas. Portanto, nesse contexto de disputa política, bem menos controlado pelos partidos, estavam também participando os trabalhadores, sendo especialmente representados na Câmara dos Deputados através dessa grande novidade: a representação classista.

Em um momento de incertezas e de enfrentamentos entre projetos políticos distintos para o Brasil, a voz dos trabalhadores na Câmara dos Deputados teve uma importância muito grande para o aumento da participação política na vida do país. Os deputados classistas

amplificavam o que era demandado através das passeatas, greves e todo o tipo de mobilização nas ruas, além de ter uma atuação como representantes que eram de interesses de classes. Assim, tinham assento e direito à representação efetiva na criação, exame, aprovação e rejeição de leis, justamente no momento em que a maioria das leis de regulamentação do trabalho estavam sendo debatidas:

foi (...) de 1930 a 1937 que a maioria absoluta de todas as leis sociais teve sua concepção e implementação decidida, regulada e fiscalizada. Ou seja, apesar de todos os problemas de interferência do Ministério do Trabalho nas eleições para os representantes classistas e das dificuldades das associações de trabalhadores em serem reconhecidas pelo governo, podemos dizer que os sindicatos estiveram presentes através da bancada classista nos debates que ocorreram no Legislativo, participando do processo de regulamentação dos direitos dos trabalhadores. [GOMES, 1979, p. 14]

Havia, assim, uma “via de mão dupla” entre a Câmara e as ruas. Por um lado, os acontecimentos das ruas ecoavam no Legislativo através dos pronunciamentos dos seus representantes; por outro, tais discursos agitavam e incentivavam as mobilizações pelos quatro cantos do país, uma vez que davam apoio aos que estavam em luta por melhores salários e condições de trabalho. Assim, a Câmara dos Deputados se configura como um fundamental campo de luta política dos trabalhadores nesses anos estratégicos.

É importante ressaltar que a repressão política que aumenta no decorrer do ano de 1935 é, sem dúvida, uma resposta à crescente mobilização da sociedade que exige do Estado uma solução para seus problemas.

1 – O governo ante as denúncias dos trabalhadores

Já dissemos que, iniciado seu governo constitucional, em julho de 1934, Getúlio Vargas pela primeira vez em quatro anos precisava governar respeitando uma Constituição democrática e as consequências naturais que ela trazia, como a liberdade de opinião, de manifestação e de pensamento. A tônica dos comentários de Vargas em seu diário, no que se refere às manifestações populares, é a de uma constante preocupação com o crescimento do número e da duração das greves e a ligação que ele enxergava entre elas e a atuação da militância comunista. O presidente conclui várias vezes que os movimentos nas ruas estão intrinsecamente relacionados a articulações políticas no intuito de derrubá-lo.

Já em julho de 1934 Vargas reclama das greves dos marítimos, bancários, escreventes de cartório, telegrafistas e da ameaça de adesão dos rodoviários. [VARGAS, 1995, p. 299, dia 4/07/1934]. No mês seguinte eclode a greve dos funcionários das barcas da Cantareira [FIG.

19], que traria ao presidente a preocupação de que outros ramos do transporte fizessem o mesmo, já que havia rumores, mais uma vez, de que os rodoviários, além dos padeiros e marceneiros, entre outros, também cruzassem os braços. O *Correio da Manhã* acompanhou a proliferação das manifestações:

Não arrefeceu o movimento grevista que estourou sábado último. Muito ao contrário, ele se estende de modo pouco tranquilizador, não obstante melhora o aspecto da situação da Cantareira. Iniciado pelo pessoal dessa companhia, ele vai se ramificando. Nesta capital, deram-se várias adesões, havendo, ainda, algumas ameaças de paralisação de serviços.³⁴¹

O jornal trouxe ainda notícias de greves ocorridas em vários outros estados, e promessas do governo sobre uma maior fiscalização sobre o cumprimento das leis trabalhistas. Autoridades do Ministério do Trabalho afirmavam que estavam "recebendo diariamente todos os diretores de sindicatos que o procuram, atendendo às reclamações que lhe são feitas verbalmente". É importante perceber pelas notícias como a aplicação da legislação social era falha, e como ela já se tornara conhecida, pois se tornara motivo de reclamações constantes dos trabalhadores, encaminhadas pelas diretorias sindicais.

Quando havia confronto entre a polícia e os manifestantes, Vargas, como era de se esperar, fazia a defesa da polícia e sempre colocava a culpa do confronto nos comunistas, que incentivariam a agressão aos policiais, donde sua reação e finalmente o desrespeito à lei. Visão distinta, obviamente, da de seus opositores e de alguns jornais, que denunciavam a violência e a ação arbitrária da polícia. Entre vários exemplos, está a coluna do jornalista Costa Rego no *Correio da Manhã*, ao relatar um caso em que a própria polícia havia raptado sindicalistas que acabavam de ser soltos da cadeia:

(...) a polícia agira com a mais perfeita hipocrisia: libertou os acusados, para mandar imediatamente raptá-los, antes que os mesmos se reintegrassem no seio de suas famílias aflitas. Não é possível encarar com indiferença esse meio de ação policial, só utilizado pelos que se colocam fora da lei, isto é, contra os quais se criou a polícia. A confundirmos os métodos a tais extremos, não saberemos dentro em pouco tempo se o sujeito que nos aborda é o delegado da ordem política e social ou o sequestrador de pessoas a título delituoso.³⁴²

Um dos grupos profissionais cujas reivindicações estiveram entre as mais comentadas

³⁴¹*Correio da Manhã*, 29/08/1934, p. 1, "Os movimentos grevistas de Niterói e Rio".

³⁴²*Correio da Manhã*, 05/03/1935, p. 2, "O sistema de espantar..."

pelo presidente em seu diário é a dos Correios e Telégrafos. Em 26 de dezembro de 1934 Vargas analisa a situação desses trabalhadores, dizendo que tiveram um substancial aumento salarial durante o Governo Provisório e que não via razão para um novo pleito nesse sentido. Já no dia seguinte ao início do movimento, Vargas se disse “forçado a tomar medidas mais enérgicas, exonerando o comitê grevista”. [VARGAS, 1995, p. 346 e 347, dia 27/07/1934] Nesse mesmo dia, aliás, foi criado o Conselho de Segurança Nacional, certamente uma resposta firme do governo, após o término de um ano muito sacudido pelas greves e confrontos entre manifestantes e a polícia, como foi o de 1934.

Porém, o ano de 1935 começaria da mesma forma e com novas greves. Razão pela qual o governo se articulou e se apressou para a apresentação da Lei de Segurança Nacional na Câmara. As chamadas “ações sobre sindicatos” sempre aparecem com a justificativa de “combate ao comunismo” e de uma prevenção contra um suposto “plano comunista para a América do Sul”. [VARGAS, 1995, dia 07/07/1930, p. 403] A Constituição era avaliada como fraca e liberal demais, pondo em risco a segurança nacional. Daí a necessidade de uma lei para garanti-la, dando mais poderes ao Executivo, a fim de que ele tivesse mais autonomia de decisão e ação contra quem era suspeito de subversor da ordem constituída.

Porém, em momento algum as atitudes do governo ficaram sem uma resposta na Câmara. Tornou-se comum a aprovação de requerimentos dos deputados da chamada bancada proletária, pedindo esclarecimentos sobre prisões e “alvejamentos de sedes sindicais pela polícia”. A tais pedidos de informações, até porque noticiados pela imprensa, nem mesmo os deputados da maioria governista se opunham. Sendo assim, constantemente, o governo se via obrigado a dar uma resposta oficial, o que se configurava como um incômodo e uma forma de pressão do Legislativo contra “possíveis ações autoritárias do Executivo”.

Por outro lado, o governo sistematicamente demorava a dar qualquer resposta, em uma clara tentativa de deixar os eventos caírem no esquecimento. Uma estratégia que era vista e denunciada pelos deputados da oposição como uma falta de respeito ao Legislativo. Inclusive, porque, na maioria das vezes, mesmo após um longo tempo de espera, os deputados recebiam apenas informações evasivas, o que evidenciava a inutilidade da espera. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando o Ministério do Trabalho respondeu a um requerimento do deputado João Vitaca, perguntando sobre a razão da prisão dos presidentes do sindicato dos Metalúrgicos e dos Caldeireiros de Ferro de Niterói e dos líderes da greve dos empregados da empresa Pereira Carneiro & Cia Ltda. O ministério argumentou não conhecer os motivos do

ocorrido e que não estava na sua alçada procurar saber.³⁴³

Em outra ocasião, em razão de um confronto de enormes proporções entre policiais e comunistas na Praça de Harmonia, no centro do Rio de Janeiro, os deputados Álvaro Ventura e Waldemar Reikdal conseguiram a aprovação de mais um pedido de informações sobre a ação policial. Porém, o requerimento aprovado em setembro de 1934 só foi respondido no dia 2 de janeiro de 1935, quase quatro meses depois, com o Ministro da Justiça Vicente Ráorepassando uma carta recebida do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Muller:

A intervenção da Segurança Social, num conflito ali realizado, só teve lugar depois do conflito que se verificou entre os componentes do referido comício que (...) atacaram a tiros os representantes da Polícia que, assim, se viram na contingência de agir em legítima defesa. (...) Tão pouco [sic] houve qualquer assalto à mão armada, efetuado pela Polícia, nas sedes dos sindicatos de Padeiros, Marceneiros, Ferroviários e Empregados em Hotéis, como não procedem as alegações de espancamentos, deportações nem desaparecimentos.³⁴⁴

As respostas do governo não condiziam com os fatos relatados pelos trabalhadores e pela imprensa, além do que as denúncias de agressões da polícia só cresciam, assim como o número de deportações de acusados nesses confrontos. A insatisfação dos opositores pode ser avaliada pelas palavras do deputado ThiersPerissé (Deputado classista/profissionais liberais), que exigiu do “Presidente da República que faça seus auxiliares cumprirem as leis da nação”, prestando as informações solicitadas, impedindo exageros ou assumindo de vez a pecha de ditador.³⁴⁵

O desconforto e desdém do governo com os requerimentos podem ser vistos em vários momentos. Certa vez o representante classista dos funcionários públicos, Barreto Pinto, de orientação governista, declarou que não competia ao Legislativo ficar dizendo ao Executivo, através de requerimentos, como ele deve agir.³⁴⁶ Em outra oportunidade, no início da nova Legislatura, que assumiu em maio de 1935, foi tentada uma manobra para alterar o Regimento da Câmara de modo a que a resposta aos requerimentos da Câmara se tornasse não mais obrigatória, mas apenas opcional. Além disso, caberia ao presidente da Câmara – Antônio Carlos de Andrada, aliado de Vargas – decidir quais e quando os remeter ao Executivo. As reclamações ante tal manobra – que claramente diminuía a força do Legislativo ante o Executivo – foram tantas, inclusive por parte do então líder da minoria, João Neves da

³⁴³ Diário do Poder Legislativo. 23ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/08/1934, p. 2531.

³⁴⁴ Diário do Poder Legislativo. 125ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 02/01/1935, p. 4.

³⁴⁵ Diário do Poder Legislativo. 206ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/04/1935, p. 2531.

³⁴⁶ Diário do Poder Legislativo. 171ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/11/1935, p. 8009.

Fontoura, que o presidente Antônio Carlos chegou a pedir desculpas em nome da Comissão Executiva, responsável pela elaboração do anteprojeto do novo Regimento.³⁴⁷

Não caberiam nessas páginas as centenas de discursos e pedidos de informações dos deputados da minoria proletária, encaminhadas entre julho de 1934 a abril de 1935, apenas no período de funcionamento da Câmara provisória. Para servir de exemplo, citaremos a atuação desses deputados especificamente no período que vai de julho a setembro de 1934, momento de auge da eclosão de greves e manifestações dos trabalhadores na capital da República e em diversas partes do país.

No pico dos movimentos grevistas, em 22 de agosto de 1934, o líder da minoria proletária, deputado Vasco de Toledo, reclamou da perseguição política a líderes da União Beneficente de Empregados de Hotéis de Santos e da repressão policial à Assembleia Geral dos Empregados da Companhia Light and Power, na capital da República, que ameaçavam entrar em greve.³⁴⁸ O deputado Acyr Medeiros, no final do mesmo mês, discursou criticando o tratamento dado pela polícia aos trabalhadores de Bom Jesus do Itabapoana e de Itaperuna. Leu cartas enviadas pelos próprios trabalhadores, que julgavam ter na Câmara dos Deputados uma tribuna livre para se expressar, dado que não conseguiam ser ouvidos pelos veículos da imprensa, segundo palavras deles próprios.³⁴⁹

No início de setembro de 1934, Waldemar Reykdall denunciou que na sede da União de Operários em Padarias do Distrito Federal a polícia usou "cassetetes, gases lacrimogênicos e violência" contra trabalhadores, durante reunião dos mesmos. Acrescentou que "(...) não ficou um só móvel intacto. Foram todos espatifados pela polícia".³⁵⁰ Filinto Müller limitou-se a responder que a "polícia não atacou a associação dos referidos trabalhadores" e, diante de tal afirmação, o deputado trouxe fotos e as exibiu no plenário a fim de provar a depredação sofrida pela referida associação.

E, para finalizar, vale mencionar o discurso do deputado Antônio Rodrigues, que relata ter sido procurado por "trabalhadores em mercearias, que pediram que trouxesse ao conhecimento da Nação violências praticadas pela polícia carioca". Rodrigues leu um telegrama no plenário, enviado pelo Comitê de Greve dos referidos trabalhadores. Vale a citação, por se tratar de um exemplo importante da interação entre movimentos sociais de trabalhadores e seus representantes classistas:

³⁴⁷ Diário do Poder Legislativo. 116ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/09/1935, p. 4759.

³⁴⁸ Diário do Poder Legislativo. 28ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 22/08/1934, p. 533.

³⁴⁹ Diário do Poder Legislativo. 33ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 31/08/1934, p. 317.

³⁵⁰ Diário do Poder Legislativo. 39ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 04/09/1934, p. 549.

Encontrando-se em greve há 12 dias os trabalhadores em mercearias, por este meio comunico aos dignos deputados e toda a Nação Brasileira que, apesar da atitude ordeira e pacífica, estão sendo coagidos em seus direitos de cidadãos, pois só por passarem junto às fábricas, como as de "Lamas & Palermo", são apontados pelos mesquinhos e incultos industriais aos agentes de polícia, que, ao invés de manterem a ordem e o respeito à disciplina, os prendem, conduzindo-os à Polícia Central em verdadeira incomunicabilidade. Exigimos junto aos companheiros da bancada proletária um protesto veemente contra tamanha injustiça.³⁵¹

Esse telegrama é apenas um em meio às inúmeras correspondências enviadas por associações, sindicatos ou individualmente por trabalhadores que, muitas vezes de próprio punho, escrevem pedindo aos deputados da bancada proletária que revelassem em plenário seus problemas, sofrimentos e reivindicações. Havia a esperança de que, trazendo essas questões para a Câmara dos Deputados, o país inteiro tomasse ciência e os jornais as repercutissem, o que poderia trazer alguma melhora. Ou seja, os trabalhadores efetivamente se viam representados pelos deputados classistas, especificamente pelo grupo que formava a bancada proletária. Isso é de fundamental importância para se dimensionar a importância que teve a experiência curta, porém densa, da representação classista no momento de reconstitucionalização do país, de regulamentação de suas leis trabalhistas e de luta da população em busca de seus direitos, com destaque os trabalhistas e sindicais.

Embora as denúncias fossem apresentadas quase exclusivamente pela bancada proletária, muitas vezes os deputados da minoria parlamentar apoiavam seus pleitos, porque eram contra as arbitrariedades do adversário comum, Getúlio Vargas. O deputado Henrique Dodsworth, um dos líderes da oposição, diante da multiplicação de denúncias trazidas ao plenário pela minoria proletária, criticou a polícia, e pediu:

providências ao chefe de polícia para coibir o abuso que vem se notando, ultimamente, por parte de alguns de seus subordinados, os quais parecem interessados na utilização dos gases lacrimogêneos existentes na Repartição Central de Polícia. Assim é que, por motivos absolutamente fúteis, lançam mão desses gases, perturbando o sossego da população.³⁵²

Portanto, mesmo com muitas limitações é inquestionável a importância e mesmo a eficácia da atuação dos representantes proletários, no que diz respeito a se constituírem em um canal seguro e efetivo de denúncias vindas dos movimentos de trabalhadores. Mesmo sendo um número bastante reduzido – a bancada proletária era composta de apenas cinco

³⁵¹ Diário do Poder Legislativo. 44ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 11/09/1934, p. 154.

³⁵² Diário do Poder Legislativo. 49ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/09/1934, p. 335.

deputados –, conseguiam fazer “barulho” na Câmara, incomodando bastante o governo. Tanto que, ao que tudo indica, todos acabaram sendo derrotados em eleição de lisura bastante duvidosa, visando a Legislatura seguinte, conforme relatamos em capítulo anterior.

As denúncias sobre falhas na aplicação das leis sociais aprovadas eram outro assunto constante e constrangedor para o governo. O líder da bancada proletária, Vasco de Toledo, por exemplo, expôs o problema dos 2.800 empregados da Fábrica Bangu de Tecidos, que pediam uma audiência com o patrão, que se negava terminantemente a recebê-los. Então, entraram em greve, pedindo um aumento de salário, o cumprimento da jornada de 8 horas diárias e o pagamento dobrado das horas-extras, as duas últimas demandas já aprovadas no Legislativo e sancionadas por Vargas, mas que não estavam sendo respeitadas pela empresa em questão.³⁵³

Os trabalhadores consideravam que a fiscalização do Ministério do Trabalho era falha e que, pelo fato de muitos patrões apoiarem o governo, não havia empenho do ministério para que as leis fossem aplicadas. Por sua vez, o governo justificava que a aplicação das leis estava em via de se consumir no Brasil inteiro, mas que o país estava numa fase de transição, em que os patrões estavam ainda se adequando à nova legislação. Diante das cobranças constantes e em razão das greves de julho a setembro de 1934, que tinham entre seus pleitos essa exigência da aplicação das leis trabalhistas, uma nota oficial foi publicada no *Correio da Manhã*, em 29 de agosto de 1934, intitulada “Uma nota do gabinete do Ministro do Trabalho sobre o Movimento Operário”. O Ministério do Trabalho fez mea-culpa, mas afirmou que a “fiscalização, por instruções diretas do ministro, tem intensificado os seus serviços, orientando os patrões na prática da lei e autuando e cominando multas aos infratores”.

Anota mostra claramente a orientação do governo em não ver como legítimas as manifestações independentes dos trabalhadores. O sindicato, desde sua oficialização e inscrição no Ministério do Trabalho, era visto como uma extensão do Estado e, portanto, não era admitido que tal órgão tomasse ações contrárias às determinações governamentais:

O Sindicato tem função pública, é um órgão de colaboração do Estado e como tal deve agir dentro da lei, em coordenação com o Ministério do Trabalho. Fora dessa orientação o operariado está destruindo as garantias e as seguranças da legislação que o ampara (...).³⁵⁴

³⁵³ Diário do Poder Legislativo. 60ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 01/10/1934, p. 356.

³⁵⁴ Correio da Manhã, 29/08/1934, p.1.

O deputado Acyr Medeiros, na mesma linha, reclamou também da falta de proteção do governo ao trabalhador rural, que, segundo ele, beirava a escravidão. Em carta muito interessante, também lida pelo deputado em plenário, um trabalhador rural de Porciúncula (RJ), aparentemente de condição bastante humilde, denuncia ter sido mandado embora pelo patrão pelo simples fato de ter se sindicalizado, tendo seus recebimentos negados pelo patrão. Tal pagamento, inclusive, alcançava a parte da lavoura que, por acordo (provavelmente por um sistema de parceria), ficaria com ele, mas que lhe estava também sendo negado. A carta tem o título de “queixa”. Como o trabalhador via que não tinha o apoio da Justiça ou da polícia, via como alternativa pedir auxílio aos seus representantes na Câmara:

"(...) tendo eu no ano de 1933 uma lavoura já arruada pronta para apanhar o café, o patrão não quis que eu apanhasse o café, pelo motivo de eu estar sindicalizado no sindicato criado pelo governo, eu querendo estar dentro da lei do governo para minha garantia e de meus filhos, mais me vejo na miséria, sem amparo da lei; gostaria que o governo mandasse um homem justo ver o quanto eu tenho feito, e sofrido ao lado de minha companheira de trabalho e meus oito filhos (...). Já recebi ofício do delegado de polícia para desocupar a casa, no prazo de cinco dias. Eu peço justiça nas benfeitorias que fiz e provo, acho que o governo deve mandar dar valor no trabalho do pobre."³⁵⁵

É fundamental perceber que mesmo alguns trabalhadores rurais, mais afastados dos grandes centros urbanos, adotaram a postura de entrar em contato com seus representantes classistas a fim de que tivessem seus problemas ouvidos pela Câmara dos Deputados e, assim, quem sabe conseguir uma solução. Vale também notar que o meio escolhido para tanto era a correspondência, enviada individualmente ou por um coletivo, o que reforça essa prática comunicativa entre povo e autoridades políticas, inclusive do Legislativo, em momentos favoráveis e com destinatários confiáveis.

Quando as críticas recaíam sobre a polícia, especificamente sobre algum ministro ou ao próprio Vargas, a minoria proletária conseguia a simpatia e o apoio, ora firme ora tímido, dos deputados da oposição. Porém, quando desferiam denúncias contra empresas particulares ou reclamavam da exploração e má condição da vida da população e do trabalhador brasileiro – como no caso da carta acima –, então os deputados proletários com frequência se viam sozinhos. Não à toa a bancada proletária evitava qualquer tipo de aliança, mesmo com os deputados da minoria, que eram vistos por eles como tão burgueses quanto os deputados da maioria governista.

³⁵⁵ Diário do Poder Legislativo. 101ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/11/1934, p. 1851.

Dessa forma, no mínimo, a minoria proletária incomodava e tinha um papel importante, mas fazia uma guerra solitária. Ao término de seus mandatos não conseguiram a reeleição e foram substituídos por deputados que pouco fizeram pela defesa dos direitos dos trabalhadores. A atuação do governo, através do Ministério do Trabalho, cuidou para que se pressionassem os sindicatos reconhecidos e que, na nova eleição classista, não se repetissem os “erros” da anterior. Dessa forma, aniquilou politicamente os deputados da bancada proletária.

No quadro a seguir estão listados os nomes dos deputados que consideramos como os principais defensores dos interesses dos trabalhadores dentro da Câmara, com a bancada à qual pertenciam, o período em que atuaram e os temas mais abordados em seus discursos. Nota-se a presença da bancada proletária somente de julho de 1934 a abril de 1935, durante a Câmara Provisória. A partir de maio de 1935, na nova legislatura, a postura de defender os trabalhadores foi assumida por alguns poucos deputados da minoria parlamentar.

ATUAÇÃO DOS DEPUTADOS EM DEFESA DOS TRABALHADORES			
DEPUTADOS	BANCADA	PERÍODO	TEMAS ABORDADOS
João Vitaca Acyr Medeiros Vasco de Toledo Valdemar Reykdall Álvaro Ventura	Bancada Proletária (pequeno grupo, chamado de “radical”, dentro da bancada classista de empregados).	Jul/1934 a Abr/1935	Prisões ilegais / Ataques a sedes sindicais / Desaparecimento e assassinato de trabalhadores e jornalistas / Violência policial contra manifestantes / Deportação de trabalhadores estrangeiros / Desrespeito ao direito de <i>habeas- corpus</i> / Desrespeito à legislação trabalhista / Desrespeito à liberdade de imprensa / Defesa de melhores salários / Defesa de melhores condições de trabalho / Exigência do cumprimento de acordos assumidos pelo governo /
Abguar Bastos Otávio da Silveira Domingos Velasco	Minoria parlamentar (grupo de oposição ao governo)	Mai/1935 a Dez/1935	Leitura em plenário de correspondências enviadas por sindicatos, associações de classe ou diretamente por trabalhadores.

2 - O Caso Limongi e a constante expulsão de “estrangeiros”.

A atuação mais destacada da minoria proletária ocorreu no chamado Caso Limongi, que, por isso, merece ser examinado com vagar. Ele mobilizou a opinião pública, teve muitas semanas de destaque em jornais e foi um tema amplamente debatido na Câmara dos Deputados. O pano de fundo da questão era o autoritarismo do governo Vargas, que estava expulsando estrangeiros supostamente envolvidos em atividades extremistas, antes mesmo do término dos inquéritos policiais, ou seja, de se ter qualquer tipo de prova legal contra eles. Além disso, outro ponto alimentava as críticas dos jornalistas e deputados da oposição a essa prática governamental que se alastrava. Alguns dos deportados alegavam que eram brasileiros de nascença ou naturalizados, condição que impedia completamente que fossem penalizados com a expulsão. Sendo assim, tomou vulto a denúncia de que Vargas estava tirando brasileiros de sua pátria, com violência e injustiça, fato que devia indignar os patriotas.

O parágrafo 15 do artigo 113 da Constituição Federal de 16 de julho de 1934 dava brechas para a ação das autoridades ao dizer que a “União poderá expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País”. Não à toa que em resposta a um pedido de informações da Câmara sobre a ação policial, o chefe da corporação, Filinto Muller, buscou amparo na lei ao afirmar que os estrangeiros presos estavam atentando contra a lei máxima do país:

(...) houve, efetivamente, prisão de elementos estrangeiros, extremistas, reconhecidamente agitadores e desordeiros que foram devidamente processados para fins de expulsão do território nacional, de conformidade com o que preceitua a Constituição Federal.³⁵⁶

Dessa forma, se a atuação dos trabalhadores nas greves e manifestações já era reprimida, em relação aos estrangeiros essa participação não podia ser tolerada. Na época de efervescência das greves, de julho até setembro de 1934, cresceu muito o número de deportados. E, novamente, foi a bancada proletária que trouxe o assunto para o plenário da Câmara. Entre os vários casos citados, destaca-se o do português Horácio de Oliveira, que estava preso com outros 25 estrangeiros – o que mostra a enorme proporção de pessoas que estavam sendo deportadas –, todos já com ordem de deportação expedida e aguardando a definição do navio que iria executar a sentença.³⁵⁷ Outro caso, também bastante debatido na

³⁵⁶ Diário do Poder Legislativo. 125ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 02/01/1935, p. 4.

³⁵⁷ Diário do Poder Legislativo. 94ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/1/1934, p. 1674.

Câmara, foi a expulsão do polonês José Hochman, sumariamente desterrado sob a acusação de comunismo.³⁵⁸

Waldemar Reikdal, assumindo sua posição de representante dos trabalhadores, criticou a expulsão daqueles que eram acusados de comunistas e anarquistas, pedindo que governo federal revogasse as ordens de deportação e agisse com menos violência e mais cautela. Seu argumento era básico: não se podia punir alguém por ideias, mas apenas por atos, o que não lhe pareceria estar acontecendo:

“(…) quero crer que estamos vivendo um regime constitucional; assim, não compreendo que, pela simples razão de um operário alimentar ideias comunistas, possa ele ser imediatamente deportado, sem processo formal em que fique comprovada a sua coparticipação em fatos, não apenas em ideias”.³⁵⁹

Reickdal denunciou a clara estratégia utilizada pela polícia: fazia-se uma primeira prisão, fichavam o manifestante como comunista – mesmo que ele não fosse – e, assim, caso esse manifestante fosse novamente preso, já era considerado reincidente e a expulsão podia ser cogitada. No caso de ser estrangeiro então isso era ainda mais facilitado. Álvaro Ventura, deputado classista e o único sabidamente membro do PCB na Câmara, era outro que sempre mencionava a questão em seus discursos:

Nada menos que uma dezena de trabalhadores honrados se acham presos nas masmorras da rua Frei Caneca, à espera da ordem de expulsão. Estes homens, na sua maioria operários, com mais de 10, 20, 30 anos de permanência no país, casados aqui e com numerosa prole aqui nascida, foram taxados, pela polícia política, de “extremistas perigosos”.³⁶⁰

Nesse contexto surgiu a denúncia sobre o Caso Limongi, que tomou grande vulto. Em novembro de 1934, o jornalista Antônio Conrado Limongi foi expulso do país, acusado de subversão antes que seu pedido de *habeas-corpus* fosse julgado, e sem ter tido o direito de se despedir de sua família. O caso teve enorme repercussão na imprensa e dividiu a Câmara. Seria só mais um entre vários, mas a minoria parlamentar, dessa vez, resolveu abraçar e reforçar as denúncias de Reykdall e Ventura, o que mais uma vez demonstra o quão era a importante a presença e a voz da minoria proletária na Câmara, para dar publicidade aos

³⁵⁸ Diário do Poder Legislativo. 164ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 16/02/1935, p. 1083.

³⁵⁹ Diário do Poder Legislativo. 36ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 31/08/1934, p. 315.

³⁶⁰ Diário do Poder Legislativo. 46ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 03/09/1934, p. 211-215.

problemas dos trabalhadores. Outro fato que ajudou na publicidade desse caso é que o deputado oposicionista Acúrcio Torres conhecia pessoalmente o deportado e, assim que soube do ocorrido, tomou para si a defesa do jornalista Limongi.

Além de Torres, outro destacado deputado da oposição, Adolfo Bergamini, não apenas prestou seu apoio e solidariedade à família de Limongi, como afirmou que o deportado era cidadão brasileiro, descendente de italianos, tendo inclusive obtido título eleitoral na cidade do Rio de Janeiro. Bergamini chamou a atitude do governo de “inominável” e Torres declarou que houve desrespeito com o Poder Judiciário – que ainda não havia julgado o pedido *habeas corpus*.³⁶¹ O intuito do discurso era apontar para o autoritarismo do governo contra a população, com destaque a trabalhadora, ao ponto de não se cumprir as leis constitucionais vigentes. Pressionado, Vargas mandou, pela primeira vez nos quatro anos em que estava no poder, um ministro à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos. Isso ocorreu no dia seguinte aos inflamados discursos de Acúrcio Torres e Adolfo Bergamini.

No plenário da Câmara, Vicente Ráo, Ministro da Justiça, fez um curto pronunciamento em que afirmou que o “caso se prende à necessidade de defesa nacional” e que o cidadão em questão imprimia “boletins comunistas (...) envenenando o espírito do nosso povo”. Justificou a deportação, dizendo que Limongi não apresentou às autoridades, no momento da prisão, seu título de eleitor. Por isso, o governo não sabia que ela tinha documentos que provassem sua nacionalidade brasileira. Ademais, para o ministro, Limongi se utilizava do jornalismo para criticar o Brasil e incentivar países estrangeiros a invadir o território nacional, não merecendo ser considerado um cidadão brasileiro. Cabe a citação de um trecho do pronunciamento do ministro:

Apesar, porém, dos documentos lidos nessa Casa - documentos que a polícia desconhecia, porque o interessado, não obstante o tempo que lhe foi dado para a defesa, não os apresentou - venho afirmar com a responsabilidade de ministro (...) que deve ter, acima de tudo, o cuidado da segurança nacional contra a investida de elementos estrangeiros, venho afirmar a esta Casa que o expulsado Limongi não é cidadão brasileiro porque jamais aceitou essa nacionalidade. Exerceu ele, no Rio de Janeiro e em Niterói, imprimindo em tipografias clandestinas, o jornalismo italiano, puramente, exclusivamente, nitidamente italiano.³⁶²

Como é possível perceber, a declaração de Ráo tinha como objetivo fundamental macular a imagem de Limongi, não se ocupando de apresentar provas concretas e legais que

³⁶¹ Diário do Poder Legislativo. 110ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 05/12/1934, p. 2066-2069.

³⁶² Diário do Poder Legislativo. 111ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/12/1934, p. 2094.

justificassem sua expulsão do país. Frágeis argumentos para justificar uma atitude radical que foi a expulsão de um trabalhador para outro país.

Logicamente, a maioria governista o aplaudiu efusivamente. E, é claro, a oposição não se deu por satisfeita. Acúrcio Torres e Adolfo Bergamini pediram uma sessão secreta, com a presença do ministro, a fim de que fosse examinado o inquérito e o processo que culminou com a deportação do ítalo-brasileiro. Os deputados governistas, Cunha Melo, Amaral Peixoto e Barreto Campello, defenderam o ministro e mais uma vez usaram o argumento da "defesa nacional", enquanto a oposição insistia na tecla da defesa dos direitos individuais garantidos pela Constituição de 1934. Por fim, os governistas rejeitaram o pedido de sessão secreta, para indignação da minoria parlamentar. Adolfo Bergamini declarou que havia ocorrido “uma violação ostensiva e clamorosa da Carta Constitucional”, com o total apoio do Ministro da Justiça, e lamentou o que chamou de “triste solidariedade política da maioria” com Vargas.³⁶³

A repercussão desse debate foi tanta, que praticamente todos os jornais de maior circulação puseram o assunto em manchetes de primeira página, embora com abordagens distintas. Enquanto o *Correio da Manhã*, ao longo de sua cobertura, demonstrou uma tendência a aceitar o argumento da “defesa nacional”, o *Jornal do Brasil* deu amplo destaque à atuação do deputado Acúrcio Torres e concluiu pela inconstitucionalidade da expulsão de Limongi:

O Sr. Acúrcio Torres, nesse caso da expulsão de Conrado Limongi, vai num "crescendo" de provas e de informações, impressionando a Câmara (...). É exaustiva a prova de nacionalidade brasileira do Dr. Antonio Conrado Limongi. Os documentos iam sendo passados (...). Proprietário de casa e terreno em Niterói; quatro filhos brasileiros natos; casado no Brasil com mulher francesa; eleitor com título expedido (...). O Ministro Vicente Ráo, que havia manifestado desejo de voltar à Câmara para ouvir os debates sobre o caso Limongi, não o fez. Naturalmente, refletiu da causa e na falta de estabilidade do terreno em que pisa.³⁶⁴

O jornal *A Pátria* chegou a publicar na íntegra o suposto inquérito policial sobre o caso, mas todos os seus exemplares foram apreendidos pelo governo, fato que foi levado ao plenário pelo deputado proletário Acyr Medeiros. Porém, não teve muita repercussão, visto que o governo justificou a atitude dizendo que a divulgação era ilegal, prejudicava a ação policial e trazia alterações e inverdades em relação ao fato original.³⁶⁵

³⁶³ Diário do Poder Legislativo. 113ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/12/1934, p. 2171.

³⁶⁴ *Jornal do Brasil*. 08/12/1934. “Aspectos da Câmara – O caso Limongi”, p. 7.

³⁶⁵ Diário do Poder Legislativo. 113ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/12/1934, p. 2167.

Enquanto a bancada proletária pedia explicações sobre a apreensão do jornal, a minoria parlamentar tentava que o processo fosse remetido para a Câmara, a fim de que pudessem ter acesso aos documentos. Nem uma coisa nem outra. O governo tinha ampla maioria e conseguiu dar o caso por encerrado. Em 8 dezembro de 1934, após um mês de calorosos debates, os presidentes das comissões permanentes da Câmara se reuniram e ficou decidido que competia ao Poder Judiciário analisar a situação, devendo o Poder Legislativo não mais interferir.

3 – O Caso Barão de Itararé e a violência contra a imprensa

Havia uma relação muito estreita entre a imprensa e os deputados federais. Os periódicos eram constantemente lidos nos discursos em plenário, assim como os discursos dos deputados sempre ocupavam páginas de destaque nos principais jornais.

Os periódicos se dividiam entre o apoio ao governo ou à oposição, sendo alguns adeptos do meio termo, ou seja, ficavam “em cima do muro”. Como empresas privadas, logicamente defendiam interesses próprios, mas é possível identificar três momentos específicos em que adotaram a mesma postura. O primeiro foi quando se posicionaram fortemente contra a Lei de Segurança Nacional, com justificado medo da interferência estatal no seu ofício. O segundo foi quando criticaram o veto presidencial ao reajuste dos funcionários públicos civis, em maio de 1935, a ponto de levar o deputado Barreto Pinto a declarar que “o Diário da Câmara é o único jornal que não criticou o veto”³⁶⁶. O terceiro e último foi quando a maioria absoluta dos jornais se colocou a favor de uma punição severa aos envolvidos na chamada Intentona Comunista. Ou seja, se nos dois primeiros momentos se colocaram ao lado da oposição, no terceiro, estiveram francamente com o governo.

A análise da atitude do governo em relação à imprensa nos anos 1934 e 1935 nos mostra um aumento paulatino da repressão, acompanhado de uma série de represálias, o que incluía a prisão, agressão e sequestro de jornalistas, apreensão de edições inteiras de jornais e ataques às máquinas de tipografia em suas sedes. Tudo isso ocorreu com o pano de fundo de um antecedente marcante: o empastelamento do *Diário Carioca*.³⁶⁷ Esse fato ocorrera em 1932 e era um assunto que sempre voltava à tona para ilustrar como o governo – ou pessoas adeptas do governo – podia usar da força contra os jornalistas que o criticavam.

³⁶⁶ Diário do Poder Legislativo. 39ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/06/1935, p. 1372.

³⁶⁷ O jornal foi empastelado após fazer uma série de críticas ao governo e ao Clube 3 de Outubro, fundado pelos participantes do movimento tenentista e que era um dos principais apoios de Vargas durante o Governo Provisório. Para mais informações, ver Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro (DHBB), CPDOC, FGV, verbete Diário Carioca.

No panorama da imprensa da época, é possível identificar quais jornais estavam com a oposição e quais se posicionaram ao lado de Vargas. Embora isso mudasse, podemos dizer que em 1934 e 1935, em São Paulo, o importante periódico *O Estado de São Paulo* estava com o governo, desde o momento em que o Partido Constitucionalista havia deixado a oposição e ganhado dois ministros: Vicente Ráo, na Justiça e José Carlos de Macedo Soares, no Exterior. Assim, esse jornal, que fora de grande importância na guerra paulista em 1932, a partir de julho de 1934, torna-se órgão importante na defesa das ações governamentais.

Já no Rio de Janeiro, entre os periódicos que prestavam apoio ao governo, destaca-se o *Diário Carioca*, cujo dono era o jornalista José Eduardo de Macedo Soares. O mesmo jornal que fizera uma oposição destacada por um longo tempo e fora empastelado em 1932, dois anos depois pendia para o lado de Vargas, uma vez que Macedo Soares aderiu ao Partido Popular Radical (PPR/RJ), mesmo partido de Raul Fernandes, líder do governo na Câmara dos Deputados. Por vezes esse jornal travou debates com o *Diário de Notícias*, jornal que formava mais na oposição. Podemos citar como exemplo a defesa que esse jornal fez dos acordos comerciais firmados por Vargas com Estados Unidos e Inglaterra, criticando duramente o deputado oposicionista Cincinato Braga (PRP/SP) que, na Câmara, era o principal crítico dessa política econômica:

Na Câmara oradores, que não podem ser tidos na conta de levianos ou idiotas, trazem seu feixe de lenha à fogueira. O doutor Cincinato Braga, por exemplo, tem bastante experiência e conhecimento do meio político brasileiro para urdir inocentemente uma série de considerações escandalosamente mentirosas apenas por ódio ou paixão política.³⁶⁸

O artigo de primeira página foi lido em plenário pelo deputado governista Barreto Pinto e teve grande repercussão, gerando uma resposta por escrito publicada no *Diário de Notícias*, assinada pelo Partido Republicano Paulista (PRP), na qual criticava Macedo Soares e defendia tecnicamente o porquê de se colocarem contra a política econômica e financeira do governo.

Ainda na capital da República, outros importantes jornais merecem destaque: o *Diário da Noite* tinha tendência a estar com o governo, assim como *O Globo*; e o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, embora trouxessem em vários momentos a palavra dos oposicionistas e tivessem uma postura bastante crítica em relação ao governo, não podem ser considerados jornais de oposição, porque eram extremamente legalistas e em momento algum, durante os

³⁶⁸*Diário Carioca*, 11/08/1935, p. 1, artigo “Nunca mais!”, de José Eduardo de Macedo Soares.

anos de 1934 e 1935, se posicionaram abertamente contra Getúlio Vargas.

A guerra entre governo e oposição na imprensa ocorria Brasil afora. Eram comuns atentados contra jornais de adversários políticos. Para citar um exemplo: certa vez o deputado J. J. Seabra, importante opositor baiano, criticou o interventor Juraci Magalhães, dizendo que ele mandou que seus “prepostos boicotassem os órgãos oposicionistas”, ao pedir a todos os prefeitos que “impedissem a circulação e a leitura dos jornais *A Tarde* e *O Imparcial*”, que divulgavam a voz da oposição daquele estado. Como resposta, os deputados situacionistas Homero Pires e Manoel Novaes disseram que seu Partido Social Democrata (PSD/BA) apenas expediu circular recomendando seus eleitores a boicotassem tais periódicos.³⁶⁹ Em outro episódio, dessa vez a respeito do Ceará, Fernandes Távora (PSD/CE) reclamou da perseguição do governador à imprensa do estado.³⁷⁰ Eram questões trazidas ao plenário a todo o momento, com a oposição reclamando das atitudes do governo em relação aos periódicos de oposição, e o governo se defendendo dizendo não tomar ações de represália à imprensa.

Embora Vargas e seus aliados se defendessem, o cotidiano da Câmara mostrava que, realmente, a perseguição aos jornais oposicionistas crescia. Há um aumento das denúncias no decorrer de 1934, principalmente após as greves ocorridas nos meses de julho, agosto e setembro. Em 1935, após a aprovação da LSN, notamos mais uma guinada repressiva, que chegou ao auge após a ocorrência dos levantes liderados pela Aliança Nacional Libertadora, em novembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Alguns fatos podem ser mencionados para servir de exemplo. Em julho de 1934 o deputado Acúrcio Torres reclamou que o jornal *A Manhã* estava há um mês proibido de circular em Porto Alegre. João Carlos Machado, líder da bancada governista gaúcha, usou a justificativa da preservação da ordem social e do combate ao extremismo para explicar os motivos de tal medida.³⁷¹

Em dezembro, outro fato importante: Bergamini denunciou o espancamento de um jornalista da oposição na Bahia e fez referência ao Caso Limongi, para dar mais contundência ao que chamou de “guinada de repressão governamental”:

A impunidade de violências estimula violências novas e mais revoltantes. (...) Ontem era o Ministro da Justiça que mandava um cidadão brasileiro, naturalizado, para a sua terra de origem, sem forma nem figura de processo (...). Nesse instante, acabo de ter notícias de que outro delegado de confiança do chefe do governo Provisório que aparece aos olhos da nação com um verniz de constitucionalidade e

³⁶⁹ Diário do Poder Legislativo. 84ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/11/1934, p. 1473.

³⁷⁰ Diário do Poder Legislativo. 85ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/08/1934, p. 3321.

³⁷¹ Diário do Poder Legislativo. 66ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 22/07/1934, p. 2566.

com a denominação constitucional de Presidente da República, o senhor Interventor Juracy Magalhães, manda espancar o jornalista e político Simões Filho.³⁷²

Bergamini reclamou ainda que o poder político no Brasil estava sendo usado como “instrumento de vingança”. Discurso parecido fez o deputado João Villasboas (Partido Liberal/MT), alguns meses depois, já no contexto do debate em tornoda LSN, em fevereiro de 1935, ao criticar duramente a prisão do jornalista Henrique Lamayer Monteiro, que fazia oposição ao governo de Mato Grosso.³⁷³

E as apreensões de jornais se sucediam, principalmente após a aprovação da LSN, em 04/04/1935. No mesmo mês, o deputado Mozart Lago (Partido Economista Democrático/RJ) reclamou da apreensão de toda uma edição do diário *A Pátria*. Segundo ele, os jornalistas e editores não foram comunicados de nada preliminarmente. A polícia invadiu a redação, destratou os que lá trabalhavam e apreendeu a edição.³⁷⁴ Em maio seguinte, o deputado mineiro Pinheiro Chagas (PRM) disse que o *A Batalha* estava sofrendo forte censura.³⁷⁵

Abgvar Bastos, Otávio da Silveira e Domingos Velasco, que na nova Legislatura, de maio de 1935, assumiram a função que cabia aos deputados da bancada proletária na legislatura anterior, apresentaram constantemente requerimentos à Câmara pedindo explicações ao Executivo por apreensões e fechamentos de jornais. Como os classistas mais engajados não conseguiram a reeleição, Bastos, Silveira e Velasco, mesmo sem serem representantes classistas, assumiram a responsabilidade, por suas boas relações com movimentos sociais, na divulgação da repressão sofrida nas ruas. Em 19 de julho de 1935, dias depois do fechamento da ANL, eles pediram informações sobre o porquê da ação do governo contra *O Avante*:

Requeremos que, por intermédio do Sr. Ministro da Justiça, o governo informe à Câmara se as medidas policiais de apreensão de edições sucessivas do jornal *Avante*, e consequentemente paralisação de seus serviços, estão sendo praticadas de acordo com os dispositivos da Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional, ouvidos, como de direito, os preceitos jurídicos que regulam o assunto.³⁷⁶

³⁷² Diário do Poder Legislativo. 119ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/12/1934, p. 2408.

³⁷³ Diário do Poder Legislativo. 158ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 09/02/1935, p. 930.

³⁷⁴ Diário do Poder Legislativo. 218ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/04/1935, p. 2977.

³⁷⁵ Diário do Poder Legislativo. 17ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/05/1935, p. 657.

³⁷⁶ Diário do Poder Legislativo. 64ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 19/07/1935, p. 5955.

Em novo discurso, o deputado Abguar Bastos protestou novamente em favor da imprensa, criticando a deportação do jornalista Amorim Parca – acusado de “extremismo” –, e reclamando da prisão dos redatores e do desaparecimento de jornalistas do jornal *A Platéia*, em São Paulo. Na ocasião, Bastos mais uma vez citou *O Avante*, que dessa vez havia sido fechado definitivamente pelas autoridades.³⁷⁷

Até o líder da minoria parlamentar, João Neves da Fontoura, também se engajou na denúncia contra a repressão aos jornais, criticando a agressão do jornalista cearense Rodolfo Ribas etambém a apreensão pela polícia do jornal *Unitário*, de Fortaleza.³⁷⁸

Essas são apenas algumas das dezenas de denúncias apresentadas pelos deputados ao longo de 1934 e 1935. Muitas vezes os próprios jornalistas enviavam cartas com pedidos de ajuda, revelando aos deputados as violências que sofriam. Poucos dias antes da “Intentona”, o deputado Domingos Velasco leu um telegrama enviado no dia 6 de novembro por José Cavalcanti, diretor do jornal *Folha do Povo*, de Recife, em que pede que seja divulgado pelo deputado, para o país inteiro, o fato de aquele jornal ter tido sua última edição apreendida e sua redação ter sido seriamente danificada pela ação policial.³⁷⁹

Se os jornais da minoria parlamentar já sofriam ataques em sua liberdade de expressão, os pequenos jornais proletários então eram alvos muito mais frequentes da polícia. *A Vanguarda*, *A Classe Operária*, o *Jornal do Povo* –, entre outros, constantemente eram proibidos de circular, tinham edições inteiras apreendidas e sofriam ataques a suas sedes. *A Vanguarda* era lido na Câmara pelo deputado Acyr Medeiros e fazia ampla propaganda contra o Ministério do Trabalho e a “febre de sindicalização”, dizendo que os sindicatos “controlados pelo governo (...) não teriam liberdade de ação”.³⁸⁰ Comparava os sindicatos brasileiros aos da Itália fascista, além de acentuar que eles não tinham independência econômica, pois não podiam ter, por lei, mais de 2 contos de réis em caixa.

Já o *A Classe Operária*, vinculado ao PCB, fazia propaganda do comunismo e de seus líderes, sendo frequentemente enquadrado como extremista, o que o fez circular quase sempre na ilegalidade. Quando fazia alguma edição mais moderada, como a que foi destinada inteiramente a contar a história de Luís Carlos Prestes e de sua adesão ao comunismo, teve sua circulação permitida e pôde, inclusive, ser lido em plenário pelo deputado da chamada bancada proletária, assumidamente comunista, Álvaro Ventura.

³⁷⁷ Diário do Poder Legislativo. 97ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/08/1935, p. 3766.

³⁷⁸ Diário do Poder Legislativo. 136ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/10/1934, p. 5955.

³⁷⁹ Diário do Poder Legislativo. 161ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 07/11/1935, p. 7513.

³⁸⁰ Diário do Poder Legislativo. 53ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/09/1934, p. 526-533.

Em meio a esse ambiente de repressão que foi se intensificando ao longo dos anos de 1934 e 1935, vários sequestros de jornalistas passaram a ocorrer. Um dos casos de mais repercussão aconteceu com o famoso Aparício Torelly, conhecido pelos pseudônimos Aporelly e Barão de Itararé – título criado e atribuído por ele, a si mesmo. Era um jornalista bem humorado e muito conhecido por suas tiradas humorísticas e pela forma hilária como se referia aos políticos e autoridades. Militante do PCB, Aporelly criou e dirigiu o *Jornal do Povo*. Em outubro de 1934, ao publicar uma série de reportagens em homenagem a João Candido e à Revolta da Chibata, de 1910, foi sequestrado por oficiais da Marinha descontentes com o conteúdo das matérias, sendo agredido e ameaçado de morte. O *Correio da Manhã* divulgou o ocorrido, numa clara denúncia, que ironizava a ação dos sequestradores e exaltava a personalidade do Barão:

O grupo teria manifestado desejos de que ele engolisse determinado artigo. "Aporelly", sem se alterar, teria obtemperado: "Isso não é das coisas mais agradáveis". E, assim, não atendeu à vontade dos atacantes. Estes teriam dito, então: "Vamos tosar seu cabelo". Foi, então, que se teria manifestado mais interessante o bom humor do jornalista. Respondeu Aporelly: "Nesse caso, os senhores pouparão o trabalho do barbeiro".³⁸¹

Libertado, Aporelly acabou optando por não prestar queixa, mas as ações contra o *Jornal do Povo* continuaram, tendo por várias vezes edições inteiras apreendidas e impedidas de circular. A isso se somava uma péssima convivência com a polícia e com o governo, o que fez o jornal ser definitivamente fechado. Em referência à violência policial que sofria e que os jornalistas em geral também sofriam, Aporelly acabou por se tornar uma figura do folclore político da época, ao mandar colocar na porta de outro jornal de sua propriedade, *A Manha* – evidentemente uma sátira ao nome do jornal estadonovista *A Manhã* –, uma placa bem humorada com os dizeres: “entre sem bater” [KONDER, 2007, p. 189].

Mas o caso de Aporelly esteve longe de ser único. Sequestros, ataques e prisões contra jornalistas eram práticas comuns. E a oposição, principalmente a bancada proletária, denunciava em plenário e exigia providências e explicações do governo. Em 24 de outubro de 1934, por exemplo, o deputado Álvaro Ventura citou não só o sequestro de Aparício Torelly, mas também as prisões de quatro redatores do *Jornal do Povo*. Atribuiu culpa a Vargas e disse que o Brasil estava sob um “regime de terror governamental”.³⁸²

Duas semanas depois, o também deputado proletário, Valdemar Reykdall, denunciou o sequestro de mais pessoas envolvidas no movimento operário, muitos deles ligados à

³⁸¹ *Correio Manhã*, 20/10/1934, p. 5, “Barão de Itararé vítima de atentado”.

³⁸² Diário do Poder Legislativo. 72ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 24/10/1934.

imprensa proletária. Voltou a mencionar o jornalista Aparício Tonelly, além do caricaturista Tobias Warchavskye diversos outros líderes sindicais que teriam sido raptados, espancados e ameaçados de morte, estando alguns sem paradeiro definido após vários dias desaparecidos.³⁸³ O deputado Álvaro Ventura (PCB) deu ênfase ao “sumiço” de Warchavsky, criticando o chefe de polícia Filinto Muller, que negava qualquer envolvimento da polícia no caso. Ventura, obviamente, responsabilizava Muller, que liderava a polícia da capital e que, segundo ele,

(...) que faz desaparecer dezenas de operários, que assalta sindicatos, que mancomunada com meia dúzia de integralistas faz desaparecer o jornalista Aparício Torelly, que por cima das leis de sua própria classe fecha o *Jornal do Povo*, que desrespeita sentenças de sua própria justiça de classe, que fere a balas meninas de 15 anos (como aconteceu na fábrica Cruzeiro), que tem em suas crônicas barbaridades.³⁸⁴

Essa situação de repressão à imprensa se acirraria, ainda mais, após a chamada Intentona Comunista, no final de novembro de 1935, quando foi legalizada a censura aos jornais, sob a justificativa de evitar a atuação de jornalistas extremistas e a publicação de matérias que prejudicassem a segurança nacional. Já em fins de novembro, fazendo-se valer do Estado de Sítio, a intervenção no conteúdo publicado pelos jornais foi grande.

Para citar um exemplo, o deputado Bandeira Vaughan leu em plenário um artigo que sairia no jornal *A Rua*, mas que foi vetado pela censura. O artigo criticava o governo fluminense, aliado de Vargas, por não ter pagado o prometido aos funcionários públicos do estado do Rio de Janeiro. Portanto, o que se conclui é que desde a decretação do Estado de Sítio a liberdade de imprensa foi cerceada a tal ponto que não era permitido fazer críticas de espécie alguma ao governo Vargas e seus aliados.³⁸⁵

4. O caso Genny Gleiser e o auge da perseguição nas ruas.

(...) uma compressão está sendo exercida contra os trabalhadores do Brasil, depois de decretada a nova Constituição, que, exatamente ao contrário do que se está verificando, garante-lhes a sindicalização, o direito de reunião e a livre manifestação do pensamento; no entanto, os sindicatos têm sido depredados, as reuniões são dissolvidas a bala e a gás lacrimogênio, os trabalhadores são esbordados e assassinados, e até seus advogados são desacatados e presos.³⁸⁶

³⁸³ Diário do Poder Legislativo. 85ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/11/1934, p. 1488.

³⁸⁴ Diário do Poder Legislativo. 88ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/11/1934, p. 1534.

³⁸⁵ Diário do Poder Legislativo. 204ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/12/1934, p. 9916.

³⁸⁶ Diário do Poder Legislativo. 93ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/11/1934, p. 1635.

As palavras acima, proferidas pelo famoso advogado Clóvis Dunshee de Abrantes, revelam a situação enfrentada pelos trabalhadores já em finais de 1934, após a prisão, sob acusação de comunismo, de advogados que defendiam líderes sindicais. A compressão vivida pelos movimentos sociais se intensificou cada vez mais, tendo como grande e definitivo marco o fechamento da Aliança Nacional Libertadores, em julho do ano seguinte. No final de novembro de 1935, por fim, praticava-se abertamente a censura e o cerceamento da liberdade de ir e vir, após a decretação do Estado de Sítio.

Os pesquisadores Ângela de Castro Gomes [1979, p. 239] e Robert Levine [2001, p. 25 e p. 72] apontam que o Estado do pós-1930 tem por objetivo o esvaziamento e o controle das lutas desencadeadas pelo trabalhador brasileiro. Gomes aponta que a grande novidade em relação a governos anteriores é que tal objetivo traz uma importante inovação: tornar os trabalhadores como uma nova base de apoio social ao regime. Nesse contexto destaca-se a ação do Ministério do Trabalho, e iniciativas como a criação da Carteira de Trabalho e a necessidade de reconhecimento oficial dos sindicatos. Mas, ao mesmo tempo, ocorria a violenta ação policial nas ruas, com a meta de reprimir as manifestações independentes do movimento operário. Nas palavras de Gomes é preciso articular a dimensão repressiva com o efeito da criação e aplicação das novas leis naquele contexto específico:

Em primeiro lugar (...) fica atestado que os momentos de avanço no ritmo do processo de formulação de uma legislação social estão relacionados àqueles de movimentação dos trabalhadores e não o contrário, como o mito da outorga se esforça para sugerir (...). Em segundo lugar, (...) fica ressaltada a importância da nova política social como um instrumento de eficácia ideológica, mas, principalmente, de valor como força repressora à orientação de esquerda do sindicalismo independente. [GOMES, 1979, p.215]

Após o já citado aumento das prisões e deportações em decorrência das greves de julho, agosto e setembro de 1934, a repressão cresceu ainda mais, dessa vez em razão das eleições marcadas para outubro. A Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo enviou carta aos representantes classistas denunciando prisões ilegais em Bauru, tanto de trabalhadores que estariam fazendo campanha política quanto de candidatos da coligação de esquerda do estado de São Paulo. Da mesma forma, o Sindicato dos Bancários de Sergipe denunciou, em telegrama lido em plenário: “peço líder da bancada proletária, Vasco de Toledo, o desaparecimento do bancário Augusto Besouchet após ter sido detido pela polícia,

no dia 20 de setembro”.³⁸⁷

Esse diálogo entre o movimento dos trabalhadores e a Câmara dos Deputados se manteve constante, realizando-se tanto pelo envio de cartas e telegramas, recebidos e lidos em plenário, quanto pela importância que os deputados gozavam entre os trabalhadores. Era uma relação estreita de confiança, em que os sindicatos se sentiam de fato representados institucionalmente e usavam esse canal frequentemente para amplificar sua luta política.

As críticas e ameaças sofridas pelos deputados proletários eram também muito recorrentes. Algumas vezes eles foram apontados diretamente pela imprensa ou por deputados governistas como responsáveis pela radicalização de greves e de manifestações reivindicatórias. Um caso específico merece destaque. A acusação de que Álvaro Ventura e Valdemar Reikdall estariam liderando diretamente um movimento grevista em Itajubá (MG). O *Diário da Noite* publicou um suposto telegrama em que o delegado local mencionava os dois deputados como líderes da greve, afirmando inclusive que eles estavam presentes na cidade, incentivando os proletários a não recuarem da ação. Nessa oportunidade, o deputado Acyr Medeiros, também da bancada operária, defendeu seus colegas com uma alegação incontornável, que explicitava os baixos métodos da polícia contra aquela bancada:

(...) sabem Vossas Excelências e toda a Câmara que não é exato estivessem presentes naquela cidade, à data em que foi passado o telegrama, os citados colegas Valdemar Reikdall e Vasco de Toledo, pois que os mesmos se encontravam então presentes à sessão da Câmara. São esses, sr. presidente, os meios de que os nossos adversários lançam mão para nos expor ao ridículo e nos envolver na trama sinistra de perturbadores da ordem.³⁸⁸

A comunicação constante de alguns deputados da bancada classista com sindicatos e associações da classe trabalhadora permite vermos como a Câmara dos Deputados e a experiência da representação classista foi um espaço muito importante de luta para os trabalhadores, a despeito de todas as suas limitações. A documentação evidencia como eles souberam usar tal espaço, principalmente para a realização de denúncias da repressão que sofriam sobre as manifestações independentes do movimento operário no período.

Entre os meses de janeiro e março de 1935, período de debate em plenário da Lei de Segurança Nacional, as manifestações contra a aprovação dessa lei se intensificaram. Ao mesmo tempo, mais uma vez a Câmara foi usada como porta-voz dos movimentos sociais. Ao analisar esses três primeiros meses de 1935, encontramos o expressivo número de 52

³⁸⁷ Diário do Poder Legislativo. 64ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/10/1934, p. 536.

³⁸⁸ Diário do Poder Legislativo. 128ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 05/01/1935, p. 121.

sindicatos e associações de trabalhadores que tiveram cartas e telegramas lidos integralmente ou mencionados em parte, no plenário Câmara, pelos deputados classistas da bancada proletária. O teor era sempre o mesmo: marcar posição contra a LSN, com moções de repúdio e pedidos para que a Câmara a rejeitasse. Era uma estratégia considerada muito importante de pressão em prol dos interesses dos trabalhadores, que, como se vê, não excluía a realização de greves e outros tipos de manifestações.

Na nova legislatura que assume em maio de 1935, o governo se livrou da bancada proletária, obstruindo a possibilidade de reeleição do grupo que atuara em 1934. Dessa forma, percebemos também a gritante diminuição no envio de cartas e da leitura das mesmas em plenário, sobretudo em face do aumento da repressão nas ruas. Embora os deputados Domingos Velasco, Otávio da Silveira e Abguar Bastos tivessem uma ligação com a ANL, e tenham tido uma atuação enfática e importante em favor dos movimentos sociais, a ligação dos trabalhadores organizados com eles não era tão estreita quanto era com os da antiga bancada proletária.

As correspondências que eram lidas e comentadas, com repercussão, na legislatura anterior, passaram a ser simplesmente publicadas nos Anais da Câmara, sem receberem o mesmo destaque que tinham antes. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando os bancários enviaram mensagem à Câmara pedindo apoio na luta pelo salário mínimo para a classe, em junho de 1935.³⁸⁹

Com o fechamento da ANL e diversas outras organizações em julho de 1935, a oposição da Câmara passou a defender firmemente o direito de livre associação. O deputado Ubaldo Ramallete (Partido da Lavoura/ES) pediu que a Câmara aprovasse o pedido de explicações que Acúrcio Torres e outros deputados enviaram ao Ministro da Justiça, sobre a ação governo contra os movimentos sociais. Ramallete e Torres criticaram o que chamaram de “intranquilidade e violências contra a liberdade dos cidadãos” e citaram repressões levadas a cabo pela polícia nos dias 4 e 5 de julho, justamente datas comemorativas dos 18 do Forte e da Revolta Constitucionalista de São Paulo. A polícia teria agido com excessivo rigor em São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza e Rio de Janeiro, contra várias manifestações populares. O deputado Torres alegava que tais “providências são determinadas pelo Governo Central”.³⁹⁰

Nove dias depois, em 17 de julho, em mais um requerimento, novamente Ramallete e Torres, agora juntos com o deputado Botto de Menezes (Partido Republicano Libertador/PB),

³⁸⁹ Diário do Poder Legislativo. 32ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/06/1935.

³⁹⁰ Diário do Poder Legislativo. 55ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 08/07/1935, p. 2109.

questionavam o fechamento da União Feminina do Brasil [FIG. 20]. Abgvar Bastos também discursou reclamando das violências policiais contra um Congresso de trabalhadores em Petrópolis, no qual um operário morreu. Em seguida, enumerou a sequência de ações tomadas pelo governo Vargas desde junho contra diversas organizações de esquerda e criticou a demora em se esclarecer depredações e atentados sofridos por sedes sindicais:

(...) essa negativa em prestar esclarecimentos aos representantes do povo (...) vem demonstrar, cabalmente, que a polícia e o governo estavam mancomunados com os atentados. Já naquela época se processavam os preparativos que culminaram no fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Logo após o Congresso de Petrópolis era proibido o Congresso da Juventude Operária, eram fechados diversos sindicatos, varejado o Sindicato dos Bancários; presos cidadãos dentro das sedes de suas agremiações, que eram legalizadas juridicamente; trancafiados nos xadrezes operários indefesos, arrancados do recinto de suas sedes pacíficas.³⁹¹

O desaparecimento de trabalhadores, vistos pela última vez em confrontos com a polícia ou nas próprias delegacias, foi um tipo de denúncia que aumentou ao longo de 1935. O deputado Otávio da Silveira discursou pedindo explicações sobre o destino dado pela polícia ao alfaiate, preso no dia 22 de maio de 1935, acusado de ter assassinado um policial durante um comício comunista no Rio de Janeiro, que ocorreu no dia 13 do mesmo mês. Tratava-se do paradeiro do austríaco Jacob Goldschmidt. A polícia informava desconhecer o episódio, afirmando que ele não estava mais preso. Silveira disse temer que o destino de Goldschmidt tivesse sido o mesmo de outros, supostamente mortos pela polícia e nunca mais encontrados. Mais uma vez um estrangeiro desaparecia, sendo alvo das autoridades brasileiras; uma prática cada vez mais recorrente.³⁹²

Enquanto os deputados criticavam a polícia, a imprensa governista intensificava a construção de uma imagem de Jacob Goldsmith como um assassino frio, que havia atirado pelas costas em um policial “calmo e apaziguador”: Manoel Lamas morrera após levar um tiro em um confronto entre a polícia e os comunistas:

Manoel Lamas recebeu um tiro pelas costas, caindo mortalmente ferido. Vendo que ia morrer, o infeliz policial exclamou para os seus companheiros: 'minha família vai ficar na miséria' (...). Jacob vem negando energicamente a autoria do crime. Espera, entretanto, a polícia conseguir sua confissão.³⁹³

³⁹¹ Diário do Poder Legislativo. 62ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/07/1935, p. 2383.

³⁹² Diário do Poder Legislativo. 58ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 11/07/1935, p. 2237.

³⁹³ *Correio de São Paulo*. 29/06/1935, p. 8, “Expulso de São Paulo, tornou-se assassino no Rio”.

Um mês depois, após muita pressão, o Ministério de Justiça finalmente respondeu aos requerimentos. Vicente Ráoenfatizou a versão de que Jacob Goldschmidt era acusado de homicídio, que foi posto em liberdade, mas desapareceu, inclusive, sendo considerado foragido da Justiça, já que sua prisão acabava de ser novamente decretada pelo juiz pretor da 3ª Pretoria Criminal.³⁹⁴ Os deputados classistas defenderam sua inocência, mas a repercussão do caso diminuiu e acabou por ser esquecida na imprensa e da Câmara.

Apesar dos protestos, raramente o governo voltava atrás em uma decisão ou admitia um erro no que tange a prisões ou deportações. Mesmo assim, as denúncias tiveram papel fundamental para dar publicidade sobre o que estava ocorrendo e evitar maiores transgressões por parte da polícia. Quando as notícias chegavam aos jornais e quando a Câmara requeria informações, o governo e a polícia eram obrigados, minimamente, a agir de forma legalista.

Mas nenhum outro caso de repressão a manifestantes teve tanta repercussão do que a prisão da romena Genny Gleiser. Ela havia sido presa em São Paulo, durante um congresso estudantil, permanecendo incomunicável e sendo transferida constantemente entre casas de detenção, chegando até a passar por cadeias em outros estados. O agravante é que Gleiser era menor, tendo 17 anos à época, e seus pais sequer foram comunicados pelas autoridades, só ficando sabendo da prisão depois que a jovem conseguiu informá-los por intermédio de terceiros. O primeiro a trazer o assunto para a Câmara foi o deputado Abguar Bastos, em 27 de agosto de 1935. Segundo Bastos, Genny Gleiser já estava há 37 dias presa, sem nota de culpa, e há dois dias havia sido transferida da penitenciária da cidade de Mogi Mirim para um local ignorado:

Esse inominável acontecimento merece o protesto desta Câmara, porque vem da mesma forma atestar o grau de prepotência e arbitrariedade a que vem chegando o Governo, nestes históricos meses, em que se tem acentuado cada vez mais o cerceamento de todas as liberdades individuais. (...) São do conhecimento geral os atos de prepotência com que o governo vem ilustrando a sua administração desde o princípio de julho.³⁹⁵

Abguar Bastos terminou seu discurso elencando uma lista imensa de prisões, atentados da polícia contra sedes sindicais, fechamento de organizações sociais, deportações, repressões a manifestações de rua e cerceamento da liberdade de imprensa. Denunciou que o governo estava “preparando o terreno para o seu golpe, ao simular conspirações, golpes de mão,

³⁹⁴ Diário do Poder Legislativo. 88ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 18/08/1935, p. 3434.

³⁹⁵ Diário do Poder Legislativo. 97ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/08/1935, p. 3766.

levantados armados nos quartéis”, e encerrou sua fala dizendo que quem mais ameaçava o regime constitucional vigente não eram nem os integralistas nem os comunistas, mas o próprio Vargas: “Eu, desta tribuna, venho denunciar o Presidente da República, como suspeito ao regime”.³⁹⁶

A prisão de Genny Gleiser acabou se tornando mais um símbolo de desrespeito à Constituição e outro exemplo marcante do autoritarismo crescente do governo Vargas. Eram pedidas reiteradamente explicações ao Ministro da Justiça. Não somente os deputados oposicionistas mais radicais, como Bastos, se envolveram na questão. A minoria parlamentar como um todo foi à tribuna questionar sobre a prisão da menor e até alguns deputados governistas também o fizeram. Jornais, até mesmo os que davam apoio ao governo, criticaram a forma como ela estava sendo tratada. O *Correio de São Paulo* – jornal de tendência governista, o que deve ser frisado – afirmou não compreender a prisão e comentou algumas irregularidades, ao trazer uma entrevista com o pai da moça:

Passados alguns dias, e como a moça não tivesse sido solta, seu pai requereu habeas-corpus, para que fosse posta a filha em liberdade. E a senhorita não foi encontrada nos presídios da capital. Há dias, em Campinas, alguém descobriu, na cadeia local, a jovem (...). Em consequência, a moça foi transferida. (...) Ontem à tarde estive em nossa redação o pai da moça, senhor Motel Gleiser e (...) declarou-nos que não acha justo, no que tem razão, que a filha ande de presídio em presídio, unicamente com a roupa com que foi presa. Além disso, sendo menor, devia estar a cargo, se não seu, ao menos de um juiz de menores.³⁹⁷

Passadas duas semanas sem uma definição sobre o caso e nem uma resposta oficial das autoridades, a oposição, por meio do deputado mineiro Bias Fortes, voltou a reclamar e exigir uma solução. Genny Gleiser já estava há mais de cinquenta dias detida. Bias Fortes disse que era necessário “lembrar ao senhor Getúlio Vargas e a seus prepostos que o período da ditadura já terminara e que o país está regido por uma constituição”. Disse que a Câmara deveria tomar uma atitude e que, se Vargas continuasse com as “violências inomináveis” o país viria a viver novamente um momento político como o de 1930, em que os governantes seriam “sacudidos do poder, em nome da lei e em benefício do direito”.³⁹⁸

Desistindo de uma manifestação pública da polícia, do Ministro Ráo ou de qualquer outra autoridade, em 12 de setembro de 1935, a oposição apresentou um requerimento de explicações assinado por 19 deputados, entre eles Domingos Velasco, Otávio Mangabeira,

³⁹⁶ Diário do Poder Legislativo. 97ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/08/1935, p. 3767-69.

³⁹⁷ *Correio de São Paulo*. 28/08/1935, p. 3: “Onde estará Genny Gleiser?”.

³⁹⁸ Diário do Poder Legislativo. 107ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 09/09/1935, p. 4312.

Artur Bernardes e o líder João Neves da Fontoura, todos políticos experientes e de destaque no cenário nacional. Mas a maioria protelou e conseguiu o adiamento da votação, alegando que havia outras questões a serem resolvidas antes e que estavam há mais tempo na pauta da Casa.³⁹⁹

O adiamento da votação sobre o requerimento se deu ainda durante alguns dias, até que em 16 de setembro o deputado opositor Artur Santos (Partido Republicano / PR) foi à tribuna recordar a história da jovem e reiterar a necessidade de que o pedido de informações fosse aprovado o mais rápido possível. A tônica de seu discurso se batia sobre o quão ridículo seria crer que a palavra de uma menina de 17 anos pudesse derrubar o regime democrático brasileiro. Reclamou da violação da Constituição, que chamou de “platônica”, pois julgava que a lei do país estava longe de ser aplicada. Terminou pedindo que, “em nome das instituições liberais, cessem essas arbitrariedades, cessem essas violências”.

Os aplausos foram gerais, o que pressionou os deputados governistas. A maioria acabou cedendo. Até mesmo o líder da bancada paulista, Cardoso de Mello Netto, sempre fiel a Vargas, surpreendeu ao declarar apoio ao requerimento, mas adiantou a resposta do ministro ao dizer que, segundo informações que havia apurado, se tratava de um simples caso de expulsão. Disse crer que Vicente Ráo mostraria que a prisão de Gleiser havia ocorrido estritamente na forma da lei.⁴⁰⁰

Nos dias subsequentes alguns deputados leram cartas e telegramas que voltaram a chegar à Câmara em grande volume, somente no intento de prestar apoio à Genny Gleiser. Domingos Velasco, após ler a mensagem da Associação Operária de Uberlândia (MG), afirmou que a Constituição de 1934 estava sendo violada, pois o artigo 113 dizia que ninguém poderia ser preso a não ser em flagrante delito ou com conhecimento de uma autoridade judiciária.⁴⁰¹

E a resposta não demorou como era de costume. Talvez pela urgência da situação e devido à grande repercussão na Câmara e nos jornais, apenas dez dias depois o ministro Ráoremeteu um documento com as explicações pedidas. Vicente Ráo repassou informações prestadas por Artur Leite de Barros, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo à Assembleia Legislativa daquele estado. Genny Gleiser seria a presidente do Congresso da Juventude Proletária e Estudantil, ligado ao PCB e à ANL. A menor estaria armada com um revólver e conclamou outros estudantes a participarem de um comício para incitar os

³⁹⁹ Diário do Poder Legislativo. 110ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/09/1935, p. 4465.

⁴⁰⁰ Diário do Poder Legislativo. 103ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/09/1935, p. 4465.

⁴⁰¹ Diário do Poder Legislativo. 118ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/09/1935, p. 4849-4850.

trabalhadores da Metalurgia Matarazzo à greve. As informações davam conta ainda de que na sua residência haviam sido encontrados diversos materiais de propaganda comunista. O ministro encerrou afirmando que o decreto de expulsão da jovem já havia sido assinado e a presa estava somente aguardando a designação do navio no qual iria embarcar.⁴⁰²

Ao invés de encerrar o assunto, a manifestação do ministro sobre o caso comoveu ainda mais a opinião pública. Foram feitos comícios em apoio à jovem em várias capitais. O pesquisador Fernando Morais, em seu livro *Olga*, comenta o quanto a repercussão da prisão da jovem romena impressionou e despertou interesse. Morais traçou um panorama do desfecho do caso Genny Gleiser:

(...) o governo Vargas decidira deportar uma garota de 17 anos, Genny Gleiser, judia romena, apesar da manifestação de centenas de sindicatos e associações de estudantes e intelectuais tanto do Brasil como do Exterior. Durante o processo de expulsão de Genny, a opinião pública testemunhara alguns gestos comoventes de solidariedade. Quando se anunciou, por exemplo, que se ela casasse com um brasileiro as leis a protegeriam da deportação, vários escritores e intelectuais se ofereceram como voluntários. (...) Insensível a tudo isto, em outubro de 1935 o governo deportou Genny Gleiser para a Europa [MORAIS, 1961, p. 188]

O caso da deportação de Genny Gleiser mostra um governo crescentemente autoritário e com apoio de setores importantes do Legislativo, que passava por cima até de dispositivos constitucionais para exercer ações repressoras contra quem nomeava como inimigo do regime. Nem mesmo a pressão da opinião pública freou as medidas e ações violentas por parte da polícia. O Judiciário, por sua vez, também compactuava com as ações do governo, conforme podemos ver pelas denúncias trazidas à Câmara. Os trabalhadores que tentavam defender seus direitos na Justiça enfrentavam sucessivas e fragorosas derrotas.

Cerca de um mês antes da deflagração da “Intentona”, dezenas de associações trabalhistas enviaram à Câmara seus protestos contra a decisão do juiz Edgard Ribas, da cidade do Rio de Janeiro. Ao julgar uma ação de um professor que processava seu patrão por intermédio do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Ribas disse que esse sindicato não tinha “qualidade legal”. Essa situação mostra que, mesmos os sindicatos legalizados no Ministério do Trabalho ainda eram vistos de forma negativa por muitas autoridades.⁴⁰³

Não foi a primeira denúncia contra a atuação do Poder Judiciário. Acyr Medeiros, na Legislatura anterior, leu uma carta endereçada a ele e aos deputados Vasco de Toledo,

⁴⁰² Diário do Poder Legislativo. 122ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/09/1935, p. 5080.

⁴⁰³ Diário do Poder Legislativo. 135ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 11/10/1935, p. 5907.

Reikdal, Vitaca e Zoroastro Gouvêa, pedindo ajuda aos trabalhadores de Itajubá, que estariam sendo perseguidos. O juiz de direito daquela comarca não estaria aceitando os pedidos de *habeas-corpus* sob a alegação de que a Constituição do Brasil ainda não estava “regulamentada no Estado de Minas”. Por se tratar de uma carta escrita de próprio punho e por um trabalhador que não menciona pertencimento a nenhum sindicato ou associação, vale a pena a citação, para mostrar a importância da postura de deputados da oposição em dar voz em plena Câmara dos Deputados a um cidadão comum:

Com as recentes perseguições, espancamentos, devassas e prisões feitas em pessoas e lares proletários na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, não foram aceitas pelo Dr. Juiz de Direito daquela comarca, Sr. Antonio Salomom, diversas ordens de "*habeas-corpus*" impetrados em favor dos mesmos operários (...), pelo fato do referido Juiz de Direito alegar (...) que 'a Constituição de 16 de julho ainda não está regulamentada no Estado de Minas'. Como ainda perdure, em Itajubá, essa absurda 'doutrina' do referido juiz, peço aos bons camaradas a fineza de levar ao conhecimento dos demais deputados e de toda a Nação Brasileira essa mutilação, esse absurdo jurídico que se pratica em Itajubá com fins que 'dão margens' a conceitos que muito desonram a Justiça do Estado de Minas.⁴⁰⁴

O deputado goiano Domingos Velasco, um dos mais atuantes na oposição durante a nova legislatura, disse que não havia no país liberdade de reunião, direito pleno de associação, liberdade de imprensa e nem respeito aos direitos individuais. Recapitulou a invasão de sindicatos, prisões ilegais, apreensão de jornais e concluiu que o governo estava “fascistizando-se [sic] a olhos vistos”. O discurso duro de Velasco, em 26 de outubro de 1935, era um claro convite a uma reação contra Vargas:

O Brasil não pode sujeitar-se por mais tempo à situação criada pelos inimigos. Cruzar os braços, ante o espetáculo dessa universal degradação – crise econômica, opressão política, insegurança social – é permitir que a pátria descambasse para um longo período de barbárie. (...) Os comícios populares são dissolvidos à bala, a gases tóxicos e granadas de mão. [É hora] de uma iniciativa heróica, no conagraçamento de todos os brasileiros, contra a insuportável situação de arrocho ilegal de nossos dias e para que dissipem as ameaças fascistas. (...) Chegou a hora de tomarem posição todos aqueles que querem a democracia na sua acepção de asseguradora da liberdade, na sua essência de regime exercido pela vontade do povo, liberal e efetivo.⁴⁰⁵

⁴⁰⁴ Diário do Poder Legislativo. 101ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 27/11/1934, p. 1850.

⁴⁰⁵ Diário do Poder Legislativo. 150ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/10/1935, p. 6917.

Ao lado de Abguar Bastos e Otávio Silveira, Velasco fazia parte do grupo que, embora continuasse a fazer parte oficialmente da oposição mais branda, a minoria parlamentar, fazia uso de um discurso radical e engajado que se assemelha ao da bancada proletária da legislatura anterior. A atuação desses deputados mostra a radicalização do discurso político contra Vargas, que enfrentava naquele momento graves crises internas em seu governo. O discurso de Velasco dá destaque também ao surgimento da Frente Popular pela Liberdade, grupo tinha sido criado em 7 de setembro de 1935 – simbolicamente, na data da independência – objetivando “dar continuidade à ação da Aliança Nacional Libertadora”, contanto com figuras de grande relevo em sua organização, entre as quais Miguel Costa e Maurício de Lacerda.⁴⁰⁶ Ou seja, o fechamento da ANL não devia significar, de modo algum, o enfraquecimento dos grupos que lutavam contra os integralistas e o autoritarismo governamental. Pelo contrário, as pressões contra o governo precisavam aumentar, inclusive na Câmara, com a possibilidade da perda da maioria pelo governo, em novembro de 1935.

Já às vésperas da chamada Intentona, a intensificação da repressão continuou. O deputado Botto de Menezes leu um telegrama em que o presidente do Sindicato dos Auxiliares do Comércio da Paraíba, Waldemar Dantas, reclamava das violências que a polícia usava contra os grevistas que pediam melhores salários e condições dignas de trabalho, com muitos trabalhadores sendo agredidos e presos irregularmente. Martins Veras e Café Filho, ambos do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, protestaram em requerimento, pedindo ao governador do Rio Grande do Norte explicações pelo espancamento de membros da União e Trabalho no município de Santa Cruz e do Sindicato dos Trabalhadores da cidade de Currais Novos. Reclamaram também que estejam processados com base na Lei de Segurança os presidentes dos Sindicatos de Estivadores e Barcaceiros da cidade de Macau, no mesmo estado; pediram ainda explicações diante do cancelamento de uma manifestação da Frente Popular Pró-Liberdades e das violências policiais contra o Sindicato dos Trabalhadores da cidade de Baixa Verde.⁴⁰⁷

Abguar Bastos, novamente, ofereceu protestos às perseguições políticas, ao ler telegramas enviados a ele. No primeiro, vindo de Juiz de Fora, o estudante Diogo Costa afirmou ao deputado que o proletariado e as organizações estudantis estavam vivendo “sob terror”. No segundo, proveniente da capital da República, havia a denuncia da prisão de Manuel Osório, que chefiava o movimento dos empregados da firma Light and Power a favor de um aumento salarial.

⁴⁰⁶ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), CPDOC, FGV, verbete “Frente Popular Pela Liberdade”.

⁴⁰⁷ Diário do Poder Legislativo. 165ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/11/1935, p. 7705 e 7713.

O deputado Abílio de Assis, na mesma linha, falou sobre a greve dos metalúrgicos do Distrito Federal. Leu três telegramas, um não identificado, outro do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e o terceiro do Sindicato dos Eletricistas, todos se posicionando contra a “onda repressora” do governo. Segundo Assis, os patrões estão fazendo campanha contra as greves, mas eles eram os verdadeiros culpados por não atenderem às reivindicações.

Convém lembrar que, nesse mesmo momento, em meados de novembro de 1935, foi aprovado na Câmara um requerimento que pedia para o governo ou a reabrir a ANL ou a fechar a AIB, a fim de estabelecer uma equidade de tratamento entre as duas. No mesmo dia em que Vargas sofria com essa ofensiva na Câmara, tinha que lidar com o auge da crise entre seus aliados, com Flores da Cunha tornando efetivo o rompimento do estado gaúcho com o governo. Para piorar o cenário, dezessete mil metalúrgicos cruzaram os braços no Rio de Janeiro, e a greve ameaçava se expandir para outras categorias e outros estados do país.⁴⁰⁸

Ao analisar o aumento progressivo da mobilização popular, enfrentando corajosamente a repressão, bem como o crescimento da oposição a Vargas na Câmara dos Deputados, percebemos que há uma relação estreita entre as ações do Legislativo e os movimentos sociais. Em princípio, essa relação se limitava à atuação da chamada bancada proletária, até abril de 1934, e aos deputados simpáticos à Aliança Nacional Libertadora, na legislatura seguinte. Porém, as denúncias destes deputados cada vez mais ganhavam o apoio da oposição mais moderada e, por vezes, até de deputados governistas.

Ao chegar o mês de novembro de 1935, o governo acumulava graves crises e se mostrava desgastado.

Convém relembrar resumidamente os principais problemas enfrentados por Vargas ao longo do ano de 1935. Em maio, Góis Monteiro havia pedido demissão do Ministério da Guerra; em setembro, Raul Fernandes havia renunciado ao posto de líder do governo na Câmara dos Deputados; nesse mesmo mês, a União Progressista Fluminense havia passado para a oposição na Câmara; e, em novembro, o governador gaúcho Flores da Cunha ameaçava retirar seu apoio ao governo e, conseqüentemente, a bancada liberal do Rio Grande do Sul se juntaria à oposição, o que praticamente selaria a perda da maioria governista na Câmara. Ou seja, Vargas perdeu homens de confiança em postos-chave de sua administração e, ainda, estava em vias de perder a influência que tinha no Legislativo.

Em meados de novembro, o governo começava a perder votações importantes no plenário da Câmara e enfrentava até a infidelidade política de deputados até então governistas,

⁴⁰⁸ Diário do Poder Legislativo. 168ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 16/12/1935, p. 7855.

como Café Filho, que aderiu ao Grupo Pró-Liberdades Populares, na defesa dos direitos de livre associação e da liberdade de manifestação de ideias, numa crítica contundente à guinada autoritária do governo e ao aumento da repressão a trabalhadores, jornalistas e políticos.

Os casos citados neste capítulo são bons exemplos de como Vargas optara pelo uso da força para controlar os movimentos sociais. O sindicato que não aderisse à oficialidade oferecida pelo Ministério do Trabalho ou que, mesmo oficializado, não obedecesse a suas decisões, era considerado fora da lei, se tornando alvo de perseguição política.

Em meio à crise, achamada Intentona Comunista, tentativa armada de dar fim ao governo Vargas, gerou um ambiente de medo na população – graças, principalmente, à colaboração dos jornais para esse fim –, o que acabou dando ao governo um salvo-conduto para agir como quisesse em nome da manutenção da ordem legal estabelecida. A maioria governista na Câmara, antes fragmentada, se uniu novamente. Possíveis novos adversários, como Flores da Cunha, voltaram a prestar apoio ao presidente. A grave crise, em poucos dias, se resolveu.

A Câmara dos Deputados, que até então exercera um papel fundamental contra o autoritarismo, não conseguiu manter a mesma postura diante do novo cenário político. A partir de dezembro de 1935 a interação entre os trabalhadores e os deputados se tornou rarefeita, e as cartas e telegramas se tornaram tão escassos quanto as denúncias contra a repressão do governo.

Diante de uma conjuntura política de medo e de caça aos supostos “inimigos da nação”, Vargas fez com os deputados mais combativos da minoria parlamentar o mesmo que já havia feito com a bancada proletária na legislatura anterior: se livrou deles. Se a estratégia anterior havia sido a interferência do Ministério do Trabalho nas eleições classistas, agora o método usado foi o de acusar os deputados de envolvimento em atividades subversivas, inclusive na preparação de um novo levante comunista. Os deputados Domingos Velasco, Abguar Bastos e Otávio da Silveira, maiores destaques da nova legislatura no que tange à defesa dos direitos dos trabalhadores, foram presos juntamente com o também deputado João Mangabeira e o senador Abel Chermont, em março de 1936. Um golpe contundente contra a voz proletária no Legislativo.

Sobre os anos de 1934 e 1935, podemos concluir que a repressão do governo foi a resposta dada a uma sociedade muito mobilizada politicamente. O trabalhador foi às ruas exigir seus direitos em passeatas, greves, congressos e todo tipo de manifestações; e ele via a Câmara dos Deputados como um local onde podia ter sua voz amplificada e suas denúncias ouvidas, através de uma enorme quantidade de correspondências que eram lidas em plenário e

repercutiam através da voz dos deputados que os representavam. Vargas sabia disso e tratou de agir contra a contundente bancada proletária e contra os deputados que herdaram a mesma postura dela na legislatura seguinte.

Após a luta política intensa em 1934 e 1935, a repressão venceu a resistência, e o curto momento democrático estava praticamente terminado. O governo tinha a LSN, o TSN, o estado de sítio e a justificativa da “segurança nacional” para perseguir seus inimigos. O caminho para a ditadura estava pavimentado.

Conclusão

Os anos de 1934 e 1935 ficaram marcados pela volta do funcionamento do Poder Legislativo. Dessa forma, o aparato burocrático e institucional da democracia, com o funcionamento dos três Poderes, estava novamente de volta no Brasil. Desde 1930, quando assumiu o poder, Vargas governava de forma discricionária. Porém, como presidente eleito de forma indireta, teria que respeitar a Constituição de 1934 e, conseqüentemente, o Poder Legislativo, o que pressupunha negociar, tanto com as oposições, quanto com seus aliados – que, logicamente, também eram diversos e tinham diversas demandas.

Esta tese procura demonstrar quão conturbada foi essa relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, durante os anos de 1934 e 1935. Como se não bastassem todos os atritos que já ocorrem costumeiramente na relação entre tais Poderes, houve agravantes decorrentes da conjuntura política nacional daquele momento. O enfrentamento de uma grave crise econômica, ainda como reflexo do *crash* de 1929, agravado pela guerra de 1932; a intensa mobilização dos trabalhadores nas ruas, em função da distensão política trazida pela redemocratização; a formação de organizações sociais de massa como a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira; o retorno do exílio e a entrada na política das lideranças políticas que haviam sido alijadas do poder em 1930 e 1932; tudo isso aumentou a força da oposição ao Executivo dentro da Câmara dos Deputados.

Procuramos analisar o período sempre com base nos discursos, debates, conflitos e denúncias, presentes na Câmara, como estratégias muito importante de luta política, tendo o Legislativo como um dos *locus* principais da disputa entre distintos projetos políticos para o Brasil.

A década de 1930 apresenta mudanças significativas na relação do Estado com os trabalhadores. Alguns ganhos são inquestionáveis, como a criação e o início da implementação efetiva de leis trabalhistas, bem como a possibilidade de os trabalhadores terem representantes na Câmara dos Deputados, através dos representantes classistas. Porém, esses trabalhadores pagaram um preço alto pelos ganhos: seus sindicatos foram forçados a se inserirem na órbita do Estado e houve aberta repressão aos que resistiram.

Nosso estudo mostra que a resistência dos trabalhadores foi grande. Nas ruas havia repressão aos movimentos sociais independentes, invasão de sindicatos, prisão de líderes trabalhistas, expulsão de estrangeiros envolvidos em mobilizações e conflitos sistemáticos entre a polícia e os trabalhadores que contestassem a política trabalhista do governo. Nesse sentido, a atuação da bancada proletária é marcante. Na Câmara chegavam cartas dos

sindicatos e mensagens de trabalhadores – que muitas vezes escreviam de próprio punho e enviavam diretamente a seus representantes –, o que mostra o quanto os trabalhadores se viam representados por essa bancada. Acreditavam que a Câmara dos Deputados era um canal aberto à voz popular, sem censura, mostrando publicamente seus problemas, a fim de pressionar o governo por soluções.

Embora minoritária, a bancada classista de empregados fez barulho, tendo, muitas vezes suas críticas a Vargas apoiadas pelo restante da oposição, o que incomodou muito o governo. O resultado foi que nenhum dos cinco principais representantes dessa bancada conseguiu a reeleição nas eleições classistas de janeiro de 1935. Mostramos as denúncias de corrupção e de interferência do Ministério do Trabalho em tais pleitos eleitorais, o que comprova a intenção do governo em calar essas vozes dissonantes no Legislativo. Portanto, se por um lado, o governo Vargas buscou uma aproximação dos trabalhadores e, como fato novo, trazê-los para a política institucional do Estado, por outro, isso era feito de forma tutelada. Assim, os grupos que insistiam em agir de forma independente e em contestação a essa política eram tratados com violência.

Mais numerosa do que a bancada proletária, a chamada minoria parlamentar abrangia os deputados que eram oposição a Vargas, grande parte deles de uma elite que havia sido alijada do poder com o movimento de 1930. Nessa oposição mais branda do que a bancada proletária, mas nem por isso menos crítica, havia um revanchismo de quem foi exilado em 1930 e 1932.

Em meados de 1934, por exemplo, logo no início do funcionamento da Câmara dos Deputados, fica claro o repúdio da minoria parlamentar aos interventores, principalmente quando não eram naturais ou não estabeleciam negociações com setores das elites do estado ao qual presidiam. O grande objetivo dos membros da minoria era o retorno ao poder em seus estados e, dessa forma, chamavam o presidente e os interventores de usurpadores, ditadores e golpistas.

A oposição, portanto, estava presente na Câmara em número razoável, embora em minoria. Graças principalmente ao Código Eleitoral de 1932, criado no intuito de moralizar as eleições e esvaziar o poder do coronelismo e suas consequências eleitorais. Se, por um lado, o novo código garantiu o êxito do governo Vargas nas eleições para a Constituinte de 1933 e nos pleitos de outubro de 1934, por outro assegurou também a representatividade da oposição, que conseguiu mais espaço, fazendo-se presente em quase todos os estados.

O Legislativo teve ampla liberdade de atuação de julho de 1934 a dezembro de 1935. Este é um ponto fundamental e que difere de todo o restante dos 15 anos desse primeiro

governo Vargas. A leitura de mais de quinze mil páginas de debates parlamentares nos possibilitou concluir que durante todo esse período a oposição teve espaço para levantar suas bandeiras, criticar duramente o governo e pregar, diversas vezes, a saída de Vargas da presidência. Da mesma forma, a maioria governista usou do plenário da Câmara para defender o presidente e apontar figuras destacadas da oposição como os responsáveis pelos principais problemas econômicos e sociais do Brasil. O debate sobre o sucesso ou não do Movimento de 1930 e sobre de quem era a culpa pela crise econômica foram assuntos que se misturaram e correram transversalmente ao dia-a-dia da Câmara, estando sempre presentes.

Porém, a independência e a liberdade presentes no Legislativo nunca foram vistas com bons olhos por Vargas. O presidente, reiteradas vezes, anotou em seu diário seu descontentamento com relação aos deputados federais. Isso se refletiu, na prática, nos inúmeros vetos que distribuiu tanto no orçamento aprovado para 1935 como no seguinte, que seria posto em prática em 1936. Esse confronto, embora mais frequente e declarado com a oposição, ocorria também com os próprios deputados governistas, que lhe pediam favores, faziam exigências e lhe davam apoio muitas vezes com restrições, fato que o descontentava em muito.

Logo no início do Governo Constitucional, a partir do mês de agosto, o presidente teve que lidar com uma grande quantidade de greves, paralizações e manifestações dos trabalhadores em luta por seus direitos. Ao mesmo tempo, Vargas demonstrou preocupações também em relação à fidelidade das Forças Armadas para consigo. Com o passar dos meses, percebemos o crescimento da sensação de instabilidade política por parte do presidente, por causa dos militares, dos movimentos sociais e dos políticos da oposição que retornam ao país fazendo críticas duras ao seu governo.

Para Vargas, a solução para retomar o controle da situação seria conseguir maiores prerrogativas para a ação do governo contra seus opositores. O presidente sentiu fortemente as dificuldades para se governar em um ambiente plenamente democrático e com uma Constituição em vigor, que assegurava os direitos de manifestação. Nesse contexto, tem curso o debate em torno da criação de uma lei, no caso, a Lei de Segurança Nacional (LSN), como recurso para dar mais estabilidade ao governo e poder para agir contra seus adversários.

A LSN teve esse objetivo último: retomar o controle que o governo havia perdido com a reconstitucionalização. Vargas recusava o ambiente liberal-democrático, que permitia tanto a maior articulação da oposição por via institucional quanto mais liberdade para os movimentos sociais irem às ruas contestá-lo. Seu grande temor era a possibilidade de articulações de cunho político e também por via armada para dar fim ao seu governo. Nosso

estudo demonstra que Góis Monteiro era um dos principais denunciadores das articulações dentro das Forças armadas contra o presidente. Em abril de 1935, atacando a oposição que estava dentro do Exército, Vargas exonerou o general Guedes da Fontoura, acusado de conspirar contra o governo.

Logo, a LSN nasceu com o intuito de também possibilitar a vigilância aos adversários do regime, especialmente militares, políticos e líderes sindicais. Vargas julgava que o momento de polarização ideológica, de grande mobilização social era um perigo para sua continuidade na presidência. Nesse momento de crise, constitui-se um novo e grande aliado de Vargas. Aliado este que havia aderido à maioria governista em julho de 1934 e que esteve praticamente todo o tempo dando apoio irrestrito ao presidente: os políticos do estado de São Paulo. A mudança dos representantes paulistas tem como marco a escolha de dois membros do Partido Constitucionalista de São Paulo para importantes ministérios: Vicente Ráo para a Justiça e José Carlos Macedo Soares para o das Relações Exteriores. Ráo, inclusive, foi apontado como um dos criadores da LSN. Para ser relator da mesma, outro paulista foi escolhido: o deputado federal Henrique Bayma. Para defendê-la em plenário, além dos gaúchos do Partido Republicano Liberal e dos mineiros do Partido Progressista, estava mais um bandeirante: Cardoso de Mello Netto, líder da bancada paulista. Dessa forma, São Paulo estaria com Vargas não somente na força-tarefa para aprovar a LSN, mas também em todos os acontecimentos importantes: na defesa do fechamento da ANL – em julho de 1935 – e em favor da reforma da LSN e da Constituição – em dezembro de 1935. Ou seja, nos momentos mais turbulentos, onde alguns dos antigos aliados se afastaram, São Paulo foi fiel a Vargas.

Após a aprovação da LSN, outro momento-chave do período do Governo Constitucional foi o do aumento do soldo militar. Sem dúvida, uma demonstração clara de que Vargas temia os militares e, assim, abriu uma concessão a eles em troca de mais tranquilidade para o governo. Vetou o aumento dos funcionários públicos civis, mas deu o reajuste aos militares, que poderiam, a seu ver, golpeá-lo na presidência. A situação foi tão constrangedora que nenhum deputado da maioria governista quis a função de relator do projeto, que demorou dois meses para ser aprovado em definitivo.

Na nova Câmara dos Deputados, que toma posse em abril de 1935, a oposição estava mais forte, quantitativamente e qualitativamente em suas fileiras. Vargas cada vez mais passou a ser alvo dos discursos de seus opositores, condição que, em 1934, havia dividido com seus interventores, que também eram objetos de críticas da oposição. A partir de maio de 1935, a nova estratégia da oposição era atacar diretamente e unicamente a figura do presidente

como responsável pelos problemas brasileiros, fossem eles financeiros, econômicos, políticos ou sociais.

A forte presença de nomes como os de Borges de Medeiros, Otávio Mangabeira, João Neves da Fontoura, entre outros, deu mais respeito à oposição e fez intensificar a cobertura jornalística dos órgãos de imprensa sobre os discursos dos opositores no plenário da Câmara dos Deputados.

Por outro lado, como vimos, a bancada proletária havia sido aliada do Legislativo. Mesmo assim, houve quem levasse adiante as reivindicações dos trabalhadores na nova legislatura: os deputados Abgvar Bastos, Otavio da Silveira e Domingos Velasco foram porta-vozes eficientes e incisivos. Os dois primeiros eram diretamente relacionados com a ANL. O terceiro, ex-militar de oposição ao governo no estado de Goiás, temia uma guinada autoritária do presidente e, por isso, assumia uma postura legalista de impedir o fortalecimento do Poder Executivo, fiscalizando eventuais excessos da ação da polícia e dos ministérios do Trabalho e da Justiça contra as mobilizações sociais.

Em julho de 1935 o fechamento da ANL seria o grande símbolo da guinada autoritária de Vargas e mais um momento marcante em que se travou um duro debate dentro da Câmara dos Deputados. A ação da polícia era uma mostra de que o governo não toleraria contestações. A oposição fez pressão e protestou com veemência contra a atitude. Dezenas de discursos, apartes acalorados e até grosseiros tomaram a ordem do dia na Casa legislativa. No entanto, se o controle governamental sobre as ruas se intensificava, com as prerrogativas que a LSN havia dado ao governo federal, na Câmara, a situação se invertia. Além da oposição ficar cada vez mais dura, as crises se sucediam criando rachas no seio da maioria governista, o que ocasionava problemas graves para Getúlio Vargas, que cada vez mais precisava se desgastar para apagar arestas entre seus aliados.

Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, foi o grande responsável pela deflagração dessa sucessão de crises. E elas se agravaram a tal ponto que Vargas esteve em vias de perder a maioria na Câmara e ter sua continuidade na presidência colocada em xeque.

Em agosto de 1935, o governador gaúcho revelou publicamente a interferência de Vargas na sucessão para o governo do estado do Rio de Janeiro, fazendo com que a bancada da União Progressista Fluminense (UPF), descontente com o fato, passasse para a oposição. Flores enfrentava o presidente adotando uma postura cada vez mais autônoma, visando fortalecer sua liderança e já olhando para a futura sucessão presidencial de 1938. Essa sua nova posição afetava todo o equilíbrio que o governo havia conseguido criar na Câmara dos Deputados. Isso porque o governador do Rio Grande do Sul era também o líder do Partido

Republicano Liberal, uma das principais bases de apoio ao presidente na Câmara, ao lado do Partido Progressista mineiro e do Partido Constitucionalista de São Paulo.

A situação se agravou a ponto de, em novembro de 1935, Vargas perder pela primeira vez votações importantes dentro da Câmara dos Deputados. A bancada gaúcha seguiu o exemplo dos fluminenses e sinalizou que não mais daria apoio irrestrito ao presidente. O fluminense Raul Fernandes, também irritado com a interferência de Flores da Cunha em seu estado, e descontente com a demora de Vargas em cortar relações com ele, acabou renunciando ao posto de líder da maioria na Câmara.

No mesmo mês, foi criado o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares. Embora não seus integrantes não se desfiliassem das correntes a que pertenciam dentro da Casa, alguns deputados da maioria e da minoria se uniram para atuar contra a repressão da polícia nas ruas e defender a manutenção da ordem democrática, em contraposição à escalada do autoritarismo e da centralização de poder leva a cabo pelo presidente Getúlio Vargas.

Em meados de novembro, o governo estava em crise e em vias de ver a oposição se tornar maioria, o que implicaria em uma situação sem precedentes dentro da Câmara dos Deputados, diante da impossibilidade de conseguir aprovar seus projetos de governo. Como mencionamos em nossa análise, isso podia implicar até na possibilidade de Vargas não permanecer na presidência, o que era pretendido pelos discursos dos opositores em plenário e levantado em conselhos de aliados, conforme o próprio presidente relatou em seu diário.

Portanto, não é exagero afirmar que, em novembro de 1935, o governo de Getúlio Vargas enfrentou talvez a maior crise desde que havia chegado ao poder em 1930. Havia chances reais de o presidente deixar sua cadeira. O desgaste nas relações com o Parlamento era visível, juntamente com o crescimento da violência nas ruas, para manter a “questão social” sob controle. A violência contra a imprensa, a expulsão do país de líderes proletários, as prisões de manifestantes e o empastelamento de sedes sindicais foram práticas adotadas durante esse importante o período de início de vigência da Constituição de 1934 e que pouco figuram nos estudos sobre o governo Vargas.

A crise política entre seus próprios aliados convence Vargas que só com um governo forte ele conseguiria manter-se no poder e levar seu projeto político adiante.

E os fatos que se seguem geram uma conjuntura favorável ao presidente. A deflagração da Intentona Comunista muda completamente o panorama da situação política e fortalece ao governo. O medo de ser acusado de partidário do comunismo, com as conseqüências do que pudesse ocorrer, faz com que os deputados aprovem tanto a reforma da LSN quanto a da Constituição, o que centraliza o poder e dá possibilidades para Vargas

perseguir e prender quem julgasse fazer parte de uma suposta conspiração comunista para derrubá-lo.

Os jornais tiveram papel fundamental, apoiando o governo contra todo tipo de subversão. Assim, o anticomunismo emerge como um expediente para a salvação do governo. Convém lembrar que usar-se-ia do mesmo expediente menos de dois anos depois, quando a existência do suposto Plano Cohen foi usada como justificativa para a implementação do Estado Novo.

Nesse contexto pós-Intentona e com as novas leis em vigor, o papel do Legislativo se enfraqueceu, a censura se intensificou e, de *locus* democrático a Câmara dos Deputados se tornou um órgão bem menos eficiente no que diz respeito à defesa das liberdades democráticas e do direito livre de opinião. Um momento-símbolo de golpe nas atribuições do Legislativo ocorreu quando, em março de 1936, cinco deputados e um senador foram presos, justamente os mais combativos, acusados de subversão e de envolvimento com lideranças comunistas. Assim o Executivo se fortalecia e minava decisivamente a independência e liberdade do Legislativo.

Os anos de 1934 e 1935 ficaram marcados como sendo um momento de polarização ideológica, com um debate político intenso para o qual pouco se ressalta a contribuição da Câmara dos Deputados, para a qual buscamos chamar a atenção.

O período pode ser caracterizado como um momento de contrastes. Se, por um lado, havia mudanças na relação com os trabalhadores sindicalizados, por meio da criação de leis trabalhistas e da vinculação deles ao Ministério do Trabalho, por outro, a violência era extrema. Ao mesmo tempo em que a promulgação da Constituição de julho de 1934 indicava o retorno da normalidade democrática, o governo se mostrava insatisfeito e buscava uma forma de retomar a centralização do poder. E se a maioria governista vencia as votações na Câmara, não se pode esquecer que a minoria teve importante papel para no cotidiano ir minando politicamente o governo varguista. E os representantes dos trabalhadores, mais minoritários ainda, mesmo assim tiveram fundamental importância ao tornar público os atentados aos direitos do proletariado e cobrar possíveis soluções.

Vargas não encontrou, durante esses primeiros 18 meses de Governo Constitucional, uma solução eficaz para como lidar com as manifestações independentes do operariado. A repressão foi sua opção, o que deu aos seus adversários a oportunidade para identificá-lo como um ditador e, conseqüentemente, colocarem em xeque as mudanças ocorridas a partir do corte político de 1930. Diante da sucessão de crises, a Intentona surgiu como um golpe definitivo contra Vargas, mas teve efeito contrário, fortalecendo-o.

É importante a compreensão de que Vargas, nesse momento, em 1934 e 1935, ainda estava longe de ser a figura forte e querida em que se transformaria, anos depois. Esse ponto é fundamental para se entender o processo de construção da liderança de Vargas. Os acontecimentos desse momento de efervescência política na Câmara dos Deputados são centrais para a compreensão dos anos posteriores.

Nesse contexto histórico de disputas entre distintos projetos políticos para o Brasil, a Câmara dos Deputados se constitui como locus fundamental da luta política. Estudá-lo permitiu melhor compreensão da conjuntura política da época e possibilitou o acompanhamento mais detalhado do embate entre governo e oposição durante o Governo Constitucional de Vargas. A atuação marcante dos deputados proletários na defesa dos interesses dos trabalhadores, em um momento de intensos debates e de forte polarização ideológica, é também um marco, mostrando a posição de protagonista da classe operária e de seus representantes.

Anexo de fotos

FIGURA 1 – Cardoso de Melo Neto, líder da bancada do Partido Constitucionalista de São Paulo e Henrique Bayma, do mesmo partido, que foi relator do projeto que criou a Lei de Segurança Nacional.



Fonte: *Diário da Noite*, 25/03/1935 e 09/03/1935.

FIGURA 2 – Raul Fernandes, líder da maioria e homem de confiança de Vargas



Fonte: *Diário da Noite*, 19/07/1934.

FIGURA 3 – Adolfo Bergamini e Henrique Dodsworth, ambos da oposição e do Partido Economista Democrático do estado do Rio de Janeiro.



Fonte: *Diário da Noite*, 27/09/1934 e 04/09/1934.

FIGURA 4 – Antônio Carlos de Andrada: político experiente, aliado de Vargas. Presidente da Câmara dos Deputados.



Fonte: *Diário da Noite*, 16/07/1934.

FIGURA 5 – Bernardes, ao centro, carregado por centenas de correligionários em sua chegada do exílio.



Fonte: *Diário da Noite*, 13/08/1934.

FIGURA 6 – Otávio Mangabeira, outro expoente da oposição que voltou ao país com a anistia.



Fonte: *Diário da Noite*, 04/09/1934.

FIGURA 7 – A imprensa denuncia as irregularidades das eleições classistas.

**Vae ser pedida a annullação
do pleito classista de hoje!**
DENUNCIA DE COACÇÃO PELO DEPU-
TADO ACYR MEDEIROS

CHEIO DE IRREGULARIDADES!
Intensifica-se o movimento a favor da annullação do pleito classista
SERAO ESCOLHIDOS, AMANHA, OS DEPUTADOS DO GRUPO DA INDUSTRIA

Fonte: *Diário da Noite*, dias 21 e 22/01/1935.

FIGURA 8: Reportagem de capa do Diário da Noite traz o então ministro Góis Monteiro defendendo a criação da Lei de Segurança Nacional como forma de combater o comunismo dentro do Exército. A imagem de Lênin, ao lado da manchete, tem enorme valor simbólico e fortalece o discurso anticomunista.



Fonte: *Diário da Noite*, 13/02/1935.

FIGURA 9: O Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, principal responsável em conter o excesso de gastos e trazer soluções para os reflexos da crise de 1929 que ainda prejudicavam a economia brasileira.



Fonte: *Diário da Noite*, 05/01/1935.

FIGURA 10 – Alguns dos deputados da oposição que se esforçaram em vão para derrubar o veto de Vargas ao reajuste salarial dos funcionários públicos civis: João Neves da Fontoura, líder da oposição; José Augusto, vice-líder, e os deputados Pedro Calmon, Batista Lusardo e Paulo Dias Martins.



Fonte: *Correio da Manhã*, 27/06/1935.

FIGURA 11 – Filinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal, conhecido por sua violência.



Fonte: *Correio da Manhã*, 12/07/1935.

FIGURA 12: Fuzileiros navais guardando o edifício dos Correios e Telégrafos. Amplo aparato repressivo mobilizado para coibir manifestações no dia 5 de julho de 1935.



Fonte: *Correio da Manhã*, 05/05/1935.

FIGURA 13 – A importante reunião da ANL, em 5 de julho de 1935, em que foi lido o manifesto escrito por Luís Carlos Prestes que acabou por servir de justificativa para que o governo fechava a agremiação.



Fonte: *Diário da Noite*, 05/07/1935.

FIGURA 14 - Policiais analisam a documentação e retiram faixas e cartazes da sede da ANL, na Rua Almirante Barroso, no centro do Rio de Janeiro.



Fonte: *Correio da Manhã*, 14/07/1935.

FIGURA 15: Filinto Muller e Joseph Stálin. Capa da edição do jornal em que consta a entrevista do Chefe de Polícia denunciando as supostas relações entre Moscou e líderes comunistas brasileiros.



Fonte: *Diário da Noite*, 12/07/1935.

FIGURA 16: Flores da Cunha, governador do RS. Pivô da crise entre os aliados de Vargas.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 15/11/1935.

FIGURA 17: Protógenes Guimarães, eleito governador do estado do Rio por pressão de Vargas.



Fonte: *Diário da Noite*, 05/01/1935.

FIGURA 18: A capa do *Diário da Noite*, de 28/11/1935, prestando total apoio ao governo.

A REVOLUÇÃO DE 30 CONFERIU AO TRABALHADOR DIREITOS QUE ELLE NUNCA OS TEVE

FALA AO "DIARIO DA NOITE" O PRESIDENTE GETULIO



EDIÇÃO
ROMA, 28 (Especial) — O adjuvimento da reunião do Comitê dos 18 foi recebido com satisfação pois se acredita que ainda haverá possibilidade de entendimentos. O licenciamento de 100.000 soldados, ha dias anunciado, não se realizará.

A CAÇADA ao navio dos rebeldes

Os cruzadores "Bahia" e "Rio Grande do Sul", a toda velocidade, percorrem a costa à procura do "Santos"

Novamente preso o medico Dionelino Machado

Também detido, em Porto Alegre, o sr. Cezar Prado, membro do A. R. L. de São Paulo

SACRIFICIO CRUEL E PERVERSO

Como o presidente da Republica observou os acontecimentos de hontem nesta capital

A NAÇÃO
CONTRA OS EXTREMISMOS

FIGURA 19: capa do *Correio da Manhã*, de 28/08/1934, dando grande destaque para as greves.

Correio da Manhã

ANO XXXIV — N. 12115

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1934

Gerente — EUIZ AYRES
Avenida Green Peira, 81 e 83
Rua Conselheiro Dória, 2

O MOVIMENTO GREVISTA DA CANTAREIRA, INICIADO NA MADRUGADA DE SABBADO ULTIMO, ENCONTRA ADHESÕES

Declararam-se em parede os metallurgicos, os vidraceiros e os padeiros de Nictheroy, sendo, quanto a estes ultimos, parcial o movimento no Districto Federal

SÓMENTE HOJE SE REUNIRÁ A FEDERAÇÃO DO TRABALHO PARA EXAMINAR A SITUAÇÃO

FIGURA 20: A União Feminina do Brasil, também fechada, poucos dias depois da ANL, no contexto do documento da repressão do governo Vargas aos movimentos sociais.



Fonte: *Diário da Noite*, 01/08/1935.

Fontes

Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Periódicos pesquisados:

Jornal do Brasil

Jornal do Comércio

Correio de São Paulo

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário da Noite

Diário de Notícias

O Globo

Revista pesquisada:

Revista Cultura Política

Diários do Poder Legislativo. Anos 1934 e 1935. Coleção “Diários da Câmara dos Deputados”. Acessível em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

IBGE. Acessível através do site <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos>

Site do Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>

[Manifesto de Luís Carlos Prestes, lido na reunião da Aliança Nacional Libertadora em 05/07/1935: http://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm](http://www.marxists.org/portugues/prestes/1935/07/05.htm)

Referências Bibliográficas

ABREU, *Marcelo de Paiva*. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

AFONSO HENRIQUES. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas, o maquiavélico*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, s/d.

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. “Realismo político e democracia”, p.157-176. Sessão “O pensamento político do Chefe do Governo”. CULTURA POLÍTICA, Ano I, nº 1, Março de 1941, Rio de Janeiro.

BARROS, Orlando de. “O anarquista das letras”. In: DEMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do Anarquismo no Brasil*. 1 v. Niterói / Rio de Janeiro, EdUFF / Mauad, 2006.

_____. “Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *História das esquerdas no Brasil*. 3 v. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob O Signo Da Nova Ordem: Intelectuais Autoritário no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola.

BOBBIO, Norberto e outros. *Dicionário de Política*. Coord. da tradução: João Ferreira. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

_____. *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as lições dos Clássicos*. 9ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOMENY, Helena, “O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante”. In: Gomes, Angela Maria de castro. *Regionalismos e Centralização política – partidos e constituinte nos anos 30*. Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A Batalha Eleitoral de 1910*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. . 2ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CABRAL, Rafael Lamera. *Constituição e Sociedade. Uma análise sobre a (re)formulação da arquitetura Estado-Nação na Assembleia Nacional Constituinte de 1933*.

CAMARGO, Aspásia. “Carisma e personalidade política”. In: Araújo, Maria Celina de. *As instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/FGV, 1999.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

_____. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: DulcePandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

_____. *A Segunda República (1930-1937)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1978.

_____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

CARR, Edward H. *Vinte anos de crises: 1919 – 1939*. Brasília: UNB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil* Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2005.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. “A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 1930”. In: Gomes, Angela Maria de castro. *Regionalismos e Centralização política – partidos e constituinte nos anos 30*. Nova fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

CHARTIER, Roger. “Pierre Bourdieu e a História”. Debate com José Sérgio Leite Lopes. *Topoi*, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ mar. 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Co-edições CEDEC/Paz e Terra, 1978.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, de 16 de julho de 1934.

COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955.

DECCA, Edgard de. 1930: *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC – FGV.

DINIZ, Eli. Empresário. *Estado e capitalismo no Brasil: 1930 - 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DUARTE DA SILVA, Luiz Sérgio. *O enigma dos anéis e dos dedos – discurso e política liberal nos anos 1930*. Goiânia: Editora UFG, 1996.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

_____. *Getúlio Vargas. Biografia Política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

ENCICLOPÉDIA INTEGRALISTA. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1960.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano*. 9ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. “O Império Revisitado: Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)”. Tese, Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Maria de Moraes. “A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte.” In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, pp. 9-23.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FRISCHAUER, Paul. *Getúlio Vargas: Um portrait sans retouches*. Rio de Janeiro: Americ-Editora, 1944.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1977.

FUSCO, Rosário. (poeta e crítico literário) “A cultura e a vida, por Rosário Fusco” (poeta e crítico literário), p.169-180. Sessão “O pensamento político do Chefe do Governo”. *CULTURA POLÍTICA*, Ano I, nº 2, Abril de 1941, Rio de Janeiro.

GAGLIETTI, Mauro José. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GERTZ, René E. “Estado Novo: Um Inventário Historiográfico”. In: SILVA, José Luiz Werneck da. *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GÓIS MONTEIRO. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen, s/d.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. “Confronto e compromisso no processo de reconstitucionalização”. in FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III – O Brasil Republicano*. 9ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____.; ABREU, Martha. Apresentação. In: “A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia”. Revista Tempo, número 26, janeiro de 2009.

HILTON. Stanley E. *O Brasil e a crise internacional 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1986.

JARDIM, Zélia. *Confrontos regionais e Estado sucessório (1934-1937)*. FGV/CPDOC, 1976. Mimeografado.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas. Os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Pai dos pobres. O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LINHARES, Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LINZ, Juan. “Regimes autoritários”. In: Paulo Sérgio Pinheiro (coord). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil. 1930/1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MORAIS FILHO, Evaristo de. A experiência brasileira de representação classista na Constituição de 1934. Carta Mensal. Órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro (258) set. 1976.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército (Esboço Histórico)*. Rio de Janeiro: Adersen, 1934.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto – limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos Anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV / INL-MEC, 1980.

PACHECO, Thiago da Silva. “Os agentes da DESPS e sua atuação no Estado Novo”. *IV Semana de História Política / I Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade. Anais*. Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio Grande do Sul: Editora Globo, 1960.

PESSANHA, Charles. “O poder Executivo e o processo legislativo nas constituições brasileiras”. In: Vianna, Luiz Werneck. *A democracia e os três poderes no Brasil*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2003.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 3ª. Ed. São Paulo, Cia. das letras, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.

PRADO KELLY, José Eduardo. Octávio Mangabeira, parlamentar. In: Um praticante da democracia: Octávio Mangabeira. Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-1930: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. “Getúlio Vargas: Depoimento de Luís Carlos Prestes”, in In: SILVA, José Luiz Werneck da. *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge. *História das esquerdas no Brasil*. 3 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ROLAND, Marísia Carneiro. *A produção do sentido em discursos de Vargas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980 (mimeo).

ROSE, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945). Algumas reflexões para um estudo comparativo*. Papel apresentado no “Seminário sobre a Revolução de 30”, organizado no CPDOC – FGV, Rio de Janeiro, 22 a 25 de setembro de 1980, p.7, mimeogr.

SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-37)*. Goiânia: Editora da UFG, 2012.

SANDRI, Adriano. *Os trabalhadores e o movimento sindical no Brasil*. Belo Horizonte: Gefasi, 1990.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxos do liberalismo: teoria e história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *1934 – A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Estevão Alves da; Silva, Thiago Nascimento da. “Eleições no Brasil antes de 1945: os casos de 1933 e 1934”. III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2013.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-64)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930/1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. *A Constituinte de 1934 e a representação profissional: estudo de direito comparado*. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

TAVARES, José Nilo. *Conciliação e Radicalização Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

TENÓRIO, Oscar. (Juiz de Direito na 12ª Vara Cível da Justiça do Distrito Federal). “A Constituição de 10 de novembro de 1937 e o parlamento”. p.181-192. Sessão “A estrutura jurídico-política do Brasil”. CULTURA POLÍTICA, Ano I, nº 2, Abril de 1941, Rio de Janeiro.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. 3ª Ed.
_____. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1914.

TORREZAN, Roseli. *O Governo Provisório da Constituinte de 1933/34*. Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie. São Paulo, 2009.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Vol. 1.
_____. *A Nova Política do Brasil*. Vargas, Getúlio. Rio de Janeiro: Jose Olympio, (Coleção Documentos Brasileiros), 1933-1945.

VERGARA, Luís. *Fui secretário de Getúlio Vargas; memórias dos anos de 1926-1954*. Porto Alegre: Globo, 1960.

VIANA, Francisco José Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974. 3ª Ed.
_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFF, 1987. Vol. 1. 7ª Ed.

____ “O problema da delegação de poder.” *Revista Forense*, v. 72, p. 215-232. 1937.

____ *Problemas do Direito corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Marly. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

VISCARDI, Cláudia. *Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

ZULINI, Jaqueline. “Estruturas e práticas eleitorais na Primeira República”. III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, 2013.